



XV GEOPONTAL & VII SINGEP

Geotecnologias aplicadas na concepção de territórios
em conflitos: sujeitos, direitos e expressões

ANAIIS 2024

14 a 18 de Outubro de 2024

ISSN: 2179-0566

XV GEOPONTAL

VII SINGEP

***Geotecnologias aplicadas na concepção de territórios em conflitos:
sujeitos, direitos e expressões***

ANAIIS

Coordenação Geral:

Profa. Dra. Andreia Cristina da Silva Almeida
Profa. Dra. Kátia Gisele de Oliveira Pereira
Profa. Dra. Leda Correia Pedro Miyazaki

Ituiutaba 14 a 18 de outubro

2024

Capa

Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares Rodrigues
Alessa Silva Ferreira

Diagramação

Leda Correia Pedro Miyazaki
Tatiane Dias Alves

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIP)

XV ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA DO PONTAL (GEOPONTAL) DO
CURSO DE GEOGRAFIA DO PONTAL E VII SEMINÁRIO INTERNO DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL (SINGEP), Ituiutaba:
Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **Anais Eletrônicos**, 2024. Disponível em:

<https://eventos.ufu.br/node/6162/>

ISSN 2179-0566

1. Geografia. 2. Geotecnologias. 3. Territórios. 4. Conflitos. 5. Sujeitos. 6. Direitos. 7.
Expressões.

Coordenação Geral

Dra. Andreia Cristina da Silva Almeida
Dra. Kátia Gisele de Oliveira Pereira
Dra. Leda Correia Pedro Miyazaki

Comissão de Comunicação

Alessa Silva Ferreira
Maria Eduarda Braga Marcondes
Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares Rodrigues

Comissão de Organização e Credenciamento

Profa. Kátia Gisele de Oliveira Pereira
Claúdio Otávio Rodrigues
Mateus Vinicius da Costa Belchior

Comissão de Minicursos/Cultural

Profa. Andreia Cristina da Silva Almeida
Gerson Cassiano dos Santos Júnior
João Vitor da Silva Moreira
Maria Eduarda Braga Marcondes

Comissão Infraestrutura e patrocínio

Arthur Aparecido Ferreira Ramos
Éder Ribeiro Dantas Filho
Josué Henrique da Silva Soares
Lukas Gabriel Augusto Pereira
Profa. Leda Correia Pedro Miyazaki

Comissão de Certificados

Profa. Leda Correia Pedro Miyazaki
Tatiane Dias Alves

Comissão Científica

Profa. Leda Correia Pedro Miyazaki
Carlos Eduardo Modesto Silvestre
Gabriel Cardoso Santos
Henrique Augusto Barbosa Archanjo
Letícia Costa Paranaíba
Mateus Vinicius da Costa Belchior
Tatiane Dias Alves
Washington Matheus Camargo Araújo

Cerimonialistas

Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares Rodrigues
Henrique Augusto Barbosa Archanjo

João Vitor da Silva Moreira

Profa. Kátia Gisele de Oliveira Pereira
Maria Eduarda Braga Marcondes
Profa. Andréia Cristina da Silva Almeida

Arte gráfica

Alessa Silva Ferreira
Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares Rodrigues

Coordenadores dos Espaços de Diálogos e Monitores

Adriano Rodrigues De Souza De La Fuente
Aline Addressa Bervig
Anderson Pereira Portuguese
Antonio de Oliveira Junior
Carlos Eduardo Modesto Silvestre
Gabriel Cardoso Santos
Gerson Cassiano dos Santos Júnior
Henrique Augusto Barbosa Archanjo
Letícia Costa Paranaíba
Leda Correia Pedro Miyazaki
Lorena Gonçalves Lombardi
Lukas Gabriel Augusto Pereira
Lilian Carla Moreira Bento
Maria Eduarda Braga Marcondes
Maria Estela Aparecida Gomes
Tatiane Dias Alves
Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares Rodrigues

Comissão Científica “Ad Hoc”

Adriano Rodrigues De Souza De La Fuente (ICHPO/UFU)
Alessandro Donaire de Santana (UNESP)
Anderson Pereira Portuguese (ICHPO/UFU)
Antônio de Oliveira Júnior (ICHPO/UFU)
Caio Augusto Marques dos Santos (UFMT)
Erika Nesta Silva (UFMT)
Emanuela Sanches Moreira (UNESP)
Ezequiel Pereira da Silva (UFJ)
Fernanda Luisa Ramalho (UFJ)
Hurbio Rodrigues de Oliveira Costa (UNESP)
Isabel Rodrigues da Rocha (UFJ)
João Osvaldo Rodrigues Nunes (UNESP)
Jussara dos Santos Rosendo (ICHPO/UFU)
Leda Correia Pedro Miyazaki (ICHPO/UFU)
Leonardo Cruz Mendes da Silva (UNESP)
Maria Angélica de Oliveira Magrini (ICHPO/UFU)

Mariana Lopes Nishizima (UNESP)
Melina Fushimi (UNESP)
Patrícia Francisca de Matos (UFCAT)
Sheyla Olívia Groff Birro (UFJ)
Rildo Aparecido Costa (IG/UFU)
Roberto Barboza Castanho (UNIPAMPA)
Vitor Koiti Miyazaki (ICHPO/UFU)

Organização e editoração dos Anais

Profa. Leda Correia Pedro Miyazaki
Tatiane Dias Alves

Realização:



Laboratório de Ensino e Pesquisa em Pedologia, Geomorfologia e Ensino de Geografia Física



Laboratório de Ensino e Pesquisa em Pedologia, Geomorfologia e Ensino de Geografia Física



Programa de Educação Tutorial – PET Geografia



Grupo de Estudos e Pesquisa em Geomorfologia, Pedologia, e Dinâmicas Ambientais



Laboratório de Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas



PET Conscientiza

Apoio:



Patrocínio:



Os textos divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores.

XV Encontro Regional de Geografia do Pontal (GEOPONTAL) e VII Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (SINGEP) – Universidade Federal de Uberlândia |ICHPO| Geografia

Rua 20, nº 1600 – Bairro Tupã – Ituiutaba/MG – CEP 38304-402

Site: <https://eventos.ufu.br/node/6162/>

APRESENTAÇÃO

No período de 14 a 18 de outubro de 2024, realizou-se a 15ª edição do Encontro de Geografia do Pontal (GeoPontal), em conjunto com a 7ª edição do Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (SINGEP), eventos de caráter regional.

A organização foi conduzida por membros dos laboratórios de pesquisa vinculados ao curso de Geografia, nomeadamente o Laboratório de Cartografia (Labcarto), o Laboratório de Estudo e Pesquisa em Pedologia, Geomorfologia e Ensino de Geografia Física (Labi.PEDOGEO), o Laboratório de Gestão Ambiental Aplicada às Bacias Hidrográficas (GEAB), além do Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia e do Grupo de Pesquisa em Geomorfologia, Pedologia e Dinâmicas Ambientais (GEPDA).

O principal objetivo do GeoPontal e do SINGEP é divulgar os resultados de pesquisas científicas, bem como projetos de ensino e extensão desenvolvidos por docentes e discentes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, além de integrar contribuições de outros cursos de graduação e programas de pós-graduação, tanto lato sensu quanto stricto sensu, das instituições de ensino de Ituiutaba e região. Em adição, os eventos visam fomentar debates sobre temáticas relevantes para a ciência geográfica e áreas afins, promovendo a integração entre diferentes perspectivas acadêmicas e profissionais, além de realizarem momentos de reflexões e avaliações sobre ambos os cursos.

Nesta edição, a temática central foi “Geotecnologias aplicadas na concepção de territórios em conflitos: sujeitos, direitos e expressões”. A proposta orientou os debates a fim de aprimorar os conhecimentos sobre a aplicação das geotecnologias como ferramentas fundamentais para a análise crítica das diversas realidades sociais e geográficas, especialmente em territórios marginalizados, onde há recorrentes violações de direitos.

Historicamente, ambos os eventos foram organizados por meio de parcerias que envolveram diferentes grupos do Curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação do Campus do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). As colaborações englobaram o Centro Acadêmico, o PET/Geografia/Pontal, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Local Ituiutaba, bem como diversos grupos de pesquisa e laboratórios de ensino do curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia. O evento contou ainda com o apoio do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO), reforçando a integração institucional e a relevância da Geografia no contexto regional.

Desde sua primeira edição, realizada em 2009, o GEOPONTAL, e, a partir de 2018, o SINGEP, vêm ganhando visibilidade tanto em nível local quanto nacional, tornando-se uma referência para discussões acadêmicas não apenas no campo geográfico, mas também em áreas correlatas. Os eventos contam, a cada ano, com a participação de pesquisadores de diversas instituições de nível superior, como também representantes da sociedade de diferentes regiões do Brasil, consolidando-se como um importante fórum de discussão científica.

Nesta edição, a comissão organizadora estabeleceu como meta desenvolver um evento alinhado com as necessidades acadêmicas e científicas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, bem como com as particularidades da realidade local e regional. A ampla adesão e os debates enriquecedores refletem o êxito alcançado e a relevância das temáticas abordadas para a comunidade científica e para o público em geral.

PROGRAMAÇÃO

	14 de outubro Segunda-feira	15 de outubro Terça-feira	16 de outubro Quarta-feira	17 de outubro Quinta-feira	18 de outubro Sexta-feira
Manhã	<p>08:30h – Credenciamento Local: Auditório III</p> <p>10h – Mesa pré-abertura – A história do curso de Geografia do Pontal e da Pós-graduação PPGE e o futuro Palestrantes: Profa. Dra. Gersa Gonçalves Moura (ICHPO/UFU) Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda (ICHPO/UFU)</p>	<p>8:00h – Ato alusivo ao Dia do Professor Prof. Dr. Adriano Rodrigues De Souza De La Fuente</p> <p>8:30h – Mesa Redonda – A cartografia e o poder do mapa (modalidade on-line) Palestrantes: Prof. Me. Jackson Junior Paulino de Moraes Profa. Dra. Raquel Augusta Carriere Profa. Ma. Renata Fernandes Maia Local: Auditório III</p>	<p>08h- Minicurso - Espaço Geográfico e Gênero: do que estamos tratando? Ministrante: Profa. Dra. Andreia Cristina da Silva Almeida (UFU) Local: LabCarto</p> <p>8h - Minicurso - Sustentabilidade: possibilidade e desafios e desafios para o século XXI na sociedade capitalista Ministrante: Profa. Dra. Kátia Gisele de Oliveira Pereira (UFU) Local: NAAGEO</p> <p>8h- Minicurso - Educação Inclusiva: os desafios diários em sala de aula. Ministrante: Adriana Aparecida Alves, Suene Silva de Assis Local: LAGHEN</p>	<p>8h - Mesa Redonda - Perspectivas contemporâneas da pesquisa em Geografia Palestrantes: Prof. Dr. Manuel Fernandes de Sousa Neto (USP) Local: Auditório III</p>	<p>8h- Apresentação de trabalhos – Modalidade: presencial Local: salas indicadas na carta aceite.</p>
Tarde	<p>14h - Minicurso: QGIS: Manipulando dados vetoriais e raster Ministrante: Mateus Vinicius da Costa Belchior Local: LABCarto</p> <p>14h - Minicurso: Desigualdades socioespaciais e afro empreendedorismo: um estudo a partir das mulheres transgênero de Ituiutaba Ministrante: Dara Cristiane Nicário Local: Sala 215 – Bloco D</p>	<p>14h - Seminário Interno de Avaliação - PPGE: potencialidades e desafios Palestrantes: Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira Magrini (UFU) Local: Auditório III</p>	<p>14h - PET Conscientiza - Racismo Ambiental: Questão Climática na perspectiva dos grupos vulnerados Palestrantes: Profa. Dra. Andreia Cristina da Silva Almeida (UFU) Lukas Gabriel Augusto Pereira (discente do curso Geografia) Kenneri Hernandez (Biólogo) Local: Auditório III</p>	<p>14h- Mesa Redonda - Pós-graduação em Geografia no Brasil: caminhos a trilhar Palestrantes: Prof. Dr. Manuel Fernandes de Souza Neto (USP) Local: Auditório III</p>	<p>14h- Apresentação de trabalhos – Modalidade: on-line Local: salas indicadas na carta aceite.</p>
	<p>19h- Palestra de Abertura – Geotecnologias aplicadas na concepção de territórios em</p>	<p>19h- Mesa Redonda - A geotecnologia e o meio ambiente</p>	<p>19h - Ato Alusivo ao centenário de Aziz AB'Saber</p>	<p>19h - Apresentação de trabalhos Modalidade: presencial</p>	<p>19h- Mesa Redonda de Encerramento - Territórios de conflitos e o espaço geográfico</p>

Noite	conflitos: sujeitos, direitos e expressões Palestrantes: Prof. Dr. Elivelton da Silva Fonseca (UNIFESSPA) Local: Auditório III	Palestrantes: Profa. Dra. Patrícia Soares Rezende (UEMG) Prof. Dr. Oséias da Silva Martinuci (UEM) Local: Auditório III	20h - PET Conscientiza - Práticas educativas numa perspectiva interseccional diante da questão ambiental Palestrantes: Ma. Amabile Maria de Moura Passos Mediação: Profa. Dra. Soraya Veloso Cintra (UFU) Local: Auditório III	Local: salas indicadas na carta aceite.	Palestrantes: Profa. Dra. Paula R. de O. Cordeiro Profa. Dra. Josy Dayanny Alves Souza Local: Auditório II
--------------	--	---	---	--	--

PALESTRAS

Dia 14/10/24 - SEGUNDA-FEIRA

10h – Mesa pré-abertura – A história do curso de Geografia do Pontal e da Pós-graduação PPGE e o futuro

Ministrantes: Profa. Dra. Gerusa Gonçalves Moura (ICHPO/UFU)

Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda (ICHPO/UFU)

19h- Palestra de Abertura – Geotecnologias aplicadas na concepção de territórios em conflitos: sujeitos, direitos e expressões

Ministrante: Prof. Dr. Elivelton da Silva Fonseca (UNIFESSPA)

Local: Auditório III

Dia 15/10/24 - TERÇA-FEIRA

8h – Ato alusivo ao Dia do Professor

Ministrante: Prof. Dr. Adriano Rodrigues De Souza De La Fuente

8:30h – Mesa Redonda – A cartografia e o poder do mapa (modalidade on-line)

Ministrantes: Prof. Me. Jackson Junior Paulino de Moraes

Profa. Dra. Raquel Augusta Carriere

Profa. Ma. Renata Fernandes Maia

Local: Auditório III

14h - Seminário Interno de Avaliação - PPGE: potencialidades e desafios

Ministrante: Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira Magrini (UFU)

Local: Auditório III

19h- Mesa Redonda - A geotecnologia e o meio ambiente

Ministrantes: Profa. Dra. Patrícia Soares Rezende (UEMG)

Prof. Dr. Oséias da Silva Martinuci (UEM)

Local: Auditório III

Dia 16/10/24 – QUARTA-FEIRA

14h - PET Conscientiza - Racismo Ambiental: Questão Climática na perspectiva dos grupos vulnerados

Ministrantes: Profa. Dra. Andreia Cristina da Silva Almeida (UFU)

Lukas Gabriel Augusto Pereira (discente do curso Geografia)

Kenneri Hernandez (Biólogo)

Local: Auditório III

19h - Ato Alusivo ao centenário de Aziz AB'Saber

Ministrante: Profa. Dra. Kátia Gisele de Oliveira Pereira

20h - PET Conscientiza - Práticas educativas numa perspectiva interseccional diante da questão ambiental

Ministrante: Ma. Amabile Maria de Moura Passos

Local: Auditório III

Dia 17/10/24 – QUINTA-FEIRA

8h - Mesa Redonda - Perspectivas contemporâneas da pesquisa em Geografia

Ministrante: Prof. Dr. Manuel Fernandes de Sousa Neto (USP)

Local: Auditório III

14h- Mesa Redonda - Pós-graduação em Geografia no Brasil: caminhos a trilhar

Ministrante: Prof. Dr. Manuel Fernandes de Souza Neto (USP)

Local: Auditório III

Dia 18/10/24 – SEXTA-FEIRA

19h- Mesa Redonda de Encerramento - Territórios de conflitos e o espaço geográfico

Ministrante: Profa. Dra. Paula R. de O. Cordeiro e

Profa. Dra. Josy Dayanny Alves Souza

Local: Auditório III

MINICURSOS

1 Minicurso - QGIS: Manipulando dados vetoriais e raster

Ministrante: Mateus Vinicius da Costa Belchior

Local: LABCarto

Horário: 14 horas

2-Minicurso - Desigualdades socioespaciais e afro empreendedorismo: um estudo a partir das mulheres transistas de Ituiutaba

Ministrante: Dara Cristiane Nicário

Local: Sala 215 - Bloco D

Horário: 14 horas

3- Minicurso - Espaço Geográfico e Gênero: do que estamos tratando?

Ministrante: Profa. Dra. Andreia Cristina da Silva Almeida (UFU)

Horário: 08h

Local: LabCarto

4-Minicurso - Sustentabilidade: possibilidades e desafios para o século XXI na sociedade capitalista

Ministrante: Profa. Dra. Kátia Gisele de Oliveira Pereira (UFU)

Horário: 08h

Local: GEAB/NAAGEO

5-Minicurso - Educação Inclusiva: os desafios diários em sala de aula.

Ministrante: Adriana Aparecida Alves e Suene Silva de Assis

Local: LAGHEN

Horário: 08h

SUMÁRIO

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	
SERVIÇO SOCIAL, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS GOMES, M. E. F.; DAVANZO, M.; CINTRA, S. V.....	21
ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM CIDADE DE PORTE MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL SANTOS, M. S. dos; MANTOVANI, B. P.; MIYAZAKI, V. K.....	23
ESPAÇO PÚBLICO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA PRAÇA 13 DE MAIO EM ITUIUTABA – MG ALVES, G. P.; LOBODA, C. R.....	25
DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E AFROEMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO A PARTIR DAS MULHERES TRANCISTAS DE ITUIUTABA, MINAS GERAIS NICÁCIO, D. C.....	26
DIAGNÓSTICO EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE EM ITUIUTABA/MG - 2010-2024 ARCHANJO, H. A.B.; MOURA, G. G.....	27
EXPANSÃO URBANA EM ITUIUTABA-MG: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO CADASTRO NACIONAL DE ENDEREÇOS PARA FINS ESTATÍSTICOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2022 DO IBGE SANTOS, G. C.; MIYAZAKI, V. K.....	28
ANÁLISE PARCIAL DA REPRODUÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO URBANA EM ITUIUTABA-MG ASSIS, S. S. de; OLIVEIRA, H. C. M. de.....	29
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EM TEMPOS NEOLIBERAIS BATISTA, B. R.; NASCIMENTO, L. K. A.; CINTRA, S. V.....	30
ADOLESCÊNCIAS PLURAIS: RAÇA, GÊNERO E LUGAR NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE MENINAS EM ITUIUTABA (MG) LOBARDI, L. G.....	31
ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM ITUIUTABA-MG: UM ESTUDO SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL SANTOS, M. S. dos; MANTOVANI, B. P.; MIYAZAKI, V. K.....	32
ERÊS, CARURU DE IBEJI E FESTAS DE COSME E DAMIÃO: EXPRESSÕES DA CELEBRAÇÃO DA INFÂNCIA COMO ATO DE RESISTÊNCIA CULTURAL E TERRITORIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIROS PORTUGUEZ, C. J. F.; PORTUGUEZ, A. P.....	45

CORPOS DISSIDENTES E A CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE SOCIABILIDADE	
CAVALCANTI, J. H. X.; SANTOS, L. M. de O.....	64
MATRIZ FOFA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
ARAÚJO, L. G. de S; CAVALCANTI, J. H. X.....	76
O TERRITÓRIO INVISÍVEL DOS PIXADORES DE SÃO PAULO	
FRANCO, A. G.; PORTUGUEZ, A. P.....	87
GEOTECNOLOGIAS	
GEORREFERENCIAMENTO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR ENTRE GEOGRAFIA E ARQUEOLOGIA	
FREITAS, D. A. N. de.....	97
DINÂMICAS AMBIENTAIS	
O SILÊNCIO NA VIOLÊNCIA CONTRA AS GUARDIÃS DAS FLORESTAS	
SIQUEIRA, K. G. A de; MATILDE, H. O.; CINTRA, S. V.....	99
MAQUETE DE VULCÃO COMO RECURSO DIDÁTICO VOLTADO PARA O ENSINO SUPERIOR	
CARVALHO, G. Z. A. de S.; GONÇALVES, C. A.....	101
ANÁLISE DOS ALAGAMENTOS NA AVENIDA OROSIMBO MAIA, CAMPINAS/SP: IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO	
SILVESTRE, C. E. M.; GOMES, M. E. A.; FILHO, P. L.; ARAÚJO, W. M. C.....	102
OS EFEITOS DOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS SOBRE A SAÚDE RESPIRATÓRIA NO PERÍODO SECO: UM ESTUDO EM ITUIUTABA-MG	
GOMES, M. E. A.; SILVESTRE, C. E. M.; ARAÚJO, W. M. C.; FILHO, P. L.....	104
OS IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO - VULNERABILIDADE AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SÃO JOSÉ	
FRANCISCO, G. M.; COSTA, M. F.; MIYAZAKI, L. C. P.....	105
PARÂMETROS MORFOMÉTRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO SÃO LOURENÇO, MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG	
ALVES, T. D.; MIYAZAKI, L. C. P.....	107
GEOEDUCAÇÃO: O QUE É E PARA QUÊ?	
SILVA, M. M.; BENTO, L. C. M.....	109
ANÁLISE TEMPORAL DOS IMPACTOS AMBIENTAIS GERADOS PELO ACÚMULO DE LIXO A CÉU ABERTO: ESTUDO DO ENTORNO DO IFTM - CAMPUS ITUIUTABA	
	114

JÚNIOR, G. C. dos S.....	
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG	
ALVES, T. D.; MIYAZAKI, L. C. P.....	129
ESTUDO SOBRE AS VOÇOROCAS DOS MUNCÍPIOS DE ITUIUTABA-MG E BURITICUPU-MA	
FERREIRA, A. C. de O.; DUTRA, A. L. S.; MOREIRA, B. C. F.; COSTA, M. F.....	140
AVALIAÇÃO DO USO DO SOLO E PROCESSOS EROSIVOS NO ENTORNO DA SERRA DO BAUZINHO ITUIUTABA/CAPINÓPOLIS-MG	
BELCHIOR, M. V. da C.; MIYAZAKI, L. C. P.....	155
PRÁTICAS EDUCATIVAS	
GEOMITOLOGIA COMO FERRAMENTA DE POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOLÓGICO	
MELCHIOR, S. J.; BENTO, L. C. P.....	168
ABORDAGEM COLABORATIVA PARA A APRENDIZAGEM: GRUPO DE ESTUDOS PET GEOGRAFIA	
RODRIGUES, S. V. R. F. T.; FERREIRA, A. S.; PEREIRA, L. G. A.; STEFANELI, A. Z.; SAMPAIO, I.; FILHO, E. R. D., CARVALHO, G. Z. A. de S.; OLIVEIRA, G. A. dos S.; SILVA, J. M.....	169
O PAPEL DO EDUCADOR NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NAS ESCOLAS	
MARCONDES, M. E. B.; BERVIG, A. A.....	171
A MAQUETE COMO MATERIAL DIDÁTICO PARA ENSINO DE EROSÕES LINEARES	
MARCONDES, M. E. B.; MIYAZAKI, L. C. P.....	172
VIVÊNCIAS E REFLEXÕES PRELIMINARES EM ESCOLA-CAMPO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
RODRIGUES, S. V. R. F. T.; DE LA FUENTE, A. R.....	174
MAPEAMENTO DE CRIANÇAS VENEZUELANAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ITUIUTABA-MG	
FILHO, P. L.; SILVESTRE, C. E. M.; GOMES, M. E. A.; ARAÚJO, W. M. C.....	176
A UTILIZAÇÃO DE MAQUETES DIDÁTICAS NO ENSINO DE GEOMORFOLOGIA: BACIAS HIDROGRÁFICAS	
MORAIS, A. C. M.; SAMPAIO, I.....	178
DA TEORIA À PRÁTICA: A PRODUÇÃO DE MAQUETES COMO ESTRATÉGIA EDUCACIONAL NO ENSINO DE GEOMORFOLOGIA	
PEREIRA, L. G. A.; MARINHO, M.....	179

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM SILVA, M. T.....	180
PRÁTICAS EDUCATIVAS: ELABORAÇÃO DE MAQUETE DIDÁTICA PARA O ENSINO DO RELEVO DECORRENTE DA AÇÃO DOS VENTOS BRITO, M. T. R.; SILVA, M. T.; MIYAZAKI, L. C. P.....	181
O ESTÁGIO DE DOCÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS EM GEOGRAFIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARANAIBA, L. C.; ALVES, T. D.; GOMES, M. E. A.; MIYAZAKI, L. C. P.....	183
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRITO, M. T. R.; BERVIG, A. A.....	185
A INCLUSÃO DE PESSOAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO AMBIENTE ESCOLAR SILVA; R. A. A.....	186
REPRESENTAÇÕES DE MORFOLOGIAS DAS PAISAGENS GLACIAIS POR MEIO DE MAQUETE 3D HONÓRIO, C. G.; FERREIRA, C. F.; SILVA, L. S. da.....	187
REPRESENTAÇÃO DO RELEVO CARSTICO EM FORMA DE MAQUETE DIDÁTICA COMO ESTRATEGIA PARA O ENSINO DE GEOMORFOLOGIA SILVA, T. M. A. da; MIYAZAKI, L. C. P.....	188
INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DE GEOGRAFIA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG, BRASIL RODRIGUES, V. H. J. M.; DE LA FUENTE, A. R.....	190
UMA ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX RODRIGUES, V. H. J. M.; SILVA, J. M.....	195
POTÊNCIAS ESTRUTURAIS EDUCATIVAS: ATIVIDADES, AÇÕES E PROJETOS NUMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NOS PLANEJAMENTOS ANUAIS DO PET (RE) CONECTANDO SABERES, FAZERES E PRÁTICAS 2022/2024 FERREIRA, C. D.; ROSENDO, J. dos S.....	200
INFRAESTRUTURA ESCOLAR E A QUALIDADE DO ENSINO DE GEOGRAFIA SOB A LENTE DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO RODRIGUES, S. V. R. F. T.; DE LA FUENTE, A. R.....	211
O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PORQUE AFETA OS CURSINHOS POPULARES?	222

SILVA, R. A. O. da.....	
-------------------------	--

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

SERVIÇO SOCIAL, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS¹

Maria Eduarda Ferreira Gomes²
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: maria.gomes4@ufu.br

Marina Davanzo³
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: marina.davanzo@ufu.br

Soraia Veloso Cintra⁴
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: soraia.veloso@ufu.br

Resumo: O presente resumo apresenta reflexões e discussões sobre o 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Cidades e Comunidades Sustentáveis cujo objetivo é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Trata-se de uma pesquisa em andamento, realizada na disciplina Produção do Conhecimento do curso de Serviço Social (FACES/UFU). Os estudos levaram em consideração que o/a profissional do Serviço Social pode contribuir para a garantia de direitos e buscar melhores condições para qualidade de vida das populações mais vulneráveis levando em consideração a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Compreende-se que o ODS 11 busca garantir o acesso à moradia segura e economicamente acessível, que utilize materiais sustentáveis e que comunidades sejam urbanizadas; que haja transporte público, urbanização inclusiva e sustentável, entre outras necessidades. É importante levar em consideração a oferta de serviços básicos e políticas públicas que previnam e que possam diminuir os impactos negativos das catástrofes ‘naturais’. Além disso, o Serviço Social pode contribuir para trabalhar em conjunto com a população visando garantir mais espaços verdes e sustentáveis nas cidades.

Objetivo Geral: entender como encontrar formas que contribuam para a melhoria na qualidade de vida da sociedade, mudando as cidades e as adaptando para as questões sustentáveis. **Objetivos Específicos:** compreender os principais desafios enfrentados pelas cidades contemporâneas; analisar o papel do Serviço Social na promoção de políticas públicas que visam à sustentabilidade urbana. **Metodologia:** por tratar-se de estudo inicial, foram utilizadas as pesquisas bibliográficas e qualitativas buscando a compreensão sobre o tema, além dos debates em sala de aula na disciplina Produção do Conhecimento em Serviço Social que originou este resumo. **Resultados:** após o aumento do aquecimento global e as diversas catástrofes ‘naturais’ recentes, algumas cidades estão se movimentando para que se adaptem aos novos tempos. Mas o que é preciso para uma cidade ser sustentável? Um bom exemplo é Copenhague (Dinamarca) com mais de 400 km de ciclovias; 50% da população utiliza bicicletas; possui leis que obrigam certos edifícios adotarem telhados verdes para absorverem água da chuva; plantam árvores frutíferas, entre outros. **Considerações finais:** é possível perceber que as cidades podem ser mais sustentáveis e inclusivas independente do seu tamanho. Bastam recursos humanos (incluindo

¹ Texto elaborado a partir do 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Cidades e Comunidades Sustentáveis e das aulas de Produção do Conhecimento.

² Bolsista de Projeto de Extensão, “A infância e as possibilidades de resistência contra o patriarcado e a desigualdade de gênero”, da FAPEMIG e discente do curso de Serviço Social.

³ Discente do curso de Serviço Social FACES/UFU.

⁴ Orientadora. Docente do curso de Serviço Social FACES/UFU.

profissionais que compreendam a questão socioambiental, como assistentes sociais e geógrafos/as), financeiros e sociais para garantir que até 2030 bons exemplos sejam implantados no Brasil.

Palavras-chave: Cidades; Sustentáveis; Direito.

Agradecimentos: agradecemos à professora Dra. Soraia Veloso Cintra, ministrante da disciplina de Produção do Conhecimento, cuja orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Agradecemos também ao XV Geopontal e VII Singep pela oportunidade de apresentar os resultados parciais desta pesquisa.

ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM CIDADE DE PORTE MÉDIO: UM ESTUDO SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL⁵

Matheus Silva dos Santos⁶

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: matheusds2@gmail.com

Bruno Pereira Mantovani⁷

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: agapepirangi@hotmail.com

Vitor Koiti Miyazaki⁸

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: vitor.ufu@ufu.br

Resumo: A história da urbanização tem testemunhado transformações significativas no processo de produção do espaço urbano, moldadas pelas lógicas e interesses do capitalismo. Estas mudanças têm gerado dinâmicas urbanas caracterizadas por desigualdades sociais e espaciais, segregação, exclusão e fragmentação socioespacial. A compreensão desses fenômenos é fundamental para abordar os desafios urbanos contemporâneos. Neste contexto de aprofundamento das desigualdades socioespaciais, esta pesquisa tem como objetivo analisar a implantação e disseminação de novos empreendimentos imobiliários, com foco nos espaços residenciais fechados, nas cidades de Assis-SP, Erechim-RS, Itumbiara-GO, Ituiutaba-MG e Patos-PB. A pesquisa busca compreender algumas características desses espaços residenciais, suas localizações, avaliar seus impactos na morfologia urbana e suas implicações nas práticas espaciais dos moradores. A pesquisa adotou um conjunto de procedimentos metodológicos, combinando revisões bibliográficas, levantamento e organização de dados do IBGE e o uso de softwares de mapeamento para localização e delimitação dos espaços residenciais fechados destas quatro cidades. O estudo dos espaços residenciais fechados revela a intensificação da segregação socioespacial e da fragmentação urbana, destacando as profundas consequências sociais. Esses espaços não apenas refletem, mas também amplificam as desigualdades existentes, criando barreiras físicas e simbólicas que perpetuam a exclusão e o preconceito. A segregação nesses espaços não é apenas uma escolha individual, mas um reflexo de um sistema social e econômico injusto. Os espaços residenciais fechados, destinados a uma parcela da população com alto poder aquisitivo e frequentemente branca, acentuam as desigualdades sociais e raciais nas cidades brasileiras, revelando a persistência de estruturas históricas de segregação. É fundamental repensar o modelo de urbanização baseado na segregação e exclusão, buscando alternativas que promovam a integração e inclusão de todos os habitantes da cidade. Os resultados desta pesquisa contribuem para o debate sobre a segregação socioespacial e racial em contextos urbanos além dos grandes centros, ressaltando a necessidade de aprofundar a análise desse fenômeno.

⁵Texto elaborado a partir da pesquisa intitulada “Espaços residenciais fechados em cidade de porte médio: um estudo sobre segregação socioespacial e racial”

⁶ Discente curso de graduação em Geografia, ICHPO.

⁷ Discente curso de graduação em Geografia, ICHPO.

⁸ Doutor, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal, E-mail: vitor.ufu@ufu.br

Palavras-chave: Espaços Residenciais Fechados; Desigualdade; Segregação Socioespacial e Racial.

ESPAÇO PÚBLICO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA PRAÇA 13 DE MAIO EM ITUIUTABA - MG

Gabriel Pim Alves

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas do Pontal- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
E-mail: gabrielpimalves06@gmail.com

Carlos Roberto Loboda

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas do Pontal-ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
E-mail: loboda@ufu.br

Resumo: O trabalho proposto é parte das discussões estabelecidas no processo de construção de pesquisa em nível de iniciação à pesquisa voluntária na Universidade Federal de Uberlândia. Buscando construir uma noção de espaço público na cidade contemporânea, partimos do estudo de um dos locais que trazem consigo o caráter de espaço público, a praça. Enquanto recorte empírico definimos a Praça 13 de Maio em Ituiutaba, Minas Gerais. Entendemos que os espaços públicos se confundem com a própria cidade, nos trazendo evidências de uma multiplicidade de usos (Loboda, 2016), das relações contratuais que as pessoas estabelecem com o espaço público (Gomes, 2002). Considerando nossa iniciação na pesquisa, buscamos fundamentar teoricamente e conceitualmente nosso objeto de estudo, registrando e dialogando com referenciais que abordam os espaços públicos, sobretudo, as praças públicas, considerando que são locais de socialização, de representação, de festa e outras práticas cotidianas. Nesse sentido, objetivamos realizar um estudo sobre as principais práticas e usos que são dados à Praça 13 de Maio. De forma a pormenorizar nossa abordagem, procuramos transpor as leituras e discussões teóricas para entender parte dos usos e das funções desse importante espaço público da cidade. A parte empírica da pesquisa consistiu em observações regulares em diferentes dias e horários, no intuito de entender de alguma forma, a dinâmica do local, da sua relação com o entorno e uma série de atividades que aí ocorrem. Em posse de um instrumento guia, fundamentado em outros trabalhos que abordam a temática, fizemos um estudo do mobiliário, acessibilidade e outros elementos que constituem a ambiência do local. Como alguns dos principais resultados, mesmo que de forma preliminar, podemos destacar que a praça em questão apresenta uma multiplicidade de usos, práticas que são simbólicas para a comunidade local, como sua relação com a Fundação Zumbi do Palmares, a Igreja São Benedito, o que também nos remete à Festa da Congada, uma das principais manifestações culturais de Ituiutaba; dada a sua amplitude e a sua divisão em diferentes patamares, a praça oferece diferentes opções de lazer e ócio, além de servir de um local para cortar caminho pelos transeuntes. Enfim, um espaço público dinâmico e de referência para a comunidade local, caracterizada pela diversidade de seus usos, o que proporciona o estatuto de espaço público para o local, o que contribui diretamente para a sociabilidade urbana.

Palavras-chave: Estruturação da cidade, Espaços públicos, Praças.

DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E AFROEMPREENDEDORISMO: UM ESTUDO A PARTIR DAS MULHERES TRANCISTAS DE ITUIUTABA, MINAS GERAIS

Dara Cristiane Nicácio
Discente Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP)
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: daranicacio@hotmail.com

Resumo: Entendemos que a desigualdade socioespacial se refere à distribuição desigual de recursos e oportunidades entre diferentes áreas e populações. No contexto global, essa desigualdade é evidente na disparidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde fatores como acesso a serviços de saúde, educação, infraestrutura e emprego variam consideravelmente. Essa disparidade é agravada por políticas econômicas e sociais que historicamente beneficiaram as parcelas mais ricas da população, perpetuando um ciclo de desigualdade. No Brasil, a desigualdade socioespacial é particularmente pronunciada devido à sua história de colonização, escravidão e desenvolvimento urbano desordenado, afetando de sobremaneira a população negra. A partir da temática apresentada, temos como Objetivo Geral desta pesquisa é compreender como se deu o processo de surgimento e consolidação do afroempreendedorismo das mulheres trancistas, correlacionando com as desigualdades verificadas na área urbana de Ituiutaba, Minas Gerais. Como objetivos específicos pretendemos: a) Analisar os dados socioeconômicos da área urbana; b) Mapear os estabelecimentos de mulheres trancistas na área urbana; c) Levantar os processos de surgimento e consolidação do afroempreendedorismo de mulheres trancistas, correlacionando com os dados socioeconômicos; d) Criar um produto a partir dos resultados da pesquisa, no formato de podcast, onde poderão ser evidenciadas as histórias orais das mulheres trancistas de Ituiutaba; e) Realizar uma pesquisa bibliográfica e documental acerca dos conceitos que permeiam a temática da Desigualdade Socioespacial, Racismo, Afroempreendedorismo e demais temas que permeiam a pesquisa; f) Esta pesquisa trata-se de um estudo qualitativo que pretende analisar os possíveis impactos sociais, culturais, econômicos e financeiros que os empreendimentos administrados pelas profissionais trancistas exercem sobre as comunidades onde estão estabelecidos, dentro da cidade de Ituiutaba. Além disso, intenta realizar o mapeamento da disposição geográfica dos empreendimentos administrados pelas profissionais trancistas na cidade, como também, investigar a possibilidade de estruturação de redes entre as trancistas. A desigualdade socioespacial no Brasil afeta de sobremaneira a população negra, refletindo e perpetuando uma longa história de discriminação e exclusão social. As comunidades negras frequentemente residem em áreas periféricas e favelas, onde o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, transporte e saneamento é frequentemente limitado. Esse cenário é resultado de políticas históricas que marginalizaram a população negra, desde o período escravocrata até as práticas modernas de urbanização e desenvolvimento econômico. Nesse contexto se insere a temática desta pesquisa, que visa relacionar as questões coexistentes no contexto da desigualdade socioespacial com o afroempreendedorismo das mulheres trancistas de Ituiutaba, Minas Gerais.

Palavras-chave: Afroempreendedorismo; desigualdade; mulheres.

Agradecimentos: Ao Espírito Santo de Deus, por me amar e conduzir em todos os momentos.

DIAGNÓSTICO EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE EM ITUIUTABA/MG -2010-2024⁹

Henrique Augusto Barbosa Archanjo¹⁰
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: henrique.archanjo@ufu.br

Gerusa Gonçalves Moura¹¹
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: gerusa.moura@ufu.br

Resumo: A Dengue, assim como a Doença de Chagas e a Leishmaniose, constitui um sério problema de saúde pública no mundo, pois acaba demandando uma estrutura e grandes somas de recursos financeiros, comprometendo significativamente o sistema público de saúde dos municípios. Na cidade de Ituiutaba–MG, os índices de Dengue são altos e preocupantes e, por isso, compreender todo esse universo se torna necessário para um melhor desenvolvimento de projetos de intervenção que amenizem os efeitos dessa doença na população. A presente pesquisa, em andamento, visa conhecer a situação epidemiológica da Dengue no município tujucano, tendo como objetivos específicos a identificação das principais áreas epidêmicas, as condições socioambientais relacionadas às ocorrências, bem como verificar e analisar metodologias de educação ambiental para o controle da endemia no município. Para atingir os objetivos propostos, a presente pesquisa conta com o levantamento e revisão bibliográfica sobre a temática, levantamento e avaliação dos dados epidemiológicos junto ao Departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde e, a partir da espacialização e análise de dados, serão elaborados mapas e tabelas de áreas foco da dengue no município. Após a identificação, será realizado um levantamento das condições socioambientais dessas áreas foco, por meio da observação direta da realidade, que permitirá avaliar os riscos de transmissão vetorial da doença. Portanto, espera-se que a pesquisa e seus resultados possam ser avaliados com o Poder Público local a fim de traçar estratégias e ações para o controle da endemia, buscando uma redução dos números da doença no município.

Palavras-chave: Dengue; Saúde; Ituiutaba - MG.

⁹ Texto elaborado a partir da pesquisa em andamento intitulada “Diagnóstico Epidemiológico da Dengue em Ituiutaba/MG -2010-2024”.

¹⁰ Discente do curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal.

¹¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) e Docente do curso de graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal.

EXPANSÃO URBANA EM ITUIUTABA-MG: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO CADASTRO NACIONAL DE ENDEREÇOS PARA FINS ESTATÍSTICOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2022 DO IBGE¹²

Gabriel Cardoso Santos¹³

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: gabrielcardoso.geoufu@gmail.com

Vitor Koiti Miyazaki¹⁴

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: vitor.ufu@ufu.br

Resumo: O estudo sobre a expansão territorial das cidades de porte médio brasileiras tem sido objeto de importantes pesquisas dentro da ciência geográfica. Isso se deve ao fato da crescente complexificação das dinâmicas do espaço urbano, além de sua crescente relevância tanto no nível regional quanto no nacional. Uma das ferramentas para seu estudo é pelo uso de dados estatísticos e mapeamento, já que há, cada vez mais, uma grande disponibilidade de informações para a sua análise. Nesse sentido, destacamos os dados disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O objetivo geral desta pesquisa é de identificar os principais eixos de expansão da cidade de Ituiutaba-MG, já que ela desempenha funções urbanas regionais fora de contextos metropolitanos. A metodologia baseou-se na coleta dos dados a partir da variável de “Edificações em construção”, disponíveis na base de dados do CNEFE referente ao ano de 2022, produção cartográfica através da técnica de estimador de intensidade de Kernel, e posteriormente a sua análise. Na interpretação dos dados, observamos que há uma concentração importante de edificações em construção em determinadas áreas da cidade, a citar Residencial Doutor Marcondes Ferreira, bairro Drummond, Residencial Nova Ituiutaba, Santa Edwiges e no Bairro Gerson Baduy. Vale ressaltar que todas estão localizadas em áreas mais periféricas do município, representadas por bairros mais recentes, porém, de diferentes perfis socioeconômicos. Deste modo, embora a variável em análise proporcione um diagnóstico relevante, consideramos importante a articulação com outras informações socioeconômicas para avaliar com mais precisão determinados processos em andamento. Tais informações permitem diagnósticos mais precisos, além de fornecer apoio ao planejamento urbano e à implementação de políticas públicas.

Palavras-chave: Expansão urbana; Ituiutaba-MG; Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE.

Agradecimentos: Nossos agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

¹² Texto elaborado a partir da pesquisa em andamento intitulada “PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES DE PORTE MÉDIO: um estudo da morfologia urbana como contribuição ao planejamento urbano”

¹³ Discente Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) e Bolsista da Pós-graduação pela FAPEMIG.

¹⁴ Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP)

ANÁLISE PARCIAL DA REPRODUÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO URBANA EM ITUIUTABA-MG¹⁵

Suene Silva de Assis¹⁶

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: suene.assis@ufu.br

Hélio Carlos Miranda de Oliveira¹⁷

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Geografia- IG
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 38408-100, Santa Mônica, Uberlândia-MG, Brasil
e-mail: heliocarlos@ufu.br

Resumo: No tecido urbano da cidade de Ituiutaba, o histórico da produção do espaço urbano e a presença da verticalização se entrelaçam. Analisando o passado, compreende-se que as transformações urbanas são agentes ativos na construção da identidade local. A presente pesquisa de mestrado se encontra em andamento e é uma continuação lógica do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da FACIP/UFU, no ano de 2014, sob orientação do Prof. Dr. Hélio Carlos Miranda de Oliveira, intitulado **“PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E VERTICALIZAÇÃO: um estudo da cidade de Ituiutaba (MG)”**. O objetivo geral do trabalho é compreender o processo histórico de produção do espaço urbano em Ituiutaba (MG) a partir da construção de edificações verticais habitacionais, comerciais e mistas, nos últimos 55 anos (1970-2025). O período selecionado para a pesquisa vai ao encontro com a dissertação de Oliveira (2003), já que em Ituiutaba a produção e o consumo da habitação verticalizada só se intensificaram após a década de 1970. Entre 1950 e 1960, o foco dos empreendedores imobiliários foi a abertura de loteamentos horizontais. Para execução do presente estudo, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a realização de pesquisas em sites oficiais de empresas incorporadoras e imobiliárias atuantes, como também em suas respectivas páginas em mídias sociais, com finalidade de obter dados qualitativos e quantitativos. Para a pesquisa foram definidos os edifícios com quatro (4) e mais pavimentos, classificados em: habitacionais; comerciais ou mistos. Como resultado parcial, nota-se que os edifícios mais recentes em Ituiutaba apresentam uma maior dispersão, isto é, já não se concentram mais apenas no bairro Centro, há novas áreas atraindo construções verticalizadas. Nos últimos 14 anos, o bairro Tupã e mais recentemente o bairro Gerson Baduy se destacam com a presença de vários edifícios, o que pode ser justificado tanto pela localização estratégica, quanto pela proximidade com o Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, a presença da Universidade contribuiu e contribui significativamente para o crescimento imobiliário nesses bairros. Não obstante, o bairro Centro voltou a ser cenário de verticalização recente, porém com novos padrões de construções, destacando sempre a modernidade e a facilidade da localização central. Portanto, nota-se que o desenvolvimento das construções verticais ao longo do tempo sofreu modificações a fim atender as necessidades do mercado imobiliário, visto que as edificações são reestruturadas para contemplar diferentes níveis sociais.

Palavras-chave: Ituiutaba; verticalização; produção do espaço urbano.

Agradecimentos: Ao Prof. Dr. Hélio Carlos Miranda de Oliveira.

¹⁵ Texto elaborado a partir da pesquisa parcial intitulada “A (re) produção da verticalização urbana em Ituiutaba - MG (1970-2025)”.

¹⁶ Discente Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP).

¹⁷ Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP).

ERRADICAÇÃO DA POBREZA EM TEMPOS NEOLIBERAIS¹⁸

Bárbara Resende Batista¹⁹

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social – FACES
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil
barbara.resende@ufu.br

Lívia Kelly Araújo Nascimento²⁰

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social – FACES
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil
livia.nascimento@ufu.br

Soraia Veloso Cintra²¹

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social – FACES
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil
soraia.veloso@ufu.br

Resumo: Esse trabalho aborda a importância da erradicação da pobreza Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 01, buscando entendê-la como consequência do sistema capitalista que se consolidou em nossa sociedade. Ao se basear no acúmulo de capital e na propriedade privada, aqueles que não possuem detenção dos meios de produção precisam vender sua força de trabalho aos detentores para obter o mínimo de remuneração para sobreviver. O objetivo deste resumo é abordar a importância do Serviço Social no combate a pobreza, a fome e a miséria inseridos numa lógica capitalista com concepções neoliberais que dominam o século XXI. Para alcançar o objetivo foi realizada revisão bibliográfica de autores que abordam a temática. A riqueza se concentra nas mãos dos donos dos meios de produção, sendo, uma pequena parcela de nossa sociedade. Para reduzir o número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, é fundamental a criação de diversas políticas públicas e sociais que visem diminuir os impactos das expressões da questão social, as quais são geradas por um sistema capitalista destrutivo que só se sustenta e perpetua através do lucro e da desigualdade social. Para isto, é indispensável a intervenção do Estado para assegurar e garantir políticas de proteção social em diversos âmbitos, como educação, saúde, economia, entre outros. Dentro do Serviço Social, o combate a erradicação da pobreza se manifesta por meio de multifacetadas expressões da questão social, objeto desse trabalho dos(as) assistentes sociais que exige uma ampla leitura de totalidade da realidade. Todavia, a categoria enfrenta limitações para atuação diante de ações minimalistas impostas pelo Estado neoliberal na função de garantir os mínimos sociais, na qual há a crescente desregulamentação de direitos e políticas sociais, aumento de privatizações e venda dos direitos, dificultando articulação de assistentes sociais no combate as contradições geradas pelo sistema capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo; Pobreza; Neoliberalismo.

¹⁸ Texto elaborado a partir da ODS 01.

¹⁹ Discente do curso de Bacharelado em Serviço Social.

²⁰ Discente do curso de Bacharelado em Serviço Social.

²¹ Docente Associada (nível 03) do curso de Bacharelado em Serviço Social.

ADOLESCÊNCIAS PLURAIS: RAÇA, GÊNERO E LUGAR NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE MENINAS EM ITUIUTABA (MG)²²

Lorena Gonçalves Lombardi
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
Lorena.lombardi@ufu.br

Resumo: Este estudo busca compreender como a percepção de lugar, segundo a geografia humanista de Yi-Fu Tuan (2015a, 2015b), afeta a construção identitária de adolescentes negras e brancas, considerando as interseccionalidades de raça, gênero e classe. A pesquisa tem como objetivo geral compreender como a percepção do lugar, segundo autores da geografia humanista, especialmente Yi-Fu Tuan (2015a, 2015b), influencia a construção da identidade de adolescentes negras e brancas em diversos contextos urbanos, considerando as interseccionalidades de gênero, raça e classe social. Os objetivos específicos são: (i) identificar percepções de lugar entre adolescentes de diferentes classes sociais; (ii) investigar como essas percepções impactam a formação identitária; e (iii) analisar as interseccionalidades na relação entre percepção de lugar e identidade. Adota-se uma abordagem qualitativa fundamentada na fenomenologia, visando compreender as experiências subjetivas dos sujeitos. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com adolescentes de 12 a 18 anos, selecionadas após levantamento populacional com dados do IBGE e mapeamento das escolas em Ituiutaba. A revisão bibliográfica inclui autores da geografia humanista, como Tuan, que analisa a experiência humana no espaço e sua relação com a identidade, e também autores que discutem interseccionalidade, como Erik Erikson (1968, 1971) e Lélia Gonzalez (2020). A coleta de dados ocorrerá em diferentes contextos urbanos, buscando captar as narrativas das participantes. O levantamento bibliográfico e o mapeamento das instituições educacionais foram concluídos, e as entrevistas estão em fase de planejamento. Até o momento, não há resultados concretos, pois a pesquisa se encontra na fase inicial de análise. Contudo, espera-se que os resultados proporcionem uma compreensão aprofundada sobre como as interseccionalidades de raça e classe influenciam a relação das adolescentes com o espaço e a construção de suas identidades. A pesquisa, em andamento, sugere que a abordagem fenomenológica permitirá uma análise detalhada das interações entre identidade, lugar e interseccionalidade. A análise preliminar indica que as percepções de lugar, conforme descritas por Tuan, são essenciais para a construção identitária em contextos urbanos diversos, contribuindo para o debate sobre juventude, espaço urbano e desigualdades sociais.

Palavras-chave: Adolescência; Identidade; Lugar.

²² Texto elaborado a partir da pesquisa intitulada “Adolescências plurais: raça, gênero e lugar na construção identitária de meninas em Ituiutaba (MG)”.

ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM ITUIUTABA-MG: UM ESTUDO SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL²³

Matheus Silva dos Santos²⁴

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: matheussds2@gmail.com

Bruno Pereira Mantovani²⁵

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: agapepirangi@hotmail.com

Vitor Koiti Miyazaki²⁶

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: vitor.ufu@ufu.br

Resumo: A urbanização tem moldado o espaço urbano de forma a intensificar desigualdades sociais, segregação e fragmentação socioespacial. Esta pesquisa foca na análise de novos empreendimentos imobiliários em Ituiutaba-MG, especialmente espaços residenciais fechados. Esses espaços ampliam a segregação socioespacial, criando barreiras que perpetuam a exclusão e o preconceito, refletindo um sistema social e econômico injusto. Destinados a uma população de alto poder aquisitivo, frequentemente branca, esses locais acentuam desigualdades sociais e raciais. É essencial repensar a urbanização para promover a inclusão de todos os habitantes. Os resultados contribuem para o debate sobre a segregação socioespacial e racial, destacando a necessidade de uma análise mais profunda desse fenômeno.

Palavras-chave: Espaços Residenciais Fechados; Desigualdade; Segregação Socioespacial e Racial

Introdução

A história da urbanização testemunhou transformações significativas no processo de produção do espaço urbano, moldadas pelas lógicas e interesses do capitalismo. Estas mudanças geraram dinâmicas urbanas caracterizadas por desigualdades sociais e espaciais, segregação,

²³Texto elaborado a partir da pesquisa intitulada “Espaços residenciais fechados em cidades de porte médio: um estudo sobre segregação socioespacial e racial”

²⁴Graduando do curso de geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), E-mail: matheussds2@gmail.com

²⁵Graduando do curso de geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), E-mail: agapepirangi@hotmail.com

²⁶Doutor, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal, E-mail: vitor.ufu@ufu.br

exclusão e fragmentação socioespacial. A compreensão desses fenômenos é fundamental para abordar os desafios urbanos contemporâneos.

Neste contexto de aprofundamento das desigualdades socioespaciais, esta pesquisa tem como objetivo analisar a implantação e disseminação de novos empreendimentos imobiliários, com foco nos espaços residenciais fechados, na cidade de Ituiutaba-MG. A pesquisa busca compreender algumas características desses espaços residenciais, suas localizações, avaliar seus impactos na morfologia urbana e suas implicações nas práticas espaciais dos moradores.

A pesquisa adotou um conjunto de procedimentos metodológicos, combinando revisões bibliográficas, levantamento e organização de dados do IBGE e o uso de softwares de mapeamento para localização e delimitação dos espaços residenciais fechados destas quatro cidades.

O estudo dos espaços residenciais fechados revela a intensificação da segregação socioespacial e da fragmentação urbana, destacando as profundas consequências sociais. Esses espaços não apenas refletem, mas também amplificam as desigualdades existentes, criando barreiras físicas e simbólicas que perpetuam a exclusão e o preconceito. A segregação nesses espaços não é apenas uma escolha individual, mas um reflexo de um sistema social e econômico injusto.

Os espaços residenciais fechados, destinados a uma parcela da população com alto poder aquisitivo e frequentemente branca, acentuam as desigualdades sociais e raciais nas cidades brasileiras, revelando a persistência de estruturas históricas de segregação. É fundamental repensar o modelo de urbanização baseado na segregação e exclusão, buscando alternativas que promovam a integração e inclusão de todos os habitantes da cidade. Os resultados desta pesquisa contribuem para o debate sobre a segregação socioespacial e racial.

Tendo em vista esta contextualização geral sobre a pesquisa, este trabalho está estruturado em 3 partes. Além desta introdução, realizamos reflexões sobre o impacto de tais empreendimentos na perpetuação das desigualdades raciais relacionando com o contexto da cidade estudada. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Segregação socioespacial nos espaços residenciais fechados: reflexões necessárias

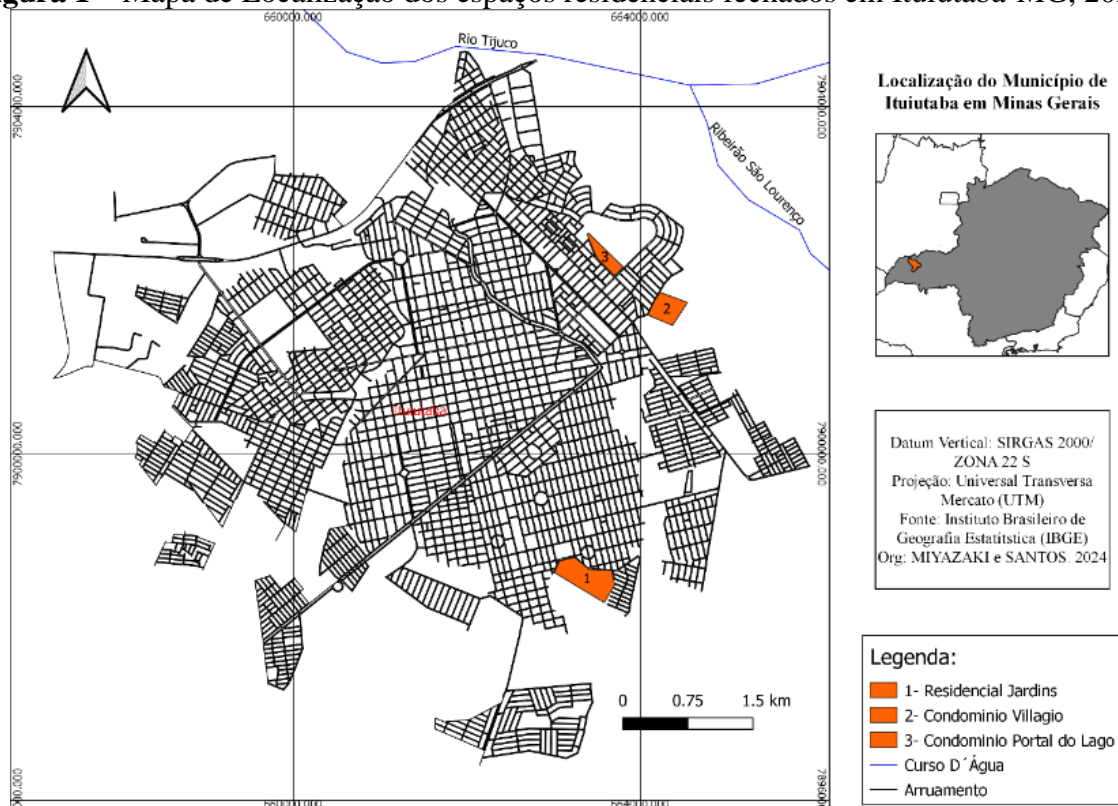
A cidade de Ituiutaba é sede do município localizado no oeste da Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e possuía, em 2022, 102.2017 habitantes, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE. Miyazaki (2018) destaca que Ituiutaba, sob o critério demográfico, é considerada uma cidade de porte médio, mas não uma cidade

média, pois essa distinção não se limita apenas à população, mas também às funções urbanas e papéis regionais que desempenha.

Segundo o estudo REGIC do IBGE, Ituiutaba é um Centro Sub-Regional B4, exercendo centralidade para os municípios ao redor, oferecendo bens e serviços, como comércio, saúde e educação superior. Fundada em 1902, a cidade teve seu crescimento impulsionado pela produção agrícola, especialmente nas décadas de 50 e 60, que trouxe um fluxo de trabalhadores e capital para a reestruturação rural e urbana. A expansão territorial recente foi marcada pela implantação de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, com loteamentos dispersos, principalmente para população de baixa renda.

Considerando-se estes aspectos gerais, ressalta-se que atualmente, em Ituiutaba, há até o momento apenas dois espaços residenciais fechados voltados para a população de mais alta renda que se encontram ocupados: o Portal do Lago, na porção nordeste da cidade e de ocupação mais avançada, e o Residencial Jardins, no setor sul e com uma ocupação considerável. Além destes, outro empreendimento está ainda em fase de ocupação, sendo o Condomínio Villagio (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de Localização dos espaços residenciais fechados em Ituiutaba-MG, 2024

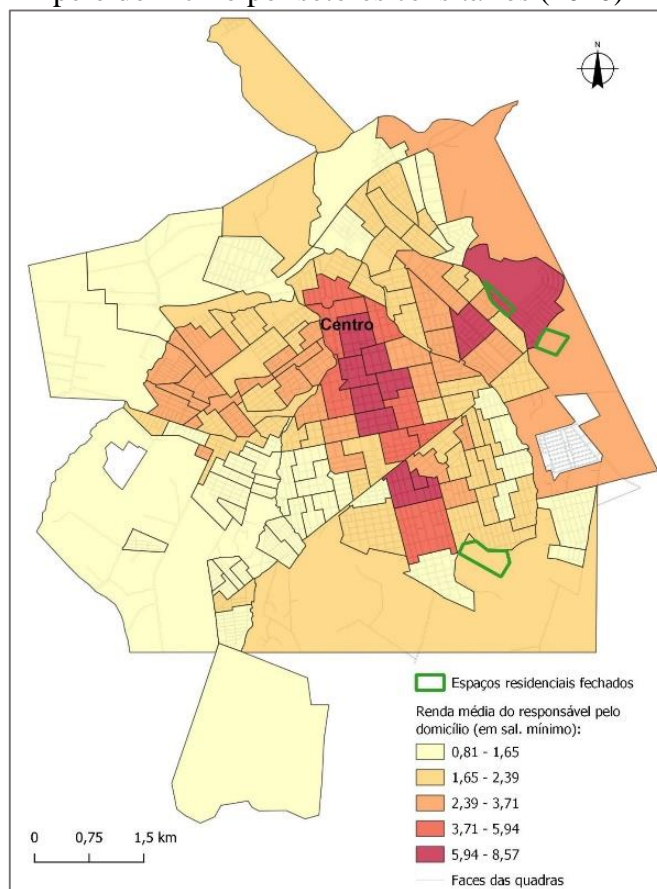


Em Ituiutaba, a Lei Municipal número 4.089 de 16 de Junho 2011 é a que regulamenta e define as diretrizes para implantação de Loteamento Fechado Habitacional. A lei é composta de 13 Artigos, onde basicamente, define o caráter residencial, onde cada unidade territorial será destinada a construção de uma edificação unifamiliar. Os gastos com a construção e manutenção destes empreendimento serão de total responsabilidade dos proprietários dos lotes.

Os espaços residenciais fechados colaboram significativamente para a intensificação do fenômeno da segregação socioespacial. Ao criarem barreiras físicas e simbólicas que restringem o acesso e a integração com o entorno urbano, esses empreendimentos acabam promovendo a exclusão de determinados grupos sociais e a formação de enclaves de alta renda. Essa segregação socioespacial se manifesta na separação física do espaço urbano, na concentração de recursos e serviços em determinadas áreas da cidade, e na exclusão dos mais pobres dos serviços públicos oferecidos à população. Além disso, a segregação socioespacial reforça desigualdades históricas, contribuindo para a reprodução de um padrão urbano segregado e excludente.

Em Ituiutaba (Figura 2) a área central também apresenta uma alta concentração de domicílios com renda elevada. Outros setores da cidade, como o Bairro Universitário e Independência, também aparecem com indicativos elevados de renda. Destaca-se o Bairro Drummond 1, onde estão localizados dois espaços residenciais fechados, o Condomínio Portal do Lago e o Condomínio Villagio, como uma das localidades com maiores indicativos de renda na cidade.

Figura 2 – Ituiutaba-MG: espaços residenciais fechados (2024) e renda média do responsável pelo domicílio por setores censitários (2010)



Fonte: autor (2024) e IBGE (2010). **Org.:** autor, 2024.

A partir da fragmentação do espaço, emerge uma clara diferenciação social, visto que o consumo do espaço urbano varia de acordo com fatores sociais, econômicos e, por vezes, raciais. Aqueles que adotam esse padrão de consumo apresentam características distintivas, como condições financeiras favoráveis, elevado nível de instrução e pertencimento à cor branca.

A segregação e exclusão da população negra no contexto urbano do Brasil têm origens históricas profundas que datam do período da escravidão e suas consequências após a abolição. Por muitos anos, os negros foram trazidos da África na condição escravizados para trabalhar nas plantações e nas áreas urbanas, sendo considerados propriedade e privados de seus direitos fundamentais. Depois que a escravidão foi abolida em 1888, os negros foram excluídos da sociedade, sem acesso à educação, emprego decente e moradia adequada. A ausência de medidas de inclusão social e a permanência do racismo levaram à separação geográfica dos negros, que foram relegados a bairros periféricos e menos valorizados nas cidades (Figueredo, 2014).

A Lei de Terras de 1850 no Brasil teve um papel significativo na perpetuação da segregação e marginalização da população negra no contexto das nossas cidades (COSTA,

1995). A Lei de Terras estabeleceu um sistema de propriedade privada da terra que favoreceu os grandes proprietários rurais em detrimento dos ex-escravizados e da população negra em geral.

Essa legislação contribuiu para a concentração de terras nas mãos de poucos, impedindo o acesso da população negra à terra e limitando suas possibilidades de se estabelecerem em áreas urbanas de forma digna e legal. Como resultado, muitos negros foram empurrados para áreas periféricas e desvalorizadas das cidades, onde enfrentaram condições precárias de moradia e infraestrutura.

A falta de acesso à terra e a concentração de propriedade nas mãos de poucos também impactaram a capacidade da população negra de gerar renda e acumular riqueza, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais e econômicas ao longo do tempo.

A segregação socioespacial, as desigualdades sociais e raciais, além dos espaços residenciais fechados estão interligados de maneira complexa, influenciando as dinâmicas urbanas e a distribuição desigual de recursos e oportunidades na sociedade. De acordo com Villaça (2012 apud Tineu & Borges, 2023, p. 4):

“a segregação sempre possui um desdobramento no espaço físico das cidades, sendo visível a identificação de quais são as áreas habitadas pelos ricos e brancos e pelos pobres e negros, pois nessa última perspectiva há uma imbricação entre pobreza e cor.”

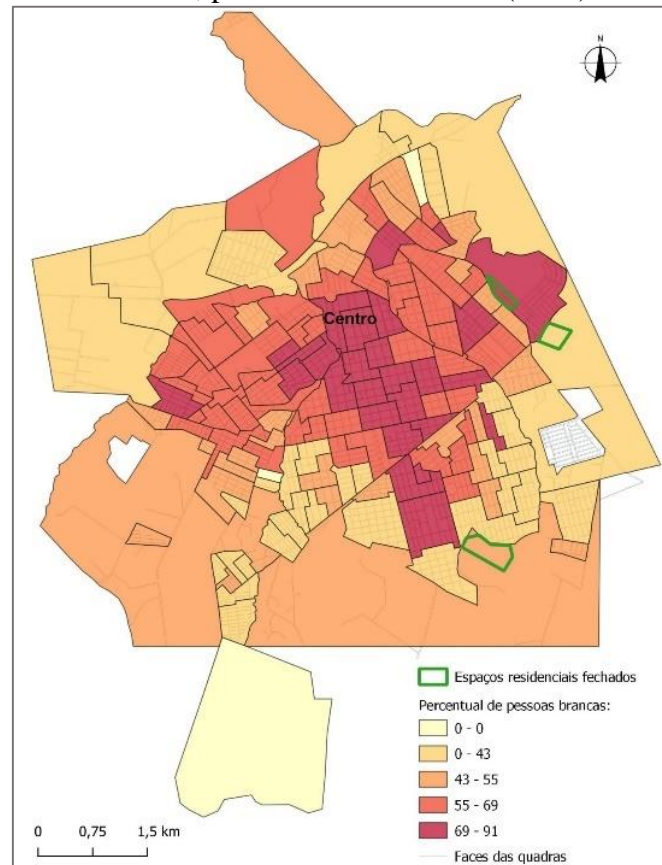
A segregação socioespacial, caracterizada pela separação física e social de diferentes grupos dentro do espaço urbano, muitas vezes reflete e amplifica as desigualdades raciais existentes. Em muitas cidades, a segregação resulta na concentração de grupos étnico-raciais em áreas específicas, com negros e outras minorias étnicas frequentemente relegados a áreas periféricas e desfavorecidas, enquanto brancos ocupam espaços mais privilegiados.

A pesquisa conduzida por Miguel (2008), que abordou a presença ou ausência da população negra em espaços residenciais fechados em Piracicaba-SP, evidencia que a maioria dos moradores é de origem branca. Embora os resultados estejam circunscritos aos condomínios existentes na localidade naquele período específico em Piracicaba-SP, consideramos que esse elemento se revela relevante para a compreensão da dinâmica dos espaços residenciais fechados, dada a similaridade no objeto de estudo.

Em Ituiutaba é possível observar uma alta concentração de pessoas brancas residindo nas áreas com maior percentual médio de renda, conforme apontado nas figuras 3 e 4. Outro aspecto evidente é a concentração de pessoas pretas e pardas nas áreas periféricas da cidade, reforçando um padrão de segregação que confina essas pessoas em áreas afastadas da área central. Esses padrões socioespaciais refletem as dinâmicas de desigualdade racial e

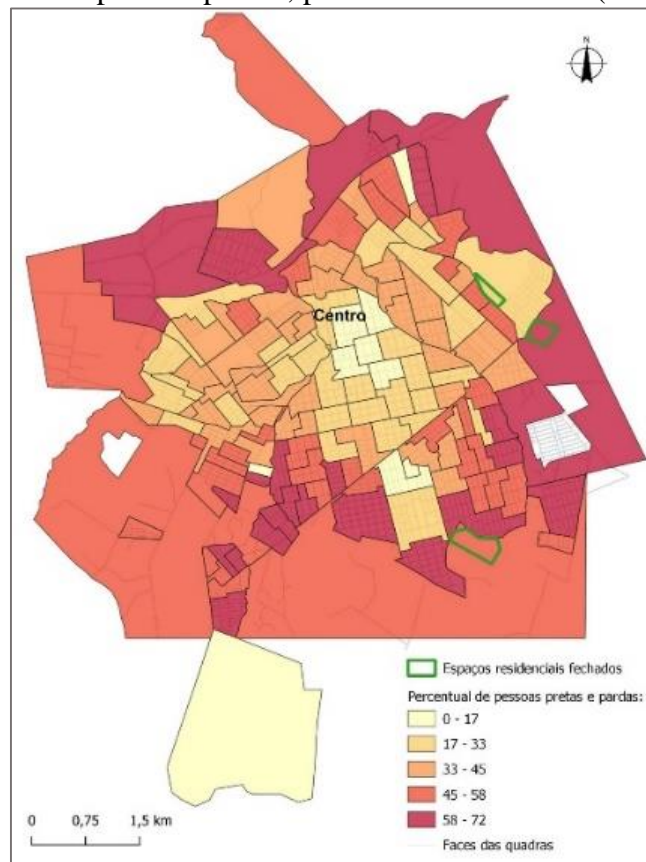
socioeconômica presentes em Ituiutaba, demandando atenção e políticas que visem a redução dessas disparidades e a promoção de uma maior inclusão e equidade na cidade.

Figura 3 – Ituiutaba-MG: espaços residenciais fechados (2024) e percentual de pessoas brancas, por setores censitários (2010)



Fonte: autor (2024) e IBGE (2010). **Org.:** autor, 2024.

Figura 4 – Ituiutaba-MG: espaços residenciais fechados (2024) e percentual de pessoas pretas e pardas, por setores censitários (2010)



Fonte: autor (2024) e IBGE (2010). **Org.:** autor, 2024.

Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2023, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023, os trabalhadores pretos e pardos enfrentam significativas disparidades salariais em comparação com os trabalhadores brancos no mercado de trabalho brasileiro. Apesar de representarem a maioria da população ocupada, os rendimentos dos pretos e pardos são menores. No período avaliado, o rendimento-hora da população ocupada branca foi de R\$ 20,10, enquanto o dos pretos ou pardos foi de R\$ 11,80, uma diferença de 61,4%. Já o rendimento médio real dos brancos foi de R\$ 3.273, 64,2% a mais do que os pretos ou pardos, que tiveram rendimento médio real de R\$ 1.994.

Por nível de instrução, a disparidade é ainda mais evidente. No nível superior completo, por exemplo, os brancos têm um rendimento-hora de R\$ 35,30, enquanto os pretos ou pardos têm um rendimento-hora de R\$ 25,70, uma diferença de 37,6%. Esses dados ressaltam a urgência de políticas públicas e ações afirmativas que visem reduzir essas desigualdades e promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para todos os brasileiros, independentemente de sua cor ou raça.

Entre os tipos de empregos mais comuns para negros e pardos estão os trabalhos domésticos, como empregadas domésticas e diaristas, que historicamente têm sido ocupados majoritariamente por mulheres negras. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2023, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negros e pardos têm maior proporção em áreas como serviços domésticos (66,4%), construção (65,1%), agropecuária (62%) e transporte, armazenagem e correio (57%).

Essas disparidades salariais têm um impacto significativo na possibilidade de pretos e pardos em acessarem moradias em espaços residenciais fechados, que geralmente são destinados à população de média e alta renda. Com rendimentos menores, esses grupos enfrentam maiores dificuldades para arcar com os custos associados à moradia.

Se por um lado, embora a presença de negros e pardos como moradores em espaços residenciais fechados seja limitada, a situação é diferente quando se trata de sua presença como trabalhadores nesses locais. Nos espaços residenciais fechados, é comum encontrar pessoas negras e pardas ocupando posições de trabalho como domésticas, diaristas, porteiros e jardineiros. Esses empregos, muitas vezes precários e mal remunerados, são uma realidade para muitos trabalhadores negros e pardos no Brasil. Conforme aponta Dal Pozzo (2015, p. 197) o número de moradores dos ditos “espaços autoss segregados” que necessitam dos serviços das empregadas domésticas é expressivo.

Este aspecto excludente nos remete a experiência do *apartheid*, proposto pelo Partido Nacional, de extrema direita, na África do Sul, em 1948. O *apartheid* foi um regime de segregação racial instituído na África do Sul entre 1948 e 1994. A palavra “apartheid”, em africâner, significa “separação” e foi utilizado para descrever a política oficial de segregação racial e discriminação implementada pelo governo dominado pela minoria branca no país. Essa política tinha como objetivo manter o controle político e econômico dos brancos sobre a população não branca, que incluía negros, pardos e indianos, entre outros grupos étnicos.

Sob o *apartheid*, foram criadas leis segregacionistas, “que impedia negros de residir nas cidades, embora pudessem nelas trabalhar, sob o controle de passaportes interno” (Vasconcelos, 2016, p. 26). No caso brasileiro, embora não houvesse estrutura parecida com a que aconteceu na África do Sul, pode-se estabelecer um paralelo, conforme aponta Nascimento (1978, p. 41 e 92):

[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência [...]. A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional '[...]'. No entanto, devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e

nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.

Neste sentido, embora não haja uma política deliberada do Estado brasileiro em segregar a população negra e parda, ao viabilizar a regularização e viabilidade de tais empreendimentos no espaço urbano, reproduz-se as condições de desigualdade que coloca a população preta e parda em um regime segregacionista. Essa dinâmica reforça uma estrutura social que marginaliza e limita as oportunidades de ascensão social para pretos e pardos, reproduzindo padrões históricos de desigualdade e exclusão.

Almeida (2019) argumenta que o racismo não é apenas um fenômeno isolado, mas sim uma consequência da estrutura social em que vivemos. Ele é resultado das relações sociais, políticas, econômicas, jurídicas e até familiares que compõem essa estrutura. Nesse sentido, o racismo não é visto como uma patologia social ou um desarranjo institucional, mas sim como parte integrante do funcionamento “normal” da sociedade, o que revela a profundidade e a complexidade desse problema para a sua superação.

O racismo, por ser parte intrínseca da estrutura social, não depende necessariamente de intenções individuais para se manifestar. Ele opera como uma racionalidade estrutural que permeia diversos aspectos da vida em sociedade. Essa racionalidade se desdobra em três dimensões principais: econômica, política e subjetiva (ALMEIDA, 2019). Na dimensão econômica, o racismo se reflete nas desigualdades de acesso a recursos e oportunidades, como emprego e moradia, que impactam grupos raciais de maneira desproporcional. Na dimensão política, vemos o racismo em práticas discriminatórias e na falta de representatividade dos grupos racializados nos espaços de poder. Já na dimensão da subjetividade, o racismo influencia a maneira como os indivíduos se percebem e percebem os outros, moldando atitudes e comportamentos. Essas dimensões interagem e se reforçam mutuamente, mantendo e reproduzindo as estruturas racistas na sociedade.

Entretanto, é importante reconhecer que, apesar das condições históricas e estruturais de desigualdade, uma parcela da população preta e parda tem conseguido ascender economicamente e ocupar espaços que antes eram mais restritos, como nos espaços residenciais fechados. Recentemente, tem havido um aumento significativo na circulação de vídeos que relatam situações de repressão e discriminação enfrentadas por MCs e artistas de funk que residem em “condomínios” de luxo, como os de Alphaville, em São Paulo. Esses vídeos são frequentemente compartilhados em portais de notícias digitais e redes sociais, como Instagram, Facebook e TikTok, gerando debates sobre questões de classe, raça e preconceito.

Tais acontecimentos chamaram a atenção do empresário Celso Athayde, que em matéria escrita para a revista digital Exame, intitulada “Ascensão social e choque de culturas: o que acontece quando a favela vai morar no condomínio de luxo”, abordou essa questão complexa e atual (ATHAYDE, 2024). O empresário discutiu a ascensão social de indivíduos vindos de comunidades marginalizadas, especialmente artistas de funk e outros profissionais emergentes, que estão conquistando espaços antes inacessíveis, como os condomínios de luxo.

Athayde destacou ainda como esses novos moradores enfrentam desafios e preconceitos, mesmo quando conquistam sucesso e reconhecimento profissional. Athayde também mencionou casos específicos, como o de MCs e artistas de funk que, apesar de alcançarem o sucesso, ainda enfrentam resistência e discriminação por parte de alguns moradores desses espaços residenciais. Esses relatos evidenciam uma realidade na qual a ascensão social de determinados indivíduos, especialmente aqueles provenientes de comunidades mais marginalizadas, é vista com desconfiança e hostilidade por parte de alguns moradores desses condomínios.

Como exemplificados nas letras do rapper Criolo (2023) “Pretos ganhando dinheiro incomoda demais Sociedade que só respeita o que o bolso traz Querem me ver rastejar, ver meu povo se humilhar Sou preto do gueto, mantenho o respeito Favela em primeiro lugar”.

Este “incômodo” que se manifesta na nossa sociedade, sobretudo por parte de moradores de espaços residenciais fechados está enraizada nessas estruturas históricas e sociais de desigualdade, perpetuando a discriminação e a exclusão social, mesmo em um contexto de ascensão econômica de alguns grupos. Neste sentido, Costa Junior (2021, p. 5) argumenta que o colonialismo estabeleceu uma prática social que contribuiu para a representação contínua das pessoas negras, indígenas e suas culturas como inferiores e sem valor, forjando assim um “capital racial”. Esse mecanismo de dominação subjetiva opera no nível da percepção dos agentes, condicionando e nivelando o entendimento sobre a cor da pele e os traços fenotípicos. Essa barreira simbólica controla e ordena todas as dimensões da vida de uma sociedade, influenciando e moldando toda a dinâmica social no ordenamento das posições dos agentes.

Deste modo é necessário compreender que os espaços residenciais fechados, para além da segregação socioespacial e fragmentação, podem desencadear impactos mais profundos em nossa sociedade. Diante disso, é crucial realizar estudos mais aprofundados que abordem essa realidade. Compreender como esses espaços influenciam e são influenciados pela estrutura social e racial da sociedade é fundamental para promover a igualdade e a justiça social. Essas análises podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e para a construção de comunidades mais inclusivas e igualitárias.

Considerações Finais

O estudo dos espaços residenciais fechados revela a intensificação da segregação socioespacial e da fragmentação urbana, destacando suas profundas consequências sociais. Esses espaços refletem e amplificam desigualdades, criando barreiras que perpetuam exclusão e preconceito. A segregação não é apenas uma escolha individual, mas resulta de um sistema social e econômico injusto.

Observou-se que renda e raça/cor estão correlacionadas, com alta concentração de brancos em áreas ricas e negros em áreas periféricas, refletindo padrões históricos de segregação. Espaços residenciais fechados acentuam desigualdades sociais e raciais, evidenciando estruturas de exclusão.

Um projeto urbano inclusivo não pode depender apenas dos interesses de quem historicamente se beneficiou das desigualdades. A justiça social exige redistribuição de recursos e um esforço coletivo que envolva os grupos marginalizados, garantindo acesso equitativo ao espaço urbano, serviços essenciais e oportunidades de desenvolvimento para toda a população. O futuro urbano deve ser moldado por processos democráticos que superem as estruturas de exploração e desigualdade, não apenas pelos interesses das elites.

Referencias

ATHAYDE, C. Ascensão social e choque de culturas: o que acontece quando a favela vai morar no condomínio de luxo. **Exame**. 16 de Jan 2024. Disponível em: <https://exame.com/esg/ascencao-social-e-choque-de-culturas-o-que-acontece-quando-a-favela-vai-morar-no-condominio-de-luxo/>. Acesso em: 31 de Jan 2024.

CALDEIRA, T.P.R.. **Enclaves Fortificados: A nova segregação urbana**. São Paulo: Estudos Sebrap, 1997

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**, São Paulo, Editora Brasiliense, 1995.

COSTA JUNIOR, J. da. Capital Racial: poder simbólico e estrutura de dominação. **REVES - Revista Relações Sociais**, Vol. 0XN.0Y, Julho. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/13247>. Acesso em 30/03/2024.

CRIOLO. **Pretos Ganhando Dinheiro Incomoda Demais**. OLOKO RECORDS: 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fHzhk_lah18&t=1s. Acesso em: 31 de mar, 2024.

DAL POZZO, C. F. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**. Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. 2015. 400f. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

FIGUEREDO, D. A. **Espaços Negros Urbanos**: Segregação e Preconceito nas cidades brasileiras. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – Anais do VII CBG, Vitória-ES, 2014. 9 p.

IBGE. Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Base de Informações do Censo Demográfico 2022**: resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE, **Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

ITUIUTABA. **Lei Municipal número 4.089 de 16 de Junho 2011**. Dispõe sobre implantação de Loteamento Fechado Habitacional, neste município, e dá outras providências. Ituiutaba, MG: Câmara Municipal de Ituiutaba.

MAGRINI, M. A. O. **Vidas em enclaves imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos**. 2013. 489 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MIGUEL, Y. D. C. **O consumo do espaço residencial: um estudo da presença/ausência da população negra nos condomínios horizontais fechados em Piracicaba - SP**. 2008. 140 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2008. RIBEIRO, L.-C.-de-Q.-(1996).-Dos cortiços aos condomínios de luxo.-Rio-de-Janeiro,-Civilização-Brasileira.

MIYAZAKI, V. K. Morfologia urbana e estruturação da cidade em Ituiutaba-MG **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 9, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2018.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

TINEU, R., & BORGES, C. M. D. M. (2023). DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO NEGRA NA CIDADE DE SÃO PAULO. **Revista Belas Artes**, 22(3). Recuperado de <https://revistas.belasartes.br/revistabelasartes/article/view/348>

VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

ERÊS, CARURU DE IBEJI E FESTAS DE COSME E DAMIÃO: EXPRESSÕES DA CELEBRAÇÃO DA INFÂNCIA COMO ATO DE RESISTÊNCIA CULTURAL E TERRITORIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIROS²⁷

Colignon Junio Freitas Portuguese
Curso de Geografia da Universidade do Oeste do Paraná- UNIOPAR
Rua das Orquídeas, nº 387, Bairro Cidade Jardim, 38.307-854, Ituiutaba-MG
E-mail: kolygnonjunio@gmail.com

Anderson Pereira Portuguese
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 38408-100, Santa Mônica, Uberlândia-MG, Brasil
E-mail: portuguez.andersonpereira@gmail.com

Resumo: A Umbanda e o Candomblé são religiões tradicionais de matriz afro-brasileira. São alvos frequentes de ações discriminatórias, fruto do preconceito e do racismo religioso, o que faz com que muitas de suas práticas comunitárias sejam alvos de ataques agressivos, ridicularização, apagamento cultural ou descaracterização. Este estudo se refere a duas práticas religiosas que vêm se descaracterizando e cada vez mais sendo realizadas às escondidas, como consequência das constantes ações preconceituosas que desrespeitam as tradições religiosas de matriz afro-brasileira. Ambas as festas celebram a infância, a alegria das crianças, a esperança e a ancestralidade afro-católica da Umbanda - Festa de Cosme e Damião; ou a ancestralidade de matriz africana – Caruru de Ibeji com a tradicional festa de Erês. O objetivo da pesquisa foi verificar se as festas citadas vêm sofrendo ataques preconceituosos no Triângulo Mineiro e quais as formas de resistência e permanência nos territórios das comunidades religiosas que as praticam. Para tanto, selecionamos aleatoriamente 10 comunidades de axé (duas casas de Candomblé e 8 de Umbanda) que realizam a festa e nelas buscamos informações por meio de trabalhos de campo (visitas, entrevistas semiestruturadas e cobertura fotográfica). Também realizamos leituras em fontes bibliográficas e documentais. Concluímos que as celebrações festivas da infância passam pelos seguintes processos: a) ocultação, b) ataques agressivos de comunidades evangélicas, sobretudo neopentecostais, c) discriminação de pessoas católicas e espíritas, d) descaracterização impostas pelas religiões majoritárias; e) superexposição do sagrado em redes sociais e f) fouclorização por parte da mídia de massa. Do ponto de vista territorial, observamos os seguintes processos: a) ocultação das práticas na segurança dos territórios comunitários de matriz afro-brasileira; b) desterritorialização das festas de rua e seu consequente apagamento e c) resistência em permanecer no espaço público por comunidades de axé mais aguerridas, que resistem aos ataques e se impõem, realizando as festas com ainda mais visibilidade, utilizando inclusive os recursos da contemporaneidade para a positivação de sua imagem, como as redes sociais por exemplo.

Palavras-chave: Território; Resistência Cultural. Umbanda; Candomblé.

²⁷ Texto elaborado a partir dos resultados do Projeto de Pesquisa intitulado “Representações espaciais e sociais da fé e da religiosidade popular na Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, MG”. Registro DIRPE/PSFE Nº 0141/2019 – Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

O presente trabalho traz os resultados de um recorte da pesquisa intitulada “Representações espaciais e sociais da fé e da religiosidade popular na Mesorregião Geográfica Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, MG”, realizada entre 2019 e 2022 pela equipe do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura, Descolonialidade e Território (CNPq/UFU). O projeto foi registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia conforme Processo/registro DIRPE/PSFE Nº 0141/2019.

De acordo com Portuguese (2022), no Brasil há na pelo menos duas dezenas de práticas religiosas que se enquadram no que convencionou-se chamar de “religiões tradicionais de matriz africana”. Este termo foi cunhado pelo poder público e apareceu pela primeira vez na legislação federal por meio da Lei nº 12.288, de 20/06/2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Segundo as pesquisas de Portuguese (2022), a expressão “de matriz africana” não reflete a complexidade constitutiva das bases culturais que deram origem às muitas religiões afro-euro-indígenas do Brasil. O autor preferiu adotar o termo “religiões tradicionais de matriz afro-brasileira como forma de enfatizar a grande participação dos povos indígenas na formação de práticas religiosas como a Umbanda, a Jurema Sagrada, a Pajelança afro-indígena e até mesmo no Candomblé.

Tais religiões são alvos frequentes de ações discriminatórias, fruto do preconceito e do racismo religioso, o que faz com que muitas de suas práticas comunitárias sejam atacadas agressivamente e ainda passam por ridicularização, apagamento cultural ou descaracterização. O Capítulo III do Estatuto da Igualdade Racial garante total liberdade de consciência e culto, inclusive com proteção das práticas e lugares sagrados das religiões de matriz afro-brasileira. Entretanto, a Umbanda e o Candomblé vêm liderando o ranking nacional de casos de intolerância religiosa, como nos alertou (Souza e Portuguese (2021).

Este estudo se refere a duas práticas religiosas que correm o risco de serem totalmente descaracterizadas, apagadas ou realizadas às escondidas, como consequência das constantes ações preconceituosas que desrespeitam as tradições religiosas de matriz afro-brasileira. Ambas as festas celebram a infância, a alegria das crianças, a esperança e a ancestralidade afro-católica da Umbanda.

A primeira delas é a Festa dos Erês, que pode ainda ser chamada de Quitanda de Erês²⁸ ou Caruru de Ibeji²⁹. Trata-se de uma celebração do Candomblé de raiz Ketu³⁰. As celebrações do Candomblé podem ocorrer no mês de setembro (influência do catolicismo popular) ou por volta do dia 12 de outubro³¹, quando se celebra o dia das crianças no calendário civil do Brasil.

No Candomblé temos a celebração da infância associada a Ibeji, os Orixás infantis e gêmeos, cujo culto ocorre no Brasil pelo menos desde o século XI, inclusive com iniciações. Os registros documentais da Casa de Oxumarê, em Salvador (BA), dão conta que o Sr. Damásio Joaquim Ricardo foi, talvez, um dos primeiros iniciados para Ibeji no Brasil, o que teria ocorrido em algum momento entre 1846 e 1860.

Por volta de 1860, Tálábi delega aos filhos a missão de perpetuar o legado ancestral do culto aos Orixás fincados na Casa de Oxumarê, em razão da idade já avançada. Assim, a responsabilidade é atribuída a um triunvirato: Antônio Maria Belchior, Salako e seus dois filhos sanguíneos, Damásio Joaquim Ricardo, Doyin, iniciado para Ibeji, e Olavo Joaquim Ricardo, Salami, filho de Osálá³².

Na Umbanda, encontramos nos registros documentais e bibliográficos dois nomes para celebração festivas da infância: Festa de Ibejada³³ e Festa de Cosme e Damião. As celebrações ocorrem geralmente em homenagem, tanto aos santos Cosme e Damião, do catolicismo popular, quanto à Ibejada propriamente dita, ainda que leve o nome somente dos santos gêmeos. Ocorre

²⁸ Erês são manifestações infantilizadas da consciência divina dos Orixás. Manifestam-se em pessoas iniciadas para o culto aos Orixás.

²⁹ Ibeji – Orixás gêmeos, infantis, africanos, cultuados pelos povos Yorubá sobretudo em Oyó, capital do Estado homônimo na atual Nigéria. São os protetores das crianças e das pessoas gêmeas e nas terras africanas, acredita-se que ter filhos gêmeos é sempre um presságio de muito boa sorte.

³⁰ Neste trabalho nos limitaremos às festividades da Umbanda e do Candomblé Ketu (de matriz cultural dos povos Yorubá – África Ocidental). Porém, registramos a existência da deidade Vunji, Vunje ou Invunje (em quicongo: *Nvunji*), da mitologia Bantu (matriz cultural de etnias de Congo e Angola), também chamada de Angolê e Lumbuguro. Trata-se do Nkisi (divindade) da inocência e protetor das crianças. Na África, já foi entendida como um espírito feminino que administra a justiça e que pode manifestar-se no ventre materno, mas seu culto encontra-se em fase de desaparecimento no Brasil atual.

³¹ Em 1924, o deputado federal Galdino do Valle Filho propôs a criação do Dia da Criança e o dia 12 de outubro foi então oficializado como data para esta comemoração por meio do decreto nº 4867, de 5 de novembro de 1924, assinado pelo presidente Arthur Bernardes. Em 1940, Getúlio Vargas instituiu o decreto que fixava o dia 25 de março como o novo Dia da Criança. Contudo, essa data ficou esquecida e a população não lhe deu muita importância. Em 1960, a Fábrica de Brinquedos Estrela fez uma promoção conjunta com a multinacional Johnson & Johnson para lançar a "Semana do Bebê Robusto" em outubro e, assim, aumentar suas vendas. Em 1961 a data de 12 de outubro passou a integrar o calendário das festas comerciais, pois outras empresas criaram a Semana da Criança para aumentar as vendas e os fabricantes de brinquedos decidiram escolher um único dia para a realização de promoções e, inspirados pelo decreto de 1924, definiram 12 de outubro como o Dia da Criança.

³² Registro extraído do memorial de tombamento do Axé Oxumarê pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://casadeoxumare.com.br/index.php/2015-07-12-20-45-13>. Acessado em 18/set./2024.

³³ Ibejada, ou Linha das Crianças – espíritos infantis que se apresentam nos terreiros por meio da mediunidade. Embora sejam espíritos sábios de alta evolução espiritual, que já tiveram muitas experiências reencarnacionais, escolhem se apresentar com os aspectos de pureza, inocência e vitalidade de uma criança para, assim, fazerem caridade: acolhimento, aconselhamento, mediação de conflitos e orientação para a vida (Martins et al, 2016).

geralmente em data próxima a 27 de setembro, quando celebra-se o dia de São Cosme e São Damião³⁴.

Tratadas as questões preliminares que dão os contornos do fenômeno estudado, podemos nos dedicar agora à descrição de nosso estudo propriamente dito. O objetivo geral de nossa pesquisa foi verificar se as festas citadas vêm sofrendo ataques preconceituosos no Triângulo Mineiro e quais as formas de resistência e permanência dos/nos territórios das comunidades religiosas que as praticam.

Para tanto, nos valem das bases teóricas e conceituais da Geografia Cultural descolonial crítica para realizar a pesquisa. Este campo de estudos da Geografia vale-se do paradigma da descolonialidade/anticolonialidade para entender as pautas identitária do tempo presente, assim como os aspectos ideológicos por detrás da manipulação social dos grupos minorizados pela ordem colonial. Ao mesmo tempo, o marxismo emerge como o substrato teórico necessário para se entender as disputas materiais envolvidas na temática estudada e seu diálogo com as formas de organização material da sociedade brasileira.

De acordo com estas balizas teórico-metodológicas, os estudos qualitativos são os mais adequados para se alcançar os objetivos, pois permitem abordar questões subjetivas com mais facilidade e assertividade. A pesquisa foi realizada em 4 etapas. Na primeira, realizamos algumas visitas a terreiros de Umbanda e Candomblé nas cidades mineiras de Capinópolis (2 terreiros) de Ituiutaba (2 terreiros), Iturama (1 terreiro), Uberlândia (3 terreiros) e Uberaba (2 terreiros). Recebemos ainda a colaboração de um terreiro em São José do Calçado (ES) e um em São Gonçalo (RJ) que nos encaminharam fotografias e nos concederam entrevistas por videochamada. Tudo isso para conhecer as experiências dos grupos detentores dos saberes religiosos relacionados à celebração da infância na Umbanda e no Candomblé.

O trabalho de campo como ação preliminar é uma opção diagnóstica comum em pesquisas culturais de base descolonial crítica. Ele nos permite entender alguns aspectos do fenômeno e, a partir da experiência vivenciada, pode-se partir para a busca das bases teóricas (segunda fase da pesquisa) que nos possibilitam a construção ou compreensão dos conceitos que norteiam a pesquisa. Temos observado que em algumas pesquisas culturais que se iniciam pelas leituras, pelo balanço teórico para em seguida se realizar as primeiras incursões em campo, acaba por ocorrer uma certa tortura do fenômeno estudado para que se enquadre nas

³⁴ Segundo Prado (2022), o dia oficial de celebração dos santos Cosme e Damião é 26 de setembro, conforme estabeleceu a última revisão do calendário litúrgico católico (Calendário Romano Geral, 1969). O dia 27 de setembro foi atribuído a São Vicente de Paulo. Porém, a imensa maioria dos devotos de Cosme e Damião continua a festejar os santos gêmeos em sua data original.

explicações prévias e já consolidadas pela academia. O que desejamos com o campo exploratório antecedendo as leituras é garantir que o que se vai buscar nos livros e artigos partirá dos objetivos do estudo, mas também do que se observou primeiramente no mundo vivido, na experiência vivenciada pelo geógrafo em sua área de estudos.

Na terceira fase, após as leituras e revisão de literatura, retornamos a campo para uma segunda aproximação com as comunidades estudadas, assim como para observar se as referências lidas e fichadas realmente explicam os fenômenos investigados em sua complexidade. Por fim, na fase final os textos foram produzidos apresentando as análises realizadas e as conclusões que foram possíveis a partir do que se pesquisou e do como se realizou a pesquisa.

Algumas entrevistas foram feitas unicamente com os sacerdotes e sacerdotisas, e foram estruturadas a partir de algumas questões comuns a todos os locais visitados: localização, segmento religioso, tempo de existência da comunidade, tradição da casa quanto à realização das festas, experiências de intolerância e ações de resistência. Questões abertas também foram elaboradas no ato da entrevista quando os pesquisadores julgaram pertinente, de forma que em dois locais visitados a entrevista pode ser estendida devido à maior riqueza de detalhes apresentada pelos dirigentes das comunidades.

Pesquisas culturais pautadas em bases científicas como esta, são relevantes para se compreender os contornos que o racismo religioso vem ganhando no Brasil e especialmente na região do Triângulo Mineiro. São relevantes também para entendermos as estratégias de luta e resistência das comunidades negras do Brasil Central.

A festa de Cosme e Damião

Segundo Dias (2014). O Culto aos santos gêmeos Cosme e Damião remonta o século V da era cristã, pois, segundo o autor, foi por volta desse período que surgiram os primeiros registros desse culto. De acordo com o autor, em 434 já existia um local dedicado aos santos em Ciro, no norte da Síria. Porém, a popularização do culto na Europa Central e Ocidental teria ocorrido somente por volta dos séculos XII e XIII, devido à popularização de Cosme e Damião como padroeiro da medicina e dos médicos.

Ainda de acordo com Dias (2014), a devoção aos santos Cosme e Damião foi introduzida no Brasil pelos portugueses por volta de 1535, quando os colonizadores desterritorializaram os indígenas daquele território e ali se estabeleceram e mandaram edificar uma igreja consagrada aos santos gêmeos em Igarassu, Pernambuco. Esse templo católico de arquitetura jesuítica é uma das mais antigas igrejas em funcionamento no Brasil.

Desde Pernambuco, as tradições europeias de devoção aos santos foram ganhando contornos tropicais e com o passar dos anos se tornou uma das comemorações mais vívidas do catolicismo popular no Brasil.

Com o passar dos anos e décadas, os escravizados de origem bantu incorporaram as celebrações de Cosme e Damião (figura 1) às suas práticas religiosas, tanto pelo fato de terem sofrido com a imposição da fé católica, quanto pelo fato de que muitos deles desenvolveram real devoção aos santos protetores das crianças. Além de celebrar Cosme e Damião, a Umbanda celebra ainda a controversa figura de Doum (figura 2), que para algumas famílias de axé seria uma terceira pessoa santa na lógica desse culto. Porém, tal existência não é consenso.

Nas representações na umbanda e no candomblé, junto aos dois santos aparece uma criancinha vestida como eles. Essa criança é Doum que personifica as crianças de até 7 anos. Para os adeptos de religiões de matrizes africanas, diz a crença que para cada dois gêmeos que nascem, um terceiro não encarna nesse mundo. Doum também é respeitado e adorado como da família dos Ibejis mas é considerado “aquele que não veio”. O mito de Doum servia de consolo quando a criança morria bebê ou no ventre da mãe. A partida era entendida como um retorno desses seres divinos ao mundo do qual não conseguiram se despedir (Ricco, 2021).

Figura 1: Imagem em gesso de São Cosme e São Damião disponível para venda em loja de artigos religiosos.



Fonte:

[https://lista.mercadolivre.com.br/\(...\)i%C3%A3o](https://lista.mercadolivre.com.br/(...)i%C3%A3o).
Acessado em 03/09/2024.

Figura 2: Imagem em gesso de São Cosme, São Damião e Doum disponível para venda em loja de artigos religiosos.



Fonte:

<https://www.lojamisticaoficial.com.br>.
Acessada em 03/09/2024.

Para os fins de nossa pesquisa, a existência ou não de uma terceira pessoa na tradição de algumas famílias de axé não é relevante, pois não impacta nossos objetivos de estudos, que se foca na celebração da infância pelas comunidades de terreiro. Como as evidências documentais da existência de Doum nos remete a uma origem de fato africana, deixaremos este tema para uma pesquisa futura, quando o trataremos com a atenção que merece.

No século XIX, quando a Constituição Imperial impedia a liberdade de culto e consciência, as chamadas religiões tradicionais de matriz afro-brasileira ainda estavam em sua fase de formatação e organização às escondidas, pois a perseguição policial era implacável. Com a proclamação da República (1889) e a consequente promulgação da Constituição de 1891, o Brasil tornou-se Estado Laico, mas as muitas práticas religiosas negras, popularmente chamadas de Macumba Carioca, permaneciam na clandestinidade, sob ataque da polícia que afirmava que tais religiosidades eram práticas de desordem e vadiagem, e não de religião em si (Souza e Portuguese, 2021).

Dias (2014) nos ensinou que foi nessa época que os terreiros, sobretudo nordestinos, passaram a adotar uma prática típica do catolicismo popular em sua ritualística: ofertar doces e balas para as crianças no dia 27 de setembro. A origem exata desta prática não é consenso na literatura, tampouco o período em que se iniciou. Entretanto, é certo que especificamente no caso da Umbanda, a oferta de guloseimas migrou do catolicismo popular para os terreiros do Nordeste e do Rio de Janeiro, não só como homenagem a Cosme e Damião, mas também como parte dos cultos às divindades e entidades com eles sincretizadas (Erês, Orixás Ibeji, da cultura Yoribá, ou ao Nkissi Nvunji, da cultura Quicongo).

No caso do Candomblé, a distribuição de doces foi agregada a uma prática já existente, que é a distribuição de iguarias sagradas, como o caruru e o vatapá, dos quais falaremos mais adiante. Para Martins (2016) o comer vai para muito além de uma mera satisfação biológica, alcançando todo um universo simbólico social e configura-se como comunhão, como ato de compartilhar o axé (força sagrada).

Na Bahia, ainda Segundo Dias (2014) os santos Crispim e Crispiniano também foram sincretizados com os Ibêjis em alguns terreiros de Umbanda. Por essa razão, no dia 25 de outubro, dia desses santos, ocorrem algumas comemorações semelhantes às de Cosme e Damião, porém, com menor intensidade. No Triângulo Mineiro não localizamos nenhum terreiro que faça tal associação.

As diversas formas de celebração da infância se popularizaram na capital da República (Rio de Janeiro) entre o final do século XIX e início do século XX, mas práticas semelhantes já existiam na Bahia. Ao longo do século XX a Umbanda se espalhou por todo o Brasil e as tradições festivas acompanharam esse movimento. Nas fotos que seguem, observamos imagens das festividades em dois terreiros de Umbanda. Em Iturama, a festa ocorre há 3 anos e em Capinópolis o festejo é celebrado há pelo menos 40 anos.

Figuras 3 e 4: Festas em homenagem a São Cosme e São Damião em terreiros de Iturama e Capinópolis.



Fonte: Acervo do Centro Espírita Casa de Oração São Vicente de Paula, Iturama, MG, 2023.



Fonte: Acervo do Centro Espírita Casa de Oração São Vicente de Paula, Capinópolis, MG, 2023.

Quitandas de Erês e a celebração de Ibeji

Segundo a pesquisadora Ângela de Castro Gomes, o "comemorar" poderia ter diversas interpretações na acepção semântica. Por exemplo, poderia significar "trazer à memória", "fazer recordar"³⁵. E foi com a celebração que os grupos de pessoas escravizadas conseguiram manter vivas as memórias de seu continente de origem, em sentido mais amplo, e de suas famílias, em sentido mais específico. O ato de celebrar permitiu aos escravizados, existirem enquanto resistiam. Foi uma forma de reviverem as memórias sociais e assim divulgarem (ou transmitirem) conhecimentos ancestrais relevantes, capazes de manter a sanidade em ambiente de senzala, onde a brutalização de corpos e mentes era uma realidade implacável.

Nos tempos do cativeiro, a brutalidade das relações de dominação dos colonizadores sobre os africanos e seus descendentes eram ameaças constantes à vida e, neste sentido, o culto à Ibeji fazia todo sentido. De acordo com Prandi (2002), autor que se dedicou ao estudo do panteão e da mitologia Yorubá, os irmãos Ibeji (gêmeos) eram capazes de enganar Iku (a morte) com música e dança. De acordo com a narrativa coletada pelo autor,

Na aldeia de Ifá tudo transcorria normalmente. Todos faziam seu trabalho, as lavouras davam seus bons frutos, os animais procriavam, crianças nasciam fortes e saudáveis. Mas um dia a Morte resolveu concentrar ali sua colheita. Aí tudo começou a dar errado. As lavouras ficaram inférteis, as fontes e correntes de água secaram, o gado e tudo o que era bicho de criação definharam. Já não havia o que comer e beber. No desespero da difícil sobrevivência, as pessoas se agrediam umas às outras, ninguém se entendia, tudo virava uma guerra. As pessoas começaram a morrer aos montes. Instalada ali no povoado, a Morte vivia rondando todos, especialmente as pessoas fracas, velhas e doentes. (...). O rei mandou muitos emissários falar com a malvada, mas a Morte sempre respondia que não fazia acordos. (...). Ela mandou dizer ao rei, por fim: "Para não dizerem que sou muito

³⁵ Disponível em: <https://icbeuuberaba.com.br/galeria-de-fotos/dia-das-criancas-no-icbeu/>. Acessado em 20/set./2024.

rabugenta, até concordo em dar uma chance à aldeia” (...). “Basta que uma pessoa me obrigue a fazer o que não quero. Se alguém aqui me fizer agir contra a minha vontade, eu irei embora” (...). “Mas só vou dar essa oportunidade a uma única pessoa. Não vou dar nem a duas, nem a três”. E foi-se embora dali, saboreando antecipadamente mais uma vitória. Mas quem se atreveria a enfrentar a Morte? Quem, se os mais bravos guerreiros estavam mortos ou ardiam de febre em suas últimas horas de vida? Quem, se os mais astutos diplomatas havia muito tinham partido? Foi então que dois meninos, os Ibejis, os irmãos gêmeos Taió e Caiandê, que os fofoqueiros da cidade diziam ser filhos de Ifá, resolveram pregar uma peça na horrenda criatura. (...). Decidiram os Ibejis: “Vamos dar um chega-para-lá nessa fedorenta figura”. Os meninos pegaram o tambor mágico, que tocavam como ninguém, e saíram à procura da Morte. Não foi difícil achá-la numa estrada próxima, por onde ela perambulava em busca de mais vítimas. Sua presença era anunciada, do alto, por um bando de urubus que sobrevoavam a incrível peçonhenta. (...). Os meninos se esconderam numa moita e, tapando o nariz com um lenço, esperaram que ela se aproximasse. Não tardou e a Morte foi chegando. (...). Nesse momento, numa curva do caminho, enquanto um dos irmão ficava escondido, o outro saltou do mato para a estrada, a poucos passos da Morte. Saltou com seu tambor mágico, que tocava sem cessar, com muito ritmo. Tocava com toda a sua arte, todo o seu vigor. Tocava com determinação e alegria. Tocava bem como nunca tinha tocado antes. A Morte se encantou com o ritmo do menino. Com seu passo trôpego, ensaiou uma dança sem graça. E lá foi ela, alegre como ninguém, dançando atrás do menino e de seu tambor, ele na frente, ela atrás. (...). Passou-se uma hora, passou-se outra e mais outra. O menino não fazia nenhuma pausa e a Morte começou a se cansar. O sol já ia alto, os dois seguiam pela estrada afora, e o tambor sem parar, tá tá tatá tá tá tatá. O dia deu lugar à noite e o tambor sem parar, tá tá tatá tá tá tatá. E assim ia a coisa, madrugada adentro. O menino tocava, a Morte dançava. O menino ia na frente, sempre ligeiro e folgazão. A Morte seguia atrás, exausta, não aguentando mais a aparição gritou: “Para de tocar, menino, vamos descansar um pouco”, ela disse mais de uma vez. Ele não parava. “Para essa porcaria de tambor, moleque, ou hás de me pagar com a vida”, ela ameaçou mais de uma vez. E ele não parava. “Para que eu não aguento mais”, ela implorava. E ele não parava. Taió e Caiandê eram gêmeos idênticos. Ninguém sabia diferenciar um do outro, muito menos a Morte, que sempre foi cega e burra. Pois bem, o moleque que a Morte via tocando na estrada sem parar não era sempre o mesmo menino. Uma hora tocava Taió, enquanto Caiandê seguia por dentro do mato. Outra hora, quando Taió estava cansado, Caiandê, aproveitando uma curva da estrada, substituíu o irmão no tambor. Taió entrava no mato e acompanhava a dupla sem se deixar ver. No mato o irmão que descansava podia fazer xixi, beber a água depositada nas folhas dos arbustos, enganar a fome comendo frutinhas silvestres. Os gêmeos se revezavam e a música não parava nunca, não parava nem por um minuto sequer. Mas a Morte, coitada, não tinha substituto, não podia parar, nem descansar, nem um minutinho só. E o tambor sem cessar, tá tá tatá tá tá tatá. Ela já nem respirava: “Para, para, menino maldito”. Mas o menino não parava. E assim foi, por dias e dias. Até os urubus já tinham deixado de acompanhar a Morte, preferindo pousar na copa de umas árvores secas. E o tambor sem parar, tá tá tatá tá tá tatá, uma hora Taió, outra hora Caiandê. Por fim, não aguentando mais, a aparição gritou: “Para com esse tambor maldito e eu faço tudo o que me pedires”. O menino virou-se para trás e disse: “Pois então vá embora e deixe a minha aldeia em paz...”. “Aceito”, berrou a nauseabunda, vomitando na estrada. O menino parou de tocar e ouviu a Morte dizer: “Ah! Que fracasso o meu. Ser vencida por um

simples pirralho”. Então ela virou-se e foi embora. Foi para longe do povoado, mas foi se lastimado: “Eu me odeio. Eu me odeio”. Só as moscas acompanhavam a Morte, circundando sua cabeça descarnada. Tocando e dançando, os gêmeos voltaram para a aldeia para dar a boa notícia. Foram recebidos de braços abertos. Todos queriam abraçá-los e beijá-los. Em pouco tempo a vida normal voltou a reinar no povoado, a saúde retornou às casas e a alegria reapareceu nas ruas. Muitas homenagens foram feitas aos valentes Ibejis. Mesmo depois de transcorrido certo tempo, sempre que Taió e Caiandê passavam na direção do mercado, havia alguém que comentava: “Olha os meninos gêmeos que nos salvaram” E mais alguém complementava: “Que a lembrança de sua valentia nunca se apague de nossa memória” (...) [Prandi, 2002, p. 26-32).

Para os escravizados, celebrar Ibeji significava manter viva a inocência, viva a esperança e dizer para Iku, a morte, que não os rondassem. Celebrar Ibeji, portanto, sempre foi ato de resistência, de resiliência.

A Festa de Erês, ou Quitanda de Erês, ou Caruru de Ibeji, como esta celebração ficou conhecida, não possui um formato padrão. De acordo com Monitchele (2003), o culto a Ibeji teria surgido na África por volta do século V, ou seja, acumularia atualmente mais de 1500 anos de tradição. De acordo com suas apurações, nas terras Yorubá, os Ibejis teriam o poder de curar doenças e abençoar as mulheres com gravidez. A figura 4 mostra imagens africanas de Ibeji à venda em uma loja virtual.

Figura 5: Imagens africanas esculpidas em madeira de casal de Ibeji.



Fonte: Acervo pessoal de Aline Chermoula.

Disponível em:

[https://vogue.globo.com/Vogue\(...\)caruru.html](https://vogue.globo.com/Vogue(...)caruru.html)

Ao realizarmos nossos trabalhos de campo, observamos que cada família de axé tem suas tradições, suas formas de celebrar a vida e a infância. Geralmente ocorrem ritos internos e públicos ao longo de um ou dois dias. Nas casas que visitamos, observamos que oferendas são realizadas para agradar Ibeji, que além dos ritos de sacralização de seus assentamentos, recebem frutas, caruru, doces diversos, bolos, bebidas doces e pipocas como oferendas. As casas e terreiros são enfeitadas com bandeirinhas coloridas, brinquedos, bexigas de ar coloridas, fitas, tudo que faça referência ao universo infantil. As mesas são fartamente arrumadas com guloseimas das mais diversificadas e refrigerantes ou refrescos são servidos para todos. Também ocorrem brincadeiras infantis, como corrido do ovo na colher, corrida com sacos, competição de dança, concursos de interpretação musical, caraoquê, teatrinhos, entre muitas outras atividades deliciosamente barulhentas e com muita ludicidade. Em algumas casas, brinquedos de parques podem ser alugados, como: pula-pula, escorrega inflável, touro mecânico e outros.

Em algumas casas mais politizadas, engajadas na recuperação das tradições afrocentradas e/ou originárias, as brincadeiras ancestrais (africanas ou indígenas) são as mais importantes da programação e procura-se ao máximo trazer as atrações infantis para o universo étnico africano e indígena. Nesse tipo de programação, planejada para 2024 em um terreiro de Ituiutaba (MG), encontramos: dança afro, apresentação de capoeira, oficinas de arte em argila, confecção de cocares com penas coloridas, jogo de peteca, desfiles de moda africana e inclusive batismos, entre outros exemplos.

O caruru é uma comida típica, de origem africana, oferecida a Ibeji como forma de agradar à essa energia. É preparado ritualisticamente com quiabos picados, amendoim torrado sem casca e triturado (ou castanha de caju triturada), dendê, sal, camarão seco e cebola ralada. Algumas casas inserem ainda: leite de coco, meio limão (só para eliminar a baba do quiabo), camarão fresco e gengibre. O caruru é muito frequentemente servido com um acaçá (massa de farinha de milho branco com água), arroz branco e vatapá (pasta feita a partir de cebola ralada, amendoim torrado sem casca e triturado (com, ou com castanha de caju triturada), dendê, camarão (seco e/ou fresco), gengibre, sal e água. Algumas casas acrescentam leite de coco e coentro.

Figuras 6 a 10: Distribuição de caruru e seus acompanhamentos para crianças e adultos em Festa de Ibeji terreiro de Ituiutaba, MG.



Fonte: Acervo do Axé Olorigin (2024).

As festas de celebração da infância como expressões da religiosidade popular: passado, presente e incertezas sobre o futuro

Chegamos agora em um momento deste texto, que sintetiza nossa pesquisa, no qual as entrevistas nos trazem o olhar dos sujeitos sociais envolvidos nas dinâmicas da celebração da infância em comunidades de terreiros. Ouvir sacerdotes e sacerdotisas nos trouxe um panorama objetivo-material e, ao mesmo tempo, uma camada subjetiva densa, representada pela memória afetiva, pela saudade, mas também pela vergonha, medo e a dor.

Em termos materiais, estamos nos referindo aos recursos necessários para a realização de uma festa: espaço, água, energia elétrica, equipamentos de som, brinquedos, comida, etc. A materialidade da festa exige, segundo nossos entrevistados, um empenho enorme, pois no

tempo presente tudo está muito caro e a realização da celebração exige investimentos, doações e muito empenho.

A subjetividade aparece de forma contraditória. A saudade de como se fazia a festa antigamente revela que atualmente as coisas andam mudadas. Candomblecistas e Umbandistas se dizem com medo de perseguições, discriminações e até mesmo de atitudes agressivas por parte de cristãos radicais.

De acordo com um dos depoimentos, antigamente, os devotos enchiam balaio e caixas com saquinhos de balas e doces e se direcionavam para lugares de aglomeração de crianças, como portas de escolas, hospitais infantis, creches, feiras, praças, etc. Ocorria então a distribuição dessas balas e muito frequentemente as crianças empreendiam artimanhas diversas para conseguirem pegar mais doces que o permitido. Tudo isso era lúdico, era divertido e inocente. Porém, com o passar do tempo, a demonização das comunidades de axé levou as pessoas a crerem que as balas e doces distribuídos poderiam ser malditas, conter feitiços, serem amaldiçoadas pelo diabo e que se as comessem, as crianças poderiam enlouquecer, adoecer ou morrer. O recrudescimento do discurso de ódio e o pânico cristão de base racista produziu consequências até mesmo entre os cristãos católicos, que também passaram a não mais distribuir doces e balas para as crianças. Atualmente a tradição católica (catolicismo popular) de ofertar guloseimas no dia de Cosme e Damião encontra-se tornou-se mais tímida e restrita.

Me lembro de ter ido pela primeira vez a um terreiro para festa de Cosme e Damião em 1979, no bairro de Santo Antônio, em Vitória (ES). E que festa! Quando criança, me lembro de meu avô se pendurar na janela para jogar saquinhos de balas para a criançada da rua, que, obviamente, se encarregavam do alvoroço festivo na calçada da nossa casa (Entrevistado 2, Ituiutaba, MG).

Desde que os africanos chegaram ao Brasil na condição de pessoas escravizadas, houve uma agressiva investida dos colonizadores portugueses e seus descendentes no sentido de impor-lhes a fé católica e a cultura europeia, o que resultaria (e em parte resultou) no apagamento histórico e, por outro lado, em muitas ações de resistência.

As perseguições aos terreiros e praticantes de religiões tradicionais eram violentas em todos os sentidos: destruição de terreiros (incluindo incêndios), assassinatos, banimento de sacerdotes e sacerdotisas, prisões arbitrárias, confiscos de artefatos religiosos, espancamentos, acusações infundadas de prática ilegal de medicina e inclusive a ridicularização acadêmica dos ritos. Muitos grupos tiveram suas terras invadidas e desapropriadas e a demonização era a base que justificava toda ordem de barbárie apoiada pelo Estado e suas instituições (Souza e Portuguesez, 2021).

Com o passar do tempo, tais ações foram diminuindo, sobretudo devido à militância de umbandistas e candomblecistas. Porém, a entrada da classe média branca nos terreiros, sobretudo a partir dos anos 1990, também foi um fator de abrandamento das perseguições, pois os privilégios da branquitude atuaram como escudo de proteção dos templos e comunidades. Por outro lado, o branqueamento dos terreiros produziu mudanças significativas nos rituais aproximando-os de um formato socialmente mais palatável, sobretudo em função da adoção de práticas vinculadas a valores cristãos. Com isso, as tradições mais antigas foram se perdendo e novas formas de celebração da infância surgiram tendo a branquitude como escudo imagético e estético.

Me lembro que na década de 1980 e parte dos anos 1990, a distribuição de balas era motivada por muitos pagadores de promessas e isso era a razão de alegria de muita gente no 27 de setembro. E de repente.... não vemos mais gritos de "bbaaalllaaaaa".... nas ruas. Não vemos mais as gargalhadas dos moleques, nem as carinhas de dengo das meninas, nem as feições de curiosidade para descobrirem as surpresas dos saquinhos de balas. As crianças nem sabem mais que esse dia é delas. As escolas foram proibidas de aceitarem saquinhos de balas dados pelos terreiros, pois os pais cristãos não admitem que seus filhos comam doces benzidos (entrevistado 3, Uberlândia MG).

O preconceito ainda existe e é tão cruel quanto no passado, porém é mais disfarçado e dissimulado. O racismo religioso se impõe ainda nos dias atuais e as comunidades de terreiro tem reagido a este processo. Por um lado, algumas casas fazem o enfrentamento, empenhando esforços para assegurarem que as tradições sejam mantidas e perpetuadas.

Muitas outras casas de axé têm buscado novas maneiras de celebrar a infância, geralmente utilizando-se de duas estratégias: a primeira é o embranquecimento da festividade (abandono das referências culturais ancestrais para adoção de referências católicas ou kardecistas) e a segunda é tornando-a uma festa interna, com acesso apenas dos frequentadores do terreiro.

As crianças não podem mais aceitar as balinhas distribuídas pelas casas de axé, pois seus pais de outras religiões, podem punir. Tem criança que fica de castigo, tem até criança que apanha dos pais. É, minha gente, intolerância religiosa se aprende em casa (Entrevistado 6, Uberaba, MG).

Dias (2015) escreveu um texto e nele tratou exclusivamente da questão da recusa evangélica em relação aos doces das celebrações da infância em comunidades de terreiros e mesmo em igrejas católicas. A recusa mencionada não é o cerne de nosso estudo, mas o tangencia e em vários momentos incide sobre ele de forma direta. É um tema complexo, que merece análises mais detidas. Porém, para este momento, assumimos os estudos de Dias (2014

e 2015) como bases para nossas reflexões, pois este autor de fato se dedicou a pensar academicamente os muitos desdobramentos da festa de Cosme e Damião.

O desaparecimento gradativo da distribuição de doces e balas em espaços não religiosos (ruas, escolas, orfanatos, feiras, praças, semáforos etc.) é uma clara resposta aos ataques que as casas de axé vêm sofrendo de religiosos cristãos radicais. Surge então uma situação paradoxal para a qual devemos direcionar nossos olhos atentos.

A celebração intramuros nos terreiros pode ser interpretada, por um lado, como uma forma bem-sucedida de silenciamento e apagamento dos terreiros na paisagem urbana. Ou seja, se as festividades forem celebradas na intimidade das casas de axé estas são mais toleradas, pois para lá se dirigem quem é da religião. Para os crentes de outras formas de fé esse recolhimento da festa para dentro das comunidades é lido como uma vitória em uma disputa material, territorial e social.

Por outro lado, podemos ler este fato como resistência. A realidade é que muitas igrejas (notadamente as neopentecostais) desejam o extermínio dos terreiros. Desejam a conversão dos umbandistas e candomblecistas e a desterritorialização definitiva dos templos. Desta maneira, a celebração, mesmo que privada, converte-se em ato de resistência e resiliência das religiões tradicionais de matriz africana. Em outras palavras, se invertermos o prisma da abordagem, observaremos que o que aparenta ser um recuo, pode ser lido como um ato de “insistir em existir”, ainda que de forma menos explícita.

Seja como for, os meses de setembro e outubro estão bem menos divertidos e coloridos como no passado. A ocultação da festa como expressão da resistência produz dois efeitos contraditórios. Por um lado, permitem que as celebrações sejam realizadas com maior tranquilidade e segurança. Porém, por outro lado, a Umbanda e o Candomblé caem na invisibilidade e essas religiões se emuralham e não são vistas nem sentidas pela cidade.

A celebração da infância na era das redes sociais

Com a chegada e popularização da internet ao Brasil nas décadas de 1990-2000, profundas mudanças se processaram no plano da visibilidade e entendimento das chamadas religiões tradicionais de matriz africana. Isso se deve ao fato de as redes sociais terem possibilitado que a Umbanda e o Candomblé fossem apresentados ao grande público de uma forma diferente (Portuguez, 2022).

Até esse período, a imagem que se tinha dessas religiões era a caricatura que a grande mídia apresentava, assim como as opiniões pessoais de pastores e padres, o que resultou na mais absurda deturpação dos valores civilizatórios apregoados pelos aforreligiosos. Poder falar

de si e de sua fé abertamente nas redes sociais foi considerado libertador para muitos sacerdotes, que viram nas redes sociais uma oportunidade única para divulgarem a religiosidade afro-brasileira de uma forma mais consistente e coerente. Porém, a exposição pública dos rituais produziu (e ainda produz) efeitos controversos.

Por um lado, as redes sociais se tornaram um canal livre, direto e gratuito de comunicação entre as casas de axé e o grande público, o que possibilitou o desmonte do discurso de ódio que foi edificado historicamente sobre as religiões tradicionais de matriz afro-brasileira. A militância digital também passou a ser mais atuante e as denúncias de intolerância religiosa e racismo religioso se proliferaram em todo o Brasil.

Após a Constituição de 1998, a legislação brasileira mudou substancialmente e passou a criminalizar atos de intolerância religiosa e de racismo religioso de forma muito mais severa. Tal mudança se deveu, sobretudo, à histórica luta e resistência das comunidades de axé e à maior preocupação com os Direitos Humanos no Brasil³⁶. De acordo com dados veiculados pelo Portal G1, baseados em relatórios governamentais da pasta de Direitos Humanos:

Em 2018, foram registradas 615 denúncias de intolerância religiosa no Brasil. O número saltou para 1.418 em 2023, um aumento de 140,3%. Já o número de violações passou, no mesmo período, de 624 para 2.124, um salto de 240,3%. Entre 2022 e 2023, o aumento das denúncias foi de 64,5% e, o de violações, de 80,7%. **Em 2023, os registros saltaram.** Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia são os que mais têm denúncias. (...) *Religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, estão entre as cinco mais seguidas no Brasil, com mais de um milhão de adeptos* (Portal G1.com, 21/01/2024, grifo nosso).

As denúncias se referem a toda sorte de ataques impostos às pessoas, aos rituais e ao patrimônio das comunidades de axé. Neste sentido, as redes sociais deram maior visibilidade aos terreiros e os praticantes passaram a se afirmar bem mais, não se calando diante de atitudes preconceituosas e intolerantes. Uma das formas de produzir imagem positiva para as casas de axé foi apresentar aos seguidores de redes sociais detalhes de rituais, entre eles as celebrações de Cosme e Damião, Ibejada, Festa de Erês e Caruru de Ibeji, e outras.

Por outro lado, as redes sociais têm se mostrado um ambiente repleto de informações confusas. É verdade que as comunidades de axé passaram a ter canais abertos e livres para se divulgarem e para falarem de si e em sua defesa. Mas também é verdade que as redes sociais

³⁶ Lei nº 14.532, de 11/01/2023: equipara injúria racial ao racismo - e que também protege a liberdade religiosa. Para este crime, não cabe mais fiança e é imprescritível. O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi oficializado no Brasil por meio da Lei nº 11.635, de 27/12/2007. Lei nº 12.288, de 20/06/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial no Brasil. Lei nº 10.639 de 09/01/2003 e Lei nº 11.645 de 10/03/2008, que juntas instituem o ensino da história e da cultura africana e indígena em todos os níveis de ensino no Brasil, entre outras leis.

se tornaram espaço de divulgação de informações erradas por parte de fiéis com pouco conhecimento e excesso de vaidade; de práticas equivocadas de rituais vindos de tradição centenária e muitos vídeos de rituais secretos (restrito apenas aos iniciados). Há ainda a divulgação de comportamentos que depõem contra as práticas religiosas tradicionais, veiculadas com o intuito de ridicularização recreativa. Com isso, cria-se um solo fértil para discussões acalouradas, ocasionalmente com publicação de ofensas que atingem à toda coletividade dos religiosos, mesmo que estes não compactuem com os conteúdos equivocados veiculados nas redes. Espalham-se, neste caso, crimes diversos cometidos em ambiente virtual, que foram e ainda hoje são difíceis de serem rastreados e punidos, ainda que a legislação preveja a proteção de pessoas (físicas e jurídicas) e dados³⁷.

As celebrações da infância se enquadram muito bem neste cenário. Como as festas passaram a ser realizadas sobretudo nos templos, abrindo mão de sua interação com a cidade, o que o grande público assiste em redes sociais são cortes de imagens que apresentam as casas, a decoração, as atrações e brincadeiras, as comidas e os rituais em si. Tal exposição é permitida por algumas comunidades e proibida em outras, justamente para se evitar ainda mais perseguições e preconceitos. O aspecto mais polêmico e que causa muitos debates em redes sociais, inquestionavelmente, são as incorporações mediúnicas. Sagradas para uns, histeria coletiva para outros e manifestação demoníaca para outros mais, o transe mediúnico é, sem dúvidas, o ponto mais polêmico de todos.

E será justamente para se evitar discussões que não dizem respeito aos não praticantes que muitas casas simplesmente proíbem muitos conteúdos em redes sociais. Admitem, no máximo, publicação de convites, da decoração das festas e de explicações feitas por sacerdotes sobre o tema, sem, contudo, mostrar nenhum tipo de ritual.

O fato é que no chão do terreiro, nos territórios onde a comunidade de axé se reúne, a infância vem sendo celebrada e, inclusive, algumas ações de diálogo com a cidade têm sido registradas. É preciso resistir para continuar existindo. Existir de forma reservada, em si, é ato de resistência. Mostrar-se nas redes sociais é forma de resistência, é forma de afirmar sua própria existência em uma sociedade que busca invisibilizar os terreiros e as celebrações.

Considerações finais

³⁷ Lei dos Crimes Cibernéticos, de 12.737/2012, tipifica atos como invadir computadores, violar dados de usuários ou “derrubar” sites como crimes. A Lei 12.735/12, por sua vez, tipifica condutas realizadas mediante uso de sistema eletrônico, digitais ou similares que sejam praticadas contra sistemas informatizados.

Como visto neste estudo, a celebração da infância não constitui uma prática homogênea, padronizada para as diferentes religiões tradicionais de matriz afro-brasileira. Tanto a Umbanda quanto o Candomblé possuem suas especificidades e mesmo em uma religião específica, haverão diferenciações de terreiro para terreiro.

Vimos também que as raízes da celebração da infância na Umbanda e no Candomblé estão na veneração à Cosme e Damião, mas também como parte dos cultos às divindades e entidades com eles sincretizadas (Erês, Orixás Ibeiji, da cultura Yoribá, ou ao Nkissi Nvunji, da cultura Quicongo). Tal fato produz aspectos multifacetados nas celebrações, que mudam de forma e conteúdo de casa para casa, ainda que mantendo sua essência cultural, simbólica, lúdica e cultural.

Concluimos que as festas infantis passam pelos seguintes processos: a) ocultação, b) ataques agressivos de comunidades evangélicas radicais, sobretudo neopentecostais, c) discriminação de pessoas católicas e espíritas, d) descaracterização impostas pelas religiões majoritárias.

Do ponto de vista territorial, observamos os seguintes processos: a) ocultação das práticas na segurança dos territórios comunitários de matriz afro-brasileira; b) desterritorialização das festas e seu consequente apagamento e c) territorialização das festas engendrada por comunidades de axé mais aguerridas, que resistem aos ataques e se impõem, realizando as festas com ainda mais visibilidade, utilizando inclusive os recursos da contemporaneidade, como as redes sociais por exemplo.

Nos ambientes escolares, onde muitos pedagogos e professores relutam para pôr em prática a Lei 10.639/2003, que instituiu o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino, tem-se notado um tímido, porém relevante movimento de revalorização das festas de Cosme e Damião, com a tradicional distribuição de balas e doces por parte de alguns professores.

Alguns terreiros mais engajados têm saído com a festa de seus muros e enfeitado as ruas nas proximidades com cordões de bexigas de encher e bandeirolas e a festa tem retomado as ruas, ainda que de maneira tímida. Reterritorializar-se na cidade é uma forma de fazer-se ouvir, de tornar-se visível e isso tem contribuído para as pessoas entenderem que a celebração da infância é uma atividade saudável, digna de existir e repleta de simbolismos ligados à afetividade e ao cuidado.

Não há como prever um futuro de paz para a questão sobre a qual nos debruçamos neste artigo. Resistir custa caro e o desgaste emocional e de imagem é grande. Poucas pessoas se

dispõem ao enfrentamento. Porém, pelo que apuramos e lemos, as festividades privadas deverão seguir como o modelo mais forte e consistente das celebrações por nós estudadas.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.

DIAS, J. C. T. As origens do culto de Cosme e Damião. **Sacrilegens**. Juiz de Fora, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 36-57, 2014.

DIAS, J. C. T. O doce de Cosme e Damião: entre o sincretismo afro-católico e a recusa evangélica. **Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 17, n. 23, p. 14-33, ago-dez. 2015.

PANDI, R. **Ifá, o adivinho**. Ilustrações de Pedro Rafael. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2014.

GOMES, A. C. Alexina de Magalhães e Lavinia Raymond: mediações sobre cultura popular e folclore negro em dois tempos. **Afro-Ásia**, n. 66 (2022), p. 316-351.

MARTINS, L. C. et al. Umbanda e São Cosme e Damião: olhares socioantropológicos à mesa infantil. **Religiosa**, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 103-118, 2016.

PORTUGUEZ, A. P. **Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira**. 2 ed. Ituiutaba: Barlavento, 2022.

PRADO, Y. Dois Irmãos: Devoção E Identidade Baiana no Caruru de Cosme e Damião. **GIS - Gesto, Imagem E Som - Revista De Antropologia** 7, 1. p. 1-21, 2022.

RICO, D. A história de Cosme e Damião. E Doum... Viajando a história do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.viajandopelahistoriadoriodejaneiro.com/\(...\)%20se%20despedir](https://www.viajandopelahistoriadoriodejaneiro.com/(...)%20se%20despedir). Acessado em 03/09/2024

SOCIEDADE CULTURAL E RELIGIOSA ILÈ Àse Tobi babá Oloriginbin. **Axé Oloriginbin**: história, organização e memórias de uma comunidade de terreiro. Ituiutaba: Barlavento, 2024.

SOUZA, L. S. D.; PORTUGUEZ, A. P. **Arerês e fuzuês**: a intolerância religiosa contra a umbanda e o candomblé em Ituiutaba. Ituiutaba: Barlavento, 2021.

CORPOS DISSIDENTES E A CONSTRUÇÃO DE LUGARES DE SOCIABILIDADE³⁸

Juliano Henrique Xavier Cavalcanti³⁹

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Geografia- IG

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 38408-100, Santa Mônica, Uberlândia-MG, Brasil

e-mail: Julianocavalcanti14@gmail.com

Luara Martins de Oliva Santos⁴⁰

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Geografia- IG

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 38408-100, Santa Mônica, Uberlândia-MG, Brasil

e-mail: luaramartinsoliva@gmail.com

Resumo: A espacialização da comunidade LGBTQIAPN+ nas cidades é o objetivo central deste trabalho. Desenvolvemos um debate sobre as formas que esses sujeitos produzem e reproduzem lugares. Propomos a discussão compreendendo de início que a sociabilidade é o motivador para os agrupamentos. Metodologicamente utilizou-se da revisão bibliográfica como forma de compreensão da materialidade desses espaços. Fez-se uma necessária divisão metodológica das identidades da comunidade, assim, as espacialidades dos gays, lésbicas e transexuais (homens e mulheres) foram trabalhadas separadamente, pois delas pode-se compreender o todo. Como resultado, compreendeu-se que a somatória de identidades que compõe a comunidade não garante homogeneidade na formação de lugares, visto que cada uma delas desenvolve relações únicas com o espaço. Concluiu-se que a comunidade é tão plural quanto são seus espaços, não há formas e funções homogêneas quando se pesquisa a relação espacial desse grupo.

Palavras-chave: Espacialidade LGBTQIAPN+; Sociabilidade; Microterritorialidades.

1. Introdução

A reflexão de como uma comunidade se espacializa nos leva, erroneamente, a pensá-la como um todo homogêneo e coeso. Bom, refletir de forma linear e delimitada nos impede o debate das complexas relações que marcadores sociais que interseccionarizam os sujeitos interferem na relação espacial. A espacialização da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Transgêneros e Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIAP+) possui na diferença interna sua condição primária, de tal modo que não é possível ponderar sobre suas ligações com o espaço sem considerá-las.

³⁸ O texto compõe a parte dois da pesquisa desenvolvida no mestrado, tendo como resultado a dissertação intitulada “Lugares de Sociabilidade LGBTQIAP+ em Uberlândia-MG”, defendida em fevereiro de 2024.

³⁹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista CAPES.

⁴⁰ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia.

São múltiplas as intencionalidades de um grupo na sua espacialização. Em nossa análise, tomamos a sociabilidade como o motivador da comunidade LGBTQIAPN+ na produção de seus espaços. Desta forma, encontros para o lazer, afetivo-sexuais, de luta política ou simplesmente para socialização com seus pares são algumas das formas pelas quais criam lugares. Assim, este trabalho visa promover um debate sobre as formas em que esta comunidade se espacializa. Para uma maior compreensão da realidade, adotou como recurso metodológico o debate de três das identidades que compõem o grupo, sendo elas: gays, lésbicas e transexuais (homens e mulheres). A partir delas é possível estabelecer um panorama de como este grupo se relaciona como espaço.

2. Desenvolvimento

Entendendo a importância da corporalidade na espacialização dos sujeitos, seu papel na produção do espaço, iniciou-se no século XX um prolífero campo na geografia de como o corpo e o espaço se relacionam. As Geografias Feministas e das Sexualidades são o pilar central do debate que busca destituir o caráter uno e único do corpo, ampliando as perspectivas. Nesse sentido, estas vertentes questionam a ciência geográfica em suas metodologias, sujeitos, grupos e objetos pesquisados, interrogam o papel do pesquisador e o seu lugar de fala, desmistificando o corpo apenas como força de trabalho, trazendo-o para a esfera cultural, social e mesmo afetiva.

Para Silva et al. (2013), o sentido de corpo se modificou diante destes questionamentos. Os autores apontam que no capitalismo o corpo era visto como um objeto produtor, ou seja, o trabalhador tinha uma função óbvia e clara na conformação do todo que era o de produzir mercadorias. Com mudanças neste sistema, o indivíduo se torna mercadoria (não como venda da força de trabalho, mas como um objeto a ser possuído), ao passo que é adicionado sobre ele o fetiche da mercadoria, tornando-o desejante, vazão de consumo, padronizado e, mais importante, replicável. Assim, passa-se da ação do trabalho à subjetividade dos desejos, do afeto, da sexualidade ou mesmo como uma referência, um padrão a ser alcançado.

O padrão é a heterossexualidade. Tida como positiva e ‘correta’ na composição da sociedade de relação específica com o espaço. Porém, os sujeitos não são iguais e nem homogêneos. Há marcadores sociais que atravessam o sujeito, elementos que promovem ou comprometem a espacialização deles, as formas de se relacionar entre si e com o meio. A sexualidade e a identidade de gênero são importantes marcadores que determinam as formas de se espacializar. O grupo LGBTQIAP+ faz frente à heteronormatividade imposta pela

linearidade sexo, desejo e gênero do sujeito heterossexual, formatando a sua vivência de forma distinta, construindo signos e significados próprios.

Nesta direção, José Miguel Garcia Cortés (2008) levanta um debate sobre como ocorre a relação espacial da sexualidade e gênero a partir da arquitetura, demonstrando que há uma ótica do controle que dociliza os sujeitos dissidentes ou contra hegemônicos com o auxílio dela, criando ‘espaços dóceis’. De tal forma, a formação do espaço urbano possui uma intencionalidade oportuna a determinados grupos, como atesta Silva e Santos (2015; p. 504). Observa-se assim que a própria cidade é parte essencial do movimento composto por influências e violências que sobrepõem a grupos e sujeitos hierarquizando-os. Impera-se o conceito “pan-óptico”, onde vigiar e ser vigiado produz um poder onipresente que vai além do Estado, englobando todos os indivíduos.

Destaca-se nessa composição, que há os grupos que se beneficiarão da estrutura, no caso os sujeitos heterossexuais, enquanto outros grupos como o LGBTQIAPN+ se tornam alvos da repressão à sua forma de vivenciar o espaço. Nesse sentido, a vigilância ocorre:

“mediante um poder onipresente, pois você sabe quem está sendo observado, mas inverificável, pois não sabe de onde, quando ou como. O poder, aqui, já não baseia sua força na repressão exterior, mas em algo mais corpóreo, porem mais efetivo, como a própria coerção, a própria submissão; um poder que, ao estar difundido no corpo social e sem utilizar outro instrumento além de uma arquitetura e uma geometria, consegue agir diretamente sobre o indivíduo, convertendo cada pessoa em seu próprio vigia. ” (Cortés, 2008; p. 46)

Em vista disso, a arquitetura aciona formas de construir os lugares de modo a retirar deles sua individualidade. Suprime através de ações coercitivas efetivas, como pela polícia ou por reformas nos lugares considerados incertos, precários, periféricos e/ou insalubres. A reforma dos espaços públicos, em tese, deveria ser uma boa questão àqueles que vivem nesses lugares, porém, manifestações culturais, artísticas e de fé não cristã são eventuais alvos de violência desses agentes apenas por não acordarem com a normatividade hegemônica. Evidentemente, a sexualidade e identidade de gênero são alvos frequentes da vigilância e violência, tanto pela sociedade como pelos agentes repressores.

Refletindo apenas sobre a produção do espaço, há algumas contradições que merecem menção. A primeira é a ideia de que o espaço é agênero. Esta é a posição que Cortés (2008) adota ao não reconhecer a dualidade, porém, há em sua escrita afirmativas de que a arquitetura por meio dos objetos faz do espaço masculino. O autor aponta que prédios e outros objetos grandiosos são construídos de modo a agradar e demonstrar poder e virilidade masculina, tomando como exemplo os arranha-céus com seus formatos fálicos e longínquos. Outro debate é proposto por Daniel Welzer-Lang (2001) que afirma o espaço como organizado por gêneros,

além de sexualizado. Para este autor, espaços como o barbeiro, a rua, o campo de futebol, os pátios da escola, entre outros, são masculinos; já o salão de beleza, a casa, a sala de aula, etc. são femininos.

Atenta-se, assim, que o espaço reproduz os papéis de gênero que sobrepõem os sujeitos desde seu nascimento. Denota-se então que não há margens para o dissidente, pois o espaço é heterossexual e branco. Por não haver espaços que valorizem ou apoiem a reprodução de sua condição, a comunidade LGBTQIAPN+ criou ou ressignificou espaços através de lutas, das presenças coletivas, de movimentações culturais, relações afetivas-sexuais, entre outros, que demarcaram microterritorialidades, formando lugares próprios. A microterritorialidade é um elemento essencial na espacialização dessa comunidade, pois é formada pelo amálgama da sociedade, indivíduo e espaço. Ocorre através das manifestações culturais, nas práticas e interações corpóreas, nas relações entre sujeitos, nas subjetividades, nas “ideias e identificações sobre o eu e os outros – dos sujeitos orientados para o mesmo sexo”. (Muller, Machado e Folmer, 2021, p. 126; *apud* Pinós, 2010, p. 3)

Inicialmente, as microterritorializações se formaram em locais escusos, insalubres e periféricos, como parques urbanos ou lineares, banheiros de parques, shoppings e rodoviárias, bem como boates próprias, que são historicamente os lugares de sociabilidade e/ou de práticas sexuais deste grupo. Esses são os espaços dóceis dos quais Cortés (2008) menciona. O mesmo autor, aponta ainda que as territorializações do grupo foram construídas principalmente pela presença frequente no espaço, formando símbolos e signos que possibilitavam a identificação do lugar como deles. Por serem espaços do cotidiano, havia uma certa dissimulação do que realmente ocorria ali, tornando esses sujeitos invisíveis, mesmo estando em público. (Davi, 2011)

Os lugares mencionados acima, segundo Muller, Machado e Folmer (2021), passaram pelo crivo da permissividade, ou seja, da dualidade permitido-proibido. Segundo os autores, o processo de produção capitalista é o crivo para a permissão na criação de espaços para este grupo que ocorre por duas maneiras distintas, porém complementares na sociabilidade da comunidade, a primeira ocorre pela ocupação de espaços que economicamente, naquele momento, não é interessante ao capital, como os degradados, com alto índice de violência, periféricos e de pouca infraestrutura; o segundo é através da capitalização das necessidades de socialização e das práticas sexuais, como é o caso de bares, boates, cruising bar, saunas e outros que além da sociabilidade, garante anonimato.

Carlos (2005) denota que na dinâmica urbana há a valorização e desvalorização de áreas. No caso das grandes cidades, o centro é uma região que se desvaloriza e, como consequência,

recebe uma massa de sujeitos com práticas violentas como o tráfico, prostituição, hotéis baratos e vida noturna pulsante. O grupo LGBTQIAPN+ se insere nesta relação, visto que são nesses lugares que boates foram construídas, saunas e outros que possibilitavam a sociabilidade entre eles, bem como discríção aos frequentadores. Assim, encontram-se nesses lugares microterritorialidades do tráfico de drogas, da prostituição e do grupo LGBTQIAPN+. (Cortés, 2008)

Observa-se que há uma pluralidade na forma de socializar destes sujeitos. A localização dos lugares é central, pois a paisagem fornece elementos que foram (são, em alguns contextos) importantes para a discríção daqueles que ali frequentam. Atenta-se ainda que o grupo LGBTQIAPN+ é diverso, ao passo que as identidades nele inseridas irão determinar à sua maneira distintas formas de espacialidade e socialização. A seguir, analisaremos separadamente três delas, gay, lésbicas, pessoas transexuais (homens e mulheres), pois metodologicamente nos aproximaremos da realidade espacial do grupo.

Iniciaremos pela espacialidade e sociabilidade gay. O debate sobre gays é o mais antigo. Encontros, práticas sexuais, formação de comunidade e a cultura são elementos que determinam a forma de socializar desses sujeitos. Isadora Lins França (2006) ao debater a consolidação desse grupo na cidade de São Paulo, aponta que a partir destes elementos criaram-se espaços específicos como boates e saunas, mas que por fim acabaram se tornando cede para a organização política por direitos. A autora estabelece que na cidade havia dois circuitos gays, que não se relacionam entre si e são diametralmente opostos nas qualificações.

O primeiro na região central da cidade, onde se concentram bares, boates, restaurantes e outros, propiciou o desenvolvimento de espaços do grupo. O segundo é menos concentrado, vai da Paulista aos Jardins e possui estabelecimentos variados voltados a um público selecionado. A distinção entre os circuitos está não só na localização, visto que o primeiro divide o espaço comum da rua com problemas sociais como o tráfico e a prostituição, e o segundo tem como meta o atendimento de um público de alta classe, integrando o turismo internacional (França, 2006). Nesse sentido, marcadores sociais são importantes, pois além das determinações de classe que essa divisão estabelece, há também a composição dos sujeitos que transitam nesses espaços, tendo no centro corpos mais plurais e nos Jardins corpos homogêneos.

Tomando outra perspectiva de espacialização gay, Barreto (2010; p. 18) afirma que no Rio de Janeiro-RJ ocorre a formação de “territórios simbólicos”. Este conceito, trazido de Rogerio Haesbaert (2007), mostra que há lugares na cidade onde foram construídos ou implementados símbolos nos quais estabeleceram territorialidades do grupo. O autor aponta o Praça Tiradentes (antigo Largo do Rossio), a rua Farme de Amoedo em Ipanema no encontro com

a praia e o “trecho da praia localizado em frente ao hotel Copacabana Palace” como sendo algumas delas.

Muller, Machado e Folmer (2021) desenvolveram sua pesquisa sobre microterritorialidades no município de Santa Maria – RS, em que apontam o caráter público delas. Segundo os autores, na cidade esses espaços são formados a partir da construção simbólica, ou seja, imprimiram-se no espaço símbolos e signos que remetessem à sociabilidade deste grupo. As práticas sexuais e o lazer são os principais motivadores da formação desses espaços, se contrapondo ao caráter conservador da sociedade local.

Vê-se, assim, que há diferenças na forma de organização espacial das pessoas gays conforme a dinâmica cultural dos municípios onde residem. Em uma perspectiva global, visualiza-se com maior clareza. Manuel Castells (1983), ao estudar os guetos gays em São Francisco – EUA, apresenta um cenário completamente distinto do brasileiro. Segundo o autor, na cidade formaram-se regiões gays, ou seja, indo além da sociabilidade, houve a formação de territórios mobilizados e incentivados pela proximidade na moradia em determinadas áreas onde o comércio, cultura, política e lazer é feita por e para eles. Assim, consolidou-se uma força que vai além da cultural, mas também econômica, social e, principalmente, política na cidade por esses sujeitos.

Alguns pontos devem ser mencionados. O primeiro refere-se à multiplicidade de formas que o grupo possui para se espacializar, sendo pública ou privada, observa-se a pluralidade nas formas e a falta de unidade, a relação sociedade e comunidade é relativamente positiva às suas vivências de acordo com a cidade, região, país em que estão. Outro ponto é o alto poder segregacional que esses lugares possuem, visto que há, a partir da condição econômica, uma segregação implícita (por vezes explícita) dos corpos discordantes à heteronormatividade. Desta forma, corpos pretos, afeminados, gordos, pessoas com deficiência (PCD) não são bem aceitos em muitos desses espaços apenas por não compor ou se aproximar dos padrões estabelecidos.

Na espacialidade e sociabilidade lésbica, nota-se que outras questões perpassam sua condição. Rapidamente, fazendo um exercício de comparação aos gays, observa-se que Welzer-Lang (2001) foi certo quando enfatiza que o espaço é generificado, ao passo que as mulheres são condicionadas a desenvolver papéis domésticos, maternos e outros voltados ao suporte familiar, enquanto os homens são incentivados a ampliar seus horizontes, seu universo de ação. Nesse sentido, o gay, por consequência, reflete essa dinâmica em suas espacialidades, muitas delas públicas e perigosas; enquanto a lésbica é condicionada ao lar, seus afazeres e sua sociabilidade também reflete essa condição limitada.

Nessi e Lens (2018) apontam sobre a sociabilidade lésbica em Bruxelas (Bélgica) que havia na cidade até meados dos anos 2000, bibliotecas e livrarias onde elas se encontravam e formavam seu movimento organizado, que em épocas de repressão servia de ponto de encontro seguro. Houve também o fechamento de espaços outros, como bares e pubs exclusivos, enquanto aumentaram os dias dedicados a elas em outros espaços. As autoras apontam três condicionantes para isso ocorrer: o primeiro é econômico, pois o problema de gênero no mercado de trabalho faz com que mulheres ganhem menos, portanto consumam menos nesses espaços; o segundo é a instituição “família”, pois as lésbicas tendem à reprodução dessa estrutura, casar e ter filhos; o terceiro é a sociabilidade mais plural, visto a não necessidade de autosegregação assim como os gays, assim elas frequentam mais lugares queers e mistos em vista das outras identidades.

A frequência em lugares mistos e queers é uma questão que outros autores também pontuam. Lacombe (2007), ao analisar o bar *Flôr do André* no Rio de Janeiro - RJ pontua que ele é frequentado essencialmente por mulheres lésbicas e homens heterossexuais. A autora afirma que essas identidades aparentemente antagônicas estabeleceram no bar uma cordialidade na convivência, nesse sentido a segurança delas se destaca, pois não há problemas relacionados à hipersexualização delas ou assédios. Outro ponto é o baixo poder aquisitivo das frequentadoras, sendo esse um bar de classe baixa.

O poder econômico é sempre uma questão importante, pois irá determinar quais são os sujeitos que circulam por esses espaços. Araújo (2019) ao analisar a cena de Fortaleza – CE, percebeu a periferização dos espaços lésbicos, contrapondo a centralidade dos lugares gays. Os bares *Damas de Paus*, *Varandão da Vila* e *Canto dos Babados* são os espaços lésbicos na periferia da cidade, frequentados majoritariamente por mulheres de trinta anos ou mais, com filhos ou não, que curtem música sertaneja, forró e shows ao vivo. Essa descrição demonstra que para a sociabilidade lésbica outros elementos se somam, como é o caso dos filhos que passam a somar na relação com o lugar. Num contexto de lésbicas com alto poder aquisitivo, Gallas e Reis (2016) demonstraram que as possibilidades e o acesso a outros lugares são maiores, bem como há uma redução no preconceito em vista do capital social e cultural delas.

Nota-se, no caso das lésbicas, a espacialidade e sociabilidade vai além delas. A autosegregação não é uma característica comum, pelo contrário, a pluralidade dos espaços é um fator importante. A “higiene moral” também se apresenta como imprescindível, pois crianças frequentam esses espaços. Há uma distinção dos lugares pelo poder econômico, tal qual os gays, porém o que se mostra é que não há uma distinção por características fenotípicas,

ou seja, não identificamos no caso delas que a partir dos marcadores sociais há reprodução de preconceitos e discriminações.

A espacialidade das travestis e transexuais (mulheres e homens) é também única. Destaca-se que sobre esses sujeitos a violência e preconceito são maiores, tornando-os vulneráveis, impactando na sua sociabilidade. A vivência das mulheres transexuais é problemática desde a infância, pois elas não se inserem na lógica descrita por Welzer-Lang (2001) quando afirma que o espaço é generificado. Débora Lee (2013) depõe sobre essa questão ao afirmar que o espaço familiar foi o primeiro interdito a ela, visto a não aceitação da sua identidade. Para Silva e Ornat (2010), os espaços interditos são uma das características que sobrepõe esses sujeitos, pois são impedidas de frequentar determinados espaços, seja pela ação repressora física ou através de subjetivações nas relações entre os sujeitos.

Com o machismo e o patriarcalismo da sociedade, faz com que as experiências espaciais delas sejam limítrofes e complexas nas relações entre si e delas com o resto da sociedade. Nesse sentido:

“as reações aos estigmas se contextualizam a partir da sociedade que nós, travestis, nos inserimos. Assim como as mulheres cis são refém de um sistema patriarcal, machista, sexista e heteronormativo que as põem inconscientemente em rivalidade entre si, o mesmo pode ser dito com as travestis. Os contextos sociais e políticos de mulheres cis e trans por vezes se distanciam, por outras se aproximam. A noção de sororidade, ou seja, a união, amizade e empoderamento coletivo das mulheres, pode ser encarada como forma de resistência tanto das mulheres cis quanto das travestis, frente a um sistema que impõe uma rivalidade mútua e que molda drasticamente as redes de sociabilidade construídas.” (Azevedo, 2021; p. 246)

Mesmo diante desta complexidade, há algumas formas de agrupamento que caracterizam a sociabilidade entre elas. A primeira é a econômica, sendo a prostituição uma das formas, onde se formam territorialidades com fins monetários. A segunda é a formação de grupos, pequenos agrupamentos de amigas ou voltadas ao lazer. Azevedo (2021) apresenta dois deles em Mossoró – RN, onde o lazer e a socialização são os princípios, um número baixo que dificulta a afirmação de sua identidade e na luta contra a opressão.

Os homens transexuais, no que lhes concerne, também não buscam a formação de lugares únicos às suas vivências, nem tão pouco a autossegregação, pelo contrário, Ávila e Grossi (2010) demonstram que a eles inúmeros espaços são interditos, tendo problemas no acesso aos espaços considerados masculinos. Salienta-se que o preconceito contra sua condição é igualmente forte e pernicioso, priva-los de frequentar determinados espaços é a representação da violência e discriminação sobre seus corpos. Torres (2020) ainda afirma que a eles é cobrada

a performance do masculino, assim toda a pressão financeira, de virilidade e centralidade familiar é sobreposta a suas vivências.

Os transexuais (homens e mulheres) a espacialização e socialização está mais vinculada aos espaços comuns da comunidade LGBTQIAPN+ do que de sua própria identidade. Essa questão é emblemática, pois pode ser compreendida por várias vertentes, como pelo número deles que é proporcionalmente baixo em relação a outras identidades; pela transfobia que abate seus corpos e vivências; pela imposição do gênero ao qual são sujeitados a reproduzir; ou as problemáticas da cisgeneridade como disputas entre mulheres e a obrigatoriedade na forma de ação do homem.

3. Conclusões

A reflexão e entendimento sobre a espacialidade do grupo LGBTQIAPN+ possui como princípio a sociabilidade deles, visto que o ser humano é sociável e que o encontro com seus pares é necessário. Deve-se ter ciência também de que historicamente a condição espacial deles era determinada pela legislação que proibia ou reprimia seus atos e que somente no século XX foi que o espaço público se tornou sensível à diversidade. De tal modo que espaços próprios do grupo só se tornaram realidade após anos de lutas, resistências e resiliência desses sujeitos, mas que em certa medida são docilizados, como afirmou Cortés (2008).

Identificou-se que, para além dos lugares próprios do grupo, mas que são abertos ao público, há singularidades nas experiências e formas de espacializar e sociabilizar de cada uma das identidades. Os gays possuem uma gama de espaços ligados a sua realidade, diferentemente das outras. Sobre eles também se observou que os preconceitos e discriminações são reproduzidos em suas formas de organização, segregando de forma direta ou por questões subjetivas seus espaços possuem uma peneira da qual seleciona aqueles que irão frequentar esses lugares.

As lésbicas se encontram num outro espectro da sociabilidade, para elas as relações são mais plurais e compreensivas das diferenças entre sujeitos e sexualidades. Assim, como foi demonstrado, elas convivem e frequentam espaços onde todos os sujeitos frequentam, inclusive famílias. Os transexuais (homens e mulheres) possuem ainda outra dinâmica. Não identificamos a existência de espaços específicos voltados ao lazer dessas identidades. Isso demonstra a problemática que recai sobre seus corpos, onde o preconceito e a discriminação minam possibilidades de acesso ao mercado formal de trabalho, bem como de outros bens públicos como a saúde e a educação.

França (2006), Barreto (2010) e Azevedo (2021) nos mostraram o quão são periferezados os espaços LGBTQIAPN+, seja de qual identidade estivermos falando. A localização se voltará majoritariamente a periferias sociais ou mesmo geográficas. A proximidade com regiões de tráfico ou de prostituição é um dos elementos principais na localização de boates e saunas, por exemplo, pois essas dinâmicas fornecem discrição e passabilidade àqueles que frequentam esses espaços, mas não querem ser reconhecidos como parte da comunidade. As áreas centrais das cidades, que hoje sua paisagem noturna é estruturada ao lazer, exercem a mesma função, pois possui um fluxo alto de pessoas, dificultando a identificação dos lugares que eles frequentam.

Entende-se então que a espacialidade do grupo LGBTQIAPN+ parte e necessita da sociabilidade, mas é sobrecarregada de outros elementos que não são explicitados quando se observa toda a comunidade. Faz-se necessário a compreensão das especificidades de cada identidade frente às problemáticas do preconceito e discriminação sofridos. Foi preciso assim fazer uma fragmentação metodológica para compreender quais são as espacialidades deste grupo, assim percebeu-se também a importância do processo de produção física do espaço urbano, pois as dinâmicas de crescimento, valorização e desvalorização de determinadas regiões na cidade são elementos importantes na consolidação deles. Conclui-se que as espacialidades da comunidade são plurais e distintas, proporcionando o caráter único a cada intensão de sociabilidade desejada.

4 Referências

ARAÚJO, G. S. de; **Cheeei de sapatão: imagens da sociabilidade lésbica em Fortaleza.**

Monografia (trabalho de conclusão de curso), Instituto de Cultura e Arte, Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Ceará, 2019, p. 71. Disponível em: <

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43750>>. Acesso em: 23 maio 2023

BARRETO, R. C. V.; Geografia da Diversidade: **Breve Análise das Territorialidades**

Homossexuais no Rio de Janeiro. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 14-20, jan. / jul. 2010. Disponível em: <

<https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/download/1025/813/0> >. Acesso em: 23 maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.1.i.1.014020>

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2005, 98p.

CASTELLS, M. The city and the Grassroots. Los Angeles: University of California Press, 1983.

CORTÉS, J. M. G. **Políticas do espaço: Arquitetura, gênero e controle social.** Editora Senac: São Paulo-São Paulo, 2008, 215p.

DAVI, E. H. D. **Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se a homofobia em Uberlândia**. Cad. Esp. Fem., Uberlândia/MG, v. 24, n. 1, p. 141-161, Jan./Jun. 2011.

Disponível em: < <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/14221/8145> >. Acesso em: 13 mar 2023.

FRANÇA, I. L. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de SÃO PAULO**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP. 2006, p. 257. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-141155/publico/TESE_ISADORA_LINS_FRANCA.pdf >. Acesso em: 23 maio 2023

GALLAS, A. K. C., REIS, P. L. S. **Inclusão e exclusão: etnografia sobre as redes de sociabilidades lésbicas e gays na cidade de Teresina**. Amazôn., Rev. Antropol. p. 416 - 433, 2016. Disponível em: <

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5050> >. Acesso em: 13 mar 2023. DOI: <https://doi.org/10.18542/amazonica.v8i2.5050>

HOLZE, W. **O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea**. GEOgraphia - ano V, n. 10, 2003. p. 113-123. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13458> >. Acesso em: 13 mar 2023. DOI: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12015>

LACOMBE, A. **De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro**. Cadernos Pagu (28), jan.-jun. de 2007: p. 207-225. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TzSzBNNQX4NW5jwxBGwbDKb/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 13 mar 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100010>

LEE, D. A geografia de uma travesti é uma barra, é matar um leão a cada dia. In: SILVA, J. M., ORNAT, M. J. CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 27-38

MÜLLER, L., MACHADO, G. E., FOLMER, I.; **Práticas homossexuais em ambientes públicos do interior do RS: espaços da sexualidade em microterritórios**. Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE. Brasil, Ano 4, v. 4, n° 15, set./dez. 2021. ISSN: 2595-2803.

Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/>>. Acesso em: 22 maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.32359/debin2021.v4.n15.p117-135>

NESSI, C.; LENS, M. **L-Tour, L-Town? Uma viagem aos lugares lésbicos de Bruxelas**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 9, n. 2, p. 153-172, 2018. ISSN 21772886. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>>. Acesso em: 22 maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.9.i2.0006>

SILVA, J. M. et al. **O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para a análise no Brasil**. In: SILVA, J. M., ORNAT, M. J. CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra. p. 85-142. 2013.

SILVA, J. M., ORNAT, M. J.; **Dos espaços interditos à instituição dos territórios travestis: uma contribuição às geografias feministas e queer**. São Paulo: Terra Livre, ano

26, v.2, n. 35 p. 53-72 Jul-Dez, 2010. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/286092477_Espacos_interditos_e_a_constituicao_das_identicidades_travestis_atraves_da_prostituicao_no_Sul_do_Brasil>. Acesso em: 22 maio 2023

TORRES, M. I. **Masculinidades y geografía: experiencias de hombres trans en el espacio hegemónico de Santiago de Chile**. Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade) n. 16, v. 1, p. 76-94, mar/2020. ISSN: 1984-1647. Disponível em: <

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/download/7342/pdf/28011> >.

Acesso em: 22 maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v1i16.7342>

WELZER-LANG, D. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**.

Revistas estudos feministas, jul./dez. 2001, p. 460-482. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt#ModalDownloads> >. Acesso em: 22 maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

MATRIZ FOFA: CENÁRIOS POSSÍVEIS⁴¹

Luiz Gustavo de Souza Araújo⁴²
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: luizmendezw@gmail.com

Juliano Henrique Xavier Cavalcanti⁴³
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Geografia- IG
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 38408-100, Santa Mônica, Uberlândia-MG, Brasil
Julianocavalcanti14@gmail.com

Resumo: Este trabalho busca articular as diretrizes de planejamento com a construção de cenários possíveis para o Centro Turístico Camilo Chaves Neto, localizado no Município de Ituiutaba-MG, através da matriz FOFA. Apresenta em seu referencial teórico a relação do direito à cidade com os espaços públicos, o histórico de implementação da área de estudo, e também o levantamento e caracterização das Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (matriz FOFA). Conclui que a área de estudo poderia contribuir com a redução de desigualdades presentes no território, no entanto, se encontra em fase de implementação e em baixas condições de uso desde o início de sua implementação, no ano de 2010.

Palavras-chave: Matriz FOFA; Planejamento; Parques.

1. Introdução

Para pensar a produção e reprodução dos espaços da cidade é preciso questionar-se sobre o como e por quem este espaço é pensado. Cabe também a ciência geográfica à análise destas dinâmicas sociais, territoriais, culturais e políticas. No que tange as dinâmicas de criação e disposição das estruturas das cidades, tais como viadutos, pontes, parques e praças é fundamental pensar quem planeja e executa estas ações.

O processo de planejar não é uma qualidade desta geração. Na história do mundo e de suas cidades, outros milhares de aglomerados urbanos também demonstram a preocupação de seus “criadores” em planejar o espaço para servir a algumas determinadas funções. Essas funções tiveram papéis diversos, tais como canalizar água de um rio, dividir propriedades, proteger os limites do espaço de convívio, irrigar plantações, etc.

⁴¹ Texto elaborado a partir de um trabalho de campo feito em 2023 no local.

⁴² Discente Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) nível mestrado e Bolsista do CAPES.

⁴³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista CAPES.

O foco deste breve texto é pensar o “planejar” em um determinado recorte do espaço urbano da cidade média de Ituiutaba, MG. Ituiutaba é um município do interior do estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do país, com população estimada em pouco mais de 104 mil habitantes (IBGE, 2019), sua área de aproximadamente 2.598 km². Olhar os dados pertinentes ao município é uma das formas de compreender a totalidade, entender os primeiros fatores para se planejar segundo a demanda. Neste recorte espacial encontra-se o Centro Turístico Camilo Chaves Neto. O centro turístico teve seu início com recursos do próprio município (2010) e ainda recursos de convênio (249/99) com o Ministério da Integração Nacional, e tinha como objetivo um espaço de lazer para a população tijucana e para os turistas da mesorregião geográfica imediata de Ituiutaba contando com uma grande área de lazer e a criação lago artificial ornamental.

2. Desenvolvimento

O direito à cidade segundo Harvey (2014) é uma ação diária, que ocorre de maneira coletiva, podendo proporcionar transformações para a sociedade, estabelecendo uma junção entre a cidade que se deseja e a relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos. Tais fatores, para o autor contrapõem a lógica de organização capitalista, e dão luz a aspectos sociais inerentes à atuação humana que ocorre em grupo, propiciando que o direito de mudar a nós mesmos possa ocorrer, com o objetivo de propiciar mudanças coletivas para a cidade. O destaque desta afirmação nos coloca frente a uma indagação construída por meio de sua teoria onde sinaliza que o Direito à Cidade não está apenas ligado ao ter um lugar para morar, mas sim morar em um lugar que possua infraestruturas que permitam ao indivíduo o desenvolvimento pleno de sua existência, ou seja, neste campo está inserido o trabalho.

A produção dos espaços ligados às cidades, que se acentua a partir da Revolução Industrial, tem por característica amoldar-se às relações de trabalho e suas divisões, dinamização do comércio, a busca da mais-valia e valorização do capital. O autor ressalta que tais características, embora propiciem expansão da produção industrial, segregam certos segmentos sociais no espaço urbano, que atende ao mercado e não às necessidades de seus moradores, principalmente os de baixa renda. Importante pensar que a relação dos indivíduos com a cidade trará uma significação com base na rede de conhecimento destes sujeitos acerca dos espaços que eles utilizam e sobre aqueles que lhes são negados.

Nesta singularidade, não existe equidade nas relações de apropriação da cidade, sendo pautadas pela desigualdade e pela hierarquização socioespacial, a partir da busca pela manutenção constante dos ganhos capitalistas a partir da própria produção das cidades. Deste

modo, a malha urbana se mantém desordenada, a condição de contradição entre riqueza e pobreza é cada vez mais acentuada, emergindo problemas sociais que quebram a coesão espacial das cidades, afim de atender as demandas socioespaciais de seus moradores. Em linhas gerais, Lefebvre (2001) define que o Direito à cidade se constitui nos direitos dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem, relativos à base das relações sociais, que contrapõe as reproduções das relações capitalistas, que trazem aspectos voltados à reivindicação, pela ampliação da cidadania e da participação política nas cidades, fruto do processo de redemocratização.

Lefebvre (2001) evidencia que estes processos estão ligados à utilização dos espaços públicos, que possuem diversas funções na cidade, essencialmente para aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, sendo os espaços, como ruas, praças e demais locais públicos, palcos de fenômenos culturais e espaços de tráfego de pessoas, sendo utilizados para apresentações artísticas, e para a garantia da segurança da população. Para o autor, a busca pelo Direito à Cidade está ligada a uma alternativa anticapitalista, pois, instrumentaliza a revalorização da utilização do espaço em detrimento da mudança, em uma cidade que se constrói na vertente capitalista, consumida pelos interesses do mercado, e que subordina a utilização dos espaços com foco na acumulação de capital, e destaca que o capitalismo sobrevive por meio da produção do espaço.

O autor destaca em sua obra que o Direito à cidade estaria restrito, no ano de 2012, a uma elite política e econômica, que molda a cidade a seu gosto para fins capitalistas, e vemos que pouco temos mudado no que tange a este posicionamento, carecendo de um aprofundamento em pesquisas e trabalhos com esta temática, para compreender esta evolução. Para enriquecimento deste pensamento, segundo Souza (2013):

“O conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra. [C]onstituída pelo conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social... Ou seja, a organização espacial seria o resultado da divisão espacial do trabalho associado a como está disposto a infraestrutura técnica (rodovias, saneamento, abastecimento de água e energia, etc) no espaço. Ainda sob a luz da ciência geográfica, pelos cuidados de Roberto Lobato Corrêa, questionamos: O que é o espaço urbano (?) para afunilar e direcionar ainda mais o foco deste breve estudo. (Souza Apud Corrêa, 2013. p.37).

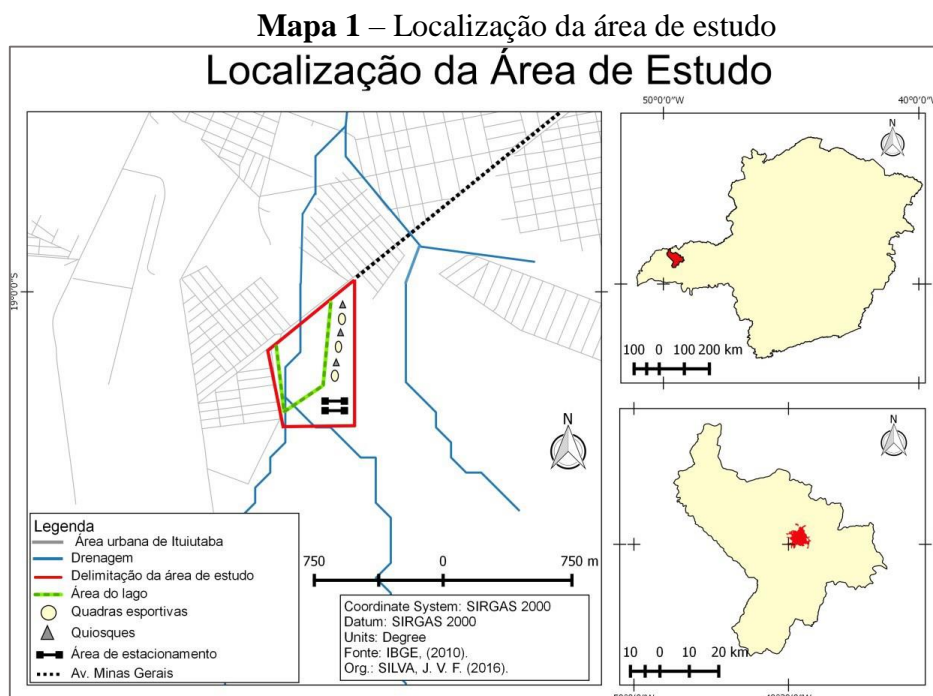
Ou seja, todo objeto cristalizado pelo homem no espaço das cidades está intimamente ligado a demanda capitalista de poder, e tem suas bases no capitalismo que direciona os “porquês” da produção e reprodução do espaço, acolhendo ou excluindo seus usos. A área em destaque, localizada no vazio urbano, no fundo do vale do córrego Pirapitinga, divide dois bairros periféricos conhecidos como “Novo tempo um” e “Novo tempo dois”. Esta análise

remonta a perspectiva administrativa em trazer lazer e convivência para a população tijucana por meio do centro turístico.

Num primeiro momento, este pensamento deriva das bases de um planejamento que idealiza um fim antes mesmo do princípio desta construção. A área a ser incorporada pelo ideal político administrativo, deve passar por estudos básicos prévios, tais como formação geológica, estudos ambientais, de bacia hidrográfica, de altimetria, sociais e outros. O documento oficial desta solicitação de implementação reitera que:

A implantação de um centro turístico às margens do Córrego Pirapitinga, onde já existem obras para a implantação de um lago artificial, é uma intervenção que trará certamente resultados positivos para o desenvolvimento turístico local e regional, pois há uma demanda não atendida, por um grande espaço de acesso amplo e coletivo, regenerado ambientalmente tendo como conceito central a preservação e recuperação da flora local, e quem sem dúvida se tornará em um complexo espaço modificado e ponto de interesse turístico. Esta iniciativa será também vetor e fator motivacional para outras intervenções com vistas ao incremento do turismo regional. (SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, 2010).

Para melhor compreensão da espacialização da área em análise, o mapeamento (mapa 1) aponta a localização da área incorporada ao empreendimento público que se inicia em 2010.



Fonte: Silva; Foli, 2016.

Neste processo, está em perspectiva as categorizações dos processos de planejamento urbano e seus crescentes técnicos para que a entrega da obra atenda ao cenário previsto, ou seja minimamente funcional. A proposta final deste parque configurava-se em um aglomerado de

quadras poliesportivas, áreas verdes, quiosques que ofertariam variedades de comidas e bebidas aos visitantes. Com bases num ideário desenvolvimentista local e regional, o parque ou centro turístico demandou uma preparação da área, tais como, terraplanagem, interferências mecânicas no curso d'água do córrego Pirapitinga, expropriação residencial, explosões da rocha matriz (basáltica) que ameaçava o objetivo final (entrega do empreendimento). O croqui abaixo anexado (Figura 1), disponibilizado pela Secretaria de Planejamento de Ituiutaba MG, remonta a ideia inicial deste projeto:

Figura 1 – Croqui da planta do Centro Turístico Camilo Chaves Neto



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Ituiutaba, 2010.

Localizado na porção sul do município, o parque se destacaria pela oferta de lazer esportivo e possibilidades do fortalecimento de uma área periférica quanto ao aumento da valorização imobiliária de seu entorno. Com início em 2010, o parque já havia sido idealizado pelo então administrador executivo, o prefeito Públio Chaves, que socialmente vislumbrava uma ideia de parque aquático e fez em muitos momentos esta ideia traduzir-se em votos para sua reeleição política. O centro turístico enfrentou diversos percalços desde o início de sua implementação e entrega. Imprevistos estes que reafirmam a necessidade de um planejamento consciente das realidades físicas, sociais, e ambientais locais.

A ausência de um processo de planejamento adequado, pode comprometer a entrega fidedigna da obra, bem como demandar a reestruturação de sua finalidade durante o processo de execução. A idealização do projeto passa, segundo as bases do planejamento urbano por uma utopia na maneira de planejar, pois ignora fatores determinantes para o uso idealizado e suas finalidades iniciais. A participação da comunidade nesta escolha de estrutura é fundamental, uma vez que ela (comunidade) é o objetivo central do investimento público, segundo o documento:

“O projeto visa oferecer mais opções e melhor estrutura e conforto aos turistas, promovendo o desenvolvimento e ampliação de todo o setor turístico na região, além de gerar oportunidades para os demais setores, aquecendo nossa economia. A Prefeitura de Ituiutaba-MG possui o projeto executivo de engenharia elaborado, e as obras já tiveram início e hoje estão paralisadas. Portanto, o recurso possibilitará concluir uma importante obra. O presente contrato de repasse é proposto através de Emenda Parlamentar Individual nº 22290002 do Deputado Federal João Bittar – LOA 2010, destinando recursos para a Prefeitura de Ituiutaba-MG, para Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Ministério do Turismo - Funcional Programática nº 23.695.1166.10VO.” (SICONV - SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, 2010).

Numa outra perspectiva, o processo de planejamento estratégico participativo poderia produzir junto aos planejadores uma melhor criação de cenários para a implementação, onde as necessidades da população sejam atendidas num plano a nível político regional de turismo. Nesta perspectiva, entendemos a matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) ou, em inglês SWOT (*Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*) como sendo parte do resultado da análise macroambiental e de sua natureza interna e externa. Dentro desta análise local, poderemos caracterizar como internalidades aquilo que pode ser alterado, modificado e integrado segundo a vontade administrativas do município e externalidade aquilo que está além do administrativo local. Como exemplos de internalidades pontua-se a criação de uma linha de transporte público coletivo de todos os setores da cidade para o local do empreendimento com tarifa reduzida; já como externalidades pontuam-se os preços elevados dos combustíveis não conseguir atingir este objetivo.

Após a obtenção desta análise quanto aos processos internos e externos ao ideal do empreendimento, é necessário a criação de um cenário desejado para a aplicação e implementação do centro turístico. Para a criação de cenários, entendidos como a simulação desdobramentos, sem a preocupação de quantificar probabilidades e sem se restringir a identificar um único desdobramento esperado, tido como a tendência mais plausível. (Souza, 2003, p. 48). Ou seja, a criação e cenários é uma forma de idealizar o projeto, afim de estabelecer aquilo que se almeja com a intervenção no espaço. O cenário desejado tem como base, na perspectiva deste estudo, a criação de um centro esportivo, que promova a qualidade de vida e o esporte como prática emancipadora de agravantes sociais negativos, tais como a obesidade, ansiedade, prevenção do suicídio, recreação, prevenção de drogas ilícitas entre outros.

Daquilo que se pretendia anteriormente com o projeto inicia, algumas alterações poderiam ser feitas afim da entrega do empreendimento, visto que mesmo com a estrutura de potencialidade positiva, o represamento da água do córrego pirapitinga seria inviável por

questões pertinentes a agricultura familiar a jusante do curso hídrico, causando um efeito social negativo quanto a renda destes produtores, e que abortar a ideia inicial da proposição de um lago artificial ornamental, substituindo por uma área de reflorestamento com espécies nativas endêmicas. Ou a criação de um parque linear, preservando a dinâmica natural do curso hídrico poderia ter um efeito mais efetivo na entrega final. A entrega pode ser visualizada nas Figuras 2, 3 e 4, a seguir:

Figura 2 – Centro Turístico Camilo Chaves Neto: via de acesso



Fonte: Araújo (2023)

Figura 3 – Centro Turístico Camilo Chaves Neto: vista para o bairro Novo Tempo II



Fonte: Araújo (2023)

Figura 4 – Centro Turístico Camilo Chaves Neto: parque infantil



Fonte: Araújo (2023).

Para a promoção de resultados diferentes da perspectiva inicial, um processo de planejamento estratégico participativo daria início a alguns posicionamentos administrativos,

entre eles, desenvolver o projeto executivo estruturado, estabelecer as relações institucionais, bem como a contratação de profissionais para a finalidade, trabalhar junto à comunidade compreendendo seus anseios, ouvindo demandas e à conscientizando do uso. Ainda poderemos adicionar outras considerações num campo positivo da política da esfera federal, a implementação das Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). (ONU BRASIL, 2023).

As ODS são metas a serem cumpridas no campo da sustentabilidade de modo geral, protagonizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), visa a redução da pobreza a níveis globais, entre os objetivos abraçados em âmbito federal estão: “objetivo 6- Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos; 9- Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação; 11- Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; entre outros. Estas movimentações políticas são essenciais para a produção e reprodução dos espaços das cidades.

Após as considerações acima descritas, poderemos aplicar a matriz do planejamento FOFA ou SWOT para evidenciar os pontos fortes, oportunidades, bem como as ameaças pertinentes a implementação desejada, sob esta metodologia, entendemos as potencialidades da localidade divididas em fortalezas e oportunidades. As fortalezas são a singularidade do lugar por ser a única área de lazer com esse modelo, atraindo a população para o uso do espaço; oferta de profissionais capacitados para as práticas de lazer. As oportunidades ter um representante federal em exercício da cidade em questão, que envie recursos federais para a implementação da obra, implementação das ODS no território nacional; ausência de projetos específicos; descaracterização da área de lazer para fins comerciais de outros segmentos, tais como loteamento, e construções para outras finalidades que não sejam o bem-estar da população.

Entre o que se entende por oportunidades ou pontos fortes, estão vinculados à positividade que determinado recorte do espaço oferece para a implementação de algum empreendimento que resulte em uma benfeitoria para a população de determinada localidade. Essas oportunidades são pertinentes a questões estruturais, tais como localização privilegiada (pontos fortes), demandada pelo público em questão. Outras questões pertinentes são os fatores de concorrência, onde o empreendimento planejado ofereça uma melhor e mais completa estrutura que os demais, obtendo o alcance de suas finalidades; entre os quesitos entendidos como ameaças e ou pontos fracos estão os obstáculos encontrados na implementação do projeto, entre eles, altos custos financeiros para a entrega final, ausência de mão de obra qualificada para realização das etapas da obra, a não adesão da comunidade à finalidade do empreendimento, perda de incentivos financeiros por parte dos agentes financiadores, etc. Tão

somente os processos de participação popular e instrumentos metodológicos de um planejamento efetivo pode garantir que a entrega de espaços de convivência da comunidade atenda minimamente a proposta.

3. Conclusão

Os processos do planejamento estratégico estão diretamente ligados a participação popular, as bases do “pensar o espaço” devem estar em consonância com as reivindicações locais bem como uma análise macro ambiental efetiva e completa. O contrário desta adoção metodológica pode significar um empreendimento que não atenda a finalidade proposta. No caso específico do centro turístico em perspectiva, ainda em fase de implementação desde 2010, o ideal seriam maiores interações públicas com a comunidade onde as atenções básicas associadas a proposta inicial estaria mais próxima da integração social.

Os grupos sociais excluídos no âmbito das cidades são o resultado do processo de segregação de classes a partir da reprodução capitalista e, no que se refere ao acesso de bens e serviços. Santos (2006) exemplifica essas formas de “acesso” com a básica análise de habitação, ressaltando que nem todas as pessoas dispõem de condições de possuírem uma habitação de qualidade. Isso ocorre porque, muitas vezes, as condições de moradia são resultadas da ausência de renda que garanta esse acesso e o autor relaciona alguns processos de exclusão que geram a subnutrição, doenças, a falta de escolaridade, o desemprego, o subemprego, etc. Os caminhos para uma adesão aos espaços do ambiente urbano, faz-se tornando os lugares acessíveis, dotados de utilidade e acolhimento.

4 Referências

CORRÊA, N. M. **Exclusão social e subjetividade:** um estudo sobre a relação deficiência visual e trabalho no contexto da globalização. In: IV Congresso Internacional de Educação, 2005, São Leopoldo (RS). A educação nas fronteiras do humano. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. p. 1-15. v. 1.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** São Paulo, Ática, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana** / David Harvey; tradução Jeferson Camargo. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HARVEY, D. O Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, jul./dez. 2014.

IAMAMOTO. M. V. **O serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO. M. V. **O serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 18. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

Organização das Nações Unidas (ONU BRASIL). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, DF. 2023. Portal. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SILVA, J. V. F; FOLI, A. C. A. A implantação do centro turístico camilo chaves neto na cidade de ituiutaba – mg e a aceleração do processo de assoreamento do córrego pirapitinga. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18, 2016, São Luís. **Anais [...].** São Luis: AGB, 2016. Disponível em: <http://www.eng2016.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=13>. Acesso em:15 nov. 2023.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

O TERRITÓRIO INVISÍVEL DOS PIXADORES DE SÃO PAULO⁴⁴

Anderson Gomes Franco²
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: anderson.franco@ufu.br

Anderson Pereira Portuguese³
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: anderson.portuguez@ufu.br

Resumo: Ao anoitecer, o centro da cidade de São Paulo se transforma em um palco para os “pixadores”, que utilizam o espaço urbano para redefinir paisagens e criar identidades. Esta pesquisa se concentra na ocupação dos territórios do centro por esses grupos, transformando-os em espaços de pertencimento e transgressão. O objetivo geral é caracterizar os pontos de encontro dos pixadores sob a ótica dos conceitos de território e multiterritório. Entre os objetivos específicos, o estudo busca analisar os territórios utilizados pelos pixadores e a transformação dos espaços durante a noite, momento em que os encontros ocorrem. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica sobre o tema, apoiada por relatos de experiências pessoais sobre os encontros noturnos desses grupos em São Paulo - SP. A justificativa para a realização deste trabalho reside na necessidade de compreender um fenômeno urbano que, embora marginalizado e frequentemente criminalizado, desempenha um papel fundamental na configuração da paisagem e das relações sociais. Como resultado, observou-se que os territórios dos pixadores são multiterritoriais, ou seja, espaços que mudam de função e significado conforme o horário e as pessoas que os ocupam. Esses locais, denominados “*points*”, funcionam como áreas de interação social, cultural, econômica e de prática artística, muitas vezes invisíveis para a maior parte da sociedade. A pesquisa conclui que esses territórios refletem relações sociais e culturais complexas, unindo os pixadores por um propósito comum, destacando a pixação não apenas como forma de transgressão, mas como um ato que constrói identidades e relações de pertencimento coletivo. Assim, a pixação transcende seu caráter de protesto original, tornando-se um fenômeno cultural significativo, porém, marginalizado.

Palavras-chave: Território; Multiterritorialidade; Pixadores.

1. Introdução

A pesquisa explora como os pixadores de São Paulo se apropriam do espaço urbano durante o período noturno, redefinindo paisagens e construindo identidades. Ela analisa a

⁴⁴ Trabalho apresentado à disciplina de Geografia Política do curso de geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal – ICHPO.

²Discente do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia no Instituto de Ciências Humanas do Pontal – ICHPO e bolsista FAPEMIG de iniciação científica.

³ Docente da Graduação e Pós-graduação do curso de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia no Instituto de Ciências Humanas do Pontal – ICHPO.

ocupação de territórios específicos e a transformação desses locais em áreas de pertencimento e transgressão, destacando a interação entre os grupos que os frequentam.

É importante ressaltar que este trabalho foi escrito com a caligrafia adotada pelos praticantes do movimento, ou seja, utilizando o termo "pixador com o “x” e não com o “ch” como compreende o dicionário da língua portuguesa.

Pixação, escrita com “xis” transgride as normas da língua culta, assim como a pixação instalada no espaço público transgride a lógica das programações da cidade e a própria lei – o ato de pichar constitui crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, como consta na constituição federal brasileira. Podemos depreender um outro modo de transgressão na adoção dessa grafia “incorreta” ... (ALTAMIRA, 2017, p. 7).

Nesse sentido, podemos notar uma forma de oposição aos diferentes grupos sociais que classificaram a pixação como arte marginal e a criminalizaram.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a dinâmica desses grupos, destacando a interação entre eles sob a ótica dos conceitos de território e a ocupação multiterritorial que praticam na cidade. Entre os objetivos específicos, o estudo busca caracterizar os territórios utilizados pelos pixadores, demonstrar os pontos de encontro e analisar a transformação dos espaços durante a noite, momento em que as reuniões ocorrem. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica sobre o tema, apoiada por relatos de experiências pessoais sobre os encontros noturnos desses grupos em São Paulo - SP.

A justificativa para a realização deste trabalho reside na necessidade de compreender um fenômeno urbano que, embora marginalizado e frequentemente criminalizado, desempenha um papel fundamental na configuração da paisagem e das relações sociais no centro de São Paulo: a pixação. Ao investigar os pontos de encontro dos pixadores e sua apropriação do espaço urbano sob a perspectiva dos conceitos de território e multiterritorialidade, este estudo lança luz sobre práticas que, apesar de invisíveis para muitos, revelam dinâmicas sociais, culturais e políticas complexas.

A importância de compreender esses territórios vai além do interesse acadêmico, pois envolve o reconhecimento de como certos grupos sociais, marginalizados pela cidade formal, se apropriam do espaço para expressar sua identidade e pertencimento. Além disso, ao explorar o conceito de multiterritorialidade, a pesquisa contribui para o debate contemporâneo sobre a reconfiguração dos espaços urbanos, oferecendo novas perspectivas sobre a relação entre espaço, poder e cultura nas metrópoles. Por meio dessa análise, o trabalho busca não apenas dar visibilidade a esses territórios, mas também ampliar o entendimento sobre a diversidade de usos

e significados atribuídos ao espaço público, oferecendo subsídios para futuras discussões sobre urbanismo, inclusão e resistência cultural.

Como resultado, observou-se que os territórios dos pixadores são multiterritoriais, ou seja, espaços que mudam de função e significado conforme o horário e as pessoas que os ocupam. Esses locais, denominados "*points*", funcionam como áreas de interação social e de prática artística, muitas vezes invisíveis para a maior parte da sociedade.

A pesquisa conclui que esses territórios refletem relações sociais e culturais complexas, unindo os pixadores por um propósito comum, destacando a pixação não apenas como forma de transgressão, mas como um ato que constrói identidades e relações de pertencimento coletivo. Assim, a pixação transcende seu caráter de protesto original, tornando-se um fenômeno cultural significativo.

2. Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se em dois principais enfoques: a revisão bibliográfica e o relato de experiência. A revisão bibliográfica abrange o estudo de conteúdos e conceitos geográficos relevantes para a compreensão do fenômeno da pixação e da dinâmica dos grupos de pixadores na cidade de São Paulo. Foram analisados trabalhos acadêmicos, livros e artigos que tratam de temas como territorialidade, multiterritorialidade e a apropriação do espaço urbano por grupos sociais marginalizados. Este levantamento teórico é fundamental para embasar as discussões sobre como os pixadores ocupam e transformam determinados territórios na cidade, estabelecendo suas próprias redes de significado e pertencimento.

Além da pesquisa bibliográfica, a metodologia também inclui o relato de experiência, que se constitui a partir da observação direta e da vivência nos locais onde ocorrem as reuniões dos pixadores, geralmente à noite. Essas reuniões, denominadas "*points*", acontecem em espaços urbanos específicos e se configuram como momentos importantes de socialização e troca entre os membros do grupo. A experiência *in loco* permitiu uma análise mais detalhada sobre a dinâmica de ocupação desses territórios, que se modificam ao longo do dia, assumindo diferentes funções de acordo com o uso que lhes é atribuído. Durante o dia, muitos desses locais são destinados ao comércio ou ao trânsito de pessoas, mas à noite tornam-se pontos de encontro para os pixadores, que ali trocam experiências, planejam suas ações e reforçam sua identidade de grupo.

3. Aporte teórico

Os encontros de pixadores no centro de São Paulo, conhecidos como *points*, podem ser analisados sob a perspectiva dos conceitos de território e multiterritorialidade de Haesbaert (2004). Esses encontros noturnos representam uma apropriação simbólica do espaço urbano, onde os pixadores, ao ocuparem determinadas áreas, transformam o centro da cidade em um território que vai além de sua função econômica ou de circulação diurna. De acordo com Haesbaert (2004), o território envolve tanto dominação quanto apropriação. No caso dos *points*, a cidade, que durante o dia é dominada pelo comércio e pelas normas do poder público, à noite se transforma em um espaço apropriado pelos pixadores, ganhando novos significados e usos.

Os pixadores, ao se reunirem nesses pontos específicos, criam uma territorialidade própria, que lhes oferece reconhecimento social dentro de seu grupo e uma forma de identidade coletiva. Esse processo de apropriação do espaço é simbólico, pois os pixadores utilizam o ambiente urbano para expressar suas marcas e sua arte, desafiando as normas e as estruturas de poder da cidade. O centro de São Paulo, que é utilizado durante o dia para funções comerciais, à noite se torna o palco de uma transgressão simbólica, onde o ato de pichar redefine a relação entre os sujeitos e o espaço.

Além disso, o conceito de multiterritorialidade também se aplica a esses encontros. Os pixadores não se limitam a um único território, mas ocupam diversos pontos da cidade em diferentes momentos, conectando esses locais em uma rede de espaços que compõem sua experiência urbana. Esses territórios são múltiplos, e cada *point* é apenas uma parte de um conjunto maior de territórios que os pixadores ocupam em São Paulo. A multiterritorialidade se manifesta na forma como eles transitam entre diversos espaços, apropriando-se deles temporariamente, criando uma rede fluida de encontros e ações que não é fixa, mas sim móvel e flexível, conforme os horários e as condições de cada local. Nas palavras de Haesbaert (2004, p. 11 *apud* Haesbaert, 2004:344)

(...) a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”.

Assim, os *points* dos pixadores no centro de São Paulo exemplificam como o território pode ser constantemente (re)apropriado e ressignificado, funcionando como uma manifestação prática dos conceitos de Haesbaert (2004). Ao ocupar esses territórios temporariamente, os

pixadores constroem uma multiterritorialidade que desafia as normas e as lógicas dominantes da cidade, criando significados para o espaço urbano e reafirmando sua identidade coletiva.

Dito isso, compreendemos que é necessário tecer um breve contexto histórico de como emergiu a pixação no Brasil e no mundo. Os primeiros relatos de pixação surgiram em Paris durante a revolta estudantil, que ocorreu após a segunda guerra mundial. Foi um período marcado pela opressão política que se rebelaram contra os jovens protestantes, que reivindicavam justamente a opressão que sofriam por manifestarem suas opiniões (Santana, 2018). Os jovens usavam representações com caligrafia e desenhos para demarcar os muros, como símbolos de suas reivindicações.

Após os acontecimentos na França, durante a revolta estudantil pós-Segunda Guerra Mundial, a pixação emergiu como uma forma simbólica de protesto, sendo rapidamente adotada por movimentos ao redor do mundo que buscavam contestar regimes opressores e reivindicar direitos políticos e sociais.

No Brasil não foi diferente dos outros países, a pixação também surgiu como forma de protesto, os primeiros indícios de escritas nos muros com textos de revolta pela opressão, surgiu na década de 1960 durante o período da ditadura militar (Santana, 2018).

Nos Estados Unidos, o movimento de pixação se desenvolveu de maneira significativa, evoluindo em paralelo com a cultura urbana e as lutas sociais. A prática foi transformada em uma ferramenta de afirmação identitária, especialmente nas áreas marginalizadas das grandes cidades. Essa evolução nos Estados Unidos resultou na separação da prática em dois ramos principais: os pixadores, que mantinham uma postura mais transgressora, focada na ocupação de espaços urbanos de forma ilegal e subversiva, e os grafiteiros, que passaram a ser mais aceitos pelas classes média e alta, com suas obras reconhecidas como uma forma de arte, por serem consideradas mais estéticas e frequentemente presentes em áreas nobres da cidade (Zan et al., 2010).

Enquanto os pixadores buscavam afirmar sua presença por meio da escrita em locais de difícil acesso, criando códigos e assinaturas específicas, os grafiteiros priorizavam a expressão artística, com desenhos coloridos e elaborados que ganharam notoriedade dentro e fora das galerias de arte. Essa distinção revela não apenas uma diferença estética, mas também a forma como cada grupo interage com a cidade e a sociedade.

Diante de todo o contexto histórico, a semelhança encontra-se no grupo identitário que por sua vez eram jovens estudantes, pobres, segregados que lutavam por seus direitos e usavam das pixações como forma de protesto. No documentário Pixo (2010), um participante questiona: “Quem somos nós? Que sociedade é essa que forma uma geração inteira de jovens que precisam

se expressar através da destruição?”. Esses questionamentos evidenciam o contexto social em que os jovens vivem, revelando as condições adversas que enfrentam e a maneira que encontraram para chamar a atenção tanto da sociedade quanto do poder público. A pixação, nesse sentido, surge como uma forma de expressão e resistência em um cenário de exclusão social.

Atualmente, a pixação perdeu grande parte de sua essência de protesto, assumindo um caráter competitivo. Essa disputa se manifesta nos muros mais altos, nas letras maiores e na quantidade de pixações espalhadas por diferentes pontos da cidade Pixo (2010). A busca por ocupar os espaços mais desafiadores e visíveis tornou-se um meio de alcançar reconhecimento e prestígio dentro da comunidade de pixadores, onde a notoriedade é medida pela ousadia e pela presença marcante nos territórios urbanos.

4. Resultados e discussão

É em alguns pontos do centro da cidade de São Paulo – SP que ocorrem as reuniões dos pixadores, é nesse momento que eles se relacionam entre si e apresentam a sua arte para o maior número de pessoas possíveis, geralmente apreciadores da pixação. O espaço de reunião dos pixadores é denominado de *point* (figura 1), é nesse local que eles se encontram em dia e horários específicos, para compartilhar os seus feitos, fazer amizades, vender produtos e além de tudo, é um ponto de partida para saírem para pichar.

Ao cair da noite, as ruas antes repletas de trabalhadores e consumidores tornam-se um ponto de encontro para uma massa de indivíduos com objetivos e interesses distintos, como os pixadores, artistas de rua, e outros grupos sociais marginalizados ou alternativos. Esses grupos, muitas vezes invisíveis para a sociedade diurna, reconfiguram a funcionalidade do centro à noite. O local, que antes era definido pelo comércio formal e pelas normas sociais estabelecidas, é apropriado por outros grupos, criando significados e formas de interação com o espaço urbano.

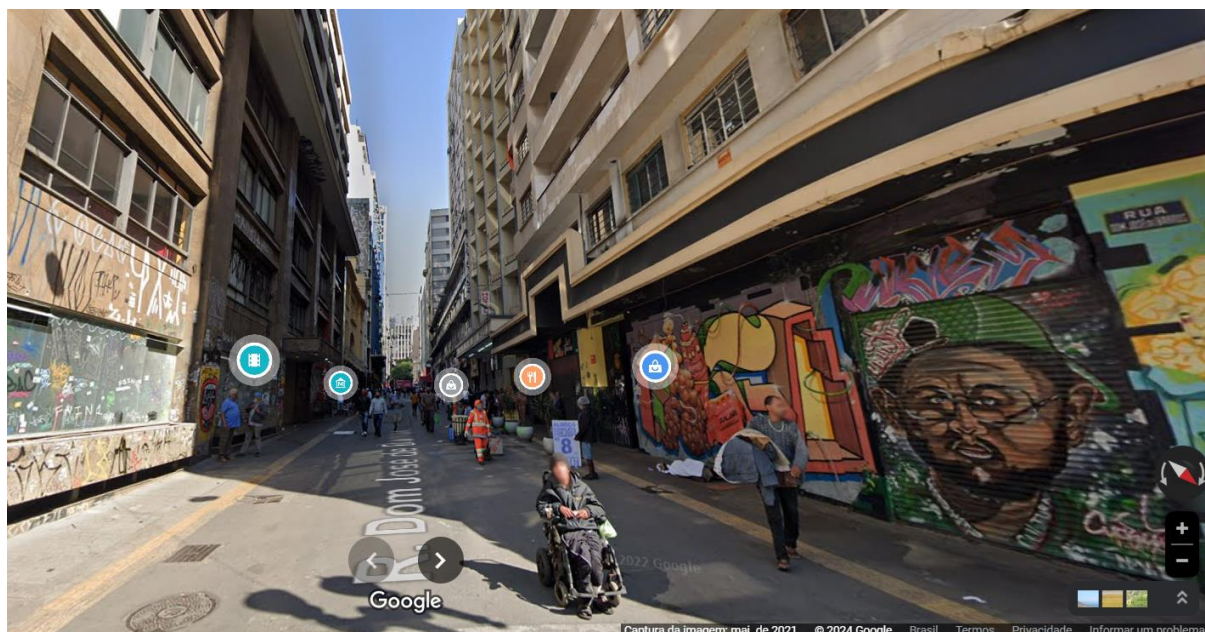
Durante o dia, o centro da cidade exerce funções tradicionais (figura 2), como ser um espaço de trabalho, comércio e lazer, onde a movimentação é intensa, com pessoas indo e vindo em rotinas pré-determinadas — trabalho, compras e lazer. Essa dualidade de usos e apropriações sugere que o centro da cidade nunca é estático ou monofuncional; ao contrário, ele é um território constantemente (re)territorializado, de acordo com o momento do dia e os grupos que o ocupam. Esse ciclo reflete uma fluidez intrínseca à vida urbana contemporânea, onde o espaço é multifuncional e polissêmico, capaz de acomodar diferentes formas de poder, resistência e expressão Santos (2012).

Figura 1: *Point* do centro sujo, São Paulo-SP.



Fonte: DLS Produções, 2022.

Figura 2: *Point* do centro sujo no durante o dia, São Paulo-SP.



Fonte: Google Street View

Assim como o território da prostituição estudado pelos autores Ribeiro e Oliveira (2011) e Oliveira (2017), os territórios dos pixadores em alguns momentos são móveis, existem em determinado tempo no período noturno, porém em alguns casos sofrem com a repressão policial. Podemos classificá-los como cíclicos também, pois existem *points* que se fixam em determinados locais por um determinado período.

É nesse contexto que denominamos os *points* do centro como multiterritórios da pixação, pois são compreendidos como:

Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como na área central das grandes cidades) ou simultaneamente (como na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas relativamente autônomas) (Hesbaert, 2007, p.32).

Ao analisarmos em detalhes, percebemos que os diferentes espaços das reuniões são frequentados pelas mesmas pessoas que praticam a pixação. As ruas tornam-se bastante movimentadas, servindo como palco para encontros coletivos e indivíduos de diversas partes do Brasil e do mundo. O encontro de pixadores no centro de São Paulo é o maior e mais reconhecido do país.

Ao anoitecer, enquanto as pessoas encontram-se dormindo, o território do comércio, do trabalho se transforma em um palco de novas relações que poucos conhecem, porém possui sua identidade, é nesse momento que fazemos referência ao título desse trabalho.

5. Considerações Finais

Portanto, conclui-se que os territórios invisíveis da pixação podem ser classificados como multiterritorialidades, uma vez que, neles ocorrem diferentes trocas de relações afetivas, culturais e sociais, abrangendo diversidade da população sem distinção de divergências e unidos por um único propósito artístico.

Este trabalho não tinha como objetivo contar o que é a pixação, mas tentar caracterizar as relações dos pixadores com determinados espaços, que em determinados períodos do dia tem suas funções e ao entardecer recebem o grupo de pixadores. Relatar o local exato onde ocorre as reuniões também não está dentro do propósito, uma vez que somos geógrafos, sentimos a necessidade de caracterizar o local, definir a localização do objeto de estudos, porém, acreditamos que a pixação não é bem-vista por muitas pessoas, então surge a necessidade de omitir essas informações.

Vale ressaltar que muitas pessoas acreditam que qualquer rabisco em paredes, escolas ou ônibus se caracteriza como pixação, o que é uma compreensão equivocada. A pixação vai muito além disso: envolve a criação de uma marca, um símbolo que carrega significado para quem a realiza. O pixador busca alcançar objetivos específicos, que podem variar de manifestações culturais e protestos a, em contextos mais contemporâneos, a busca por fama e reconhecimento dentro de sua comunidade. Portanto, a pixação não se resume a vandalismo,

mas pode ser entendida como uma forma de expressão complexa, ligada à identidade e aos contextos sociais em que ocorre.

A combinação da revisão bibliográfica com o relato de experiência permitiu elucidar e caracterizar o fenômeno da multiterritorialidade, conceito central neste estudo. A análise mostrou como os territórios ocupados pelos pixadores são fluidos e temporários, com uma funcionalidade cíclica que desafia as normas impostas pela sociedade e pelas leis urbanas.

Assim, a metodologia adotada buscou oferecer uma visão ampla e integrada sobre as práticas de pixação, demonstrando como esses territórios são transformados e ressignificados pelos próprios atores sociais que os ocupam.

O trabalho em questão contribuiu para reforçar os conteúdos abordados na disciplina de Geografia Política. No entanto, senti a necessidade de aprofundar o estudo sobre o tema da multiterritorialidade para produzir este pequeno projeto que retrata o conceito na prática. Embora o trabalho tenha sido finalizado enquanto a disciplina ainda estava em andamento, não se descarta a possibilidade de um aprofundamento maior no futuro.

Referências

ALTAMIRANO, M. **POR UMA ESTÉTICA DA DIVERSIDADE**: a pixação de São Paulo como estratégia de sobrevivência social FOR AN AESTHETIC OF DIVERSITY: São Paulo's pixação as a social survival strategy, 2017.

DLS PRODUÇÕES. Point Centro Sujo 2022, como era antes de falir. YouTube, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H-sawiii8s0>. Acesso em: 23 mar. 2024.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004.

PIXOS. Direção: João Wainer e Roberto T. Oliveira. Produção: João Wainer e Roberto T. Oliveira. TX NOW, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>. Acesso em: 23 mar. 2024.

RIBEIRO, M. A.; OLIVEIRA, R. S. **Território, Sexo e Prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. 210p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTANA, É. A. M. de. **Linguagens subversivas**: a pixação como representação da identidade e da memória dos jovens nas cidades. 2018.

ZAN, D. et al. Grafite e pichação. **Educação UFSM**, v. 35, n. 03, p. 465-478, 2010.

GEOTECNOLOGIAS

GEORREFERENCIAMENTO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR ENTRE GEOGRAFIA E ARQUEOLOGIA⁴⁵

Dorcas Abigail Nunes de Freitas⁴⁶
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: dorcas.freitas@ufu.br

Resumo: Sendo desenvolvido em parceria entre a Fundação de Apoio Universitário (FAU), e pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena (GEPAEHI), o projeto intitulado “Curadoria, Conservação e Recuperação de Acervos Arqueológicos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”, que atualmente encontra-se em andamento, atua na construção do Museu de Antropologia e Arqueologia (MAnA). O projeto museológico tem o objetivo geral em desenvolver ações de diagnóstico do estado de conservação dos acervos e seu acondicionamento, conservação e recuperação. Sendo um espaço multidisciplinar com diálogo entre Antropologia, Arqueologia, Museologia, História, Geografia. Assim, em seu objetivo específico busca utilizar do conhecimento geográfico para georreferenciar sítios arqueológicos na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG, mapeando e organizando esses dados, para análise da localização da proveniência dos acervos. O procedimento metodológico do georreferenciamento foi realizado com base em um modelo da Fundação Araporã, que estuda comunidades indígenas em São Paulo. O ordenamento do geoprocessamento se concentrou na criação de uma planilha para a inserção no QGIS das informações georreferenciadas dos sítios arqueológicos, prosseguindo para a elaboração um mapa especializando-os nos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG. Logo, avançando com a organização das bases de dados e constatação de informações já tidas sobre os sítios no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para averiguar se havia imprecisão no registro de dados georreferenciados, como no registro do município, coordenadas, nomeação do sítio, dentre outros aspectos. A análise sobre as referências dos sítios arqueológicos em relação às informações disponíveis no site do IPHAN, evidenciou discrepâncias, mostrando que muitos dados estavam incompletos. Por conseguinte, o georreferenciamento dos sítios arqueológicos na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ao organizar e mapear esses locais, irá estabelecer exatidão na localização dos sítios, como também, o projeto representa um avanço significativo na interdisciplinidade, e nas potencialidades dos estudos geográficos na aplicação de geotecnologias e técnicas de mensuração na análise espacial.

Palavras-chave: Georreferenciamento; Sítios arqueológicos; Arqueologia.

Agradecimentos: Fundação de Apoio Universitário (FAU)

⁴⁵ Texto elaborado a partir do projeto intitulado “Curadoria, Conservação e Recuperação de Acervos Arqueológicos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”.

⁴⁶ Bolsista da Fundação de Apoio Universitário (FAU).

DINÂMICAS AMBIENTAIS

O SILÊNCIO NA VIOLÊNCIA CONTRA AS GUARDIÃS DAS FLORESTAS⁴⁷

Karla Gabrielly Amaral de Siqueira
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social - FACES
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: Karla.gabrielly@ufu.br

Herlan Oliveira Matilde
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social - FACES
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: Servicosocialherlan27@gmail.com

Soraia Veloso Cintra⁴⁸
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social - FACES
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: Soraia.veloso@ufu.br

Resumo: Introdução: Este resumo foi desenvolvido como parte das atividades da disciplina “Produção de Conhecimento em Serviço Social” do curso de Serviço Social da FACES / UFU, visando discutir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) – neste trabalho, o ODS nº 5 Igualdade de Gênero. O Brasil comprometeu-se a alcançar os ODS/ONU para Agenda 2030, que inclui acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, reduzir as desigualdades, entre outros. A igualdade de gênero é o ODS 5, e não é possível atingi-lo sem reconhecer a realidade das mulheres indígenas. A violência enfrentada por essas mulheres muitas vezes passa despercebida, como se não existissem e por viverem em áreas remotas com pouco acesso a políticas públicas. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo avaliar o empenho do Brasil no combate à violência contra a mulher, especificamente as mulheres indígenas. **Procedimentos metodológicos:** A pesquisa foi de natureza bibliográfica e qualitativa e consistiu na coleta de dados a partir do site da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), do IBGE, do Instituto Igarapé, entre outros. **Resultados:** Entre 2007 e 2017, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde registrou 8.221 casos de violência contra mulheres indígenas. Entre 2000 e 2020, os feminicídios de mulheres indígenas aumentaram 167% (Instituto Igarapé) e, só no Mato Grosso do Sul, a violência contra elas, subiu 495% em seis anos. Em 2019, o Estado registrou 30 feminicídios e, desses, 05 eram de mulheres indígenas. Mas nem todos os Estados registram corretamente os casos de violência, como o Amazonas. Medo, vergonha, falta de condições financeiras acabam sendo impedimentos para as denúncias, da mesma forma como ocorre com as demais mulheres. Mas as indígenas enfrentam ameaças, conflitos e desafios constantes para proteger suas terras, a si próprias e suas famílias, uma violência até então silenciosa, pela qual lideranças têm erguido sua voz. **Considerações finais:** ainda falta muito para que o Brasil alcance a igualdade de gênero para todas as mulheres. Como se trata de uma meta global, os investimentos em políticas públicas precisam chegar nos povos originários, pois proteger os povos da floresta (e a própria floresta), é dever do Estado e pelos dados apresentados, isso não tem sido feito. Destaque, porém, para os órgãos de proteção às mulheres do Estado de Mato Grosso do Sul (Defensoria Pública e NUDEM) que visando melhorar a comunicação com as comunidades elaboraram cartilhas em português, em guarani e em terena. Para alcançar o ODS

⁴⁷ Resumo elaborado para a disciplina Produção do Conhecimento em Serviço Social com discussões realizadas a partir do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 05 Igualdade de Gênero

⁴⁸ Orientadora; docente do Curso de Serviço Social FACES /UFU

5 Igualdade de Gênero é importante que a comunicação alcance todas as mulheres, pois não haverá igualdade enquanto as mulheres forem vítimas de todos os tipos de violência.

Palavras-chave: Violência; Objetivos das ODS; Mulher indígena.

Agradecimentos: Gostaria de expressar minha gratidão à professora da disciplina, Soraia Veloso Cintra, assim como aos organizadores do evento XV Geopontal e VII SINGEP, pelo apoio e contribuição valiosa para a realização deste trabalho.

MAQUETE DE VULCÃO COMO RECURSO DIDÁTICO VOLTADO PARA O ENSINO SUPERIOR

Graziella Zayda Araújo de S. Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: graziella.carvalho@ufu.br

Caroline Alves Gonçalves
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: caroline.goncalves1@ufu.br

Resumo: O presente trabalho teve como **objetivo** principal a elaboração de uma maquete de vulcão como recurso didático no ensino superior, o qual desempenha um papel fundamental no aprendizado de conceitos complexos relacionados à dinâmica terrestre, proporciona uma abordagem pedagógica essencial especialmente em áreas como geologia, geografia e ciências ambientais. Sua utilização no ensino superior é de grande importância devido à sua capacidade de promover a compreensão de processos geológicos complexos de maneira visual e interativa. **Os procedimentos metodológicos** consistiram no trabalho prático e manual, (a) revisão bibliográfica sobre a temática, (b) aulas da disciplina, (c) utilização de materiais como isopor, papel, papelão, papel machê, cola, solo para a fabricação de tinta de solo, tinta guache, brita, granito e pincel para execução da maquete. **Os resultados** obtidos referem-se a maquete 3D do vulcão que é uma representação em três dimensões de algumas feições oriundas de alguns processos vulcânicos, desde a formação da sua estrutura vulcânica até os diferentes tipos de erupções e seus efeitos, a formação de tipos diferentes rochas derivadas da atividade vulcânica. No ensino superior a maquete de vulcão exerce um papel facilitador no processo de ensino e aprendizagem permitindo uma construção do conhecimento mais ativo e experimental. Conforme esse recurso didático é utilizado, os discentes enriquecem o conteúdo teórico com uma experiência prática. Seu uso no ensino superior, permite que os estudantes entendam melhor os processos geológicos em um nível mais profundo e detalhado, a maquete se adequa como uma ponte entre o conhecimento teórico e prático, possibilitando que os estudantes tenham uma experiência de aprendizagem que envolve a visualização e simulação dos fenômenos estudados. **Considerações finais:** Conclui-se neste trabalho a importância da maquete de vulcão como desenvolvimento de habilidades analíticas e práticas especificamente em aulas voltadas para as ciências naturais e engenharias, pois requerem que os estudantes tenham uma compreensão concreta de fenômenos geológicos complexos, como o vulcanismo. Com isso, podemos destacar a visualização de uma análise multidisciplinar e diversos conceitos complexos que proporcionam uma melhor compreensão de como esses processos ocorrem no mundo real.

Palavras-chave: Ensino; Maquete; Vulcão

Agradecimentos: Gostaríamos de expressar nossa gratidão à Prof. Dra. Leda Correia Pedro Miyazaki, bem como às alunas Caroline Alves Gonçalves e Graziella Zayda, pelo empenho e dedicação na realização deste trabalho.

ANÁLISE DOS ALAGAMENTOS NA AVENIDA OROSIMBO MAIA, CAMPINAS/SP: IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO DO SOLO⁴⁹

Carlos Eduardo Modesto Silvestre⁵⁰
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: carlos.silvestre@ufu.br

Maria Estela Aparecida Gomes⁵¹
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: maria.estela@ufu.br

Paulo Lopes Filho⁵²
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: paulo.lopes.filho@ufu.br

Washington Matheus Camargo Araújo⁵³
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: washington.araujo@ufu.br

Resumo: Este estudo tem como objetivo geral investigar as causas dos alagamentos recorrentes na Avenida Orosimbo Maia, em Campinas/SP, e discutir os impactos ambientais associados à urbanização acelerada e à impermeabilização extensiva do solo, elementos que influenciam diretamente o gerenciamento das águas pluviais urbanas. Entre os objetivos específicos, busca-se identificar as variáveis naturais e antrópicas que intensificam as inundações, além de propor soluções que integrem sustentabilidade e eficácia na mitigação desses problemas. A pesquisa, em andamento, adota uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica sobre processos urbanos, análise de reportagens locais e o uso de ferramentas de geoprocessamento (QGIS, Google Street View e Google Earth), para identificar as áreas mais suscetíveis a alagamentos. Também ocorrerá a análise histórica do crescimento urbano as margens do córrego, examinando a expansão da malha urbana a adaptação da infraestrutura de drenagem ao longo do tempo. Os resultados preliminares apontam que o aumento da impermeabilização do solo, associado ao avanço da urbanização e à falta do cuidado preventivo da drenagem, contribui para a recorrência de alagamentos na área. A canalização dos córregos e a ausência de espaços verdes, que poderiam auxiliar na absorção das águas pluviais, agravam o escoamento superficial. Além de causar danos à infraestrutura local, esses eventos afetam a qualidade de vida dos moradores e geram impactos econômicos significativos, com perdas materiais contínuas para a população e o poder público. Para enfrentar essa situação, é possível implementar soluções que

⁴⁹ Pesquisa em andamento.

⁵⁰ Discente Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP)

⁵¹ Discente Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP)

⁵² Discente do Curso de Graduação em Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO)

⁵³ Discente Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP)

incorporem a infraestrutura verde sobre as cabeceiras de drenagem, implementação de áreas vegetadas em torno do corpo d'água, e a utilização de pavimentos permeáveis. Essas intervenções, além de frear os efeitos dos alagamentos, incentivam o planejamento urbano sustentável, desenvolvendo um projeto a longo prazo de cidade verde, onde as políticas locais se desenvolvem para serem conscientes dos riscos ambientais e priorizam o ambiente. Essas medidas, podem servir de modelo para outras áreas da cidade que enfrentam problemas semelhantes com escoamento superficial e de alagamentos recorrentes.

Palavras-chave: Alagamentos; Campinas; Urbanização.

OS EFEITOS DOS INCÊNDIOS CRIMINOSOS SOBRE A SAÚDE RESPIRATÓRIA NO PERÍODO SECO: UM ESTUDO EM ITUIUTABA-MG

Maria Estela Aparecida Gomes
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: maria.estela@ufu.br

Carlos Eduardo Modesto Silvestre
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: carlos.silvestre@ufu.br

Washington Matheus Camargo Araújo
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: washington.araujo@ufu.br

Paulo Lopes Filho
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: paulo.lopes.filho@ufu.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir os impactos dos incêndios criminosos na saúde humana, com foco no agravamento das doenças respiratórias. A pesquisa se encontra concluída. A metodologia utilizada foi por meio de revisão bibliográfica, através de plataformas digitais, como periódicos encontrados no Google Acadêmico, Scielo, com o intuito de adquirir conhecimento sobre incêndios e seus efeitos na saúde. Durante o período seco, no município de Ituiutaba-MG, os incêndios, tanto urbanos quanto rurais, ocasionados de forma criminosa, são uma das maiores ameaças à saúde da população. A presença de fumaça, fuligem e poeira no ar agrava substancialmente as doenças respiratórias como a asma, bronquite, sinusite, rinite etc. além de provocar outras reações adversas, como sangramento no nariz dores de cabeça e desidratação. Esses incêndios no município, culminam principalmente com um período do ano onde a atmosfera se encontra seca, afetando a umidade relativa do ar, diminuindo para níveis danosos a saúde humana (algumas cidades atingem até 10% de umidade relativa do ar). Com essa condição climática, o fogo desenvolve maior potencial de queima, e encontra facilidade de se alastrar de forma rápida e constante, pois o ambiente está propício para esse tipo de atividade, causando diversos impactos ambientais e agravando, a saúde da população que reside no município de Ituiutaba-MG. Pode-se inferir que a maioria desses incêndios são causados pelo ser humano, e de forma criminosa. Perante esse cenário, há a necessidade de ações intensivas, tanto para punir esses crimes com base legislação e até mesmo criar legislações rigorosas, visando acabar com crimes ambientais, que afetam a natureza e a população, principalmente a população mais vulnerável e que fazem parte do grupo de risco (idosos e crianças).

Palavras-chave: Incêndios Criminosos; Período Seco; Doenças Respiratórias

OS IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO - VULNERABILIDADE AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SÃO JOSÉ⁵⁴

Giulia Montanhan Francisco
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: giulia.montanhan@ufu.br

Mayara Faria Costa
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: mayara.costa@ufu.br

Leda Correia Pedro Miyazaki
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: lecpgeo@gmail.com

Resumo: O estudo da vulnerabilidade ambiental das Bacias Hidrográficas Urbanas de Ituiutaba-MG, tem como objetivo analisar os impactos da urbanização na Bacia Hidrográfica do Córrego São José, especialmente a ocorrência de alagamentos. Esses alagamentos são determinados pela interação de fatores naturais, como o relevo, as características do solo e as condições climáticas, que em Ituiutaba são caracterizadas por um clima tropical com um período chuvoso que concentra 85% da precipitação anual de outubro a abril. A metodologia do trabalho foi estruturada em quatro etapas principais. A primeira envolveu um levantamento bibliográfico sobre vulnerabilidade ambiental, expansão urbana e a bacia hidrográfica do córrego São José, essencial para fundamentar a análise dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da região. A segunda etapa consistiu-se em trabalhos de campo para identificar elementos naturais, pontos de alagamento, impactos e áreas de risco. A terceira etapa abrangeu a coleta de notícias sobre os impactos ambientais na região urbana da Bacia Hidrográfica do Córrego São José, decorrentes dos alagamentos. Por fim, a quarta etapa focou na análise granulométrica do solo, proposta pela EMBRAPA em 1997. As amostras foram coletadas na Vereda Buritizal nas mediações da Bacia hidrográfica do Córrego São José. A Bacia Hidrográfica do Córrego São José, situada entre as coordenadas 19° 43' e 18° 97' Latitude S; 49° 42' e 49° 48' Longitude W, é uma bacia de pequeno porte, com perímetro de 35,6 km e área de 21,61 km². O relevo da região de Ituiutaba, parte do Planalto Central brasileiro, é caracterizado por colinas suaves e vertentes côncavas, convexas e retilíneas. Os vales têm formato em V, apresentando planícies aluviais e derramamentos basálticos da Formação Serra Geral em seus fundos, enquanto nas colinas predominam os arenitos. (IBGE,2022; Alves, 2023). Como destacado por Barros (2009) vulnerabilidade é o grau de exposição ao impacto de determinado perigo e ao grau com o qual se pode absorver e se recuperar destes impactos. A extensão urbana da Bacia Hidrográfica acelera os processos naturais da morfodinâmica da Bacia Hidrográfica do córrego São José, causando diversos impactos ambientais como alagamentos, assoreamento, erosões e danos a infraestrutura urbana. A análise das notícias demonstra que os danos a infraestrutura urbana são de rápida resiliência devido ao perfil socioeconômico das pessoas que residem nos principais pontos de alagamento, que em sua maioria conseguem recuperar os bens, abordam dificuldade em sensibilizar a população, isto aponta para uma necessidade de projetos voltados para a educação ambiental e a ineficácia do poder público de remediar e prevenir os danos ambientais. Através da análise das amostras de solo coletadas na Vereda Buritizal

⁵⁴ Trabalho originado da pesquisa de Iniciação Científica PIBIC intitulada: O estudo da vulnerabilidade ambiental das bacias hidrográficas urbanas do município de Ituiutaba-MG.

nas mediações da Bacia Hidrográfica do córrego São José, revelaram uma alta proporção de argila (até 61,25%) e areia (até 70,58%), comprometendo a drenagem das águas da chuva, deixando vulnerável a alagamentos. A urbanização, com a impermeabilização do solo e a remoção da vegetação, resulta na degradação dos ecossistemas locais. Destaca a urgência de intervenções efetivas e medidas integrativas em conjunto com a população para mitigar esses impactos, pois a falta de medidas adequadas perpetua um ciclo de degradação ambiental nas bacias hidrográficas urbanas. A análise das notícias demonstra que os danos a infraestrutura urbana são de rápida resiliência devido ao perfil socioeconômico das pessoas que residem nos principais pontos de alagamento, que em sua maioria conseguem recuperar os bens, abordam dificuldade em sensibilizar a população, isto aponta para uma necessidade de projetos voltados para a educação ambiental e a ineficácia do poder público de remediar e prevenir os danos ambientais.

Palavras-chave: Bacia Hidrográfica; Urbanização; Vulnerabilidade Ambiental.

Agradecimentos: Agradecemos à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) pela oportunidade de desenvolver a pesquisa, à FAPEMIG e ao PIBIC pelo apoio financeiro que possibilitou este trabalho. Um agradecimento especial à professora Leda Correia Pedro Miyazaki, pela orientação e incentivo ao longo deste percurso.

PARÂMETROS MORFOMÉTRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO SÃO LOURENÇO, MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG⁵⁵

Tatiane Dias Alves⁵⁶

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: tatianediasa@gmail.com

Leda Correia Pedro Miyazaki⁵⁷

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: lecpgeo@ufu.br

Resumo: A bacia hidrográfica é onde ocorrem as atividades humanas, o que provoca alterações na paisagem e rompe com o equilíbrio dinâmico dos processos naturais. Por isso, muitos pesquisadores a consideram como a unidade espacial mais adequada para compreender a interação entre sociedade e natureza, visando ao seu planejamento para promover o desenvolvimento sustentável, econômico e social da população. Os parâmetros morfométricos são indicadores numéricos usados para determinar a relação entre as propriedades físicas das bacias hidrográficas e seus condicionantes. Os fatores morfométricos podem auxiliar na identificação de áreas suscetíveis a processos erosivos e na prevenção de eventos hidrometeorológicos, como enchentes e inundações. Neste sentido, este estudo teve como objetivo analisar as características morfométricas da bacia hidrográfica do Ribeirão São Lourenço localizado no município de Ituiutaba/MG, visando compreender sua dinâmica. Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) levantamento bibliográfico e cartográfico acerca da temática e área de estudo; b) trabalhos de campo a fim de averiguar os dados gerados; c) delimitação da bacia e extração da rede de drenagem; d) mapeamentos de declividade, hipsometria e hierarquia fluvial, a partir do software Arcgis, utilizando a ferramenta TauDEM (Terrain Analysis Using Digital Elevation Models), tendo como base de dados o MDE Alos Palsar com resolução espacial de 12,5 metros; e) análise dos parâmetros morfométricos. Os resultados indicam que a bacia hidrográfica do Ribeirão São Lourenço possui uma área de drenagem de 294,11 km² e um perímetro de 119,02 km, sendo classificada como uma bacia de médio porte. Devido à sua forma alongada, a área apresenta baixo risco de grandes enchentes e inundações, favorecendo o escoamento superficial e contribuindo para a sua conservação. A hierarquia fluvial da bacia é de 5ª ordem, indicando um sistema de drenagem moderadamente ramificado, mas com um grau de desenvolvimento considerado fraco, com valor de densidade de drenagem de 0,87 km/km². O relevo apresenta uma amplitude altimétrica de 267 m e cerca de 48% da área possui declividade suave ondulada (3% a 8%), que corrobora com a baixa razão de relevo (0,005), o que reduz a susceptibilidade a processos erosivos. No entanto, a ocupação inadequada do solo, sem considerar as características físicas da bacia, tem provocado problemas ambientais, como a erosão acelerada do solo e o posterior assoreamento dos cursos d'água. Diante disso, torna-se necessário um planejamento ambiental mais eficaz para mitigar esses impactos, garantindo tanto a qualidade ambiental quanto a qualidade de vida da população local.

Palavras-chave: morfometria; planejamento; problemas ambientais.

⁵⁵ Texto elaborado a partir de projeto de pesquisa de mestrado acadêmico, que se encontra em andamento.

⁵⁶ Bolsista de mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP) da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal.

⁵⁷ Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal.

Agradecimentos: Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado e subsidiar esta pesquisa, ao Programa de pós Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP) e ao Laboratório PEDOGEO da Universidade Federal de Uberlândia pelo apoio e a infraestrutura cedida, ao Grupo de Pesquisas GEPDA por promover momentos de debate científico.

GEOEDUCAÇÃO: O QUE É E PARA QUÊ?⁵⁸

Márcia Maciel Silva ⁵⁹

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-Mg.

e-mail: marciamaciellbio@hotmail.com

Lilian Carla Moreira Bento⁶⁰

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-Mg.

e-mail: liliancmb@ufu.br

Resumo: A pesquisa ora apresentada e que encontra-se finalizada, teve como tema principal a Geodiversidade com seu percurso voltado para os termos ligados ao contexto da Geoconservação e, principalmente, a Geoeducação. O objetivo aqui proposto foi articular esses conceitos a partir das demandas pedagógicas no intuito de resignificar a Geoeducação no Ensino Básico. Esse estudo teve sua justificativa no fato de que a Geoeducação trabalhada na educação, apontando as características dos elementos da Geodiversidade, ampliam o modo de pensar e agir das comunidades buscando a conservação do Meio Ambiente. Quanto a metodologia, o presente estudo é do tipo exploratório, sendo estruturado em levantamento e análise de material bibliográfico pertinente ao tema. Apresentaram-se aqui princípios teóricos importantes e bases legais fundamentais para o desenvolvimento de um arcabouço teórico para a Geoeducação. Essa base teórica deve, dentre outras possibilidades, nortear a elaboração de ações e estratégias de aplicação deste ramo da Educação Ambiental nos níveis formais e não formais do ensino.

Palavras-chave: Geodiversidade; Educação em Geociências; Geoconservação.

1. Introdução

Geoeducação pode, em linhas gerais, ser compreendida como uma ferramenta que inclui na educação em Geociências o estudo dos elementos da geodiversidade em diferentes níveis de ensino, pois está inserido no seio da Educação ambiental. Tem por objetivos, dentre outros, ampliar e pensar estratégias de proteção e conservação da Geodiversidade a longo prazo (Moura-Fé, 2016).

A Geoeducação é, ainda, um conceito com aplicabilidades metodológicas em desenvolvimento (Moura-fé; Nascimento; Soares, 2017), podendo estar presente em qualquer local dotado de geodiversidade, sem o caráter da obrigatoriedade dentro dos currículos. Pode,

⁵⁸ Texto elaborado a partir de leituras e debates realizados na disciplina TÓPICOS ESPECIAIS III - Geodiversidade e Geoconservação do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP).

⁵⁹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia.

⁶⁰ Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) e da Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal.

assim, abranger um público, variado tanto na faixa etária, quanto no nível de conhecimento das problemáticas ambientais.

No Brasil, grande parte dos debates voltados para o tema meio ambiente só ganhou corpo nos últimos anos (Moreira, 2014), fato este que abordou mais veementemente a Geodiversidade. Nesse sentido, este trabalho, fruto de leituras e debates realizados na disciplina TÓPICOS ESPECIAIS III - Geodiversidade e Geoconservação do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP), teve por objetivo articular conceitos e demandas acerca da necessidade de se criar recursos pedagógicos para ressignificar a Geodiversidade no ensino básico, sendo a Geoeducação o caminho escolhido para tal.

2. Procedimentos metodológicos

Quanto à sua metodologia, o presente estudo é do tipo exploratório (Triviños, 2011), sendo estruturado em levantamento e análise de material bibliográfico pertinente ao tema. O levantamento ocorreu em sites como *ResearchGate*, *Scielo*, *Redalyc*, *Google acadêmico*, Portal da Capes e Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD). A busca ocorreu por meio de palavras-chave (em português e inglês), a saber: geodiversidade, geoconservação, geopatrimônio e geoeducação.

3. Estado da arte

3.1 Para início de conversa, o que é Geodiversidade?

Geodiversidade é o conceito análogo ao de Biodiversidade, ou seja, inclui toda a riqueza e diversidade dos elementos abióticos da natureza, tais como minerais, rochas, solos, formas de relevo, entre outros. Ela se manifesta no ambiente por meio das paisagens e das características dos meios onde vivemos. Interferir de forma inadequada na geodiversidade de um determinado ambiente pode provocar mudanças ou danos significativos.

A ótica sobre a geodiversidade a partir do valor econômico provoca ameaças à mesma e, nesse aspecto, a sociedade é o principal agente modificador. Para reverter esse quadro que torna tão vulnerável a geodiversidade, estratégias têm sido criadas objetivando a conservação, denominada geoconservação. De acordo com (Brilha, 2005, p 51) geoconservação “é um ramo de atividade científica que tem como objetivo a caracterização, conservação e gestão do patrimônio geológico e processos naturais associados”. A Geoconservação compreende, desse modo, um conjunto de práticas voltado à conservação da geodiversidade. Ela é muito

importante para as gerações futuras, mas só se concretizará a partir da união dos esforços e compreensão da sociedade sobre o tema.

Entende-se, portanto, a partir da fala do autor supracitado de que a Geodiversidade é o conceito que qualifica a diversidade ou a variedade de elementos abióticos que compõem a natureza como a fauna, a flora, os ambientes geológicos geradores de paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais; sendo a base para a existência da biodiversidade.

3.2 Quando Geodiversidade, Geoconservação e Geoeducação se encontram?

Geodiversidade, Geoeducação e Geoconservação são termos que estão intrinsecamente ligados. A Geoconservação é muito importante para as gerações futuras, mas sua compreensão demanda despertar interesses sobre a Geodiversidade de um ambiente, para que as pessoas conheçam e entendam os efeitos de suas ações sobre o espaço geográfico, onde biodiversidade, geodiversidade e sociedade se entrelaçam.

A geoconservação precisa, portanto, ser debatida no Ensino Fundamental, pois o sujeito, desde a mais nova idade, precisa entender a importância do meio ambiente para ele. Sendo discutida no âmbito escolar, a Geoconservação se consolida no conhecimento das Geociências, dentro dos mais variados contextos. Entretanto, Moreira (2014) destaca que no Brasil tanto os recursos didáticos na educação básica quanto os conceitos relacionados à geodiversidade são quase que totalmente ausentes dos currículos e programas escolares, podendo ser um reflexo do seu recente surgimento (meados da década de 1990). Tal realidade suscita a necessidade de que esses temas se tornem cada vez mais presentes no âmbito educacional, tanto pela integração dos conteúdos dessa temática, quanto para que haja o que Moura Fé, Nascimento e Soares (2017) colocam com a sensibilização da geoconservação e da prática ambiental, a partir da educação formal.

[...] considerando a importância da geodiversidade e a ampla possibilidade de inserção social da educação ambiental, Moura-Fé *et al.* (2016) propõem o estabelecimento e o desenvolvimento do conceito científico da geoeducação, como a segunda estratégia geoconservacionista, sendo entendida como um ramo específico da educação ambiental a ser aplicado na geoconservação e que seja tratado, fomentado e desenvolvido nos âmbitos formais e/ou não formais do ensino (Moura Fé, Nascimento e Soares, 2017, p. 3055).

Os autores supracitados ainda consideram que, geoeducação sendo entendida como um ramo da educação ambiental pode, assim, ser trabalhada em diferentes ambientes de ensino, seja no nível não formal ou formal. Desde que seja desenvolvida a partir de ações que visem a divulgação e fomento da geoconservação, a partir dos contextos e realidades de cada

comunidade. No ensino formal, a escola é a principal disseminadora do conhecimento e das informações e, no não formal, temos as redes sociais, as unidades de conservação e os geoparques.

A Geoeducação, como forma de construção de saberes acerca da Geodiversidade, fomenta a formação cidadã do sujeito, sensibilizando os alunos quanto às suas responsabilidades com relação ao meio ambiente. (Souza, 2014). É fato que apenas a inclusão e/ou debate sobre temas relacionados, como as rochas, solos, fósseis, formas de relevo, nascentes e cursos d'água, dentre outros, não fará com que os alunos se tornem detentores de todos os saberes geográficos. No entanto, é um caminho que contribui para o exercício da cidadania, tornando-os mais responsáveis, uma vez que, ao ter contato com essas temáticas, poderão compreender melhor sua realidade e como esses elementos se inter-relacionam com o todo, integrando o físico-natural com o social (Morais *et al.*, 2011).

4. Considerações Finais

Apresentaram-se aqui alguns princípios teóricos para o desenvolvimento de um arcabouço teórico para a Geoeducação. Essa base teórica deve, dentre outras possibilidades, nortear a elaboração de ações e estratégias de aplicação deste ramo da Educação Ambiental nos níveis formais e não formais do ensino. Para isso, a contribuição de outros pesquisadores, outros grupos de pesquisa, além do próprio desenvolvimento do projeto de pesquisa ao qual este trabalho está vinculado e apresentando os primeiros resultados, são fundamentais.

Para ressignificar a Geoeducação no ensino básico vale ressaltar que temas relacionados ao ambiente, mesmo estando presentes nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), assim, como na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2016), nas disciplinas de Geografia e Ciências são tratados de forma superficial e desconectados da realidade do aluno, pois estão sempre dissociados de sua manifestação local, tornando-se um conteúdo pouco explorado e de difícil assimilação (Alencar, 2013).

Pretende-se, no futuro, ampliar a abordagem desse trabalho, dando um caráter mais prático, mediante a proposição de recursos educativos que incluam os elementos da Geodiversidade, consolidando a sua aprendizagem sobre os conteúdos em questão. Acredita-se que o trabalho utilizando material concreto é muito importante, uma vez que coloca o aluno em contato com seu ambiente de vivência. Essa estratégia didática tem potencial para despertar a curiosidade do aluno e o seu interesse, sendo uma ferramenta que possibilita vivenciar reflexões de cunho geográfico, dentre outros.

Referências

ALENCAR, R. **A Geodiversidade da Ilha de Santa Catarina**: explorando seu valor didático no 6º ano do Ensino Fundamental. 2013. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_5066b2222205ba1902e54ddc1b231a59. Acesso em 10 set. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ciências Naturais. Brasília: MEC/ SEF.

BRASIL. Ministério da Educação. (2016). **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. 2ª versão. Brasília: MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 09 set. 2024.

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage Editores, 2005.

MORAIS; E. M. B. de et al. **O ensino das Temáticas Físico naturais na Geografia escolar**, Tese de Doutorado. Curso de Filosofia. USP. São Paulo, 2011.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

MOURA-FÉ, M. M. de. GeoPark Araripe e a geodiversidade do sul do Estado do Ceará, Brasil. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 28–37, 2016. DOI: 10.21680/2447-3359.2016v2n1ID10635. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10635>. Acesso em: 10 set. 2024.

MOURA-FÉ, M.M.; Nascimento, R.L.; Soares, L.N. Geoeducação: princípios teóricos e bases legais. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 17, 2017. **Anais do XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Campinas: UNICAMP. P.3054-3065. Recuperado em 01 de março de 2018 de <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1953>.

SOUZA, G. C. **A prática docente na Educação Ambiental**: uma análise da ação educativa dos professores de ciências da rede municipal de João Pessoa. 2014. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ANÁLISE TEMPORAL DOS IMPACTOS AMBIENTAIS GERADOS PELO ACÚMULO DE LIXO A CÉU ABERTO: ESTUDO DO ENTORNO DO IFTM - CAMPUS ITUIUTABA⁶¹

Gerson Cassiano dos Santos Júnior⁶²
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: gerson.santos@ufu.br

Resumo: A ampliação das áreas urbanas tem contribuído para o aparecimento de diversos impactos ambientais negativos ao meio ambiente, os resíduos sólidos oriundos de diversas atividades antrópicas são grandes causadores de impactos ambientais. O presente trabalho trata-se da análise temporal da destinação irregular de lixo na área do entorno e rotatória de acesso ao campus Ituiutaba do IFTM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro) e busca avaliar os impactos ambientais do lixo a céu aberto, objetivando investigar a evolução temporal da disposição irregular de resíduos sólidos no entorno do campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Tendo como objetivos específicos a realização da análise temporal da utilização da área de estudo como lixo a céu aberto, a caracterização dos impactos ambientais decorrentes do acúmulo de lixo a céu aberto e o apontamento de formas sustentáveis para o tratamento e o descarte correto destes resíduos. O estudo foi realizado através de pesquisa de campo, com observações diretas na área de estudo. Com base nas informações coletadas e na análise visual in loco, é evidente a necessidade urgente de implementar estratégias de educação ambiental, reciclagem e destinação adequada dos resíduos sólidos na área em questão. Essas ações devem ser realizadas em conjunto com a população, instituições locais, cooperativas de reciclagem e órgãos responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos. Somente com a participação ativa de todos será possível enfrentar o desafio da acumulação de lixo, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da comunidade local.

Palavras-chave: Resíduos sólidos; Lixão; Destinação final.

1. Introdução

O acúmulo de lixo a céu aberto gera impactos ambientais graves, definidos pela Resolução CONAMA nº 001 de 1986 como alterações nas propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, que afetam a saúde pública, segurança, bem-estar da população e a qualidade dos recursos naturais. Esse problema se intensificou com o surgimento dos descartáveis e o aumento do consumo de produtos industrializados, resultando em um volume crescente de resíduos sólidos.

A correta destinação desses resíduos é essencial para evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública. A gestão inadequada de resíduos sólidos, especialmente em países em

⁶¹ Texto elaborado a partir da pesquisa intitulada “Análise Temporal do Impacto Ambiental Gerado pelo Acúmulo de Lixo a Céu Aberto: Estudo do Entorno do IFTM - *Campus Ituiutaba*”

⁶² Bolsista CAPES – PPGEP 2024.

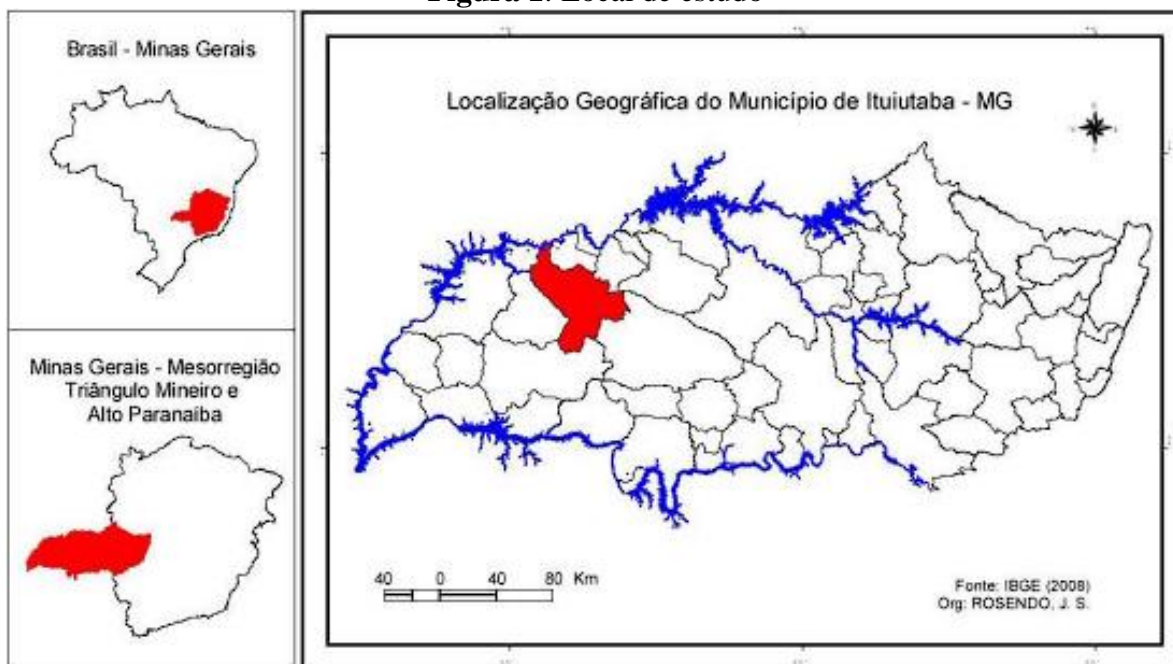
desenvolvimento como o Brasil, é um dos principais desafios ambientais. A urbanização acelerada, associada à falta de infraestrutura e recursos, agrava a situação. Em 2017, o Brasil gerou 78,4 milhões de toneladas de resíduos sólidos, dos quais 40,9% foram descartados de maneira inadequada, comprometendo a qualidade ambiental.

A poluição causada pelo lixo a céu aberto inclui contaminação do solo, água e ar, além de favorecer a proliferação de vetores de doenças. Para mitigar esses impactos, muitos municípios brasileiros adotaram programas de coleta seletiva e reciclagem, buscando reutilizar materiais como papel, plástico, vidro e metal. Entretanto, a maioria dos resíduos ainda é descartada em lixões, o que coloca em risco o equilíbrio ecológico e a saúde pública.

A pesquisa ressalta que a responsabilidade pela destinação final dos resíduos sólidos urbanos recai sobre as prefeituras, exceto nos casos de resíduos de caráter especial. Além disso, a conscientização da população e o desenvolvimento de sistemas adequados de gestão de resíduos são cruciais para a redução do impacto ambiental. A escolha do local para o estudo se justifica pela proximidade com uma instituição de ensino, onde a visibilidade do lixo exposto gera preocupações estéticas e ambientais, com risco de contaminação do solo e corpos d'água.

O estudo foi realizado no Município de Ituiutaba, localizado no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país, conforme demonstrada na figura 1. Sua população em 2021, de acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 105.818 habitantes, estando a uma altitude de 605 m (BRASIL, 2010). A pesquisa foi desenvolvida no lixão a céu aberto distante aproximadamente 5,2 km da sede do município.

Figura 1: Local de estudo



Fonte: Nascimento e De Melo, 2010

A população tem costume de jogar lixo a céu aberto no local de estudo, pois durante muito tempo aquela região serviu de depósito de lixo, deste modo, a prática de depositar lixo a céu aberto é também devido a hábitos culturais ou falta de acesso a serviços adequados de coleta e destinação dos resíduos. No entanto, é importante ressaltar que o acúmulo de lixo a céu aberto traz diversos impactos negativos para o meio ambiente e para a saúde das pessoas, como mencionado anteriormente.

Esse local foi escolhido por ser acesso a uma importante Instituição de Ensino Técnico e Superior da região do Pontal do Triângulo Mineiro. A poluição ambiental, bem como a poluição visual do entorno do *campus* Ituiutaba do IFTM tem chamado a atenção da população local, bem como, dos meios de comunicação do município e do Estado de Minas Gerais. O lixão a céu aberto tem uma área de aproximadamente 139.902 m², quase 14 ha, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2: Delimitação da área de estudo.



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 08/2022.

O objetivo deste estudo é investigar a evolução temporal da disposição irregular de resíduos sólidos no entorno do *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).

Os Objetivos específicos são:

- 1.Realizar a análise temporal da utilização da área de estudo como lixo a céu aberto.
- 2.Caracterizar os impactos ambientais decorrentes do acúmulo de lixo a céu aberto.
- 3.Apontar formas sustentáveis para o tratamento e o descarte correto destes resíduos.

2. Procedimentos Metodológicos

A metodologia do estudo foi desenvolvida em três etapas principais: revisão de literatura, pesquisa de campo e análise temporal de dados, com o objetivo de proporcionar uma avaliação abrangente dos impactos ambientais causados pelo lixão a céu aberto.

A revisão da literatura foi conduzida com base em uma pesquisa detalhada de materiais científicos publicados nos últimos 20 anos, selecionados por sua relevância para o tema de resíduos sólidos e impacto ambiental. Foram consultadas bases de dados como Google Acadêmico, Periódicos CAPES e Scielo, utilizando palavras-chave como: "Resíduos sólidos", "Lixão", "Destinação final" e "Impacto ambiental".

Além disso, foi realizada uma análise das legislações vigentes relacionadas à gestão de resíduos sólidos, para proporcionar um embasamento teórico e legal para o estudo.

A pesquisa de campo foi realizada com o intuito de diagnosticar a situação atual do lixão a céu aberto na área de estudo. Para isso, foram conduzidas ****observações diretas in loco****, documentadas por meio de levantamento fotográfico, o que permitiu capturar os possíveis impactos ambientais visíveis, como contaminação do solo e da água, degradação da paisagem e a presença de vetores de doenças.

Além disso, foi monitorado o fluxo de veículos que descarregam resíduos no local, para determinar a quantidade e a frequência do descarte inadequado. O levantamento incluiu a identificação dos tipos de resíduos descartados e suas implicações ambientais, como a presença de resíduos perigosos e de difícil decomposição.

Uma análise temporal das condições do lixão foi realizada utilizando imagens do Google Earth, abrangendo o período de 2006 a 2022. Essa análise permitiu observar a evolução do acúmulo de resíduos e os impactos ambientais progressivos. Foram analisadas as mudanças na cobertura vegetal, erosão do solo e expansão da área afetada.

A avaliação dos impactos ambientais será estruturada com base em cinco critérios fundamentais: frequência, extensão, duração, sentido e grau de impacto. Isso permitirá mensurar e classificar os principais impactos causados pelo lixão, como a contaminação de águas superficiais e subterrâneas, a emissão de gases de efeito estufa (principalmente metano e dióxido de carbono), a degradação da fauna e flora locais, riscos à saúde pública e a deterioração da qualidade do solo em uma continuação da atual pesquisa.

A pesquisa foi estruturada para identificar e diagnosticar os principais problemas enfrentados pela área afetada. Foram investigados os fatores que interferem nos processos de geração, acúmulo e destinação final dos resíduos, identificando os agentes responsáveis.

3. Aporte Teórico

O termo "lixo" é frequentemente usado de forma genérica para descrever materiais descartados que não têm mais utilidade imediata. No entanto, na literatura acadêmica, lixo pode ser visto como uma categoria de resíduos que não são reaproveitados ou reciclados. Segundo Leite (2003), o lixo é aquilo que não tem mais valor econômico e é destinado a aterros ou incineração.

Resíduo sólido é um termo mais técnico e abrangente que se refere a materiais descartados que podem ser reciclados ou reutilizados. De acordo com Dias (2009), os resíduos sólidos incluem uma variedade de materiais que, se bem geridos, podem ser reintegrados ao ciclo produtivo, promovendo a sustentabilidade.

Poluição é a introdução de substâncias ou agentes físicos no meio ambiente que causam efeitos nocivos à saúde humana, à fauna, à flora e aos ecossistemas. Odum (1988) define poluição como uma alteração indesejada no ambiente, geralmente causada por atividades humanas, que pode prejudicar a qualidade de vida.

Contaminação refere-se à presença de substâncias nocivas em um ambiente específico, mas não necessariamente em níveis que causem efeitos adversos significativos. Segundo Steffen *et al.* (2011), a contaminação é um estado inicial que pode levar à poluição caso os níveis de substâncias contaminantes aumentem.

A Lei nº 12.305 de 2010 define a gestão integrada de resíduos sólidos como um conjunto de ações que busca soluções para o descarte de resíduos, considerando dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, com controle social e desenvolvimento sustentável. Estudos como os de Araújo e Ribeiro (2016) destacam os impactos ambientais dos lixões a céu aberto, incluindo contaminação de águas, emissão de gases poluentes, impactos na fauna, saúde humana, erosão e odor.

A educação ambiental é crucial para enfrentar a problemática dos resíduos sólidos. Amorim *et al.* (2010) e Maroun (2006) enfatizam a necessidade de conscientização e inclusão da comunidade na gestão de resíduos, destacando a coleta seletiva e a reciclagem como soluções viáveis. De Moura e Dos Santos Rosendo (2012) analisaram a eficiência da coleta seletiva em Ituiutaba-MG, apontando a baixa participação da comunidade como um desafio.

Os lixões causam poluição do ar, água e solo, afetando a saúde pública e o meio ambiente. Estudos como os de Costa *et al.* (2016) e De Souza Silva (2015) mostram a gravidade desses impactos e a necessidade de soluções como aterros sanitários, reciclagem e compostagem. A gestão adequada dos resíduos e a conservação do solo são essenciais para a saúde e o bem-estar da comunidade.

Para melhorar a gestão de resíduos, é necessário investir em infraestrutura, educação ambiental e políticas públicas eficazes. Parcerias entre cooperativas de reciclagem, universidades e governos locais podem promover a conscientização e a participação ativa da população. A implementação de programas de educação ambiental contínuos e abrangentes é fundamental para garantir a sustentabilidade e a eficiência na gestão de resíduos.

4. Resultados e Discussão

O estudo analisou a evolução do lixão a céu aberto na rotatória e entorno do IFTM campus Ituiutaba, utilizando imagens de diferentes anos demonstrando a clara evolução do aumento do lixão a céu aberto na rotatória e entorno do IFTM campus Ituiutaba como pode-se observar nas figuras 3 a 12. Em 2006 (Figura 3) como o acesso ao local de estudo era feito por uma estrada de terra, visualmente trata-se de uma área recuperada e sendo utilizada para uso agrícola.

Figura 3 - Delimitação de área de Estudo.



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 11/2006.

Já em 2013 (Figura 4), começa a aparecer indícios de utilização do local para descarte de lixo, pois houve uma melhora significativa ao acesso ao IFTM – Campus Ituiutaba, com o asfaltamento das ruas de acesso e, conseqüentemente, mais facilidade para se chegar com lixos e entulhos para fazer a disposição incorreta dos resíduos domésticos e da indústria da construção civil.

Figura 4 – Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 08/2013.

No período entre de 2016 a 2018 (Figuras 5 a 7) percebe-se o aumento do lixo. Este período coincide com o acesso ao IFTM – Campus Ituiutaba pela Avenida Minas Gerais com a construção do Complexo do Lago Camilo Chaves Neto, diminuindo em cerca de três quilômetros a distância a ser percorrida, impactando assim o aumento do descarte inadequado no local da área de estudo.

Figura 5 – Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 04/2016

Em 2017 (Figura 6), além do aumento do lixo, percebe-se que a área também foi queimada, método utilizado para diminuir o volume e eliminar o excesso de dejetos no local, para posterior reutilização do local como depósito de lixo por parte da população do município.

Figura 6 – Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 09/2017

Figura 7 – Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 07/2018

Em contrapartida, nos anos de 2019 e 2020 (Figura 8 e 9), percebe-se um decréscimo de lixo no local, quando foi implantando na área um Ecoponto (2019) para entrega voluntária de pequenos volumes de entulho, grandes objetos (móveis, sofás, etc.), poda de árvore e resíduos recicláveis e pelo isolamento social (2020) dificultando a presença de pessoas nas ruas e com isso dificultou o uso da área de estudo como depósito de lixo.

Figura 8 – Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 06/2019

Figura 9 – Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem Retirada do Google Earth, 05/2020

Já no ano de 2021 (Figura 10) a área volta a ser ocupada como lixão durante todo o ano.

Figura 10: Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 07/2021

Figura 11 – Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 07/2022

No ano de 2022 (Figura 11 e 12) a área ocupa uma faixa de 50 metros de largura com um comprimento que pode chegar a cerca de 700 metros, se expandindo gradativamente do início da rotatória para o encontro da estrada vicinal com o anel-viário, sendo utilizado ultimamente desde 2013, quando foi feito o asfalto de acesso ao Campus Ituiutaba do IFTM.

Figura 12 – Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Imagem retirada do Google Earth, 08/2022

Durante o trabalho de campo, observou-se que a maioria dos resíduos sólidos dispostos na área é composta por papel, papelão, madeira, plástico, pneus, metais, carniças de animais e resíduos orgânicos, como se pode observar nas Figuras 13 e 14. Estas observações são corroboradas pelos trabalhos de De Souza Silva (2015), Gonçalves (2017) e Costa et al. (2016) onde tais resíduos são dispostos de forma errônea diretamente no solo causando poluição e degradação no solo.

Figura 13 – Deposição de Resíduos Sólidos



Fonte: Gerson C. S. Jr. (2022)

Figura 14 - Deposição de Resíduos Sólidos



Fonte: Gerson C. S. Jr (2022)

Esses resíduos causam poluição e degradação do solo, além de poluição visual, alterando gravemente a paisagem local. A queima de resíduos, uma prática comum para reduzir o volume de lixo, gera poluição do ar e incômodo à população. Os impactos ambientais observados incluem a redução da biota do solo, a capacidade de sustentação da fauna, a biodiversidade nativa, o aumento do processo erosivo e a poluição do solo. Esses achados corroboram estudos anteriores, que destacam a importância da gestão adequada dos resíduos sólidos para a sustentabilidade ambiental.

5. Considerações Finais

Considerando o exposto no item anterior, surge à necessidade de elaboração de um projeto de conscientização da população, visando à prevenção do problema, que a princípio será um curso de capacitação de catadores de lixo, onde será ministrada a importância do lixo e de sua correta destinação, assim como a importância dos catadores de lixo na sociedade e sua função, além de uma campanha de conscientização da população. A falta de infraestrutura adequada para lidar com o aumento da produção de lixo, aliada à falta de conscientização da população, pode levar a graves consequências ambientais e de saúde pública. A solução para esse problema requer um esforço conjunto do governo e da sociedade.

O acúmulo de lixo a céu aberto na rotatória e entorno do anel viário do IFTM, campus Ituiutaba é um problema ambiental visível e a população sofre com isso, bem como, o meio ambiente.

A hipótese, de que o aparecimento de lixões a céu aberto no município de Ituiutaba – MG é o resultado do aumento da produção de lixo nas últimas décadas, foi refutada, uma vez que em países desenvolvidos não existe estes lixões a céu aberto

Entretanto na hipótese, que o problema dos lixões a céu aberto seja por falta de conscientização por parte da população para o descarte correto do lixo e que com isto o problema aumenta, agravando ainda mais o problema em questão, foi confirmada pois mesmo com coleta seletiva, aterro sanitário, coleta de lixo domiciliar, este problema aparece em vários locais nas periferias das cidades.

Para a continuação da pesquisa em um estágio mais avançado, sugere-se realizar análises físico-químicas e microbiológicas do solo e da água do Córrego Verde, para ver se tem contaminação do solo, a presença de processos erosivos, a presença de metais pesados na água. Montar um questionário e realizar entrevistas com a população circunvizinha.

A partir dessa análise, foram elaboradas propostas de solução, que incluíram:

- Planos de gestão integrada de resíduos, com foco na coleta seletiva e na reciclagem;

- Programas de educação ambiental voltados à conscientização da população sobre os danos causados pelo descarte inadequado;
- Recuperação ambiental da área degradada, incluindo a revegetação e o fechamento controlado do lixão;
- Propostas de políticas públicas que incentivem o tratamento adequado dos resíduos sólidos e promovam um desenvolvimento mais sustentável.

Essas propostas foram formuladas com base nas melhores práticas observadas na literatura e em experiências bem-sucedidas em outros municípios.

Aprimoramentos Sugeridos:

- Instrumentos de Medição Tecnológica: A inclusão de drones para mapeamento aéreo, sensores de qualidade de ar e água, bem como análise de compostos químicos presentes no solo, pode melhorar a precisão das observações e fornecer dados quantitativos mais robustos.
- Métodos Quantitativos: Sugere-se a utilização de indicadores ambientais específicos, como Índice de Qualidade da Água (IQA) e Índice de Sustentabilidade Ambiental, para mensurar objetivamente o nível de degradação ambiental.

Com essas melhorias, os procedimentos metodológicos ganham maior rigor científico e abrangência, garantindo uma análise mais precisa e aprofundada dos impactos ambientais.

O estudo conclui que é imprescindível abordar o acúmulo de lixo a céu aberto para garantir um meio ambiente equilibrado, conforme previsto na Constituição Federal. A conscientização e a implementação de soluções sustentáveis, como reciclagem e compostagem, são essenciais para minimizar os impactos negativos dessa prática e promover um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

Referências

ABRELPE. **Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil.** São Paulo, 2017. Disponível em: <http://abrelpe.org.br/download-panorama-2017/>. Acesso em: 20 out. 2022.

AMORIM, A. P. *et al.* Lixão municipal: abordagem de uma problemática ambiental na cidade do Rio Grande-RS. **Ambiente & Educação**, v. 15, n. 1, p. 159-178, 2010.

ARAÚJO, CCG; RIBEIRO, R. L. Avaliação de Impactos Ambientais no lixão do município de Santa Helena de Goiás-GO. **Trabalho de Conclusão de Curso defendido junto à Faculdade de Engenharia Ambiental da UniRV**, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.004 - Resíduos sólidos - Classificação. 2004.

BESEN, G. R. Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. **São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP**, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (Brasil). 1986. Resolução CONAMA nº 001 de 1986. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (Brasil). 2002. Resolução CONANA 306, de 05 de julho de 2002. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=98306>

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (Brasil). 2002. Resolução CONANA 309, de 20 de março de 2002. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=98297>

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (Brasil). 2006. Resolução CONANA 369, de 28 de março de 2006. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/RE0369-280306.PDF>. Acesso em 20 out. 2022.

BRASIL. IBGE. Área territorial oficial. Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02), 10 de outubro de 2002. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. IBGE. Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com Data de Referência em 1º de julho de 2021. (PDF). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 27 de agosto de 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. (1986). Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Presidência da República, Departamento da Casa Civil. Brasília, 2010.

CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão Sistemática: uma revisão narrativa. In: Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, nov.-dez. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 23 mai 2022.

COSTA, T. G. A. *et al.* Impactos ambientais de lixão a céu aberto no Município de Cristalândia, Estado do Piauí, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 4, p. 79-86, 2016.

DA ROCHA, D. do C. Análise e caracterização da área do Aterro Sanitário da cidade de Ituiutaba-MG. **XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2016.

DA SILVA GARCIA, E. PROPOSTA PARA ANÁLISE DO IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELO LIXÃO MUNICIPAL DE COARACI-BA. **Maiêutica-Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente**, v. 2, n. 1, 2014.

DE MOURA, V. S.; DOS SANTOS ROSENDO, J. O programa de coleta seletiva em Ituiutaba-MG. **Boletim de Geografia**, v. 30, n. 3, p. 41-53, 2012.

DE SOUZA SILVA, A. R. *et al.* Impactos ambientais referentes à não coleta de lixo e reciclagem. **Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-UNIT-ALAGOAS**, v. 2, n. 3, p. 63-76, 2015.

DIAS, S. M. Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: **experimentos singulares de justiça social e governança participativa**. Belo Horizonte, 2009. 326p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

GONÇALVES, J. de C. G. M. Resíduos sólidos e contaminação dos solos: percepção dos alunos da EJA da Escola Estadual de Ouro Velho–PB. 2017.

LEITE, P. R. Logística reversa: meio ambiente e competitividade. In: **Logística reversa: meio ambiente e competitividade**. 2009. p. 240-240.

LEITE, V. D.; LOPES, W. S. Avaliação dos aspectos sociais, econômicos e ambientais causados pelo lixo da cidade de Campina Grande. **IX Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Anais, CD-ROM IV. Porto Seguro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**, 2000.

LIMA, L. M. Q. **Lixo: Tratamento e Biorremediação**. São Paulo, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental no Brasil. **Educação Ambiental no Brasil**, 2008.

MAROUN, C. A. Manual de Gerenciamento de Resíduos: Guia de procedimento passo a passo. **ISBM: 2ª ed. Rio de Janeiro**, 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/864439-Manual-de-gerenciamento-de-residuos-guia-de-procedimento-passo-a-passo.html>. Acesso em: 15 mai. 2022

MATOS, F. O. *et al.* IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO ATERRO SANITÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-PA: APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS DE MELHORIA AMBIENTAL. **Caminhos de geografia**, v. 12, n. 39, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16593/>. Acesso 15 mai. 2022.

MONTE, W. R. A. do. Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos e a Necessária Inclusão Socioprodutiva de Catadores de Materiais Recicláveis na Prestação dos Serviços, 2017.

MONTE, W. R. A. do. O desafio da gestão de resíduos sólidos no Brasil, 2014.

NASCIMENTO, P. A. G. Do; DE MELO, N. A. Ituiutaba (MG): os agentes econômicos e a (re) estruturação da cidade na rede urbana regional. **Horizonte Científico**, 2010.

NETO, L. de F. C. Os resíduos e os impactos ambientais. **Kairós**, v. 5, n. 2, 2008.

ODUM, E. P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista Enfermagem**, v.20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 15 mai. 2022

SANTOS, F. da C. *et al.* A logística reversa de resíduos sólidos em Ituiutaba: do diagnóstico à elaboração de um modelo proativo. 2007.

SISINNO, C. LS; MOREIRA, J. C. Avaliação da contaminação e poluição ambiental na área de influência do aterro controlado do Morro do Céu, Niterói, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 12, n. 4, p. 515-523, 1996.

STEFFEN, G. P. K.; STEFFEN, R. B.; ANTONIOLLI, Z. I. Contaminação do solo e da água pelo uso de agrotóxicos. **Tecnológica**, v. 15, n. 1, p. 15-21, 2011.

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DEPARTAMENTO DE SOLOS E ENGENHARIA AGRÍCOLA. **O solo no meio ambiente: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio**. UFPR, 2007.

VIEIRA, G. In BECHARA, E. (Org.) **Aspectos relevantes da política nacional dos resíduos sólidos Lei 12.305/2010**. São Paulo: Atlas, 2013, p. 106- 127.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG⁶³

Tatiane Dias Alves⁶⁴

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas do Pontal- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: tatianediasa@gmail.com

Leda Correia Pedro Miyazaki⁶⁵

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas do Pontal- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: lecpgeo@gmail.com

Resumo: A análise do uso e ocupação do solo é de extrema importância para a compreensão e mitigação dos impactos ambientais negativos que ocorrem devido a relação entre sociedade e natureza. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo analisar o uso e a ocupação do solo na bacia hidrográfica do Córrego São José, localizada no município de Ituiutaba/MG, bem como os impactos socioambientais oriundos dessa ocupação. Para alcançar tal objetivo, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) Revisão bibliográfica sobre os principais conceitos abordados; b) Realização de trabalhos de campo e registros fotográficos; c) Mapeamento do uso e cobertura da terra tendo como auxílio o SIG Qgis. Atualmente, cerca de 46% da área da bacia do Córrego São José está urbanizada, sendo distribuída em áreas de baixo e médio curso, e com o início de expansão para o alto curso. Foi possível identificar impactos ambientais como o aumento das enchentes e inundações, além de alagamentos ao longo das vertentes, em função da insuficiência do sistema de drenagem urbana. A agricultura é voltada principalmente ao cultivo de cana-de-açúcar, soja e silvicultura, sendo observado, em alguns locais, a aplicação de técnicas mecânicas de conservação do solo, as quais auxiliam na contenção dos processos erosivos. Entretanto, nas áreas de pastagem, a ausência de práticas conservacionistas tem resultado em diferentes tipos de erosão. A vegetação natural ocupa cerca de 15,6% da bacia, concentrando-se principalmente ao longo dos cursos d'água, porém, sua presença é considerada insuficiente. Além disso, foi identificada a categoria de solo exposto, que está associada à rotação de culturas e contribui para a perda de solo e o assoreamento dos cursos d'água. Contudo, notasse a necessidade de um planejamento mais eficaz da bacia, com ações voltadas à prevenção e mitigação dos impactos ambientais negativos, bem como a recuperação de áreas degradadas.

Palavras-chave: problemas ambientais; planejamento; sociedade e natureza.

⁶³ Trabalho elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “ANÁLISE DOS ASPECTOS FISIOGRÁFICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO SÃO JOSÉ, MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG”

⁶⁴ Bolsista de mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP) da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal.

⁶⁵ Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal.

1. Introdução

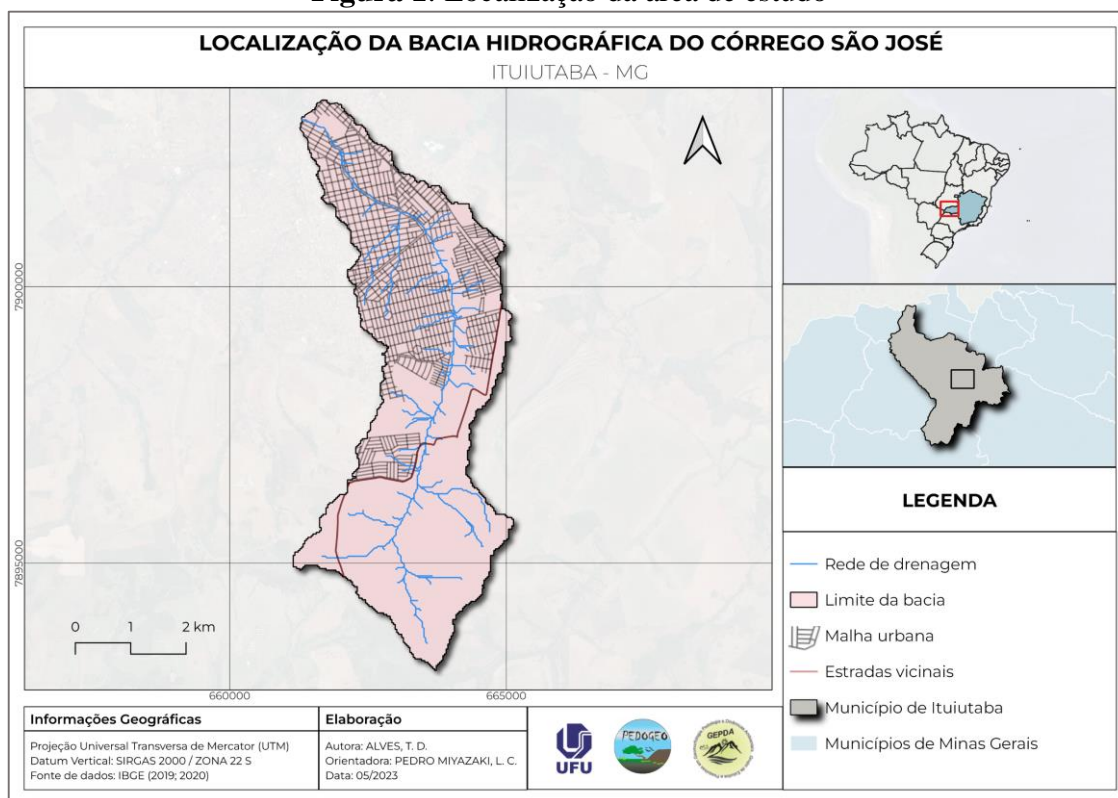
As atividades humanas sobre a natureza causam alterações significativas no equilíbrio das dinâmicas naturais. A transformação da paisagem e o crescimento acelerado as áreas urbanas nas últimas décadas, somada ao planejamento urbano e ambiental inadequado e à falha na implementação e execução de políticas públicas, tem resultado na degradação da qualidade ambiental, afetando também a qualidade de vida da população.

Quando a sociedade ocupa a área de uma bacia hidrográfica sem levar em conta a complexidade dos processos geomorfológicos, pedológicos e hidrográficos, podem surgir diversos problemas nesse ambiente (Alves, 2023). Essas questões afetam não apenas as áreas urbanas, mas também as áreas rurais, destacando a importância de um planejamento de uso e ocupação do solo eficiente para mitigar os impactos sobre o solo e recursos hídricos.

De acordo com Perazzoli, Pinheiro e Kaufmann (2013), o uso, a ocupação e a cobertura do solo influenciam diretamente os processos hidrológicos, afetando o regime de vazões e a produção de sedimentos em uma bacia hidrográfica. Ou seja, as alterações significativas no solo, especialmente a curto prazo, podem gerar maiores impactos no regime e na disponibilidade de recursos hídricos da bacia.

No que diz respeito aos impactos ambientais negativos, o ambiente urbano que sofre influência direta das construções e pavimentações, é impactado devido a impermeabilização do solo que impede a infiltração da água da chuva. Isso resulta em um aumento do escoamento superficial e da carga de sedimentos transportados ao longo das vertentes, contribuindo para alagamentos e a intensificação dos processos de enchentes e inundações. Nas áreas rurais, o desmatamento de modo geral, a prática de cultivos sem terraceamento e a compactação do solo devido ao pisoteio de animais reduzem a capacidade de infiltração da água no solo. Esse cenário provoca um aumento no escoamento superficial, resultando em processos erosivos que culminam no assoreamento dos cursos d'água (Karmann, 2001).

A área de estudo escolhida foi a bacia hidrográfica do Córrego São José (figura 1), localizada no município de Ituiutaba/MG, na porção oeste do Triângulo Mineiro. A escolha da área de estudo foi baseada em função de diversos problemas socioambientais decorrentes do contínuo processo de expansão territorial urbana e da forma como o relevo tem sido ocupado ao longo da bacia.

Figura 1: Localização da área de estudo

Elaboração: Alves, 2023.

Neste sentido, este trabalho teve como objetivo analisar o uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica do Córrego São José, no município de Ituiutaba/MG, e os impactos socioambientais que a afetam essa área.

2. Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos foram iniciados com um extenso levantamento bibliográfico e cartográfico em torno da temática e local escolhido. Posteriormente, foram realizados trabalhos de campo com o intuito de analisar a paisagem, o uso e ocupação e também realizar alguns registros fotográficos.

Para realização do mapeamento de uso e ocupação do solo, foram utilizadas imagens Landsat 9 obtidas do site Earth Explorer, com resolução de 30 metros, referentes ao dia 14/05/2023. As referentes imagens foram importadas para o software QGIS 3.22.8 Biatowieza, para realização do processamento e posterior mapeamento.

No software foi realizado o recorte da área de estudo e a junção das bandas. Primeiramente, foi efetuada uma composição colorida com reais utilizando as bandas espectrais 4, 3 e 2. Posteriormente, realizou-se uma composição de falsa cor com as bandas 6,5 e 4, destacando as áreas de vegetação, agricultura e solo exposto.

A junção das bandas foi elaborada com base nos seguintes passos: “raster”; “miscelânea”; “mosaico”. Com o objetivo de aprimorar a resolução das imagens, foi realizado uma fusão da banda pancromática para obter-se uma resolução de 15 metros. Esse procedimento foi realizado por meio da ferramenta "Pansharpening" do GDAL.

Devido ao tamanho relativamente pequeno da área de estudo e a malha urbana ocupar uma grande extensão da bacia, optou-se por retirar as amostras de maneira manual, dispensando o uso de ferramentas semi-automáticas. Nesse sentido, foram empregados shapefiles em formato de polígonos para delimitar a área urbana, vegetação, agricultura, pastagem e solo exposto.

3. Aporte teórico

O processo de ocupação do território, influenciado por fatores naturais e sociais, gera impactos nos sistemas ecológicos que se manifestam na paisagem e no ambiente. O uso e a ocupação do solo refletem atividades econômicas, como a industrial e a agrícola, entre outras, que provocam alterações na qualidade da água, do ar, do solo e de outros recursos naturais, afetando diretamente as condições de vida da população.

Ross (2012) explica que qualquer ação antrópica no meio ambiente, seja ele natural ou modificado, gera algum tipo de impacto em diferentes níveis, podendo provocar mudanças que, em alguns casos, são irreversíveis. Quando essas intervenções ocorrem de forma desorganizada, sem levar em conta a dinâmica dos processos naturais, podem resultar na degradação das paisagens.

Uma bacia hidrográfica pode ser vista não apenas como uma unidade física hidrológica, mas também como um sistema onde se desenvolvem relações sociais e econômicas (Gaspari et al., 2013). Logo, a bacia hidrográfica é considerada uma unidade fundamental para análise, planejamento e ordenamento territorial, permitindo avaliar os diversos componentes, processos e interações entre a sociedade e a natureza que ocorrem em seu interior.

Os estudos sobre os impactos nas bacias hidrográficas, tanto em áreas urbanas quanto rurais, são fundamentais para o planejamento urbano e ambiental. Carvalho, Silva e Cabral (2017) destacam que a ausência de planejamento adequado e a falta de controle no uso do solo alteram a dinâmica hidrológica das bacias, especialmente quando os cursos d'água são ignorados ou negligenciados no processo de ordenamento territorial.

A apropriação e ocupação do relevo de uma bacia hidrográfica pelas atividades humanas modificam seus processos físico/naturais, que anteriormente estavam em um estado de biostasia (equilíbrio dinâmico), passam a sofrer alterações e entram em uma condição de resistasia (desequilíbrio dinâmico) (Cassetti, 1991). Essa mudança afeta diretamente a qualidade ambiental e social, uma vez que as dinâmicas sociais acabam prevalecendo sobre as dinâmicas naturais, provocando transformações na paisagem e gerando impactos socioambientais (Fushimi, 2016).

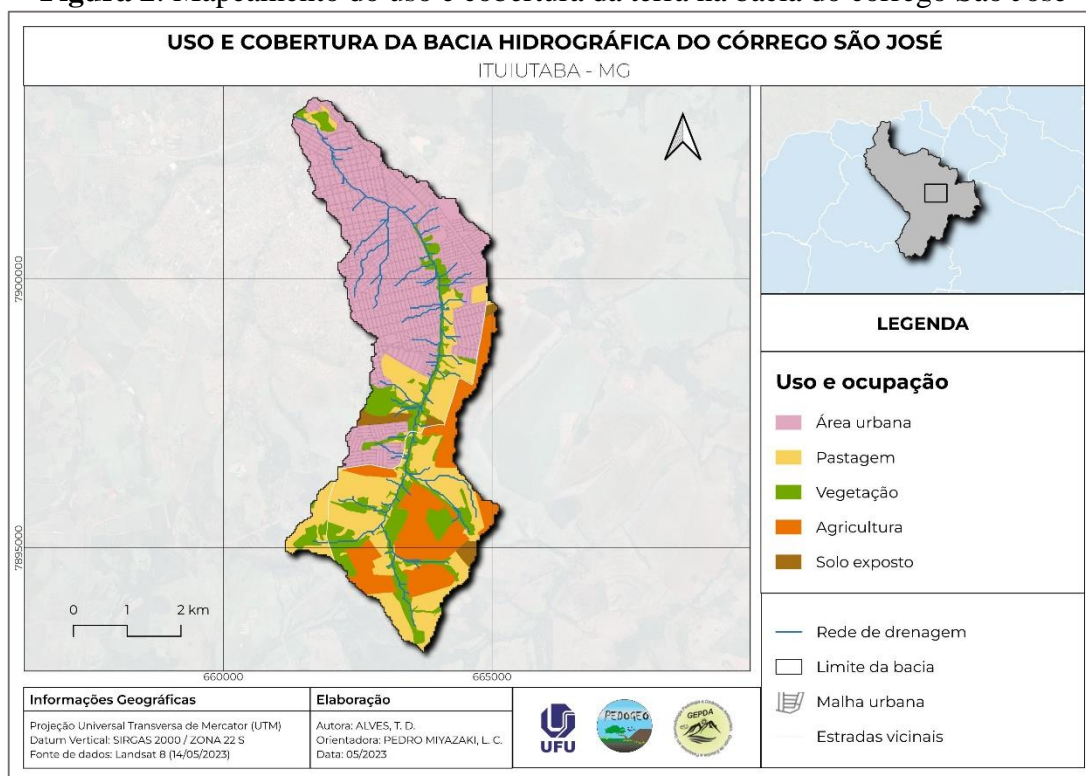
Neste sentido, de acordo com Lima (2013, p. 51) as modificações produzidas pela sociedade, principalmente nas cidades são “profundas e os problemas aumentam quando não se possui a preocupação de planejar os espaços urbanos com um ‘olhar’ para o ambiente como um todo, ou seja, considerando-se os aspectos sociais, econômicos e também ambientais”.

Sendo o solo um dos componente essenciais do meio físico, servindo de base para as atividades humanas e desempenhando um papel fundamental no equilíbrio dos processos naturais, e um planejamento adequado é essencial para um uso mais sustentável. Uma vez que, as práticas inadequadas de uso e ocupação do solo é uma das principais causas da degradação ambiental, contribuindo para perda de solo, queda da produtividade agrícola, assoreamento e poluição dos cursos d'água, alagamentos, entre outros problemas.

4. Resultados e discussões

Devido ao avanço constante da urbanização na bacia hidrográfica do Córrego São José ao longo dos anos, são observados impactos decorrentes da impermeabilização do solo, desmatamento, alteração do relevo e a retificação e canalização de trechos do curso principal do rio principal. Esses fatores aceleram os processos naturais da dinâmica da bacia, resultando em diversos impactos socioambientais que comprometem a qualidade ambiental e de vida da população.

De maneira geral, a bacia hidrográfica do Córrego São José apresenta um padrão de uso e ocupação misto, com uma parte urbanizada e outra destinada a atividades rurais. Diante disso, foi elaborado um mapa de uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica do córrego São José, podendo ser observado na figura 2.

Figura 2: Mapeamento do uso e cobertura da terra na bacia do córrego São José

Elaboração: Alves, 2023

Ao se analisar o uso e cobertura da terra existente na bacia hidrográfica do córrego São José, foram identificadas cinco categorias, sendo elas a área urbana, pastagem, vegetação nativa, agricultura e solo exposto (tabela 1), que se distribuem ao longo dos 21,61 km² da área total da bacia.

Tabela 1: Uso e cobertura da terra da bacia hidrográfica do córrego São José

Uso e cobertura	Área (km ²)	(%)
Área urbana	9,935	46,0%
Pastagem	4,904	22,7%
Vegetação	3,374	15,6%
Agricultura	3,015	14,0%
Solo exposto	0,382	1,8%
Total	21,61	100%

Org.: Alves, 2023

A área urbana corresponde a 46% da área total da bacia, com sua malha urbana concentrada no médio e baixo curso, expandindo-se também para o alto curso. Nos últimos anos, com a intensificação da urbanização se direcionando para a porção sul da bacia, a

degradação ambiental tem aumentado, devido a impermeabilização do solo e a redução da cobertura vegetal.

As pastagens representam 22,7% da área da bacia, abrangendo principalmente o alto curso. Durante os trabalhos de campo, constatou-se que a maior parte dessas áreas de pastagens não possuem nenhum tipo de uso aparente, e são caracterizadas por uma vegetação rasteira composta por gramíneas e alguns arbustos, porém alguns locais são utilizados para a prática de pecuária. Vale destacar que nessas áreas não são adotadas práticas conservacionistas de solo, o que tem resultado na ocorrência visível de processos erosivos.

A vegetação ocupa aproximadamente 15,6% da área da bacia hidrográfica do Córrego São José, concentrando-se principalmente ao longo dos cursos d'água. No entanto, é evidente que a cobertura vegetal nessas áreas é insuficiente, o que acarreta em assoreamento dos cursos d'água e solapamento de suas margens. A remoção da cobertura vegetal é resultado da expansão urbana e atividades agropecuárias, o que compromete o equilíbrio dinâmico dos processos naturais. Também foram identificadas pequenas áreas de reserva legal próximos a locais de plantio de cana-de-açúcar. Além disso, há a presença de uma área de proteção ambiental (APA) o Parque Doutor Petrônio Rodrigues Chaves, conhecido como Parque do Goiabal, porém o mesmo está sendo bastante degradado em função do crescente processo de urbanização em seu entorno.

Atualmente, a agricultura compreende a cerca de 14% da área total da bacia, concentrando-se em áreas do alto curso, com foco principalmente no cultivo cana-de-açúcar, soja e silvicultura. Essas práticas agrícolas envolvem a remoção da cobertura vegetal nativa e a degradação dos horizontes superficiais do solo, que ocasiona em processos erosivos, assoreamento e poluição dos cursos d'água. Em algumas áreas, foi observada a adoção de técnicas mecânicas para conservação do solo, como a construção de terraços em curvas de nível, que ajudam a controlar o avanço da erosão de solo. No entanto, observou-se que alguns pequenos agricultores realizam o plantio de suas culturas próximos a áreas de APP e nascentes, o que gera impactos negativos.

Vale destacar que a perda da capacidade produtiva dos solos agricultáveis, causada pelos processos erosivos acelerados pela ação humana, traz diversas consequências ambientais e econômicas, como o aumento dos custos com fertilizantes, o esgotamento dos mananciais, o assoreamento dos rios e a redução do capital dos agricultores, entre outros impactos.

A última categoria mapeada foi a de solos expostos (1,8%), que está predominantemente associada as áreas de agricultura e construção de novos loteamentos urbanos. Sendo assim, após a colheita, o solo é preparado para um novo plantio, o que resulta em períodos de exposição

temporária. Já para a construção de novos loteamentos são realizadas obras de terraplanagem para nivelamento do terreno, o que deixa o solo exposto. Essas atividades levam a problemas como a perda de solo durante as chuvas.

Em se tratando dos problemas socioambientais, com a apropriação e ocupação das vertentes nas áreas urbanas, o solo acaba sendo impermeabilizado o que dificulta a infiltração da água da chuva. Aliado a isso, a ineficiência do sistema de drenagem urbano, que não comporta o grande volume de água durante períodos intensos de chuva.

Uma vez que o sistema de drenagem urbano não consegue drenar em tempo hábil toda água oriunda do escoamento subsuperficial, a água se concentra nas vias públicas (Figura 3). Assim, em razão do seu traçado retilíneo, formam-se um verdadeiro “rio artificial”, provocando o alagamento das vias públicas, podendo adentrar as residências e estabelecimentos comerciais, resultando em perdas materiais.

Figura 3: A – Alagamento em trecho da Av. Minas Gerais. B – Alagamento às margens do Córrego São José, trecho da Av. José João Dib.



Fonte: Alves, 2022 e Jornal Hoje, 2015

A impermeabilização das vertentes resulta em um grande volume de água sendo escoada para as áreas de fundos de vale, o que favorece processos de enchentes e inundações. Essa problemática se agrava ainda mais devido a retificação e canalização de parte do curso d'água principal, com uma extensão de aproximadamente 2,5 km de canalização.

Alves (2023) salienta que a bacia hidrográfica do Córrego São José possui baixa tendência a ocorrência de enchentes e inundações em razão da sua forma alongada e ao relevo suave ondulado. Porém com a ocupação desordenada, sem levar em consideração a dinâmica natural e ao intenso processo de urbanização que a área passou nos últimos anos, há o

favorecimento dos fenômenos de enchentes e inundações, além dos alagamentos ao longo das vertentes.

Outro impacto socioambiental bastante ocorrente na bacia hidrográfica do Córrego São José, está ligado aos processos erosivos, que são acelerados devido as ações antrópicas. Diversos tipos de erosões lineares, como sulcos, ravinas e voçorocas, podem ser observados em várias partes da bacia, especialmente nas proximidades de loteamentos recém implementados, que alteram o relevo e impermeabilizam o solo, como também em áreas rurais devido à falta de manejo adequado do solo (figura 4).

Figura 4: A - Feição erosiva próximo ao Conjunto Habitacional Nova Ituiutaba I, II, III e IV.
B - Feição erosiva localizada no Parque do Goiabal.



Fonte: Alves, 2021 e 2022

Além das enchentes, inundações, alagamentos e erosões, o crescente processo de urbanização e o manejo inadequado do solo bacia têm contribuído para o assoreamento do canal fluvial. O assoreamento ocorre devido ao acúmulo de sedimentos vindos de áreas do topo e ao longo das vertentes, onde o solo foi remanejado e a cobertura vegetal retirada, além do descarte irregular de resíduos sólidos.

É observado que partes do canal fluvial estão sendo assoreadas pelo acúmulo de materiais transportado pelo escoamento superficial das águas pluviais, em decorrência por processos erosivos e descarte irregular de resíduos sólidos (figura 4). Esses sedimentos resultado do escoamento superficial das águas pluviais, além do descarte inadequado de resíduos sólidos (figura 5), que obstruem a rede de drenagem urbana. Outro fator é a remoção da mata ciliar ao longo dos cursos d'água. Nas áreas rurais, nota-se uma pequena faixa de vegetação predominante nos fundos de vale, mas ainda assim, é evidente o assoreamento em alguns pontos, causado por erosões nas áreas circunvizinhas.

Figura 5: A – Resíduos descartados em área próxima ao córrego, trecho da Av. José João Dib. B – Local de assoreamento do curso d'água principal.



Fonte: Alves, 2021 e 2023

A bacia hidrográfica do córrego São José é considerada uma bacia de pequeno porte, exigindo maior atenção do poder público municipal, visto que a área sofre diversos impactos ambientais devido ao planejamento inefficiente. Por meio de um planejamento urbano e ambiental adequado, é possível controlar e regular o uso e a ocupação do solo para o desenvolvimento sustentável das cidades, além de proteger e conservar os recursos naturais, conforme estabelecido pelas políticas públicas ambientais.

5. Considerações finais

De modo geral, a bacia hidrográfica do Córrego São José, tem passado por uma intensa modificação em sua dinâmica ambiental, o que resulta em inúmeros impactos socioambientais. A ocupação urbana foi diretamente responsável pelas alterações das vertentes, uma vez que obras de terraplanagem modificam sua forma. Junto a isso, a impermeabilização do solo causada pela expansão urbana impede a infiltração da água das chuvas no solo. Isso intensifica o escoamento superficial e rompe com o equilíbrio dinâmico dos processos naturais da bacia hidrográfica, contribuindo para a ocorrência de alagamentos, inundações e enchentes.

Além disso, o manejo inadequado do solo em áreas agrícolas e de pastagem, bem como a retirada da cobertura vegetal, favorece a formação e intensificação de processos erosivos. Como consequência, os sedimentos oriundos das erosões, assim como outros tipos de resíduos, são carregados e acumulam-se nos canais fluviais, causando seu assoreamento.

Nesse sentido, nota-se a importância de um estudo mais aprofundado da bacia hidrográfica do córrego São José, que sirva de subsídio para o planejamento urbano e ambiental do município, especialmente diante da expansão da malha urbana. O estudo das bacias hidrográficas deve se tornar uma das prioridades do poder público, a fim de prevenir e mitigar

os impactos ambientais negativos, relacionados ao uso inadequado do solo e dos recursos naturais.

Referências

ALVES, T. D. **Análise dos aspectos fisiográficos da bacia hidrográfica do córrego São José, município de Ituiutaba/MG**. 2023. 130 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2023.

CASSETI, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991. 84p.

FUSHIMI, M. **Vulnerabilidade Ambiental aos processos erosivos lineares de parte dos municípios de Marabá Paulista-SP e Presidente Epitácio-SP**. 2016. 199 P. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GASPARI, F. J. et al. **Elementos metodológicos para el manejo de cuencas hidrográficas**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2013. 188p.

KARMANN, I. Ciclo da água: água subterrânea e sua ação geológica. In: TEIXEIRA, W. (Org.). **Decifrando a terra**. São Paulo: Oficina de Texto, 2001. p. 116-166.

LIMA, V. **A sociedade e a natureza na paisagem urbana**: análise de indicadores para avaliar a qualidade ambiental. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2013. 358 p.

PERAZZOLI, M.; PINHEIRO, A.; KAUFMANN, V. Efeitos de Cenários de Uso do Solo sobre o regime Hídrico e Produção de sedimentos na Bacia do Ribeirão Concórdia –SC. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.37, n.5, 2013. p. 859-869.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 89 p.

ESTUDO SOBRE AS VOÇOROCAS DOS MUNCÍPIOS DE ITUIUTABA-MG E BURITICUPU-MA⁶⁶

Andressa Cristina de Oliveira Ferreira
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
andressaaf@ufu.br

Andréia Luiza Sousa Dutra
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
luizaandreiatalhos02@gmail.com

Bruna Caroline Ferreira Moreira
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
bruna.ferreira27@ufu.br

Mayara Faria Costa
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
mayara.costa@ufu.br

Resumo: A voçoroca representa uma forma de erosão que pode ser constituída pelo grupo de processos, sob os quais material rochoso ou terroso é desagregado, decomposto e removido de alguma parte da superfície terrestre. Diante disto, este trabalho tem por objetivo geral apresentar de forma descritiva estudos sobre o tipo erosivo de voçoroca no trabalho de campo do Parque do Goiabal no Município de Ituiutaba-MG, e analisar as voçorocas presentes na malha urbana do município de Buriticupu-MA. E dentre os específicos caracterizar e comparar os processos erosivos por voçorocas em diferentes lugares. Mapeamento utilizando-se do software QGIS Desktop versão 3.28.0, juntamente com o banco de dados das geociências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados como malha territorial do Brasil, geomorfologia, pedologia, bifilar e unifilar do estado do Maranhão, Google Earth e satélite, trabalho de campo utilizando dos materiais como trena, ficha de campo, caneta, ficha de cadastro de voçoroca, martelo pedológico e geológico, aplicativo Wikiloc para gravar a trilha. E referenciais teóricos para embasar na discussão como Campos (2019); Correia Filho, (2011); FILHO, et al, (2019); Queiroz e et al (2020); Guerra e Guerra (2006); Silva (1995); Pedro Miyazaki (2016); Martins e Costa, (2014). Contudo, após o trabalho de campo e os estudos sobre erosão, fica perceptível a importância dos estudos geomorfológicos, para melhor planejar o espaço em que ocupamos. Os resultados mostram que o tipo de erosão ocorrida por voçorocamento é um exemplo das ações antrópicas, na qual aceleram os processos, causando as erosões parciais ou totais.

Palavras-chaves: erosão; voçoroca; trabalho de campo.

⁶⁶ Texto elaborado a partir dos estudos sobre tipos de erosões da disciplina de Geomorfologia Dinâmica.

Introdução

A voçoroca representa uma forma de erosão na qual, erosão pode ser constituída pelo grupo de processos sob os quais material rochoso ou terroso é desagregado, decomposto e removido de alguma parte da superfície terrestre. É um processo natural de exposição das rochas a condições diferentes da sua formação, também é um processo de suavização da superfície terrestre, Gomes e Filizola (2021).

Os agentes causadores da erosão são a água que age como desagregante ou transportador das partículas do solo, o vento em que depende da sua velocidade para transportar volume do solo, a temperatura também podendo estar relacionada a erosão geológica, o gelo, e a ação biológica que tem por efeito condicionar outros agentes.

De acordo com FAO (1986), apud Cherobin (2012), as voçorocas se formam através da junção e o aprofundamento dos sulcos, aumentando em mais de 30 centímetros a profundidade e se desenvolvem em três estágios diferentes: erosão por queda d'água, que tem início com sulcos, que ao se aprofundarem atingem o horizonte B do solo e, posteriormente, expõem o horizonte C, removendo o material de origem. As etapas se repetem algumas vezes até a água escavar, e iniciar a erosão. Na segunda etapa, o canal de erosão ao longo do leito da voçoroca serve de caminho para a água e o solo removido. No terceiro estágio ocorre a queda de blocos, que pode ser ocasionada pela estação chuvosa, ou então pela mudança de temperatura.

Os estudos geomorfológicos são de fundamental importância utilizando-se das suas metodologias de análise, testando os resultados dos trabalhos teóricos, fazendo uma observação qualitativa mais precisa, observações mais elaboradas como a estrutura do relevo, a drenagem a geometria das vertentes. Juntamente com cartografia geomorfológica que ao representar as formas de relevo, estabelece o grau de detalhamento e/ou de generalização associado a gênese e possíveis datações, permitindo mapear as áreas de estudos, dentro das suas análises e metodologias contribui para o planejamento e uso da terra, para que através de ações amenize os transtornos causados na sociedade.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo geral apresentar de forma descritiva estudos sobre o tipo erosivo de voçoroca no trabalho de campo do Parque do Goiabal no Município de Ituiutaba-MG, e analisar as voçorocas presentes na malha urbana do município de Buriticupu-MA. E dentre os específicos caracterizar os processos erosivos por voçorocas em diferentes lugares.

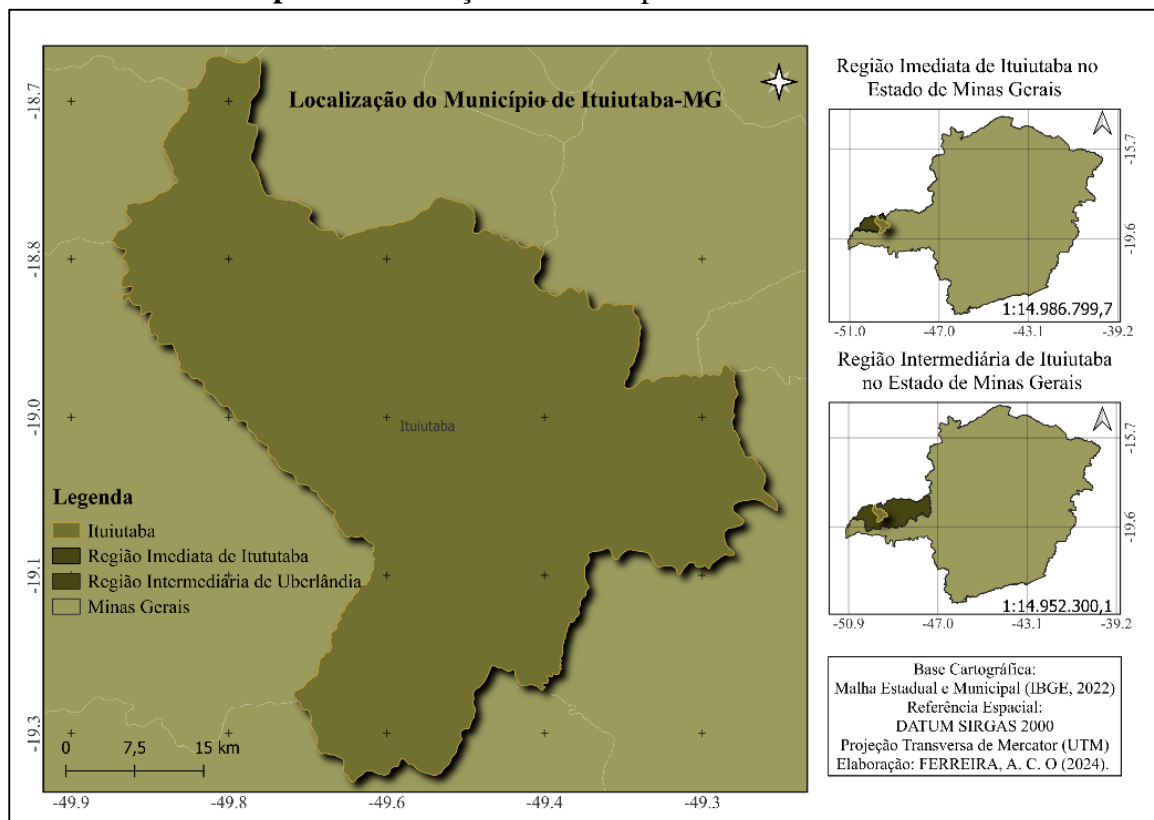
Metodologia

Mapeamento da escala local das cidades de Ituiutaba-MG e Buriticupu-MA, utilizando-se do software QGIS Desktop versão 3.28.0, juntamente com o banco de dados das geociências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como malha territorial do Brasil, geomorfologia, pedologia, bifilar e unifilar, Google Earth e satélite, trabalho de campo utilizando dos materiais como trena, ficha de campo, caneta, ficha de cadastro de voçoroca, martelo pedológico e geológico, aplicativo Wikiloc para gravar a trilha. E referenciais teóricos para embasar na discussão como Campos (2019); Correia Filho, (2011); Filho, et al, (2019); Queiroz e *et al* (2020); Guerra e Guerra (2006); Silva (1995); Pedro Miyazaki (2016); Martins e Costa, (2014).

Erosão em forma de Voçorocas no Parque do Goiabal em Ituiutaba-MG

O município de Ituiutaba, localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na microrregião de Ituiutaba no estado de Minas Gerais (mapa 1). É constituída sua área por duas bacias hidrográficas que possui abrangência de 95,18% da área total, sendo a bacia do rio Tijuco e a bacia hidrográfica do rio da Prata.

Mapa 1- Localização do município de Ituiutaba-MG



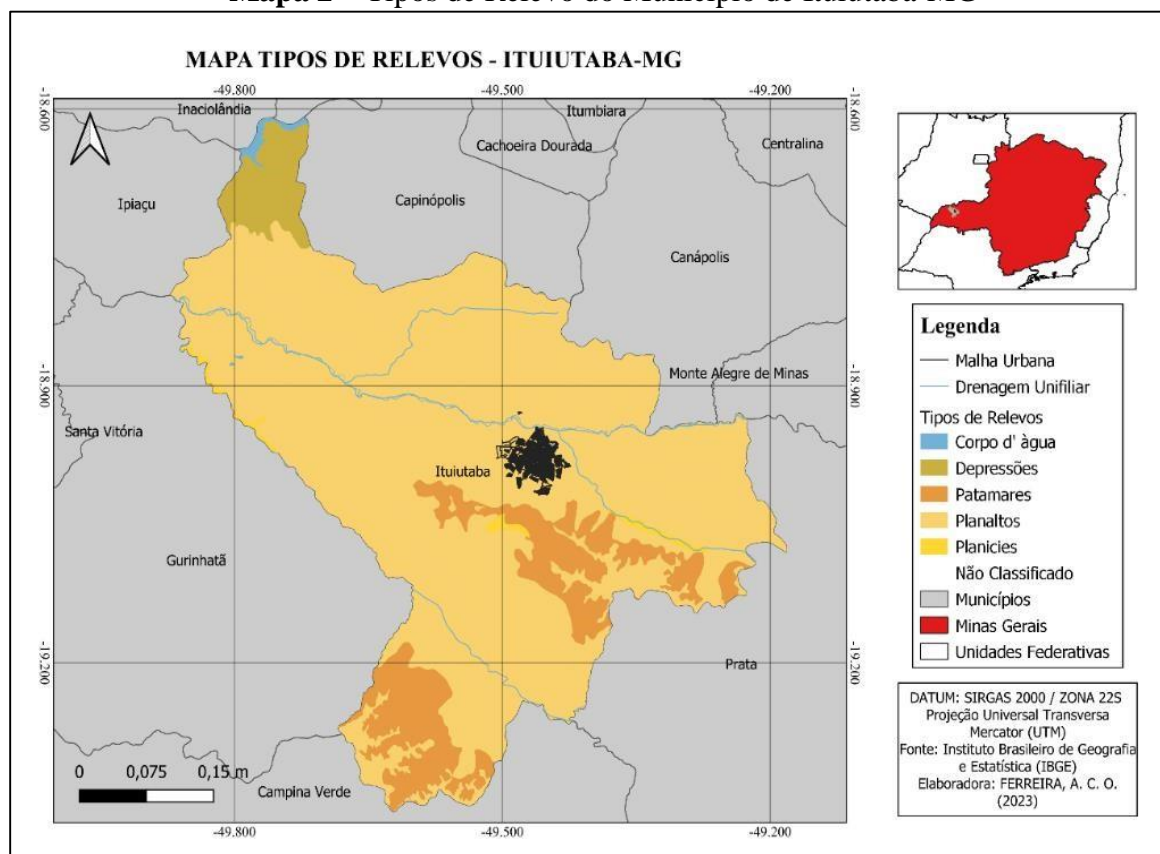
Fonte: IBGE (2022). Org.: Autoras (2024)

A caracterização geomorfológica do município, o relevo do triângulo mineiro apresenta diversificações nos compartimentos geomorfológicos, oriundas das ações morfogenéticas do terciário e do quaternário, características presentes nos topos aplainados, nas camadas lateríticas, nos solos hidromórficos, nas lagoas e rampas côncavas de colúvios, Pedro Miyazaki (2016). Quanto a morfoestrutura apresenta-se dentro da Bacia Sedimentar do Paraná, constituída por rochas sedimentares e ígneas (idade Mesozoica) e por depósitos recentes (idade Cenozoica).

Em relação aos tipos de relevo (mapa 2), o município é abrangido por depressões (terrenos situados abaixo do nível do mar, ou, abaixo do nível altimétrico das regiões adjacentes, podendo ter diferentes origens e formas); patamares (formas planas ou onduladas que formam superfícies intermediárias ou degraus entre áreas com relevo mais alto e baixo); planaltos (terrenos altos, variando de planos a ondulados); e planícies (terrenos baixos e planos, formados por acumulação de materiais de origem aluvial ou fluvial).

Quanto ao clima, o município se classifica segundo Koppen como Aw, megatérmico: tropical com verão chuvoso (outubro a abril) e inverno seco (maio a setembro), além disso, estudos sobre ilhas de calor urbanas e suas interações com padrões de vento, com o discutido por Silva (2018). As temperaturas oscilam entre 14°C em junho e à 31°C em dezembro. Quanto os tipos de solo do município (mapa 3), são latossolo vermelho; gleissolo melânico (malha urbana); neossolos itálicos (malha urbana); argissolo vermelho-amarelo e nitossolo vermelho (malha urbana). (Martins e Costa, 2014).

Mapa 2 – Tipos de Relevo do Município de Ituiutaba-MG

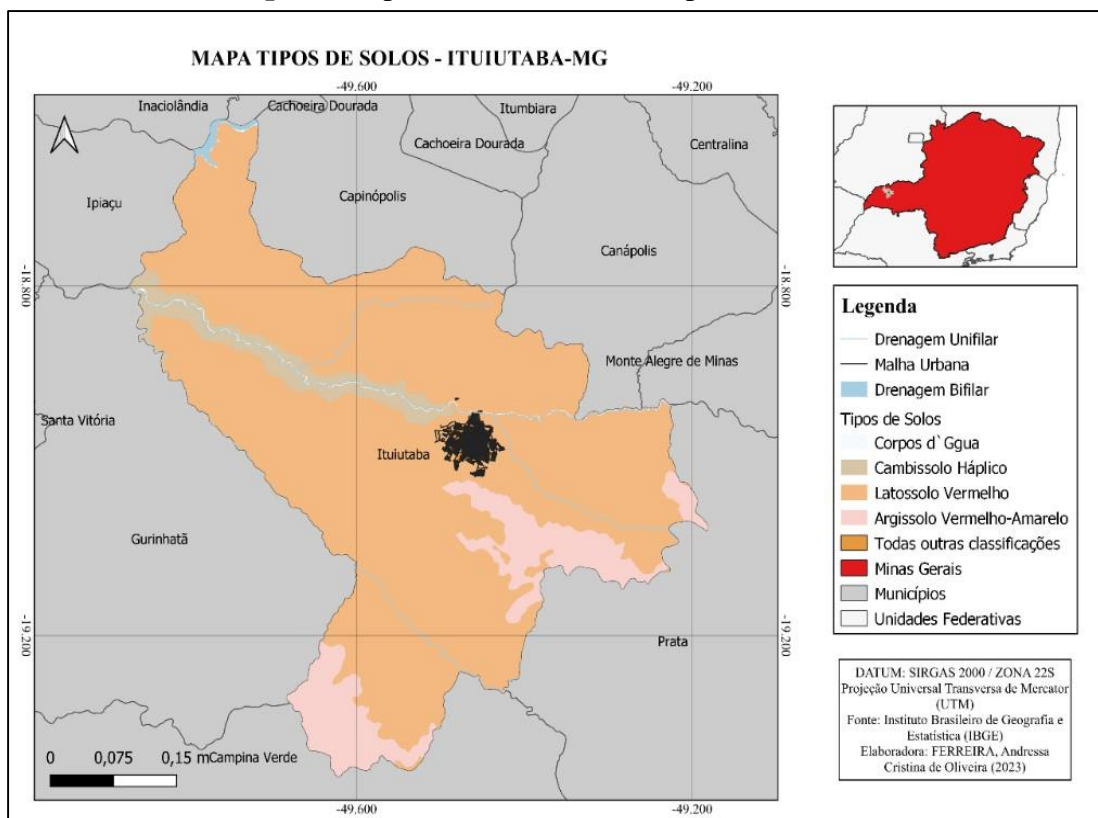


Fonte: IBGE (2022). Org.: Autoras (2024)

As características da vegetação, o município possui, em quase toda a sua totalidade, o Cerrado strictu sensu. Porém é comum encontrar, nas áreas mais baixas as veredas, que são caracterizadas por solos mal drenados e o acúmulo de águas, formando as nascentes das áreas de Cerrado. Nas partes mais altas, em solos mais desenvolvidos encontra-se o Cerradão que devido ao avanço agropecuário foi quase todo desmatado.

Martins e Costa (2014).

Mapa 3 – Tipos de Solos do Município de Ituiutaba-MG



Fonte: IBGE (2022). Org.: Autoras (2024)

Experiência do Trabalho de Campo

O trabalho de campo foi realizado no dia 20 de maio de 2023, iniciado às 08h:00min, saímos da Universidade Federal de Uberlândia UFU, Campus Pontal, em direção ao nosso local de estudo. Parque do Goiabal, que se localiza dentro do perímetro urbano do município de Ituiutaba – MG, sua extensão é de aproximadamente 37, 59 hectares, com altitude média de 600 metros. A representação geológica é representada por basaltos da Formação Geral de idade mesozoica nas partes mais baixas, e arenitos do Grupo Bauru do período cenozoico nas partes mais altas do parque, de formação adamantina.

Na entrada identificamos sucros (forma de erosão do solo, antes de atingir o lençol freático) e algumas ravinas (escavamento produzido pelo lençol de escoamento superficial ao sofrer certas concentrações (Guerra,2006) ao longo da trilha, imagem 1.

Imagem 1 – Sulcos e Ravinas



Imagem 2 - Voçorocas



Fonte: Ferreira; Moreira, 2023.

Durante o trabalho de campo realizado, pode-se observar as seguintes características em relação a voçoroca estudada e do Parque do Goiabal:

- A formação paisagística do Parque do Goiabal faz parte do complexo biomático cerrado, um complexo biomático distribuído em mosaico. Com importância em reconhecer o cerrado sensu lato no qual acontece a junção de três biomas devido à grande variação fisionômica, o campo tropical, a savana, e a floresta estacional. Assim, a distribuição fitofisionômica do bioma está associada pela ocorrência do bioma ao longo de uma ampla faixa latitudinal.

Sendo identificado o tipo cerradão, este possui característica dosel contínuo e cobertura arbórea entre 50% e 90%, com a altura média do estrato variando de 8 a 15 metros, o que proporciona condições de luminosidade que favorecem a formação de estratos arbustivo e herbáceo diferenciados. De acordo com a fertilidade do solo o Cerradão pode ser classificado como Cerradão Distrófico (solos pobres) ou Cerradão Mesotrófico (solos mais ricos). Com o uso e cobertura da terra como uma Unidade de Conservação/APA.

- Os aspectos geomorfológicos dentro do Parque apresentam, o formato de relevo do tipo colinas com altitude de 615m, e a declividade levemente acentuada, concava com segmento da vertente média (carta 1);
- A localização da voçoroca, acessada pela Trilha da Voçoroca (imagem 2), no bairro Tupã, dentro da área urbana do município de Ituiutaba-MG, (carta 2);
- Em relação ao solo, pode-se encontrar quatro tipos o cambissolos que aparece nas áreas com declividade mais acentuada, latossolos vermelho-amarelo nas partes altas, os latossolos vermelho embasados pela rocha basáltica nos fundos de vale, e os argilosos no qual indica a presença de água, como as lagoas.

Os aspectos pedológicos, a voçoroca estudada apresenta solo arenoso de cor vermelho-amarelado, foram coletadas cinco amostras do perfil do solo para a visualização, sendo a primeira com textura arenosa e com a cor marrom acinzentado; a segunda arenosa marrom avermelhada; terceira argilosa; quarta argilosa e arenosa; e a quinta amostra argilosa mosqueado (possui presença de ferro) conforme a imagem 3.

Imagem 3 – Amostras Perfil do Solo



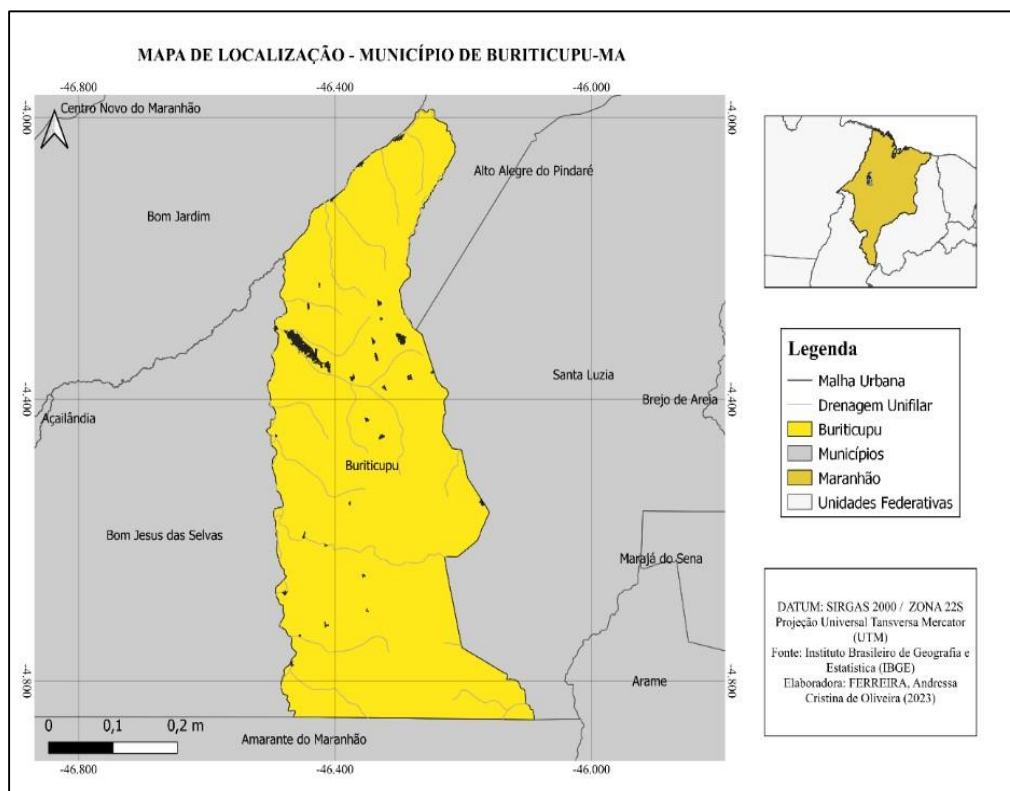
Fonte: FERREIRA; MOREIRA (2023)

- Quanto aos dados quantitativos da voçoroca em estudo, apresenta comprimento de 33 m aproximadamente, com lagura de 14m, e profundidade de 86om, classificada como média;
- O estágio de desenvolvimento, apresenta feição em formato de “U” sem presença de degraus;
- Em relação as ravinas encontradas, apresentam vegetação arbustiva, sendo fortemente vegetada;
- As redes de drenagem nas voçorocas apresentam corpo d’ água, com pouca água vazante limpa, e com o canal fluvial denominado de Corrêgo do Goiabal;
- O tipo de erosão é linear e pluvial.

Erosão em forma de Voçorocas no Município de Buriticupu-MA

O município de Buriticupu-MA, localiza-se nas coordenadas 03°05’21,782” S, 46°30’24,653”O, 46°51’16,621” S e 46°05’21,782”O (mapa 4). Na Microrregião do Pindaré na qual compõe a Mesorregião do Oeste Maranhence. O município teve sua formação a partir do processo de colonização nos anos 70, em que a instalação do povoado se deu devido aos investimentos do governo estadual, a ocupação se deu as margens do Rio Buriti.

Mapa 4 – Localização do Município de Buriticupu-MA

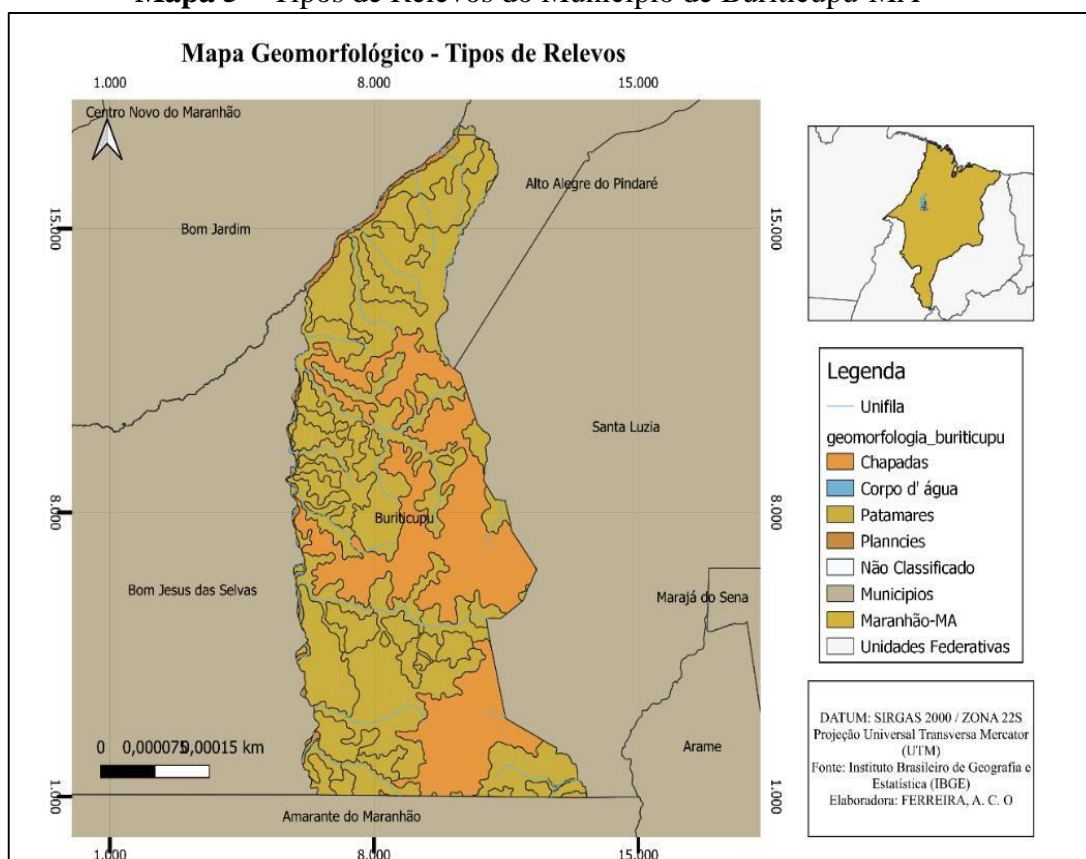


Elaboradora: Ferreira, (2023) **Org.:** Ferreira; Moreira (2023)

O município situa-se na Bacia Sedimentar Parnaíba, cima dessa estão a Formação Itapecuru, os depósitos detrítico-lateríticas e os depósitos fluvio-lagunares. Os depósitos fluvio-lagunares são encontrados ao longo da drenagem dos rios, enquanto a cobertura detrítico-laterítica se espalha por todo o território do município de Buriticupu (CORREIA FILHO, 2011)

As características geomorfológicas, são do Planalto Dissecado do Gurupi-Grajaú (IBGE, 2011). Com um conjunto de superfícies tabulares com chapadas, patamares, e planícies conforme o mapa 5, que se encaixam nos vales incisos apresentando desnivelamento locais superiores a 100m.

Mapa 5 – Tipos de Relevos do Município de Buriticupu-MA

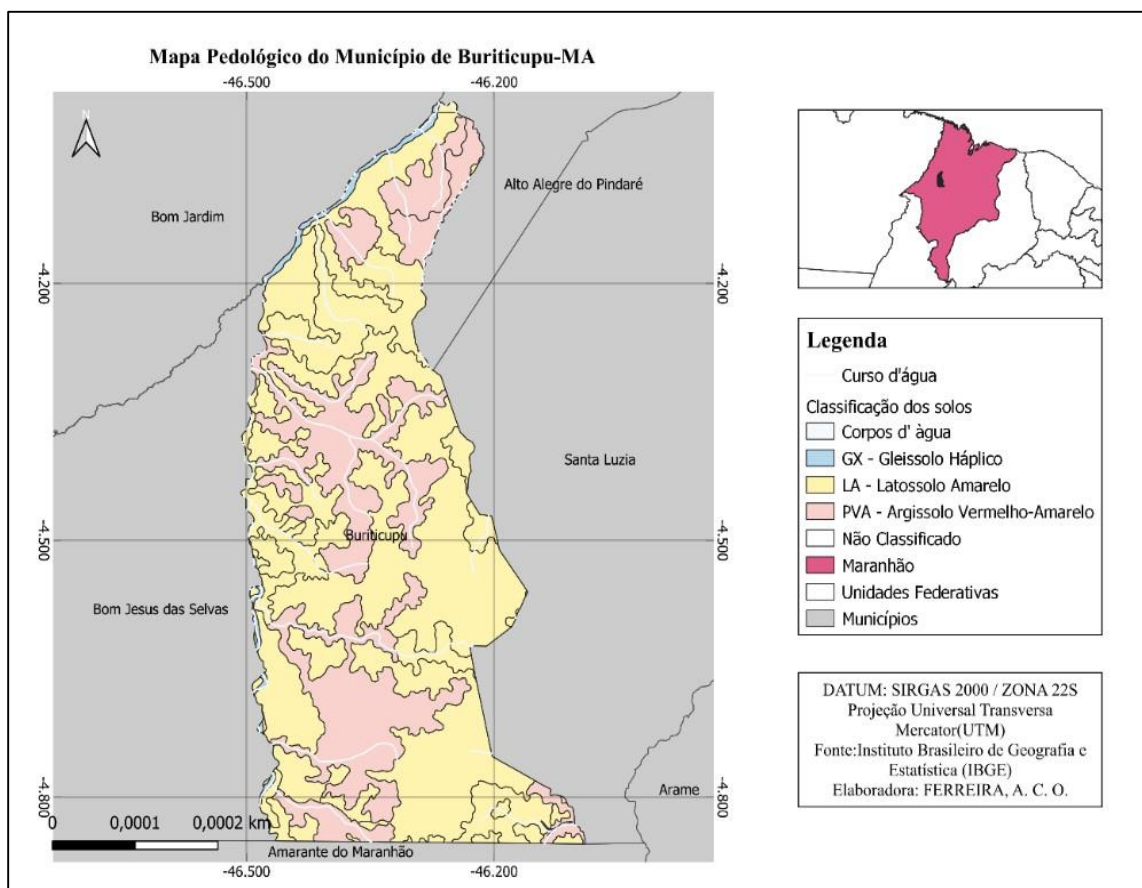


Elaboradora: Ferreira, (2023) **Org.:** Ferreira; Moreira (2023)

Os solos presentes são gleissolo háplico, latossolo vermelho, argissolo vermelho-amarelo, conforme o mapa 6. São solos de texturas grosseiras que apresenta dificuldade ou facilidade de infiltração de água no perfil do solo. O clima é influenciado pela Amazônia, sendo tropical quente e úmido (As) com os níveis de chuva acima de 2000 mm anuais. E a vegetação é composta por juçara e Buriti. A bacia hidrográfica é a do rio Mearim, inserida na região hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental, no qual faz parte de todo estado do Maranhão.

A malha urbana do município está entre o Rio Buritizinho tem sua nascente a Leste do município e percorre cerca de 18 km até seu exutório, drenando diretamente para o rio Inhumá. Este último, que circunda a área de estudo ao Sul, nasce na porção central do município percorre cerca de 37 km até sua foz, nas proximidades do quilômetro 529 da BR 222, nas imediações da zona urbana de Buriticupu. (FILHO, et al, 2019)

Mapa 6 – Tipos de Relevos do Município de Buriticupu-MA



Elaboradora: Ferreira, (2023) **Org.:** Ferreira; Moreira (2023)

O bioma em que está inserido é o Amazônia, na qual possui as características diversificadamente biodiversas como florestas densas de terra firme, florestas estacionais, florestas de igapó, campos alagados, várzeas, savanas, refúgios montanhosos e formações pioneiras.

A maior concentração de voçorocas está no perímetro urbano (mapa 7), os processos erosivos estão instalados na ruptura de declive da borda do platô, o desenvolvimento da voçoroca se dá pelo escoamento superficial concentrado na área urbana, com a associação do lançamento das águas pluviais, de forma inadequada, diretamente para a cabeceira de drenagem, atingindo o lençol freático. (FILHO, et al, 2019)

Dentre os focos erosivos, podem ocorrer devido a relação dos processos de evolução de altas bacias em processo de dissecação erosiva em bordas de planaltos, e da reativação de cabeceiras de drenagem. Também ocorre a erosão ser acelerada pelos processos antrópicos em que retiram a vegetação deixando o solo mais suscetível para o ocorrer o escoamento superficial, as atividades agropecuárias quando usa o solo inadequadamente também pode ocorrer as erosões, as construções de moradias é outro fator condicionante, juntamente com a falta de planejamento para o saneamento básico e o descarte inadequado de materiais sólidos.

Mapa 7 – Voçorocas na Malha Urbana do Município de Buriticupu-MA



Elaboradora: Ferreira, (2023) **Org.:** Ferreira; Moreira (2023)

Os deslizamentos das encostas, ocorre em razão do movimento de massa, associada a presença de água no solo, o desmoronamento de materiais vai ocorrer devido a intensos episódios de chuvas culminando no transporte do material, as chuvas intensas ocorrem no de janeiro a março. E com elas, são noticiados nos jornais a calamidade pública causada devido a falta de planejamento, a exemplo a imagem 4, em que mostra o bairro Santos Dumont em área de risco.

Os processos erosivos têm ocasionados vários problemas ambientais e sociais, incorrendo no assoreamento e total soterramento de pequenos rios, igarapés e reservatórios de água no entorno da sede municipal bem como em perdas materiais pela destruição de casas, plantações e ruas, inclusive com a ocorrência de perda de vidas humanas. (Filho, et al, 2019)

Imagem 4 - Dimensões da voçoroca do bairro Santos Dumont e indicação da área de risco



Fonte: CPRM (2018) **Org.:** Ferreira; Moreira (2023)

O bairro Santos Dumont, localizado na periferia da cidade, apresenta características urbanas que são fortes causadoras do processo erosivo, como: arruamentos mal planejados, falta de sistemas de drenagem e reduzida coleta de esgoto e de resíduos sólidos. Tais elementos, junto com as características ambientais apresentaram-se como os principais condicionantes do voçorocamento. (Campos, 2019)

Resultado e Discussões

As ocupações urbanas ocorridas de forma desordenadas, atividades como agropecuária e agricultura, usos indevidos do solo, provocam o desequilíbrio do mesmo uma vez que necessitam do seu equilíbrio dinâmico para manterem as suas características, que são o clima, materiais de origem, topografia, a biota e o tempo, estes necessitam estar em constante conservação para não comprometer a qualidade do solo.

De modo, a sociedade vem desenvolvendo atividades que modelam o relevo em um curto período, induzindo ou acelerando processos naturais, como os erosivos. Neste ponto de vista o ser humano é considerado um dos principais agentes esculturadores do relevo. (Pedro Miyazaki, 2016)

O tipo de erosão ocorrida por voçorocamento é um exemplo das ações antrópicas, na qual aceleram os processos, causando as erosões parciais ou totais. Podendo ser originadas pelo aprofundamento e alargamento de ravinas, ou as erosões causadas pelo escoamento subsuperficial, são comuns de ocorrerem nas encostas, e possuem paredes laterais íngremes

com fundo chato, ocorrendo fluxo de água no seu interior durante os períodos chuvosos, ao se aprofundarem pode atingir o lençol freático, e geram instabilidades as paisagens.

No Parque do Goiabal, é possível identificar que a voçorocas presentes em seu interior e que há plano para recuperação devido o local estar abandonado, por ser uma APA deveria estar sendo preservado, para poder ofertar a população um lugar de lazer, e utilizar-se dos trabalhos produzidos pela universidade para conduzir um plano para a proteção. Outro fator, é que o Parque se encontra dentro do perímetro urbano do município de Ituiutaba-MG, e a expansão dos bairros está indo ao encontro dos limites da unidade de conservação.

O município de Buriticupu-MA, nota-se que há falta de planejamento, ocupação desordenada na malha urbana, os processos erosivos causam problemas ambientais e sociais, ocorrendo o assoreamento e soterramento dos pequenos rios que estão entre o limite da sede municipal, destruindo casas, plantações, ruas, e perda de vidas humanas. Os solos são altamente erodíveis em função do relevo ondulado, e aos altos teores de areia e silte nas camadas interiores dos solos, bem como os baixos teores de alumínio, também outro fator presente é a retirada da cobertura vegetal.

Contudo, após o trabalho de campo e os estudos sobre erosão, fica perceptível a importância dos estudos geomorfológicos, para melhor planejar o espaço em que ocupamos. E criar soluções para o problema das voçorocas, como reflorestar com aplicação de adubos; conservação da área verde; planejamento de infraestruturas; monitorar os zoneamentos sobre as áreas de risco; controle de obras para controlar as erosões como construção de arrimo, terraceamento; trabalho de educação ambiental e a fiscalização e participação dos órgãos públicos.

Referências

CAMPOS, A. A. C. **CONDICIONANTES DOS PROCESSOS EROSSIVOS NA ÁREA URBANA DE BURITICUPU-MA: O caso da voçoroca do bairro Santos Dumont.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís-MA, 2019.

COSTA, R. A. **ANÁLISE BIOGEOGRÁFICA DO PARQUE MUNICIPAL DO GOIABAL EM ITUIUTABA – MG.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.68-83, jan./jul.2011.

DIAS, F. P.; HERRMANN, M. L. de P. **SUSCEPTIBILIDADE A DESLIZAMENTOS: ESTUDO DE CASO NO BAIRRO SACO GEANDE, FLORIANÓPOLIS-SC.** Caminhos de Geografia – Revista On-line Programa PósGraduação em Geografia, 3 (6), jun/2002.

FERREIRA GOMES, M. A.; FERREIRA FILIZOLA, H. Formação de voçorocas e manejo ambiental. Embrapa, 2021.

MARTINS, F. P. COSTA, R. A. A COMPARTIMENTAÇÃO DO RELEVO COMO SUBSÍDIO AOS ESTUDOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG. Soc. & Nat, Uberlândia, 26(2):317-331, mai/ago/2014.

QUEIROZ, A. G.; OLIVEIRA, C. C. de O.; PEREIRA, J. P. M., et al. **Proposta de ficha de campo para a caracterização de voçorocas no distrito de cachoeira do campo, Ouro Preto-MG.** Braz.J.Anim.Envirón.Res., Curitiba, v.3, n.4, p. 3127-3146, out./dez.2020.

PEDRO MIYAZAKI. L. C. **ESPACIALIZAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS GEOMORFOLÓGICOS DE PARTE DA ÁREA URBANA DE ITUIUTABA – MG.** XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís-MA, 24 a 30 e3 julho de 2016.

SILVA, M. S. L. da. **ESTUDOS DA EROSÃO.** CPATSA-EMBRAPA, Petrolina-PE, junho/95.

SILVA, P. C. (2018). **Urban heat islands in coastal metropolitan areas of Fortaleza and Natal, northeastern Brazil, and their interactions with local wind patterns.** Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4983073>

AVALIAÇÃO DO USO DO SOLO E PROCESSOS EROSIVOS NO ENTORNO DA SERRA DO BAUZINHO ITUIUTABA/CAPINÓPOLIS-MG⁶⁷

Mateus Vinicius da Costa Belchior
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
mateusvcbelchior@ufu.br

Leda Correia Pedro Miyazaki
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
lecpgeo@ufu.br

Resumo: Este estudo avaliou a interação entre o uso do solo e os processos erosivos na Serra do Bauzinho, localizada entre os limites territoriais de Ituiutaba-Mg e Capinópolis-Mg, enfocando a declividade, hipsometria, textura dos solos a partir do triângulo textural, e tipos de solo. Foram empregados métodos que incluíram revisão bibliográfica, levantamento de dados cartográficos e coletas de campo e análises granulométricas do solo. Os resultados mostraram uma predominância de lavoura temporária e pastagem, com impactos significativos nas condições erosivas, especialmente em áreas inclinadas. Concluiu-se a necessidade de adotar práticas sustentáveis de manejo do solo, como a implementação de curvas de nível artificiais e barreiras físicas, para minimizar a erosão e promover uma gestão ambiental eficaz na região.

Palavras-chave: uso e ocupação; processos erosivos; geotecnologias.

1. Introdução

A erosão é um fenômeno natural que há milhares de anos contribui para a modelagem do relevo e o desenvolvimento de paisagens. Esse processo transforma o ambiente ao remover, transportar e depositar sedimentos, oriundos da deterioração das rochas. Vale destacar que, apesar de a erosão ser um processo gradual e constante, as atividades humanas podem acelerar suas taxas.

Bertoni e Lombardi Neto (2018) descrevem a erosão como o resultado da interação entre forças ativas e passivas. As forças ativas incluem fatores como a precipitação, a capacidade de infiltração de água no solo e a inclinação do relevo. Já as forças passivas são representadas pela cobertura vegetal e atributos físicos do solo, tais como sua capacidade de resistir ao desgaste causado pela água.

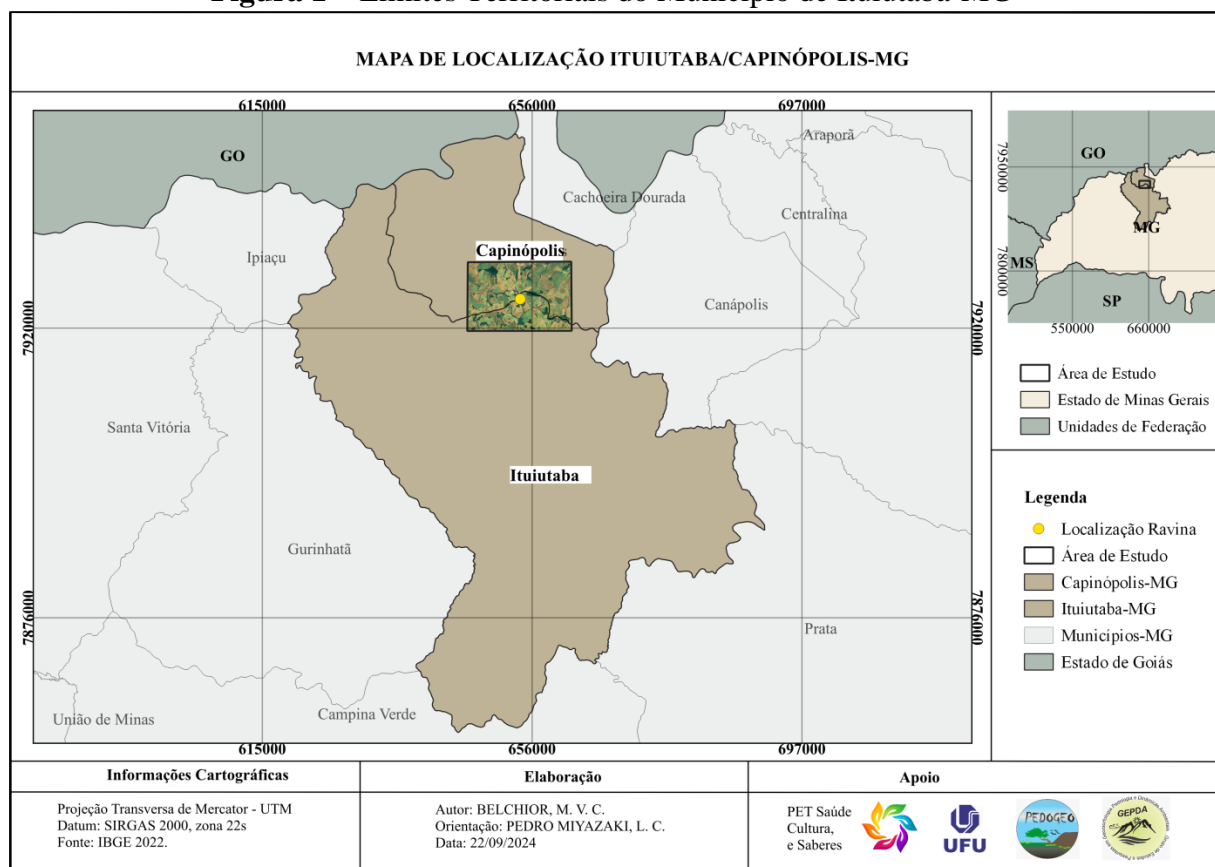
⁶⁷ Pesquisa de Iniciação Científica “Caracterização Granulométrica e Avaliação de Riscos Erosivos Associados ao Uso Antrópico”, desenvolvida no âmbito das atividades do autor no Programa de Educação Tutorial, PET Saúde, Cultura e Saberes da Universidade Federal de Uberlândia.

Entender como a terra é utilizada é crucial para planejadores e legisladores. Ao analisar a utilização do solo em uma área específica, é possível desenvolver políticas mais eficazes de uso da terra, que beneficiarão o desenvolvimento regional.

Rosa (2003) aponta que os dados atualizados sobre uso e cobertura da terra têm uma aplicabilidade vasta. Exemplos incluem o inventário de recursos hídricos, controle de enchentes, identificação de áreas com erosão avançada, avaliação de impactos ambientais e a formulação de políticas econômicas.

Nesse sentido, objetivo deste trabalho foi entender o uso e cobertura da terra, sua granulometria, a declividade e relacionar com a formação de erosões lineares ao entorno da Serra do Bauzinho, localizado nos limites territoriais entres os municípios de Ituiutaba-Mg e Capinópolis-Mg (figura 1), localizado na Região Geográfica Intermediária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Figura 1 – Limites Territoriais do Município de Ituiutaba-MG



Fonte: IBGE 2022. Org. BELCHIOR, M. V. C. 2024.

Este trabalho é fundamental para entender a interação entre o uso do solo e os processos erosivos na região da Serra do Bauzinho. Ao identificar as características específicas do solo e

suas implicações para o manejo ambiental, o estudo fornece bases para práticas de conservação que podem mitigar impactos negativos e promover a sustentabilidade da terra.

2. Procedimentos metodológicos

Para a elaboração deste estudo, o primeiro passo foi realizar o levantamento e revisão teórico-metodológica, com o objetivo de embasar o trabalho nos principais conceitos relacionados à temática e à área de estudo escolhida.

Os mapas referentes a áreas adjacentes ao Morro do Bauzinho foram elaborados no software QGIS, de acordo com bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE, MapBiomas e Sentinel 2. A partir das bases cartográficas foram elaborados os mapas temáticos de localização, declividade, hipsometria, e uso e ocupação do solo.

Posteriormente a produção de mapas, foi realizado trabalho de campo para identificação de área, confirmação de mapeamento, identificação de erosões, e coletas de amostras de solo na borda da erosão.

Após a coleta, as amostras foram submetidas à análise granulométrica utilizando o método da pipeta proposto pela Embrapa, 1997. A partir do livro "Formação e Conservação dos Solos" e a classificação da EMBRAPA (1999), foi possível definir a classificação dos horizontes de cada amostra, por fim, foi realizada a classificação textural, a partir do triângulo textural United States Department of Agriculture (USDA).

3. Aporte teórico

A bibliografia revisada destaca a importância da cobertura vegetal e do uso adequado do solo na prevenção e mitigação dos processos erosivos. Perusi & Carvalho (2008) ressaltam que a integridade da cobertura do solo é essencial para controlar a erosão e evitar os danos que decorrem de um manejo inadequado, que pode deteriorar a estrutura do solo e reduzir sua capacidade de infiltração de água.

Nesse contexto, Bertoni & Lombardi Neto (2018) complementam que a cobertura vegetal não apenas protege o solo contra o impacto direto da chuva, mas também enriquece o solo com matéria orgânica, essencial para manter a sua integridade estrutural e porosidade.

Silva et al. (2007) adicionam que a textura superficial do solo, alterada pela presença de vegetação, cria uma barreira física que minimiza o escoamento superficial e favorece a infiltração da água, processos estes que são fundamentais para a redução da erosão.

No entanto, em áreas desprovidas de cobertura vegetal ou com manejo inadequado, observa-se uma dinâmica contrária. Conforme Fushimi (2012), as partículas resultantes do

impacto da chuva (splash) preenchem os poros do solo, causando a selagem e diminuindo a capacidade de infiltração de água, o que também aumenta o escoamento superficial.

Splash, conforme definido por Guerra (2009), é um estágio inicial do processo erosivo, também conhecido como "erosão por salpico". Esse fenômeno ocorre quando as gotas de chuva impactam o solo, causando a ruptura dos agregados do solo em tamanhos menores e dispersando-os através do salpicamento.

A incorporação de práticas de manejo que preservem a cobertura vegetal é apoiada também por Queiroz (2011), que argumenta a necessidade de uma definição clara das formas de uso e ocupação do solo para mitigar a erosão, uma visão corroborada por Destro & Campos (2006) acrescentam que o levantamento de como o solo é usado e ocupado pode ser realizado através de dados obtidos por sensoriamento remoto, combinados com técnicas de interpretação.

Guerra e Mendonça (2004) observam, em áreas agrícolas como a área de estudo, práticas como a agricultura mecanizada sem a proteção adequada do solo podem levar a um aumento nas taxas de erosão, especialmente durante os períodos em que o solo fica desprotegido. Guerra (1999) expande essa discussão ao notar que a redução da matéria orgânica nos horizontes superficiais do solo resulta na formação de crostas que impedem a infiltração e aumentam o escoamento superficial, exacerbando o risco de erosão.

Por fim, a necessidade de uma abordagem holística na análise ambiental e no planejamento territorial é evidenciada por Bojórquez-Tapia et al. (2013), Martín-Duque et al. (2012) e Ross (2012), que afirmam que um efetivo gerenciamento ambiental requer um entendimento abrangente das condições da paisagem, incluindo declividade, pedologia, e a cobertura vegetal.

Este conjunto de estudos ilustra a interconexão entre o manejo do solo, a cobertura vegetal e as práticas de uso da terra, enfatizando a necessidade de uma gestão integrada para a sustentabilidade ambiental e agrícola.

4. Apresentação da área de estudo

A autora Pedro Miyazaki (2017) ao estudar o relevo de Ituiutaba, identificou quatro principais compartimentos geomorfológicos: 1) Topos suavemente ondulados de colinas convexizadas, que se caracterizam por amplos e suaves espigões divisores de água, influenciando as principais bacias hidrográficas da região; 2) Vertentes que apresentam formas côncavas, convexas e retilíneas, variando em atributos de acordo com sua morfologia; 3) Fundos de vale que incluem planícies aluviais e alvéolos; e 4) Relevos residuais tabuliformes,

marcados por várias cabeceiras de drenagem em anfiteatro associadas às nascentes dos principais córregos urbanos.

Os relevos residuais são majoritariamente formados por arenitos grossos e conglomerados. Del Grossi (1991) notou a presença de lateritas nas áreas de topo, que em alguns locais formam uma superfície contínua e bem preservada. Pedro Miyazaki e Bento (2018) observam que no solo dessas áreas encontram-se calcretes, concreções ricas em carbonato, e silcretes, concreções de sílica, ambos materiais altamente resistentes ao intemperismo, contribuindo para a preservação dos Morros Testemunhos.

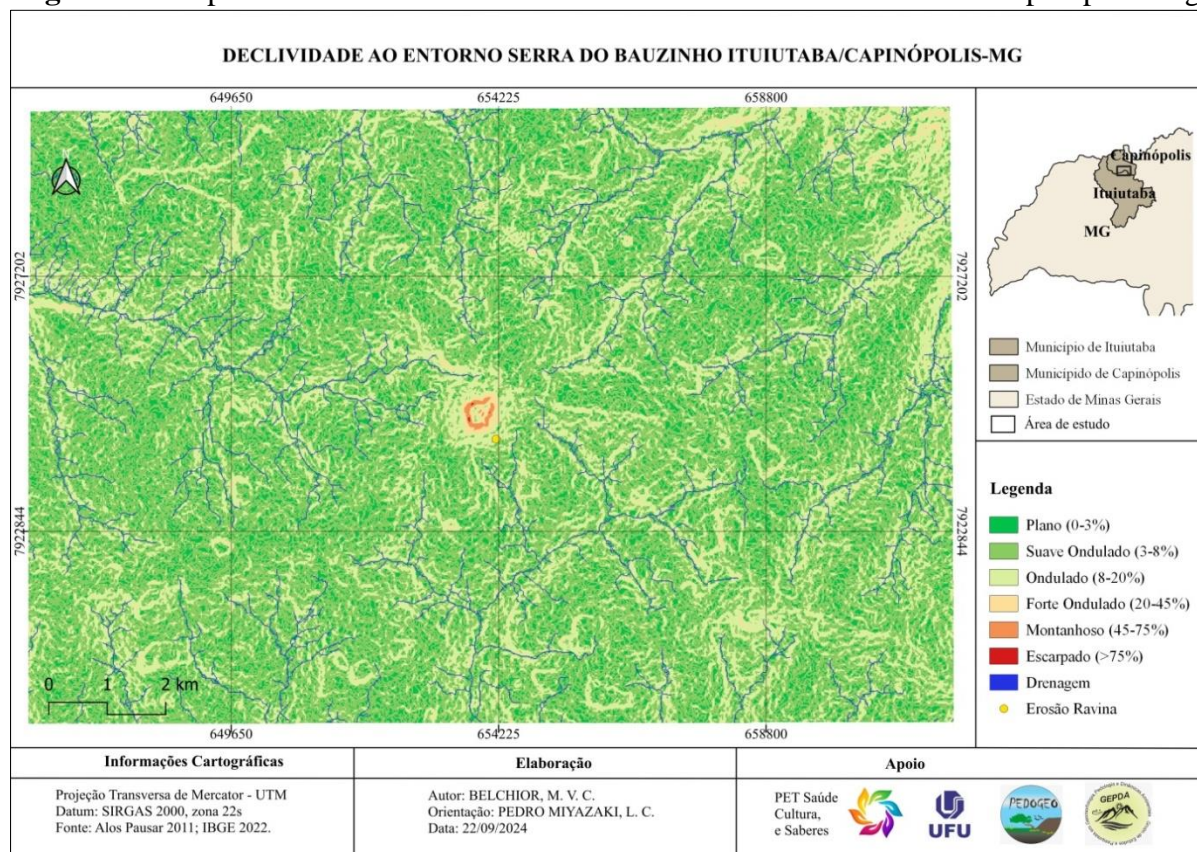
Os solos do Triângulo Mineiro são predominantemente Latossolos, segundo a Embrapa (2019). Esses solos são comuns em quase todas as áreas do Cerrado, encontrando-se em diferentes formas de relevo, como terrenos planos, suave-ondulados, chapadas e vales. Eles são típicos de regiões que apresentam formações geológicas como derrames basálticos e rochas sedimentares.

A vegetação típica do Triângulo Mineiro é a do Cerrado, que Ab'Sáber (1983) classifica como Domínio Morfoclimático do Cerrado. Este bioma, abrangendo entre 1,7 e 1,9 milhão de quilômetros quadrados, marca presença em 15 estados e no Distrito Federal, posicionando-se como o segundo maior bioma brasileiro.

Contudo, o processo de apropriação e ocupação do solo em Ituiutaba levou a uma significativa redução da vegetação, deixando apenas pequenos remanescentes preservados. De acordo com Costa e Martins (2011), cerca de 49,89% da área total do município é dedicada à pastagem, 25,49% ainda preserva vegetação natural e 23,57% é utilizada para agricultura. Esta última é predominantemente ocupada pelo cultivo da cana-de-açúcar. Na área de estudo, a vegetação remanescente do Cerrado foi substituída por pastagens para apoiar o pastoreio de gado.

5. Resultados e discussão

A partir do mapeamento de declividade (figura 2) realizado na área de estudo foi possível compreender as variações topográficas e suas implicações para o uso do solo. O estudo categorizou a relevância da área em seis classes de orientação, sendo, plano, suave ondulado, ondulado, forte ondulado, montanhoso, e escarpado EMBRAPA (1979).

Figura 2 – Mapa de declividade ao entorno da Serra do Bauzinho Ituiutaba/Capinópolis-Mg

Fonte: Alos Pausar 2011; IBGE 2022. Org. BELCHIOR, M. V. C. 2024.

No entorno da Serra do Bauzinho, o relevo predominante é o suave ondulado, representando 59,33% da área total com 98,26 km² (tabela 1). Esta categoria possui inclinações de 3% a 8%. A segunda maior categoria é o relevo ondulado, com 24,92% da área, equivalente a 41,28 km², caracterizando os fundos de vales com inclinações de 8% a 20%, onde está localizado a erosão linear estudada. O relevo plano, menos predominante, ocupa 15,17% da área com 25,14 km², apresentando inclinações inferiores a 3%, comum nas regiões de topo. As categorias de relevo mais íngreme, como forte ondulado, montanhoso e escarpado, compõem uma pequena fração da área total, onde está localizado o relevo residual do tipo tabuliforme.

Tabela 1 – Área total referentes as classes de declividade.

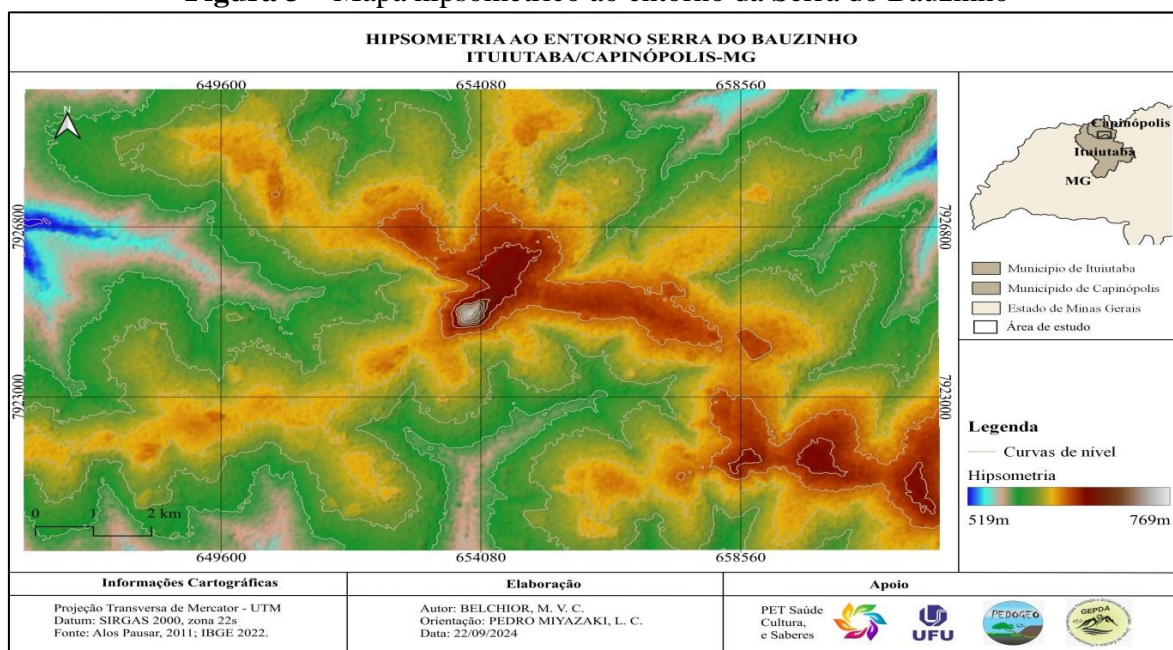
Tipo de Relevo	Classes de Declive	Área (km ²)	%
Plano	(0-3%)	25,142	15.17%
Suave Ondulado	(3-8%)	98,263	59.33%
Ondulado	(8-20%)	41,275	24.92%
Forte Ondulado	(20-45%)	0,845	0.51%
Montanhoso	(45-75%)	0,104	0.06%

Escarpado	(>75%)	0,004	0.002%
Total		165,633	

Org. BELCHIOR, M. V. C. 2024.

A área ao redor da Serra do Bauzinho apresenta variações de altitude que vão de 519 a 769 metros, com uma amplitude altimétrica de 250 metros. Observando o mapa hipsométrico (Figura 3), nota-se que uma grande parte da área se encontra nas faixas de altitude de 600 a 650 metros, o que parece ser predominante no relevo da região. As áreas mais baixas, que se apresentam em tons de azul, estão localizadas primariamente no canto inferior esquerdo do mapa. Por outro lado, as altitudes mais elevadas, indicadas em vermelho e laranja, concentram-se no centro e se estendem para a direita do mapa, correspondendo às áreas de morro testemunho que formam a Serra do Bauzinho. Essas áreas que são visualmente menos extensas comparadas às demais, indicam a presença de relevos mais íngremes, com vertentes litólicas e regolíticas, o que poderia ser representado a partir de um mapeamento geomorfológico.

Figura 3 – Mapa hipsométrico ao entorno da Serra do Bauzinho



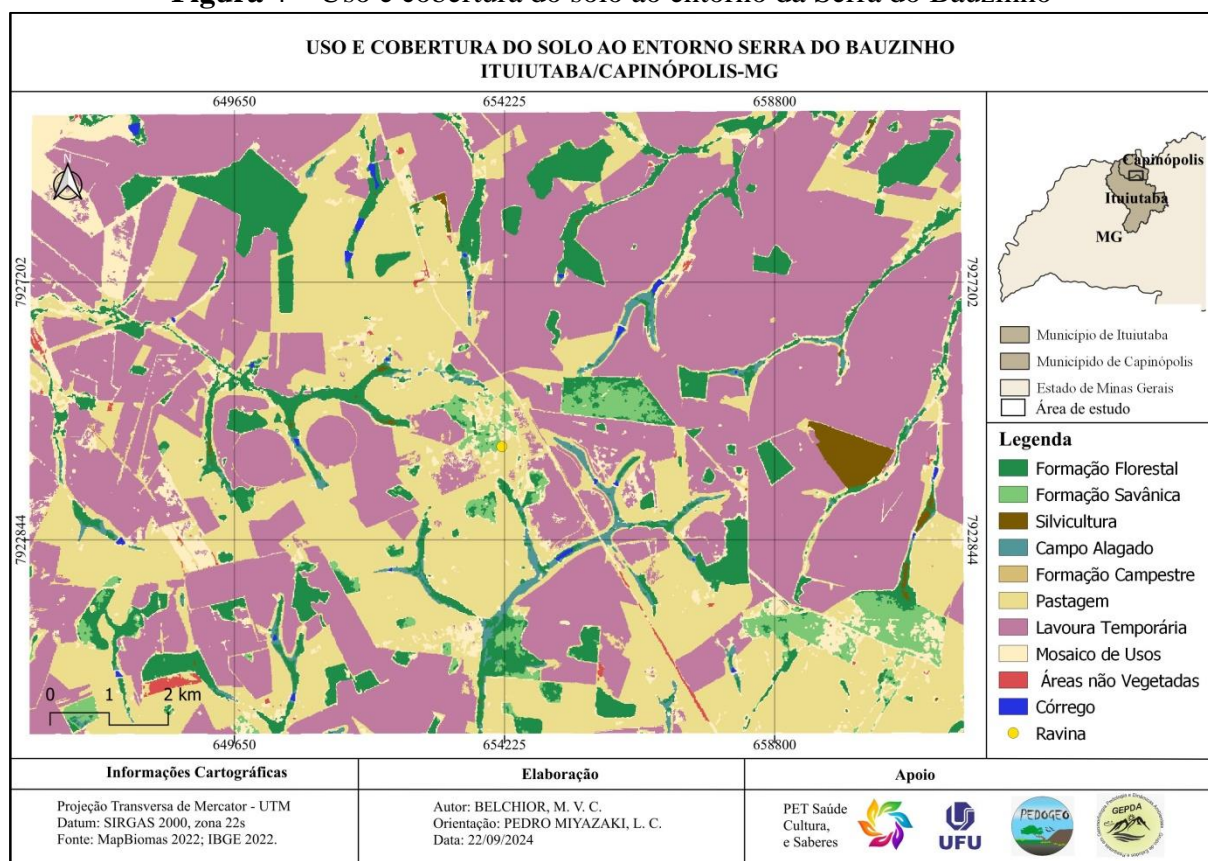
Fonte: Alos Pausar 2011; IBGE 2022. Org. BELCHIOR, M. V. C. 2024

De acordo com Domingues Dutra e Oliveira Pereira (2018), o município de Ituiutaba, localizado na região oeste de Minas Gerais e inserido na bacia sedimentar do Paraná, é caracterizado pela presença de morros residuais. Esses morros são fundamentais como divisores das bacias hidrográficas dos rios Tijuco, Prata, São Lourenço e Paranaíba. Formados por processos sedimentares milhões de anos atrás, os morros apresentam características escarpadas

e são rodeados por colinas suavemente convexas e vales rasos, o que contribui significativamente para a paisagem pitoresca da região.

Ao analisar mapa de uso e cobertura do solo (figura 4) da área de estudo, foram identificadas nove categorias, sendo elas: Formação Florestal, Formação Savânica, Silvicultura, Campo Alagado e Área Pantanosa, Formação Campestre, Pastagem, Lavoura Temporária, Áreas Não Vegetadas, e Córrego, que se distribuem ao longo dos 165,60 km².

Figura 4 – Uso e cobertura do solo ao entorno da Serra do Bauzinho



Fonte: Alos Pausar 2011; IBGE 2022. Org. BELCHIOR, M. V. C. 2024.

A análise do uso e ocupação do solo ao redor da Serra do Bauzinho revela uma predominância de lavoura temporária, que ocupa 81,13 km² (tabela 2) da área total, refletindo em sua relevância econômica. Em seguida, a pastagem é também um uso expressivo, com 48,75 km², indicativo das práticas agropecuárias da região. Conforme Nascimento (2006), a configuração do uso do solo nessas áreas está diretamente ligada ao valor econômico-social das atividades desenvolvidas, e essa organização espacial resulta em impactos ambientais, como a degradação dos recursos naturais, provocando mudanças socioambientais significativas na região.

Tabela 2 – Área total referente ao uso do solo

Uso e Cobertura do Solo	Área (km²)	%
Formação Florestal	15,504	9,362
Formação Savânica	3,981	2,404
Silvicultura	1,084	0,654
Campo Alagado	1,849	1,116
Formação Campestre	0,006	0,004
Pastagem	48,751	29,439
Lavoura Temporária	81,129	48,991
Áreas Não Vegetadas	12,565	7,588
Outras Áreas Não Vegetadas	0,456	0,275
Córrego	0,277	0,167

Org. BELCHIOR, M. V. C. 2024.

Na área de pastagem da área foram identificadas erosões lineares em forma de ravina, neste trabalho foi levado em consideração o conceito seguido por IPT (1986), onde é apontado que as ravinas são primariamente formadas pelo fluxo concentrado das águas de chuva, enquanto a transição para voçorocas ocorre com a exposição do lençol freático, levando à sua expansão e aprofundamento contínuos até alcançar um estado de equilíbrio dinâmico.

Para entender os solos da área foram realizadas análises granulométricas, e as texturais pelo triângulo Textural United States Department of Agriculture (USDA) com amostras coletadas na borda de uma erosão linear conceituada como ravina. E os resultados indicaram que os horizontes Ap1, Bw1, Bw2 e Bw3 foram categorizados como franco arenoso, enquanto o Ap2 foi classificado como franco argiloso arenoso.

A partir de um levantamento pedológico realizado por Calderano Filho et al. (2015), é possível afirmar que o solo predominante na área de estudo é o Latossolo Vermelho Escuro.

Os Latossolos vermelhos são conhecidos por sua cor intensamente avermelhada, uma característica derivada do alto conteúdo de ferro em seus óxidos, típico de materiais de origem bem drenados. Segundo a EMBRAPA (2019), esses solos são profundamente desenvolvidos e apresentam altos níveis de porosidade, variando entre 50 e 60%, o que facilita a infiltração e contribui para a boa drenagem. No entanto, Arraes, Bueno e Pissara (2010) apontam que o uso inadequado dessas terras pode intensificar o escoamento superficial, tornando-os propensos a ravinamento e, eventualmente, à formação de voçorocas extensas.

A ravina está localizada nas coordenadas -18.76654, -49.53740, em uma área de pastagem (figura 4). A erosão possui 169m de comprimento e compreende uma largura variando de 8 a 20 metros, nas áreas mais largas foi possível identificar pegadas de gado, um indicativo de que aquele local é um trajeto utilizado por esses animais, podendo assim, acelerar o processo erosivo.

O pisoteio do gado pode acarretar na compactação do solo e na aceleração de processos erosivos. De acordo com Karmann (2001), o pisoteio de animais leva à redução da infiltração de água no solo, aumenta o escoamento superficial, o que pode resultar em processos erosivos e assoreamentos de cursos d'água.

Além disso, o clima da região também pode influenciar esses processos. Alves (2023) aponta que as condições climáticas do município são propícias à ocorrência de processos erosivos, especialmente durante os meses chuvosos, devido ao aumento da desagregação e à redução da coesão aparente do solo. Em tais condições, as áreas desmatadas são particularmente vulneráveis, danos mais intensos durante os períodos de chuva.

6. Considerações Finais

Este estudo amplia a compreensão das características físicas do solo ao redor da Serra do Bauzinho, incluindo declividade, hipsometria, textura do solo e tipos de solo. Os dados coletados são essenciais para informar as práticas de manejo do solo, envolvendo a mitigação dos processos erosivos e o aprimoramento da gestão de recursos naturais.

Para promover um manejo eficaz, sugere-se a aderência de técnicas como curvas de nível artificial, e nas erosões, o uso de barreiras naturais como bambu e sacos de areia. Tais medidas são propostas para conter o escoamento superficial e proteger áreas mais susceptíveis à erosão, contribuindo para a conservação do solo.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Programa de Educação Tutorial, ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pelo apoio financeiro ao grupo.

Referências

AB'SÁBER, A. N. O domínio dos cerrados: introdução ao conhecimento. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 111, n. 4, p. 41-55, 1983.

ALVES, T. D. **Análise dos aspectos fisiográficos da bacia hidrográfica do córrego São José, município de Ituiutaba/MG**. 2023. 130 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38780>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ARRAES, L. C.; BUENO, C. R. P.; PISSARRA, T. C. T. Estimativa da erodibilidade do solo para fins conservacionistas na microbacia do Córrego do Tijuco, SP. **Bioscience Journal**. v. 26. n. 6. Uberlândia, 2010. p. 849-857.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2018. 355 p.

Rosa, R. **Introdução ao sensoriamento remoto**. 5 ed., Uberlândia: EDUFU, 2003, 228p

BOJÓRQUEZ-TAPIA LA, CRUZ-BELLO GM, LUNA-GONZÁLEZ L. Connotative land degradation mapping: a knowledge-based approach to land degradation assessment. **Environmental Modelling & Software** 2013; 40: 51-64. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1364815212002071?via%3Dihub>>. Acesso em: 10/09/2024.

CALDERANO FILHO, B. et al. Levantamento pedológico do Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais. **ResearchGate**, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280684156_Levantamento_pedologico_do_Municipio_de_Ituiutaba_Estado_de_Minas_Gerais>. Acesso em: 10/09/2024.

COSTA, R. A.; MARTINS, F. P. Impactos e riscos ambientais urbanos em Ituiutaba-MG. In: PORTUGUEZ, A. P.; MOURA, G. G.; COSTA, R. A. (Org) **Geografia do Brasil Central: Enfoque Teórico e Particularidades Regionais**. Uberlândia: Assis, 2011. p. 355-378.

DEL GROSSI, S. R. **De Uberabinha a Uberlândia**. Os caminhos da natureza – Contribuição ao Estudo da Geomorfologia Urbana. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1991.

DÉSTRO, G. F. G.; CAMPOS, S. SIG-Spring na Caracterização do Uso dos Solos a partir de Imagens do Satélite Cbers. **Energia na Agricultura**, Botucatu, v. 21, n. 4, p. 28-35, 2006.

DUTRA, T. D.; PEREIRA, K. G. O. Relevos Residuais no Município de Ituiutaba-MG: Aspectos Geomorfológicos. In: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 12., 2018, Crato. **Anais...** Crato: [s.n.], 2018. Disponível em: <<http://www.sinageo.org.br/2018/trabalhos/1/1-399-2201.html>>. Acesso em: 10/09/2024.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Agência de informação Embrapa: Bioma Cerrado. Latossolos, 2019. Disponível http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_96_10112005101956.html. Acesso em: 20 ago. 2024.

FUSHIMI, M. **Vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares nas áreas rurais do município de Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c055620b-3ca7-426b-80c5-be32aeb7d38d/content>>. Acesso em: 10/09/2024.

GALIANA-MARTÍN L, KARLSSON O. Development of a methodology for the assessment of vulnerability related to wildland fires using a multi-criteria evaluation. **Geographical Research**. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-5871.2011.00718.x> >. Acesso em: 10/09/2024.

KARMANN, I. Ciclo da água: água subterrânea e sua ação geológica. In: TEIXEIRA, W. (Org.). **Decifrando a terra**. São Paulo: Oficina de Texto, 2001. p. 116-166.

PEDRO MIYAZAKI, L.C. Elaboração da carta de compartimentação geomorfológica para estudo do relevo na área urbana de Ituiutaba (MG). **Espaço em Revista**, v. 19, p. 1-20, 2017.

PEDRO MIYAZAKI, L. C.; BENTO, L, C, O. O relevo residual “Serra do Corpo Seco” e o seu potencial como patrimônio geomorfológico do município de Ituiutaba/MG. In XII Simpósio Nacional de Geomorfologia (SINAGEO). 12, 2018, Crato. **Anais [...]**, 2018. Disponível em: <https://www.sinageo.org.br/2018/trabalhos/5/5-285-467.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PERUSI, M. C.; CARVALHO, W. A. Comparação de Métodos para Determinação da Estabilidade de Agregados por Vias Seca e Úmida em Diferentes Sistemas de Uso e Manejo do Solo. **Geociências**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 197-206, 2008.

QUEIROZ, F. L. L. **Aspectos da Dinâmica Hidrossedimentológica e do Uso e Ocupação do Solo na Bacia do Córrego Arapuá (MS)**. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS.

Ross JLS. Landforms and environmental planning: Potentialities and Fragilities. **Revista do Departamento de Geografia**. 2012; p. 38-51.

SILVA, A. M. DA; SCHULZ, H. E.; CAMARGO, P. B. DE. **Erosão e Hidrossedimentologia em Bacias Hidrográficas**. São Carlos: Rima, 2 ed., 2007.

PRÁTICAS EDUCATIVAS

GEOMITOLOGIA COMO FERRAMENTA DE POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOLÓGICO⁶⁸

Stephanie Janaína Melchior
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: Stephanie.melchior@ufu.br

Lilian Carla Moreira Bento
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: liliancmb@ufu.br

Resumo: O conhecimento geológico sempre foi alvo da curiosidade da humanidade que tentou, de diferentes maneiras e em contextos históricos distintos, explicar fenômenos geológicos. Quando restrito ao meio acadêmico, tal conhecimento acaba se tornando muito complexo e de difícil entendimento. Nesse sentido, cresce a proposição de que esse conhecimento seja trabalhado não só a partir dos saberes geocientíficos, mas também dos saberes populares, aí se inserindo a Geomitologia. Esta deve ser entendida como o estudo que busca evidenciar a relação entre eventos geológicos e a mitologia. Tendo em vista que o planeta Terra apresenta uma geologia variada, com rica e diversa Geodiversidade, questionamentos como: até que ponto a Geografia de um local interfere na construção dos mitos? Países mais instáveis, do ponto de vista geológico, possuem uma riqueza maior de geomitos? A partir dessas questões surgiu o objetivo geral deste trabalho que é o levantamento dos geomitos brasileiros, em especial os que tenham correlação com a formação de quedas d'água. A justificativa é que esses elementos da Geodiversidade se distribuem por todo o território brasileiro e são locais muito atrativos e visitados, possuindo grande potencial didático. Acredita-se que, seja no ensino formal, não formal e informal, os geomitos correspondem a um tipo de narrativa com grande capacidade de conectar e despertar o interesse das pessoas sobre a temática da geologia. A pesquisa, com abordagem teórica, encontra-se na fase inicial de desenvolvimento e será realizada por meio das seguintes etapas: *i*- revisão sistemática, *ii*- leituras e fichamentos das obras pertinentes ao tema e *iii*- correlação do saber científico com o popular. Espera-se, a partir dos resultados obtidos, incentivar formas alternativas de ensino e a popularização do conhecimento geológico, deixando-o ao alcance de todos.

Palavras-chave: Mitologia; geologia; disseminação.

Agradecimentos: Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica.

⁶⁸ Texto elaborado a partir da pesquisa intitulada “Geologia e geomitologia no Brasil: o conhecimento geológico ao alcance de todos”.

ABORDAGEM COLABORATIVA PARA A APRENDIZAGEM: GRUPO DE ESTUDOS PET GEOGRAFIA ⁶⁹

Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares Rodrigues⁷⁰

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: sarah.rodrigues@ufu.br

Alessa Silva Ferreira⁷¹

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: alessa.ferreira@ufu.br

Lukas Gabriel Augusto Pereira⁷²

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: lukas.augusto@ufu.br

Arthur Zonzin Stefaneli⁷³

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: Arthur.stefaneli@ufu.br

Isabelle Sampaio ⁷⁴

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: is4belle.sampaio21@gmail.com

Éder Ribeiro Dantas Filho⁷⁵

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: ederzini_@ufu.br

Graziella Zayda Araujo de Souza Carvalho⁷⁶

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: graziella.carvalho@ufu.br

⁶⁹ Texto elaborado a partir da atividade desenvolvida no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia) da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal

⁷⁰ Discente do curso de graduação em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia);

⁷¹ Discente do curso de graduação em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia).

⁷² Discente do curso de graduação em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia).

⁷³ Discente do curso de graduação em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia).

⁷⁴ Discente do curso de graduação em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia).

⁷⁵ Discente do curso de graduação em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia).

⁷⁶ Discente do curso de graduação em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia).

Gabriel Arthur dos Santos Oliveira⁷⁷
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: gabriel.arthur@ufu.br

Jeane Medeiros Silva⁷⁸
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: jeanegeo@yahoo.com.br

Resumo: Grupos de estudo podem ser entendidos como um conjunto de indivíduos que se unem para compartilhar conhecimentos e aprofundar sua compreensão sobre um tema específico, por meio de discussões e atividades conjuntas. O principal objetivo da realização de grupos de estudos é promover uma aprendizagem mais efetiva e significativa, por meio de leituras e troca de conhecimentos. Neste sentido, o Programa de Educação Tutorial – PET Geografia desenvolve uma atividade voltada para a comunidade acadêmica para a realização de leituras e debate dos clássicos da geografia, com o objetivo geral de promover uma compreensão aprofundada das teorias e conceitos fundamentais que moldaram o campo. No que tange aos objetivos específicos, este visa fomentar o pensamento crítico entre os participantes e possibilitar uma análise reflexiva das leituras. Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, esses incluem: 1) Divulgação nas redes sociais com intuito de disseminar a ação e atingir diferentes camadas da comunidade acadêmica; 2) Realização de encontros semanais para a leitura e discussão coletiva dos trechos, com foco na interpretação e aprofundamento em questões teóricas; e 3) Ao final do livro escolhido, realização de palestra sobre a temática. Até o momento, os resultados parciais indicam um engajamento significativo dos membros do grupo. O primeiro livro escolhido para o estudo refere-se à "A Produção Capitalista do Espaço" de David Harvey, onde, até o momento, durante as sessões, os participantes exploram o que é o capitalismo, buscando entender o Marxismo e abordando suas versões ortodoxas e heterodoxas. As discussões têm revelado a relevância das teorias marxistas na compreensão das dinâmicas espaciais contemporâneas, destacando a importância de uma leitura crítica do espaço produzido pelo capitalismo. Por fim, ainda que a atividade esteja em desenvolvimento, observa-se que o grupo de estudos tem alcançado seus objetivos iniciais, contribuindo para a formação de uma base teórica sólida entre os participantes. A continuidade do grupo é vista como fundamental para a consolidação dos conhecimentos adquiridos e para a ampliação do debate sobre outras obras clássicas da geografia.

Palavras-chave: Grupo de Estudos; Debates; Leituras.

Agradecimentos: Agradecemos ao Programa de Educação Tutorial PET Geografia Pontal da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal pelo suporte para realização da atividade.

⁷⁷ Discente do curso de graduação em Geografia e Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia).

⁷⁸ Docente do curso de graduação em Geografia e Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET Geografia).

O PAPEL DO EDUCADOR NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NAS ESCOLAS

Maria Eduarda Braga Marcondes⁷⁹

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: maria.marcondes1@ufu.br

Aline Andressa Bervig⁸⁰

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: aline.bervig@ufu.br

Resumo: O Educador é o principal pilar transformador da sociedade, é responsável pela diversidade e inclusão nas escolas. Responsável também por criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e respeitoso, onde todos os estudantes se sintam valorizados e pertencentes, independentemente de suas origens, identidades e ou características. Por tanto, o educador precisa ir além do ensino tradicional e adotar uma postura pedagógica que valorize as diferenças e promova a equidade. Que significa conhecer e compreender as diversas realidades de seus alunos, buscando adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades de cada um deles. Além disso, o educador deve estar disposto a se atualizar constantemente e a buscar novas ferramentas e metodologias que contribuam para a construção de um ensino mais inclusivo. A formação prolongada é essencial para que os educadores possam desenvolver as competências necessárias para trabalhar com a diversidade em sala de aula. É preciso que os professores sejam capacitados para identificar e lidar com preconceitos, estereótipos e discriminações, promovendo o diálogo e a construção de uma cultura escolar mais justa e equitativa. Ao promover a inclusão e a diversidade, o educador não apenas contribui para o desenvolvimento integral de seus alunos, mas também forma cidadãos mais conscientes, críticos e engajados com as questões sociais. A escola, enquanto espaço de construção do conhecimento e de formação de valores, tem um papel fundamental na promoção da igualdade e da justiça social. No entanto, a construção de uma escola inclusiva enfrenta desafios como a falta de recursos, a formação insuficiente dos professores e os preconceitos enraizados na sociedade. É fundamental que as políticas públicas educacionais ofereçam suporte aos educadores, investindo em formação continuada e em recursos pedagógicos adequados. Logo, este texto teve como objetivo principal mostrar o papel do educador na implementação de políticas de diversidade e inclusão, como já dito no título, com a metodologia de revisão bibliográfica, feita com os textos disponibilizados em aula.

Palavras-chave: Inclusão; políticas de diversidade; educação.

Agradecimentos: Agradeço a Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal pelo suporte e oportunidade de apresentar este trabalho e ao incentivo da Professora Aline Bervig para a produção do mesmo.

⁷⁹ Discente do curso de graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

⁸⁰ Docente do Programa de Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal.

A MAQUETE COMO MATERIAL DIDÁTICO PARA ENSINO DE EROSÕES LINEARES

Maria Eduarda Braga Marcondes⁸¹

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: maria.marcondes1@ufu.br

Leda Correia Pedro Miyazaki⁸²

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: lecpgeo@gmail.com

Resumo: As erosões são feições esculturadas na superfície terrestre oriunda de processos físicos que através do desgaste seletivo ocasionam incisões no solo decorrentes dos agentes externos (água, vento, mar e gelo). Elas causam a perda e desagregação dos solos e das rochas, algo comum para o tempo geológico, no entanto, com a ação antrópica, como o manejo inadequado dos solos, desmatamento, perda de mata ciliar, a ocupação irregular de terras, entre outros, acabam acentuando este processo, acelerando-os. Assim, propõem-se neste trabalho abordar o ensino de geomorfologia na educação básica, por meio da elaboração de materiais didáticos com o intuito desenvolver práticas estimulantes e inovadoras para os alunos. Expressa-se através da elaboração de uma maquete representações das erosões lineares, concebendo a formação de sulcos, ravinas e voçorocas, além do efeito *splash* e nascente de curso d'água, onde se é possível demonstrar suas causas, tipos e impactos ambientais. O trabalho foi realizado primeiramente por meio de pesquisa e revisão bibliográfica sobre o tema erosão, processos e formas erosivas. O segundo procedimento foi a seleção de diferentes tipos de materiais para elaboração da maquete didática e a elaboração de um croqui para nortear a construção da maquete. Por último foi estruturado um plano de aula para auxiliar a utilização da maquete, visando a sua utilização durante as aulas de estudantes do ensino fundamental e médio. Os resultados parciais expõem a conclusão da maquete didática de erosões lineares, com a representação 3D das formas erosivas, processos e degradação do solo, tendo como pretensão de trabalhar de maneira lúdica o conhecimento geográfico geomorfológico, despertando nos alunos curiosidade para o aprimoramento do aprendizado teórico e prático, sobre os processos de erosões lineares. A produção destes materiais didáticos nas aulas de ensino geomorfológico permite com que os estudantes saiam do comum das aulas expositivas, permitindo uma interação dialogada entre professor e estudante, com uma interação constante, no qual o professor passa ter o papel de orientador. Assim, os estudantes ao elaborar a maquete em três dimensões (3D) desenvolvem a capacidade de transpor a linguagem textual (Conceitos e processo) para a representação tridimensional, destacando as formas e os registros decorrentes dos processos geomorfológicos e formas erosivas conceituadas nos livros. Por fim, espera-se esta maquete possa ser utilizada nas aulas de geografia física, principalmente em geomorfologia, já que ela nos permite abordar temas como sociedade e natureza, a degradação ambiental, formas e processos erosivos de uma maneira lúdica para um melhor absorção do conhecimento geográfico geomorfológico e para além espera-se incentivar os alunos a reproduzirem este processo de elaboração de maquetes, para se transpor o conhecimento de outros conceitos, sendo possível a absorção de conhecimento através de outra metodologia de ensino.

Palavras-chave: Ensino em geografia física; geomorfologia; material didático.

⁸¹ Discente do curso de graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

⁸² Docente do curso de Graduação em Geografia e do Programa de Pós -graduação em Geografia do Pontal.

Agradecimentos: Agradeço o auxílio do meu companheiro e das estagiarias da pós-graduação da disciplina de Fundamentos em Geomorfologia para a elaboração da maquete, a minha orientadora e professora Leda Miyazaki por sempre me apoiar e a Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal pelo suporte e oportunidade de apresentar este trabalho.

VIVÊNCIAS E REFLEXÕES PRELIMINARES EM ESCOLA-CAMPO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA⁸³

Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares Rodrigues⁸⁴

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil

e-mail: sarah.rodrigues@ufu.br

Adriano Rodrigues De La Fuente⁸⁵

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil

e-mail: adrianodelafuente@ufu.br

Resumo: O Estágio Supervisionado em Geografia é um pilar fundamental na formação de futuros professoras e professores, proporcionando um momento de imersão concreta na realidade escolar, bem como nas práticas pedagógicas. Ao vivenciar o ambiente escolar, o/a estagiário/a tem a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos até então, contribuindo para a construção de uma ponte entre a Academia/Universidade e a sala de aula/Escola-campo. Essa experiência é crucial para o desenvolvimento de habilidades e competências que serão essenciais para a sua atuação profissional docente. Diante disso, o presente trabalho objetiva apresentar algumas das observações realizadas ao longo das vivências em uma escola-campo localizada no Município de Ituiutaba, MG, Brasil e realizada e orientada pelos autores. Para elaboração do trabalho utilizou-se como procedimento metodológico levantamento bibliográfico, análise documental e anotações do diário de bordo, além das reflexões teóricas desenvolvidas nas aulas presenciais da disciplina. Importante acentuar que o estágio na escola se encontra em andamento, e, portanto, trata-se de resultados preliminares, porém demonstram que “esse momento” na vida do estudante da licenciatura, se apresenta como uma importante ferramenta para a construção da identidade do/a futuro/a profissional. As vivências semanais na escola-campo contribuem para a construção de uma visão mais atenta das singularidades e reflexões para pensar a complexidade da escola de forma mais crítica. Ademais, os resultados parciais indicam que o estágio se configura como uma experiência fundamental para a formação do/a professor/a de Geografia, proporcionando um contato direto com a prática didático-pedagógica, permitindo uma reflexão crítica dos estagiários sobre a própria função da educação. A caracterização da infraestrutura da escola analisada, revelou condições físicas variadas, apresentando salas de aula muitas vezes apertadas para o número de estudantes, além de pouco iluminadas, salas sem mobiliários, outras com mobiliários antigos, e alguns casos danificados. A biblioteca não apresenta um acervo paradidático de Geografia, com espaço limitado para os alunos desenvolverem atividades em coletivo. A escola possui quadra esportiva, porém necessita de reformas no piso, além de revisão no próprio projeto de localização, pois, provoca impactos no ambiente da sala de aula devido aos ruídos e barulhos advindos da prática de exercícios físicos. Em relação à acessibilidade, foram identificadas algumas barreiras arquitetônicas, como a falta de rampas em alguns pontos. As observações a partir da atuação no estágio evidenciaram além da questão estrutural como a reforma de laboratórios, outros aspectos de ordem didático-pedagógica a exemplo a identificação da necessidade de recursos tecnológicos e a promoção de formação continuada dos professores. Por fim, observamos que a escola necessita de um ambiente mais inclusivo, com ações para atender as necessidades de alunos com diferentes habilidades. Diante disso, estar no estágio tem demonstrado essencial para identificar algumas das principais necessidades da escola, contribuindo para um olhar

⁸³ Resumo elaborado a partir da realização da disciplina de Estágio Supervisionado em Geografia

⁸⁴ Discente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

⁸⁵ Docente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Coord. do estágio em Geografia e Coord. Pibid Interdisciplinar Geografia e História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

crítico sobre as suas condições estruturais e os eventuais impactos no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos que dela dependem.

Palavras-chave: Estágio; Geografia; Ambiente; Aprendizagem.

MAPEAMENTO DE CRIANÇAS VENEZUELANAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ITUIUTABA-MG

Paulo Lopes Filho
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: paulo.lopes.filho@ufu.br

Carlos Eduardo Modesto Silvestre
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: carlos.silvestre@ufu.br

Maria Estela Aparecida Gomes
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: maria.estela@ufu.br

Washington Matheus Camargo Araújo
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: washington.araujo@ufu.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo divulgar os resultados parciais de uma pesquisa que tenciona realizar o mapeamento das crianças venezuelanas matriculadas em escolas públicas do município de Ituiutaba-MG. Com a investigação, teremos uma base do quantitativo de crianças imigrantes venezuelanas presentes nessa região, assim como compreender os possíveis impactos no sistema educacional local. A pesquisa, ainda inicial, está sendo conduzida por meio de diferentes estratégias metodológicas como: o levantamento de dados quantitativos e qualitativos, que integra entrevistas com gestores escolares, professores e secretarias de ensino, além da análise de documentos escolares. Os resultados parciais indicam, até o momento, um aumento significativo no número de crianças venezuelanas nas escolas públicas da cidade, dados estes que refletem a crise socioeconômica enfrentada na Venezuela e a busca, dessas famílias, por melhores condições de vida. Os dados, ainda, dialogam com a maneira que essas crianças enfrentam diversos desafios, como a barreira linguística e as diferenças culturais, demonstrando assim, a necessidade de suporte psicológico devido à situação de deslocamento, muitas vezes forçado. O estudo também destaca a importância de políticas educacionais que promovam a inclusão dessas crianças no ambiente escolar, considerando suas particularidades e necessidades, gerando assim uma relação educacional e social multi e intercultural. Este trabalho de cunho multicultural reconhece o grande desafio que é alfabetizar e letrar mais que um aluno imigrante por sala, ao passo que deve-se considerar a polivalência do docente em meio as necessidades da sala e especificidades da região. A pesquisa evidencia, e por este motivo destacamos, a necessidade de implementação de cursos de formação especializada para educadores, visando capacitá-los a lidar com a diversidade cultural e linguística destes estudantes, além da criação de iniciativas didáticas que fomentem o estímulo, a convivência e a solidariedade entre alunos(as) de diferentes origens e etnias, temáticas que já são desafios presentes e abordados nos estágios de graduação em pedagogia. Em conclusão, o estudo e mapeamento das crianças venezuelanas em Ituiutaba pode evidenciar a

necessidade urgente de ações focadas na inclusão e no suporte educacional. Tais medidas são essenciais para garantir o direito à educação, além de promover um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, assegurando que essas crianças possam ingressar e permanecer no sistema público de ensino brasileiro de forma efetiva e digna.

Palavras-chave: Alunos venezuelanos; Crianças imigrantes; Ensino público.

A UTILIZAÇÃO DE MAQUETES DIDÁTICAS NO ENSINO DE GEOMORFOLOGIA: BACIAS HIDROGRÁFICAS

Ana Carolina Mariano Morais
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: ana.morais1@ufu.br

Isabelle Sampaio
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: is4belle.sampaio@ufu.br

Resumo: As maquetes didáticas são recursos pedagógicos que possibilitam a aproximação do estudante ao objeto de estudo por meio de uma experiência visual e tátil. Na geomorfologia, esse recurso auxilia na construção do conhecimento geográfico-geomorfológico, abrangendo formas de relevo, estruturas morfológicas, feições geomorfológicas e hídricas, entre outros aspectos. Neste trabalho, foi realizada a representação reduzida de uma bacia hidrográfica em uma maquete, com o objetivo de facilitar o processo de ensino-aprendizagem nas futuras aulas da disciplina e enriquecer a perspectiva e o conhecimento dos estudantes. Nesse sentido, a maquete didática foi idealizada em colaboração com a professora da disciplina de Fundamentos Teóricos e Metodológicos em Geomorfologia, cujos procedimentos metodológicos ocorreram da seguinte maneira: a) pesquisa e revisão bibliográfica sobre a temática; b) aulas da disciplina; c) confecção da maquete. Assim, esse recurso didático foi elaborado sobre uma base de isopor, estruturada e moldada com camadas de papel machê. Após o processo de estruturação, foi aplicado um revestimento com tinta de solo, possibilitando a aproximação com a realidade. Por fim, foram acrescentados todos os detalhes necessários para tornar a maquete lúdica e aproximá-la da realidade de uma bacia hidrográfica. Este trabalho resultou em uma representação fiel de uma bacia hidrográfica e suas feições hídricas, como nascente, foz, afluentes e canal principal, além de representar algumas feições geomorfológicas, como a cabeceira de drenagem em anfiteatro e vertentes côncavas, convexas e retilíneas. A maquete didática da bacia hidrográfica poderá servir como recurso didático-pedagógico para as futuras aulas da disciplina, facilitando a visualização do objeto de estudo e possibilitando a construção do conhecimento geográfico-geomorfológico pelos estudantes. Ao concluir este trabalho, destaca-se a importância de metodologias ativas e da confecção de materiais didáticos que favoreçam a visualização, tornando as aulas de geomorfologia mais atraentes e acessíveis para os alunos. Por fim, esperamos que o desenvolvimento deste trabalho não proporcione apenas uma representação visual, mas também enriqueça e contribua para as futuras aulas da disciplina.

Palavras-chave: Maquetes; Bacias hidrográficas; Metodologias Ativas.

Agradecimentos: Agradecemos a Prof. Dra. Leda Pedro Corrêa Miyazaki pela orientação durante o desenvolvimento do trabalho.

DA TEORIA Á PRÁTICA: A PRODUÇÃO DE MAQUETES COMO ESTRATÉGIA EDUCACIONAL NO ENSINO DE GEOMORFOLOGIA ⁸⁶

Lukas Gabriel Augusto Pereira ⁸⁷

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: lukas.augusto@ufu.br

Max Marinho ⁸⁸

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

e-mail: max.medeiros@ufu.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo a confecção de uma maquete que represente as diversas feições geomorfológicas fluviais, como rios meândricos, terraços aluviais, deltas, entre outras, resultantes dos processos dinâmicos que moldam a paisagem. A iniciativa foi desenvolvida no âmbito da disciplina de Fundamentos Teóricos e Metodológicos em Geomorfologia, considerando que o ensino de Geomorfologia, na esfera educacional, enfrenta uma abstração considerável, com frequente generalização dos conteúdos abordados. O objetivo geral deste estudo é construir uma maquete didática sobre o relevo fluvial e suas formas, visando auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, em consonância com as críticas de Lacoste (1988) sobre metodologias que reduzem o ensino de Geografia a um processo simplório e repetitivo. Esta proposta busca superar a prática de memorização e promover uma compreensão mais holística, conforme defendido por Guerra e Gomes (2023). Dentro deste contexto, a iniciativa inclui a produção de uma maquete tátil que represente cenários geomorfológicos fluviais, com destaque para a presença de um delta, dada sua importância dentro da dinâmica fluvial, e sua aplicação no ensino de Geomorfologia. A metodologia inclui as seguintes etapas: i) levantamento de referenciais teóricos sobre o ensino de Geomorfologia para fundamentar a abordagem didática; ii) montagem da maquete, utilizando tinta de solos, papel machê, uma base para exposição, entre outros materiais; iii) construção das feições geomorfológicas fluviais, como corpos d'água e diferentes formas de relevo, incluindo terraços, em consonância com o trabalho de Suertegaray (2008), que estuda e representa os diversos formatos da superfície terrestre; iv) elaboração de propostas para a utilização da maquete no ensino de Geomorfologia em disciplinas que envolvem a ciência geográfica. Espera-se, com os resultados, promover um ensino mais crítico e reflexivo, tornando as aulas de Geografia mais dinâmicas e atrativas para os estudantes. Ao fim do processo, espera-se que os estudantes sejam capazes de relacionar de maneira prática os conceitos abordados em sala de aula, melhorando sua compreensão sobre os processos geomorfológicos e sua influência na configuração do relevo.

Palavras-chave: Geomorfologia; Ensino-aprendizagem; Relevo fluvial.

Agradecimentos: Agradeço a Universidade Federal de Uberlândia por contribuir na promoção do XV GEOPONTAL & VII SINGEP e também agradeço a Professora Dr.^a Leda Pedro Correia Miyazaki em eu trabalho de orientação para a produção desse resumo.

⁸⁶O texto é estruturado a partir da motivação da Professora Dr.^a Leda Correia Pedro Miyazaki para a produção de diversas maquetes, abrangendo amplas áreas de estudo da Geomorfologia, como ferramenta para o ensino-aprendizagem.

⁸⁷Discente do terceiro período do curso de Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia- Campus Pontal, membro bolsista do PET Geografia e desenvolve pesquisa sobre o Ensino de Geologia e Racismo Ambiental.

⁸⁸Discente do terceiro período do curso de Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia- Campus Pontal.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Maria Tereza Silva
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: mariattslv@ufu.br

Resumo: A inclusão no ambiente escolar é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. Este trabalho, fundamentado em literatura acadêmica e nas aulas teóricas da disciplina de PROINTER 2, tem como objetivo geral discutir a importância da inclusão no contexto educacional, ressaltando como ela transforma a escola em um espaço onde todos são valorizados e motivados a participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem. Especificamente, aborda como a inclusão não apenas promove a igualdade, mas também enriquece a experiência de aprendizagem, permitindo que alunos com diferentes perspectivas e habilidades colaborem e aprendam juntos. Para proporcionar maior inclusão no ambiente escolar, é necessário que as escolas adotem práticas pedagógicas inclusivas, como adaptações curriculares, formação continuada para educadores e a utilização de recursos variados para atender às necessidades individuais dos alunos. Dentre esses recursos, destacam-se o uso de materiais didáticos diversificados e estratégias de ensino diferenciadas, fundamentais para criar um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade e promova a participação ativa de todos. A implementação de práticas inclusivas também desempenha um papel importante no desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. Ao interagir em um ambiente inclusivo, os alunos aprendem a respeitar as diferenças, a desenvolver empatia e a trabalhar em equipe, habilidades essenciais para a convivência em sociedade. Além disso, a formação de um espaço escolar acolhedor e respeitoso ajuda a combater preconceitos e discriminações, contribuindo para uma cultura de paz e solidariedade. Em suma, conclui-se que, ao promover um currículo inclusivo, os educadores não apenas atendem às necessidades dos alunos, mas também preparam todos os estudantes para uma vida que exige habilidades de convivência e colaboração. Assim, a prática inclusiva é vista como um pilar fundamental para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos.

Palavras-chave: Inclusão; educação; diversidade; igualdade.

Agradecimentos: À docente Aline, da disciplina PROINTER 2, expresseo gratidão pela orientação ao longo do desenvolvimento deste trabalho, cujas contribuições foram essenciais para a elaboração do texto.

PRÁTICAS EDUCATIVAS: ELABORAÇÃO DE MAQUETE DIDÁTICA PARA O ENSINO DO RELEVO DECORRENTE DA AÇÃO DOS VENTOS

Maria Tereza Rodrigues Brito
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: maria.brito4@ufu.br

Maria Tereza Silva
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: mariattslv@ufu.br

Leda Correia Pedro Miyazaki
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: lecpgeo@gmail.com

Resumo: As práticas educativas são métodos, estratégias e atividades utilizadas por diversos educadores para promover a melhor aprendizagem e a construção do conhecimento dos estudantes, neste texto que foi elaborado por meio da leitura de páginas dos livros “Decifrando a Terra- 2ª edição (2007), Terra – Feições ilustradas – 3ª edição (2008) e das aulas teóricas da disciplina de geomorfologia, abordaremos a maquete como uma prática educativa na geografia e nas demais disciplinas. Na Geografia, as práticas educativas com o uso de maquetes são uma metodologia pedagógica utilizada para promover a compreensão e o ensino das disciplinas de maneira mais prática, trabalhando a capacidade visual da observação, da leitura e interpretação de conceitos e habilidades manuais no momento de elaboração da maquete. A utilização de maquetes como material prático educativo tem se mostrado uma ferramenta bastante valiosa e eficaz em promover o aprendizado ativo e de maneira contextualizada, possibilitando aos alunos uma forma visual e tátil de explorar conteúdos. Além de um material excelente para a compreensão de diversos conteúdos, as construções de maquetes incentivam e afloram nos alunos sua criatividade e o trabalho em grupo, os colocando como os protagonistas do aprendizado. O objetivo do trabalho foi elaborar uma maquete das formas de relevo esculpidas pela ação dos ventos, sendo uma representação em três dimensões (3D) que represente as formas do relevo, que podem ser utilizadas desde uma maneira que expresse a demonstração visual das características de um terreno, registros encontrados na paisagem, como também a relação entre um relevo e a compreensão de processos geológicos que ocorreram em um tempo pretérito em nosso planeta. No trabalho de construção da maquete foram necessárias algumas etapas. A primeira teve início com uma aula teórica abordando os diversos tipos de formas de relevos e os processos responsáveis pela sua esculturação. Em seguida, os alunos foram divididos em grupos para que pudessem construir uma maquete para fins didáticos representando algumas dessas formações. Neste caso, foi selecionado o tema ação eólica e as formas de relevo resultantes. Os materiais utilizados incluíram areia, placa de isopor, papel, cola e ferramentas para auxiliar na modelagem da maquete, como tesoura e estilete. A próxima etapa foi a elaboração um croqui com as formas de relevo resultantes da ação dos ventos. Como resultado pode-se resaltar que a elaboração de maquete é uma forma didática diferente do Ensino tradicional pautado no texto e o uso de lousa, pois o conhecimento é construído com os estudantes desde o momento da pesquisa bibliográfica, no qual envolve leitura e interpretação dos conceitos e processos responsáveis pela formação dos relevos, além desenvolver a habilidade de transposição da linguagem textual para uma representação 3D, destacando morfologias importantes para o Ensino de Geomorfologia. Assim, foi

possível trabalhar os mecanismos, transporte e sedimentação como processos responsáveis pela formação de registros na paisagem. Também foi possível demonstrar na maquete as feições de dunas, com ênfase nas estacionárias e as migratórias, a deflação como um processo responsável pelo transporte de partículas de areia e poeira pelo vento, cujo resultado na superfície é o aspecto de partículas mais grosseiras. Em resumo, práticas educativas com a participação em grupo dos estudantes da disciplina de Geomorfologia a atividade didática de construção de maquetes proporciona uma abordagem pautada na construção do conhecimento cujo papel do professor é orientar o discente ajudando na transposição do conhecimento, ajudando na interpretação dos conceitos e processos e contribuindo de forma recíproca a representação das formas de relevo na maquete. Pode-se ressaltar que a atividade envolve os discentes na aula, sendo bastante eficaz, unindo a teoria e a prática. A utilização desse objeto na disciplina de geografia permite os alunos visualizarem diferentes aspectos geográficos de maneira tridimensional, facilitando a compreensão de diversos conceitos.

Palavras-chave: Maquete, relevo, ação eólica, dunas

Agradecimentos: Gostaríamos de expressar a nossa sincera gratidão a nossa docente Leda por sua orientação e apoio durante todo o processo de conclusão deste trabalho, suas sugestões e orientações foram fundamentais para o desenvolvimento do mesmo.

O ESTÁGIO DE DOCÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS EM GEOGRAFIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA⁸⁹

Letícia Costa Paranaíba⁹⁰

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: leticiacostaparanaiba@gmail.com

Tatiane Dias Alves⁹¹

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: tatianediasa@gmail.com

Maria Estela Aparecida Gomes⁹²

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: mariaestela845@gmail.com

Leda Correia Pedro Miyazaki⁹³

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: lecpgeo@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar as atividades desenvolvidas durante o Estágio de Docência na disciplina de “Fundamentos Teóricos e Metodológicos em Geomorfologia” do curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Os procedimentos metodológicos envolveram a leitura e fichamento dos textos da ementa da disciplina; acompanhamento e observação das aulas, da sala de aula e dos estudantes; planejamento de aulas e aplicação de regências; orientações aos alunos. O estágio teve início no mês de agosto e segue em andamento até o atual momento. Como resultados parciais, durante a disciplina, foram realizadas observações e atividades que contribuíram para a formação docente. As primeiras aulas ministradas pela professora abordaram os principais autores da Geomorfologia e suas principais teorias apresentadas de forma expositiva e com o uso de maquetes didáticas. Na sequência, foi aplicada a primeira avaliação teórica da disciplina e, posteriormente, realizada a correção da prova com os estudantes, promovendo uma oportunidade de esclarecimento de dúvidas. A estratégia adotada pela docente consistiu na correção das questões de forma oral e interativa, estimulando a participação dos graduandos. Ao final, foi solicitado que escrevessem as respostas completas no caderno, consolidando o aprendizado e permitindo uma autoavaliação do conhecimento adquirido. Posteriormente, iniciaram-se as regências das três pós-graduandas. A primeira aula abordou os temas de “Relevos Tabuliformes, Cuestiformes e Cársticos”, a

⁸⁹ Texto elaborado a partir da realização da disciplina de Estágio de Docência pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP).

⁹⁰ Discente Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

⁹¹ Discente Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

⁹² Discente Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

⁹³ Docente do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP)

segunda focou em “Relevos Dobrados, Falhados e Dômicos” e a terceira tratou de “Relevos Glaciais e Desérticos”, abordando conceitos e definições, gêneses de formação, principais formas e exemplos, utilizando recursos didáticos disponíveis no laboratório, como datashow, maquetes, rochas e minerais, quadro e giz. O anseio para as regências foi significativo e desafiador, pois demandou preparação, domínio de conteúdo e habilidade de comunicação. Como um dos critérios de avaliação da disciplina, os graduandos confeccionaram maquetes didáticas e resumos para a publicação no XV GEOPONTAL e VII SINGEP com temáticas de relevo cárstico, relevo desértico, relevo glacial, vulcão, bacia hidrográfica, rios e erosões, sendo acompanhados e orientados pela docente e estagiárias. Ademais, foi realizado um trabalho de campo próximo ao Rio Tijuco, com o objetivo de identificar, na paisagem, as compartimentações geomorfológicas, morfologias das vertentes, feições geomorfológicas e hídricas, além do uso e ocupação do solo registrado na paisagem. Portanto, o Estágio de Docência proporcionou uma rica vivência do ambiente acadêmico, com oportunidades de acompanhamento da confecção de maquetes didáticas e trabalho de campo, orientações de resumos para o evento, além da preparação e execução das regências, sendo fundamental para a formação das pós-graduandas.

Palavras-chave: Estágio de Docência; Relato de Experiência; Geomorfologia.

Agradecimentos: Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento as pesquisas de mestrado.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Tereza Rodrigues Brito
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail:maria.brito4@ufu.br

Aline Andressa Bervig
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 38408-100, Santa Mônica, Uberlândia-MG, Brasil
e-mail:aline.bervig@ufu.br

Resumo: Afinal, o que é inclusão? A inclusão consiste em um conjunto de práticas e ações que buscam a integração de pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial ou específica na sociedade. Neste resumo, trabalho sugerido pela docente Aline da disciplina PROINTER II, será discutido a importância da inclusão na educação básica. Para a educação básica, a inclusão é um dos principais pilares para a construção de um ambiente escolar mais justo e equitativo, é ela que garante o acesso e permanência de todos os alunos no ambiente escolar, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, socioeconômicas ou culturais. O processo de inclusão na educação básica vai muito além de uma simples inserção de alunos com algum tipo de deficiência ou necessidades especiais nas salas de aulas, é necessário a implementação por órgãos responsáveis de políticas inclusivas como mudanças nas estruturas das escolas para a melhor adaptação do aluno e a capacitação de professores e o uso de metodologias que permitam que todos os estudantes, com suas diferentes capacidades e talentos, possam participar ativamente. Com esse modelo educacional, é possível construir um ambiente com uma convivência bastante rica e respeitosa entre os alunos que, ao compartilhar o mesmo espaço social e as mesmas atividades disciplinares, os mesmos possam desenvolver habilidades sociais importantes como o respeito, a solidariedade e a cooperação uns com os outros. Por fim, podemos concluir que a inclusão não é somente um direito legal de todo ser humano como também é uma prática essencial para o desenvolvimento de um ambiente escolar igualitário e justo. Ao promover essas adaptações para a inclusão de todos os alunos, a escola consegue desempenhar um papel central na formação de cidadãos conscientes e que estarão preparados para lidar com as diversidades presentes na sociedade, construindo para eles e para as pessoas ao redor um futuro mais social e democrático.

Palavras-chave: inclusão; ensino básico; igualdade; diversidade;

Agradecimentos: Gostaria de enviar os meus sinceros agradecimentos a docente Aline Bervig da disciplina PROINTER II pela orientação durante a elaboração deste trabalho, seus ensinamentos foram de grande importância para a conclusão com êxito do mesmo.

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO AMBIENTE ESCOLAR

Roseli Alves Araújo Silva
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
roseliaraujo@ufu.br

Resumo: A pesquisa aborda os desafios e soluções para a inclusão de pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar, ainda em andamento. O objetivo desse artigo é identificar e apresentar técnicas e metodologias que promovam a inclusão efetiva de alunos com TEA. Entre os objetivos específicos, estão a análise das barreiras enfrentadas pelos educadores e a proposta de estratégias pedagógicas inclusivas. Os procedimentos metodológicos adotados envolvem uma pesquisa bibliográfica sobre o tema sobre práticas inclusivas, observações no ambiente escolar e metodologias utilizadas no ambiente escolar. Foram descobertas estratégias como o uso de materiais visuais, ferramentas tecnológicas e abordagens sensoriais, além de métodos como a Análise do Comportamento Aplicado (ABA) e o ensino estruturado. Os resultados parciais indicam que, embora haja conscientização sobre a necessidade de inclusão, a falta de capacitação adequada dos professores e a ausência de recursos pedagógicos adaptados ainda são grandes obstáculos. Ambientes educacionais que adotam as metodologias propostas observaram um avanço no engajamento e no desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com TEA. As considerações finais reforçam a necessidade de maior investimento em formação docente e em adaptações físicas e pedagógicas nas escolas, envolvendo um ambiente acolhedor e sensorialmente adequado. Ademais, destaca-se a importância da colaboração entre equipe escolar, família e aluno, garantindo uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão; TEA; ambiente escolar.

Agradecimentos: Agradeço, em primeiro lugar, aos meus orientadores, pela orientação e apoio indispensáveis ao longo da pesquisa. Agradeço também à minha família e amigos, pelo incentivo constante em cada etapa. Por fim, sou profundamente grato às instituições de ensino e pesquisa que disponibilizaram os recursos e o ambiente necessários para a concretização

REPRESENTAÇÕES DE MORFOLOGIAS DAS PAISAGENS GLACIAIS POR MEIO DE MAQUETE 3D⁹⁴

Caio Gomes Honório⁹⁵

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil
e-mail: caiog.honorio@ufu.br

Charlles Fratarri Ferreira⁹⁶

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil
e-mail: charlles.ferreira@ufu.br

Leoncio Saulistano Da Silva⁹⁷

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil
e-mail: leoncio.silva@ufu.br

Resumo: Este trabalho visa analisar e representar em três dimensões (3D) as características e dinâmicas das paisagens glaciais, focando na sua formação, evolução a partir de bibliografia que aborda essas formas de relevo. O procedimento metodológico se baseou nas etapas de fabricação da maquete, que por sua vez foi desenvolvida por um grupo de discentes sob orientação de um docente, além de momentos de estudo e revisão bibliográfica sobre a temática. A primeira etapa focou-se no estudo dos textos e dicionários que tratavam sobre morfologias do relevo de paisagens glaciais, cujos textos foram fornecidos durante as aulas. Após as orientações e a escolha das feições que seriam representadas partiu-se para o momento de moldar as morfologias nos isopores (materiais disponíveis para a elaboração da maquete), foram colados apropriadamente em três camadas onde foram esculpidas quatro montanhas que refletem a cenário glacial. Logo após, revestimos as montanhas com uma mistura de cola, água e papel diluídos (tipo de papel machê) que formam uma cobertura mais resistente, para acabamento final da maquete foi utilizado o gesso para em seguida ser pintada. Como resultado obteve-se uma maquete 3D que representou feições que permitissem entender o processo de erosão e o intemperismo que ocorrem nas geleiras, bem como as morfologias decorrentes deles, tais como formações glaciais, dentre eles morenas, fendas, fiordes e lagos de origem glacial, perfis montanhosos angulados e os processos erosivos que os formam. Por fim, este material didático possibilitou aos discentes desenvolver habilidades manuais, além de proporcionar um exercício de interpretação de textos acadêmicos e a transposição de uma linguagem textual para uma representação 3D. atores envolvidos, para a elaboração de um plano de ação que vise à superação dos problemas identificados.

Palavras-chave: Paisagens Glaciais, Maquete; Ensino de Geomorfologia

⁹⁴ Trabalho elaborado a partir da disciplina de Fundamentos Teóricos e Metodológicos em Geomorfologia

⁹⁵ Discente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

⁹⁶ Discente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

⁹⁷ Discente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

REPRESENTAÇÃO DO RELEVO CARSTICO EM FORMA DE MAQUETE DIDÁTICA COMO ESTRATEGIA PARA O ENSINO DE GEOMORFOLOGIA

Taylon Michel Alves da Silva
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: taylon.michel@ufu.br

Leda Correia Pedro Miyazaki
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: lecpgeo@gmail.com

Resumo: O conjunto de formas de relevo é moldado constantemente pelas águas em condições de subsuperfície é a paisagem cárstica. Nas aulas de geomorfologia essa paisagem tem despertado curiosidade e interesse nos processos responsáveis pela esculturação que resulta em morfologias tanto em superfície, quanto em subsuperfície. O uso de maquetes didáticas tem contribuído para a construção do conhecimento geográfico geomorfológico, principalmente relacionado ao relevo cárstico, pois uma maquete em 3 dimensões permite a observação de cada uma das feições. Assim, o objetivo deste trabalho foi elaborar uma maquete 3 D sobre o relevo cárstico tradicional e as principais feições. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: a) Pesquisa bibliográfica sobre o tema maquetes didáticas e relevos cársticos; b) Elaboração de um croqui da maquete com detalhes das principais feições esculpidas pela ação das águas subsuperficiais e superficiais, c) seleção de materiais para elaboração da maquete 3D. Como resultado obteve-se a representação em 3D da maquete de uma paisagem cárstica tradicional. Foi possível esculpir na maquete a representação de várias feições como, por exemplo, de uma caverna. Conforme Rossato et.al (2008) a caverna é uma feição presente em relevos cársticos em especial, áreas com presença de calcário, segundo os autores a mesma tem origem com comportamento da água no subterrâneo de maneira que ao percolar pelas rochas, fraturas e falhas, produz dissolução, em consequência viabiliza que esse fenômeno possa se estender horizontal ou vertical, sendo condicionada por diaclases, plano de estratificação e falhas. Já Kohler (1994) referencia-se na definição conforme a União Internacional de Espeleologia, que afirma que cavernas são vazios endocársticos, estes sendo todos condutos subterrâneos que permita o acesso do ser humano. Outra feição geomorfológica são as dolinas de acordo Rossato et.al (2008) são feições em formato de depressões circulares ou elípticas, elas possuem tamanho variado, com potencial 1 metro a mais de 1000 metros de largura e sua profundidade de poucos centímetros a mais de 10 metros, além disso, os autores estimam pelo menos 3 classificações de dolinas com base nas suas formas: balde, funil e bacia. As uvalas segundo Kohler (1994) é a junção entre duas ou mais dolinas são responsáveis por depressões com fundo abrutalhado, possibilitando a ocorrência de um ou múltiplos sumidouros, permitindo que em alguns períodos essas abriguem lagoas temporárias, outra característica visível é a sua forma de flor. Por fim, foram representadas feições típicas da dissolução de minerais por intemperismo químico, sendo as estalactites, estalagmites, colunas e condutos. Todas essas formas são decorrentes do processo de carstificação, no qual a dissolução de determinados tipos de rochas ocorre devido à constante presença de água. Considera-se que a atividade prática, que envolveu a construção da maquete didática, em três dimensões (3D), propiciou trabalhar o conteúdo “feições esculpidas em relevos cársticos tradicionais,” visto em sala de aula, de uma forma mais agradável e didática, assim podemos estimar que houve aprendizado do conteúdo de forma dinâmica, pois para um bom desenvolvimento da maquete foi necessário realizar o estudo prévio de textos científicos para aprofundar sobre a temática selecionada, além de proporcionar ao discente a experiência de como trabalhar e preparar conteúdo desenvolvendo a habilidade de leitura, interpretação e transposição de um texto para uma representação 3D.

Palavras-chave: maquete, relevo cárstico, ensino

Agradecimentos: Agradeço a Professora Leda Correia Pedro Miyazaki pelo apoio e a todos os demais colegas que ajudaram de alguma forma.

INFLUÊNCIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES NA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES EM GEOGRAFIA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG, BRASIL⁹⁸

Victor Hugo José Mirrha Rodrigues⁹⁹
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
victormirrha@outlook.com

Adriano R. De La Fuente¹⁰⁰
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 38408-100, Santa Mônica, Uberlândia-MG, Brasil
adrianodelafuente@ufu.br

Resumo: A precarização do trabalho docente é um problema crescente que compromete a qualidade da educação brasileira. Em Ituiutaba-MG, essa realidade se manifesta de forma evidente nas condições de trabalho dos professores de Geografia, afetando diretamente a aprendizagem dos alunos. Motivado pela experiência como estagiário em escolas públicas do município, este estudo tem como objetivo principal identificar as influências das condições de trabalho dos professores de Geografia na aprendizagem dos alunos. Especificamente, busca-se: compreender as razões que levam à desvalorização da profissão docente em Ituiutaba-MG; analisar os impactos da precarização do trabalho docente no processo de ensino e aprendizagem de Geografia, e avaliar as consequências da precarização para a qualidade da educação pública no município. Para alcançar esses objetivos, será realizada uma pesquisa qualitativa, com base em um levantamento teórico sobre a precarização do trabalho docente no contexto brasileiro e internacional, as políticas educacionais neoliberais, a formação de professores e o papel da Geografia na transformação social. Além disso, será aplicado um questionário semiestruturado aos professores de Geografia da rede municipal de Ituiutaba-MG. Estudos prévios sobre a temática indicam que a sobrecarga de trabalho, a remuneração inadequada, a falta de infraestrutura e a desvalorização social da docência são fatores que contribuem para a precarização do trabalho docente e, conseqüentemente, para a deterioração da qualidade do ensino. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para uma melhor compreensão da realidade dos professores de Geografia em Ituiutaba-MG e para a discussão sobre a qualidade da educação básica em um contexto mais amplo. Além disso, os achados poderão subsidiar a formulação de políticas públicas que visem à valorização do trabalho docente e à melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Precarização. Trabalho Docente. Geografia Escolar

Introdução

A crescente precarização das condições de trabalho dos professores tem se configurado como um dos principais desafios para a educação brasileira, comprometendo significativamente

⁹⁸ Trabalho elaborado a partir da atuação como estagiário em escola pública na disciplina de Estágio Supervisionado

⁹⁹ Discente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

¹⁰⁰ Docente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Coord. do Estágio em Geografia e Coord. Pibid Interdisciplinar Geografia e História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

a qualidade do ensino e a aprendizagem dos estudantes. Em Ituiutaba-MG, essa problemática se manifesta de forma acentuada, especialmente na área de Geografia, onde as condições precárias de trabalho dos docentes impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem.

Motivado por esse contexto a partir da experiência no estágio supervisionado em Geografia como estagiário em escolas públicas localizadas no município, o presente estudo proposto como objetivo principal investigar as influências das condições de trabalho precárias dos professores de Geografia na aprendizagem dos alunos. Mais especificamente, pretende-se: a) compreender as raízes da desvalorização profissional, ou seja, analisando as causas da desvalorização da profissão docente no contexto local, identificando os fatores históricos, sociais e políticos que contribuem para essa situação. b) investigar os impactos da precarização, a partir da análise das consequências da precarização do trabalho docente sobre as práticas pedagógicas dos professores, a motivação dos mesmos e a qualidade do ensino de Geografia apresentado. c) Analisar as relações entre as condições de trabalho e a aprendizagem em Geografia, verificando como as condições de trabalho geralmente precárias influenciam o desempenho dos estudantes em Geografia, assim como, a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades básicas. E por fim, d) Avaliar as implicações para a educação pública, identificando as consequências da precarização do trabalho docente para a qualidade da educação pública em Ituiutaba-MG, considerando aspectos como a evasão escolar, desempenho nas avaliações externas e a formação crítico-cidadã dos estudantes.

Estudos prévios sobre a temática apontam para uma série de fatores que contribuem efetivamente para a precarização do trabalho docente, tais como: sobrecarga de trabalho, remuneração insuficiente, falta de recursos materiais e pedagógicos, desvalorização social da profissão, além de um contexto de reformas educacionais que priorizam a gestão empresarial e a padronização do ensino em uma perspectiva tecnicista.

Espera-se que os resultados desta proposta de pesquisa possam contribuir para uma compreensão mais aprofundada da realidade dos professores de Geografia no Município de Ituiutaba-MG, evidenciando as interconexões entre as condições de trabalho, a qualidade do ensino e o processo de ensino e aprendizagem para além da própria Geografia. Além disso, os achados deste estudo, poderão subsidiar a formulação de políticas públicas mais justas e equitativas, que valorizem o trabalho docente e garantam as condições adequadas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos, sobretudo, para as camadas populares que mais necessitam de uma educação transformadora.

Metodologia

A pesquisa, de natureza qualitativa, combinará análise do discurso e levantamento de dados por meio de questionários semiestruturados aplicados a professores de Geografia da rede municipal de Ituiutaba-MG. O referencial teórico abará estudos sobre precarização do trabalho docente, políticas educacionais, formação de professores e o papel da Geografia na sociedade. O objetivo é compreender as percepções dos professores sobre suas condições de trabalho e os impactos dessas condições na prática pedagógica, contribuindo para a discussão sobre a qualidade da educação.

Aporte teórico

Quando pensamos em avanços, inevitavelmente precisa-se pensar em educação, pois é a partir dela que a humanidade concilia ideias passadas com práticas presentes e por consequência desenvolver o futuro. Ao abordar sobre educação Rodrigues; Silva e Sousa (2019) afirmam;

A educação é a maneira pela qual a humanidade encontrou para fazer com que o conhecimento seja transmitido de uma geração à outra, mantendo vivas as formas de comportamentos valorizados (ou suprimindo os valores considerados inferiores) e o aperfeiçoamento das atividades responsáveis pela produção da existência. É por meio dela que a memória de um povo permanece viva e dá as condições da sobrevivência material e espiritual. Ela é fundamental para a socialização e humanização do ser humano (Rodrigues; Silva; Sousa. 2019. P.g. 350).

Neste sentido podemos dizer que a educação é o que dá base para o ser humano e para a sociedade. Foi através dela que nós chegamos aonde estamos e é através delas que dia após dia, novas descobertas são realizadas e mudanças ocorrem em todo o mundo.

A educação é intrínseca ao homem, e esteve presente desde a gênese de sua vida. Enquanto os animais dependem apenas do instinto e da experiência individual para adquirir conhecimento, os seres humanos possuem três fontes fundamentais de aprendizado, que incluem a herança biológica, essencial para o desenvolvimento de características humanas como linguagem e pensamento; a experiência individual, que contribui para a cultura e história; e a experiência humana, onde as gerações passadas transmitem conhecimentos, habilidades e cultura para as gerações futuras, permitindo a criação e reprodução de aptidões ao longo do tempo (Mello, 2004).

Apesar da educação ser a base que se constrói o desenvolvimento humano e consequentemente o social, existe (principalmente na atualidade) uma contradição: a peça principal deste processo, o professor, tem visto seu papel ser gradativamente desvalorizado.

Enquanto a educação possibilita avanços, o porta voz da educação para as novas gerações enfrenta uma severa desvalorização de seu trabalho.

Neste sentido, autores como Enguita (1991) dizem que a precarização docente se dá pela falta de valorização do docente, que com o passar do tempo perdeu o controle sobre sua produção dentro da escola e se vê refém do estado ou de empresários que controlam o monopólio educacional brasileiro.

Já no âmbito do ensino de geografia, Cavalcanti (2006) discorre sobre a informação na atualidade estar colocando em xeque a percepção espacial em um nível na qual conceitos clássicos como espaço e por isso a geografia passa a ser uma disciplina desvalorizada.

Em conjunto a isso, Lacoste (2012) complementa dizendo que em sua gênese, a geografia é um instrumento para guerra e dominação e que por conta disso nunca foi interessante difundi-la adequadamente para as grandes massas.

Resultados e discussão

Os resultados obtidos preliminares em outras pesquisas realizadas considerando outras realidades, demonstram que a precarização do trabalho docente em Ituiutaba-MG pode ter tem consequências diretas para a qualidade do ensino de Geografia. As condições de trabalho precárias, a falta de recursos e a desvalorização profissional contribuem para a desmotivação dos professores e dificultam a implementação de práticas pedagógicas ativas e inovadoras.

Além disso, a sobrecarga de trabalho e a instabilidade no emprego podem impedir os professores de se dedicarem à cursos de formação continuada, ou seja, manter-se atualizados. Consequentemente, os alunos são privados de um ensino de qualidade, com oportunidades de desenvolver habilidades e competências essenciais para a vida em sociedade.

Diante disso, os resultados deste estudo poderão contribuir com a literatura que aponta para a necessidade de políticas públicas que valorizem a profissão docente, garantam melhores condições de trabalho e invistam na formação continuada dos professores.

Considerações Finais

Ao evidenciar a necessidade de políticas públicas que valorizem a profissão docente, garantindo condições de trabalho dignas, a presente pesquisa poderá concluir que a desvalorização do trabalho docente tem consequências diretas para a qualidade da educação, afetando a aprendizagem dos estudantes, portanto, impactando diretamente no desenvolvimento da sociedade como um todo. Portanto, acredita-se que a desvalorização do trabalho docente tem consequências diretas na qualidade da educação, já que impacta na motivação dos professores,

na forma de lecionar, gerando um desgaste entre professor, instituição e estado. Por conta disso, entende-se que a desvalorização profissional gera um ciclo que afeta toda a sociedade, pois, como já foi afirmado, a educação está na gênese da sociedade, e tem o professor e o aluno como sujeitos fundamentais no processo ensinar e aprender.

Referências

CAVALCANTI, L. de S. et al. **Formação de professores: concepções e práticas em Geografia**. Goiânia: Editora Vieira, 2006.

ENGUITA, M. F **A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização**. Revista Teoria da educação, n. 4, Porto Alegre: Pannonica, 1991. p. 41-61.

LACOSTE, Y. **A geografia-isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Papirus, 2005.

MELLO, S. A. **Algumas implicações pedagógicas da escola de Vygotsky para a educação infantil**. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 16–27, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644097>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RODRIGUES, A. C.; SILVA, J. J. C.; DE SOUSA, N. S. **Mudanças sociais e mal-estar docente: escola, passado e presente e novas exigências para os professores e professoras**. Momento-Diálogos em Educação, v. 28, n. 1, p. 349-366, 2019.

UMA ANÁLISE DO DISCURSO RELIGIOSO DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Victor Hugo José Mirrha Rodrigues
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: victormirrha@outlook.com

Jeane Medeiros Silva
Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas- ICH
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: Jeane.silva@ufu.br

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos religiosos em livros didáticos de geografia no século XIX a partir de uma das obras publicadas no período. Para isso, foi realizado uma análise discursiva a partir do livro “Compendio de Geographia Universal: Dedicado á mocidade brasileira” com autoria do conde de Beaurepaire, utilizando abordagens qualitativas e históricas para investigar como a religião moldava o conhecimento geográfico. A metodologia se baseou na análise documental e em um corpus discursivo, considerando o contexto histórico e as influências socioculturais do período. Os resultados revelam a forte presença de termos religiosos e perspectivas cristãs e euro centradas, como “sagrado” “Jesus Christo” e “Pagãos” no discurso do autor. Observou-se também que a religião tem um papel fundamental na metodologia de ensino do autor, além disso, a geografia é tratada de forma teocêntrica, com Deus sendo o criador. Conclui-se que a influência religiosa era marcante em livros didáticos do século XIX, instituindo uma forte habilitação cultural que ainda ressoa na percepção da Geografia do senso-comum.

Palavras-chave: Livro Didático; Ensino de Geografia; Religiosidade.

Introdução

A chegada dos jesuítas ao Brasil marcou o início de um sistema educacional razoavelmente estruturado, desde a perspectiva de seu propósito (catequese, formação religiosa e preparatório para o ensino superior); a catequese era para a conversão de indígenas e filhos dos colonos, e o restante do ensino formal era para os filhos dos proprietários. Com auxílio da Bíblia e o *Ratium Studiorum*¹⁰¹, os jesuítas adotaram metodologias que perduraram por quase 200 anos e compreendiam estudos de filosofia, matemática, cosmologia e teologia (Saviani, 2007). Nessa época, a Geografia ainda não era um saber explícito, e era utilizada como um conhecimento complementar às demais disciplinas durante as preleções (Silva, 2012). Com a chegada de influências iluministas, trazidas pela corte do rei D. João VI, em 1808, ao Brasil, as primeiras academias de ensino superior foram criadas, e, nesse contexto, a Geografia passou a

¹⁰¹ Também conhecido como "Ratio", este é o conjunto de diretrizes educacionais e metodológicas da atividade educacional dos jesuítas.

ser uma disciplina regular em uma dessas instituições (Academia Real Militar do Rio de Janeiro, 1810). Essa inclusão formal da Geografia abrangia conhecimentos sobre a terra, produções cartográficas, agricultura e náutica. A partir disso houve uma crescente organização de aulas avulsas e particulares de Geografia, e o início da produção de livros didáticos publicados (Silva, 2024), o que possibilitou um melhor entendimento sobre como a disciplina era abordada naquele contexto histórico. Especificamente nesta pesquisa, nosso objetivo é analisar a presença e influência de aspectos religiosos no Ensino de Geografia através da investigação de livros didáticos do século XIX e seu impacto para a História da Geografia Escolar.

Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada na pesquisa consistiu na análise discursiva do livro didático “*Compendio de Geographia universal: dedicado á mocidade brasileira*”, utilizando abordagens qualitativas e históricas para investigar a representação e a influência desses aspectos religiosos no ensino de geografia durante a primeira metade do século XIX. Esta análise foi conduzida por meio de técnicas de pesquisa documental visando compreender a contextualização e o impacto das narrativas religiosas na construção do conhecimento geográfico na época, em uma perspectiva discursiva. A escolha deste livro didático se deu pela relevância que o mesmo possuía no período, que foi medida através da análise de anúncios em jornais do recorte temporal escolhido.

Aporte teórico

O texto didático é uma forma de discurso na qual ficam evidentes os aspectos socioculturais do tempo histórico em que foi escrito. Para conseguirmos nos aprofundar a respeito do conteúdo, é necessário fazermos uma análise discursiva daquilo que está escrito. A respeito do discurso, Fernandes (2021, p. 11) afirma:

Inicialmente, podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística.

Já Silva (2006, p. 165) complementa que:

Os elementos fonológicos, morfológicos e sintáticos da língua são as bases materiais do discurso, pois “o discurso pressupõe o linguístico”. Contudo, só criticamente a Análise do Discurso se apropria da Linguística, principalmente desestabilizando o aspecto de subjetividade elencado pelas teorias da

enunciação, isto é, o sujeito falante, pleno de sentidos imanentes, posto que, para a Análise do Discurso, a língua humana nem é abstrata, nem individual.

Para Courtine (2009, p. 54), um corpus discursivo é definido como um conjunto de sequências discursivas que são organizadas segundo um plano específico. Essa materialidade discursiva é estruturada conforme as condições de produção do discurso. As Condições se referem aos contextos e fatores que influenciam a criação dos discursos. Em seu artigo, Sergentini (2005, p. 5) ainda complementa dizendo que “[...] o corpus de análise passa, então, a ser composto por textos variados, de diversos gêneros e que circulam em diferentes suportes sobre um mesmo tema, conceito ou acontecimento.”

No que diz respeito ao autor do livro didático, Mello (1895) afirma que o Conde de Beaurepaire tinha o posto de tenente real, era um cristão fervoroso e ajudou Dom Pedro I a expulsar portugueses que eram contra a independência nacional. Foi comandando de armas do estado do Piauí e após a morte de sua esposa foi para o Rio de Janeiro, onde escreveu sua obra e ficou até falecer no ano de 1835 aos 67 anos.

Resultados e discussões

Ao analisar o livro, nota-se um expressivo volume de menções a termos como “sagrado”, “bárbaros”, “Christo” e “igreja”. Temos que pensar que o livro didático analisado é um produto de seu tempo, ou seja, pertence a um espaço temporal em que ciência e religião ainda se comunicavam.

Entre os Cometas cujo curso he calculado, o mais notável he o que os Pagãos chamarão de Julio Cezar, e os primeiros Christãos de Jesus-Christo; porque, segundo aquelles, seguiu-se á morte do Dictador d’este nome; e precedêo, segundo os outros, o Nascimento do nosso Redemptor (Um General do Exército, 1835, p. 33).

O uso dos termos "Pagãos" e "primeiros Christãos" nos mostra a perspectiva cristã eurocêntrica, comum nos textos da época, posicionando o cristianismo como a principal forma de interpretação do mundo. O termo "Pagãos" refere-se a religiões não-cristãs. Levando em consideração o período histórico que a obra foi escrita, talvez seja certo afirmar que “pagão”, para os católicos era uma espécie de ofensa, ou diminuição de outras crenças que não o catolicismo. A designação de "Jesus-Christo" como "nosso Redemptor" sublinha a centralidade de Cristo na vida e na educação do período, reforçando a ideologia pregada na época. Em um contexto cristão, os cometas eram vistos como manifestações da vontade divina. Eles podiam ser interpretados como sinais de Deus, vinculados a eventos históricos significativos relacionados à narrativa bíblica, como o nascimento de Jesus Cristo;

E, tendo nascido Jesus em Belém de Judéia, no tempo do rei Herodes, eis que uns magos vieram do oriente a Jerusalém, 2 Dizendo: Onde está aquele que é nascido rei dos judeus? porque vimos a sua **estrela** no oriente, e viemos a adorá-lo. (Matheus 2:1).

Após isso, somos direcionados ao tópico “Da Geographia política, histórica e geológica” Onde o autor discorre que a geografia é uma ciência que tem o dever de compreender a política, história, costumes e região de um povo e que para auxiliar neste conhecimento é utilizado da chorographia e da topografia. Em seguida, nota-se;

Deos dividio o globo em duas grandes partes: a Terra e o Mar. A primeira he a habitação do homem; ella produz com abundancia as plantas e as fructas que servem para o seu alimento, e para o dos animaes. A segunda contem os peixes; e serve para fazer communicar os povos entre si, por meio da navegação. (Um General do Exército, 1835, p. 37).

Neste trecho, observa-se que Deus é visto como o criador e organizador do mundo, com cada parte da criação tendo um propósito específico. A ordem natural e os recursos do mundo são interpretados como manifestações da vontade divina. O trecho começa afirmando que "Deus dividiu o globo", o que coloca Deus como a figura central e ativa na criação do mundo. Essa visão é teocêntrica, onde Deus é a fonte e o centro de toda a existência.

A terra é descrita como "a habitação do homem" e um local que "produz com abundância as plantas e as frutas que servem para o seu alimento, e para o dos animais". Isso sugere que a terra foi criada especificamente para beneficiar a humanidade e os animais, refletindo a ideia de que Deus providencia tudo o que é necessário para a sobrevivência das suas criaturas. Ao escrever assim, o autor distingue a forma como a ciência é uma extensão do conhecimento cristão.

Considerações Finais

Entende-se que os livros didáticos da primeira metade do século XIX carregavam uma forte influência religiosa, presente desde a gênese da educação brasileira. Essa influência se manifesta principalmente na polifonia cristã, amplamente identificada nos autores da época. As consequências dessa herança religiosa podem ser observadas até os dias atuais, especialmente no ensino de disciplinas como geografia nas escolas. Tal continuidade evidencia como os valores e as visões de mundo cristãs moldaram e ainda moldam o currículo educacional, exigindo uma reflexão crítica sobre seu impacto no contexto contemporâneo.

Agradecimentos

Gostaria de expressar meus agradecimentos, primeiramente, à FAPEMIG pelo financiamento desta pesquisa, que tornou tudo possível. Meus agradecimentos também à minha orientadora, Professora Doutora Jeane Silva Medeiros, que me guiou neste processo de aprendizagem e me fez perceber a riqueza da análise do ensino de geografia e suas origens. Agradeço, ainda, a toda a equipe do GeoPontal por disponibilizar tempo e espaço para a apresentação deste estudo, contribuindo para sua realização e divulgação.

Referências

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil** Campinas: Autores Associados, 2007.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Trilhas Urbanas, 2005.

GENERAL DO EXÉRCITO, Hum official. **Compendio universal de geographia: Dedicado á mocidade brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: LOJA DE EDUARDO LAEMMERT, 1835. 1-294 p. v. 1.

GENERAL DO EXÉRCITO, Hum official. **Compendio universal de geographia: Dedicado á mocidade brasileira**. ed. Rio de Janeiro: LOJA DE EDUARDO LAEMMERT, 1835. 1-194 p. v. 2.

SILVA, J. M. **A bibliografia didática de Geografia: história do pensamento do ensino de Geografia no Brasil (1814-1930)**. 2012. 414 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2012.

POTÊNCIAS ESTRUTURAIS EDUCATIVAS: ATIVIDADES, AÇÕES E PROJETOS NUMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NOS PLANEJAMENTOS ANUAIS DO PET (RE) CONECTANDO SABERES, FAZERES E PRÁTICAS 2022/2024¹⁰²

Cássio Duarte Ferreira¹⁰³

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social- FACES
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: cass.ferreira.251993@gmail.com

Jussara dos Santos Rosendo¹⁰⁴

Universidade Federal de Uberlândia-UFU
Instituto de Ciências Humanas do Pontal- ICHPO
Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG
e-mail: jussara.rosendo@ufu.br

Resumo: Entre as paredes sociais engendradas pelo capitalismo, se encontra estruturadas a formação numa visão na ótica da interseccionalidade que Collins (2021) discorre para movimentação das políticas públicas numa perspectiva de totalidade, efetividade linkando classe, raça e gênero. O presente artigo tem o objetivo de realizar um debate crítico, dialético e reflexivo sobre as práticas, atividades e as ações do o grupo PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas. Tais análises possibilitam uma maior potência do como este grupo busca dar visibilidade à instituição de ensino da qual faz parte. A metodologia do trabalho foi embasada na revisita de todas as ações do grupo realizadas durante o recorte temporal de 2022 a 2024 para perceber que tais ações abarcam a questão da intersecção de classe, raça e gênero. Portanto, o procedimento metodológico considerou um referencial teórico a partir da temática atrelada às práticas educativas, extensionistas e de pesquisa do grupo PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas em consonância com os preceitos do Programa de Educação Tutorial. Portanto, a partir do aporte teórico direcionado a este artigo, pretende-se avaliar o papel deste grupo PET, bem como sua atuação na promoção da Ciência, que é um dos pilares construtivos Universidade Pública, gratuita e de qualidade. Os resultados da pesquisa são considerados como um achado importante para a teoria proposta, para assim, compreender que tal discussão não termina neste artigo, e que, para além do exposto, se propõe pensar que existem vários outros caminhos para se pensar o ensino, a pesquisa e a extensão no viés da interseccionalidade.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Saberes; Educação.

1. Introdução

¹⁰² Artigo completo que abarca uma revisão teórica sobre o planejamento das ações do PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente entre os anos 2022 até 2024 numa ótica interseccional entre classe, raça e gênero.

¹⁰³ Estudante de Serviço Social, ativista pelo movimento Afronte pesquisador das áreas de gênero, religiosidade e decolonialidades e bolsista pelo PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente.

¹⁰⁴ Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) ou Discente Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEP) e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

O saber como um formato potencializador traz consigo norteadores para entender um processo pedagógico integrativo dentro do que todos entendem como práticas educativas. Tais práticas, na sua finalidade conseguem uma “[...] que forma, informa e transforma, simultaneamente, o sujeito e suas circunstâncias” (Franco, 2008, p. 111), sendo assim, trazendo em conjunto a teoria da Interseccionalidade como ferramenta de construção de saberes que busca “[...] desenvolver consciência crítica sobre a maneira como as identidades individuais e coletivas refletem e organizam os domínios da estrutura de poder pode mudar uma vida” (Collins, 2021, p. 214).

No processo de construir saberes interseccionais diante da dimensão de classe, raça e gênero, é possível fazer com que a “[...] identidade individual é moldada por múltiplos fatores que se destacam diferentemente de um contexto social para o outro” (Collins, 2021, p. 188), com isso, também, se constrói uma coletividade que é possível assim se formalizar, identificar outras formas de conhecimento dentro de um território. Portanto, esses processos de edificação do saber relacionado à interseccionalidade traz em si, o estranhamento “[...] é um espaço da possibilidade pedagógica: o estranhamento, a angústia, as dissonâncias demonstram que há ainda um espaço para a construção de um fazer significativo” (Franco, 2008, p. 111).

Trazendo esse contexto do saber e da intersecção neste âmbito, o Programa de Educação Tutorial (PET) diante da Lei 11.180 de 23 de Setembro de 2005 (Brasil, 2005), é possível então entender que o PET¹⁰⁵ dentro dessa resolução, como um programa interdisciplinar, consiste na criação de vários saberes, garante uma formação ampla para quem faz parte, como também, para quem esta acompanhando o programa. Enfatizando, o PET como um programa que traz a potencialidade das pedagogias, elenca no seu manual como complemento da “[...] formação acadêmica, procurando atender mais plenamente às necessidades do próprio curso de graduação e/ou ampliar e aprofundar os objetivos” (Brasil, 2014, p. 4).

Portanto, diante dessa construção de saber interseccional que traz classe, raça e gênero, O PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas ¹⁰⁶no seu engendramento, formula ações, atividades e projetos dentro do seu planejamento anual que perpetua esses fatores para além do saber disseminado, e assim uma possibilidade de entender a realidade complexa diante dos que acompanham o mesmo na sua execução. Elencando esse conjunto de ações, o artigo em si, trará elementos fundamentados que dispõe, enfatiza e conclui uma pratica de saberes que traz a

¹⁰⁵ Programa de Educação Tutorial (PET): a partir de um projeto Lei de 2005, se firmou o Programa de Educação Tutorial (PET) nas Universidades Públicas como uma resposta para a formação acadêmica de forma ampliada e totalizadora.

¹⁰⁶ PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas: Programa de Educação Tutorial escolhido para fazer o artigo, e, viabilizar as potencialidades construídas a partir das ações, atividades e projetos pensados nessa perspectiva.

interseccionalidade para o debate, possibilitando assim, um programa que dissemina ensino, pesquisa e extensão de forma mais integralizada e de forma crítica.

2. Procedimentos metodológicos

O presente artigo traz como procedimentos metodológicos, um referencial teórico a partir de livros, artigos, revistas sobre a temática, bem como, uma revisitação documental dos relatórios anuais do grupo PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas nos anos de 2022 até 2024. Esses dois métodos, potencializaram as características da pesquisa no sentido de aprofundar e enfatizar a questão da interseccionalidade nas ações, atividades e projetos do grupo diante dos documentos. Com isso, é possível entender que na pesquisa documental:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico (Gil, 2002, p. 46).

e

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (Gil, 2002, p.47).

Diante dessas pontuações marcantes que trazem a pesquisa documental atrelada à pesquisa bibliográfica, pode-se dizer que o fortalecimento da pesquisa trará caminhos profundos numa perspectiva crítica e integral da pesquisa diante da interseccionalidade como uma investigação da pesquisa, procura-se entender que:

Quando usada como uma forma de práxis crítica, a interseccionalidade se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana. Na família e no emprego, como atores institucionais em escolas públicas, faculdades, universidades e organizações religiosas, como lideranças comunitárias e de movimento de base, cidadãos e cidadãos comuns recorrem às ideias da interseccionalidade para orientar sua prática (Collins, 2021, p. 51-52).

Tais referenciais teóricos, diante da temática, virão de livros bases, artigos de periódicos, revistas. Portanto, terá um aprofundamento bem enfatizado sobre a temática para ajudar no entendimento das ações, atividades e projetos do PET. Diante da revisão bibliográfica

interligada ao documental presente nos arquivos do grupo, será de entendimento “[...] as estratégias de ampliação do acesso à educação escolarizada, em todos os níveis da política educacional, ainda não configuram um efetivo processo de universalização do acesso a esta política” (Social, 2012, p. 39). Enfatizando que o documento será de extrema potência para um pensar educacional a partir da interseccionalidade.

3. Aporte teórico

A partir do campo da Educação como uma ótica de libertação, direito e transgressão, há de se entender o que é trago no título do presente artigo como “Potências estruturais educativas”, e, com isso, pensar nessas três palavras quando se pensa num engendramento de que tipo de formação, de orientação, de informação que queremos passar e/ou deixar diante desse campo que aos longos dos anos se encontra num limbo grotesco de não acessibilidade de direitos, como também, de um ensino discursivo/narrativo ainda eurocentrado.

A partir dessas três palavras, há de enfatizar aqui a potência da narrativa criada para o campo da Educação como uma forma de possibilitar novas pontes, novos muros para além daquela Educação técnica, insuficiente e que não é acessada por vários atores da sociedade quando se pensa na intersecção de classe, raça e gênero, e assim dizer que:

As narrativas são um aspecto fundamental para os processos de aprendizagem e podem acontecer nos contextos das diferentes áreas do conhecimento. Como criamos espaços para que elas possam se dar na complexidade? As narrativas são manifestadas e construídas de diferentes maneiras. As modalidades das narrativas orais (relatos, casos, contos, investigações) podem ser ativadas também por diversas linguagens: sonoras, visuais, audiovisuais, corporais, musicais, literárias – textos escritos, histórias em quadrinhos, livros ilustrados (relação palavra/imagem, histórias sem palavras/livros imagens) (Barbieri, 2021, p. 75).

Na capacidade de enxergar outra forma de saber diante das narrativas para além do saber que é imposto pelo sistema capitalista, há a possibilidade de uma perspectiva que caiba perceber que o ensinar tem suas complexidades diante de quem está sendo ensino, com isso, pode visualizar que:

Paulo Freire considerava que as pedagogias que limitam o entendimento da justiça social eram regidas pelo que chamou de “concepção bancária da educação”. Essa concepção se refere a práticas pedagógicas pelas quais estudantes dominam o conhecimento “pronto”, os fatos e os modos de pensar que os fazem se encaixar em um *status quo* desigual (Collins, 2021, p. 213).

Essa forma de educação eurocentrada, branca impõe/oculta e não deixa perceber os traços óbvios da interseccionalidade nos territórios em que o capitalismo produz uma educação

que não é para todos, enfatizando que a “[...] abordagem bancária da educação pode reforçar as desigualdades sociais existentes, fazendo com que alguns estudantes tenham mais oportunidades que outros” (Collins, 2021, p. 213), sendo assim, colocando uma Educação para poucos, criando um critério de “mérito” como discurso narrativo para desfavorecer os corpos em relação à classe, raça e gênero.

Portanto, o papel da interseccionalidade nessa ótica da construção de ações, atividades e projetos educativos dentro do grupo PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas¹⁰⁷, é mostrar essa educação que dialoga com os corpos invisibilizados dentro do sistema do capital, e assim, evidenciar que historicamente:

A memória de si não seria isolada, dependendo do relacionamento que temos com instituições, grupos, família, religião e classe social de acordo com Eclea Bosi, convergindo para o questionamento de Foucault. Bosi também indica que a memória do indivíduo estaria amarrada a memória do grupo, não sendo talvez possível delimitar com clareza aonde começa uma e termina a outra. A memória individual seria de certa forma uma construção social, um posicionamento dialógico entre a memória de quem narra e a memória do grupo ao qual se pertence. A memória seria enfim, “*constitutivamente social, histórica, cultural e simbólica*”, não existindo uma “*memória puramente individual*” e sim um “*imbricamento de vozes sociais*”, cabendo a quem narra a tarefa de gerenciar as múltiplas vozes que intermediam o escrever sobre si (Teixeira, 2013, p. 1-2).

Essas memórias desses corpos persistem, existem e são construídos, porém, de forma a não ter tanto protagonismo quando se trata de uma educação que inclui todas as potencialidades de todos os atores que estão imersos nessa educação que focaliza uma educação tecnicista, e, com isso, não deixando a margem para explorar temáticas, demandas que existem no campo da Educação como um território interseccional, complexo, dinâmico e de dissidências¹⁰⁸ que fogem da construção universalizada da educação, contudo:

A partir daí os temas são organizados e classificados segundo um quadro geral de ciências. Isso não significa, porém, que sejam vistos, na futura elaboração do programa, como uma fragmentação do conhecimento ou departamentos estanques, sem qualquer ligação entre um e outro tema. Freire relata, apenas, a importância de uma divisão mais específica de um tema sem abrir mão de um enfoque da totalidade (Linhares, 2008, p. 10149).

Tais temas, demandas e novas óticas de engendramentos nos territórios educacionais a partir de uma educação que seja inclusiva, crítica, democrática e que seja equitativa (trazendo a perspectiva interseccional), possibilita então, criar o espaço para o espaço dos corpos-atores,

¹⁰⁷ PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas: abreviação do nome do grupo que coloco como nota para o entendimento de toda a comunidade por ser um nome muito extenso.

¹⁰⁸ Dissidência: essa palavra cabe aqui como um fator de reconhecer corpos que fogem da “normalidade”. Corpos que estão presentes na sociedade, mas, que resistem e querem sair das margens da sociedade.

suas construções a partir de suas vivências, experiências, assim, podendo trazer uma educação que potencialize e dialogue com os mesmos. Evaristo (2020) no livro de organização intitulado “*Escrevivência: a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*” elucida o conceito de escrevivência para o espaço da educação como uma forma de reconhecer os corpos que nela estão quando se pensa a intersecção de classe, raça e gênero, podendo entender que para ela:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada. (Evaristo, 2020, p. 30).

Diante do conceito de Escrevivência enfatizado nas escritas de Evaristo (202), é possível trazer outras práticas educativas, outras formas de aprender, outras formas de saber, e assim, o PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas dissemina um saber interdisciplinar, multidiverso para transparecer essa essência que a interseccionalidade trará para abrilhantar suas ações, atividades e projetos. Essa forma de saberes traz para o campo da Educação, o reconhecimento dos corpos que não estão inseridos nas normas da sociedade, corpos esses que foram colocados de escanteio; corpos estes que na sua inserção, causam incomodam para o sistema, e assim, dizer que será elencado e enfatizado junto a parte documental de análise do grupo PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas, um importante forma de enxergar tais proposições que será discorrida nos resultados e discussões deste presente artigo.

4. Resultados e Discussões

A partir da análise documental entre os anos de 2022/2024, foram analisados relatórios escritos pelo grupo como parte da potencialidade da pesquisa sendo eles: “A UNIVERSIDADE: Possibilidades e Desafios”¹⁰⁹(2022), “Projeto UFU NA ESCOLA”¹¹⁰(2022), “III PET

¹⁰⁹ Relatório que foi feito no ano de 2022 pelo grupo após a volta presencial das aulas na UFU. que está disponível no site Google Drive do PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas: https://docs.google.com/document/d/1QZ5BPRIvxoWM6IKiIEO5jG0mZhmUJxi06ngT3JnIWhk/edit?usp=drive_link

¹¹⁰ Relatório que foi feito no ano de 2022 pelo grupo após a volta presencial das aulas na UFU, e, executado na Escola Estadual Israel Pinheiro em Ituiutaba (MG), que está disponível no site Google Drive do PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas: https://docs.google.com/document/d/1tB9bQGEz2FmyYeqImOCnPIJ9Iya_5FCU/edit?usp=drive_link&ouid=116401958783746276891&rtpof=true&sd=true

CONSCIENTIZA”¹¹¹(2022) e “*ENCONTRO TÉCNICO-CIENTÍFICO: teoria, práxis e socialização de ideias*”¹¹²(2023), buscando relacionar com a parte teórica central deste artigo, buscou de forma coesa e coerente entrelaçar aos ideais da teoria da interseccionalidade traga no título deste artigo, bem como, na força da teoria no seu corpo também. Com isso, e de se trazer diante de tais documentos a potência que o PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas tem pra construir um saber interdisciplinar dentro da comunidade acadêmica da universidade da qual está inserida.

Portanto, é de se trazer através do processo de aprendizagem e visibilidade de direitos para aqueles estudantes no sentido de classe, foi feito um evento a partir de construção do grupo que traz esse viés de disseminação de informação, de possibilidades, acesso, pertencimento e permanência dentro da universidade, e assim, entendendo que “[...] a práxis crítica, também constitui característica importante da investigação interseccional – que está atenta à intersecção das relações de poder e é vital para resistir à desigualdade social” (Collins, 2021, p. 52), contudo, propagando a ideia de aniquilamento da desigualdade social trazida, a atividade intitulada “*A UNIVERSIDADE: Possibilidade e Desafios*” (2022) que ocorreu na UFU de Ituiutaba/MG trouxe um momento importante para a perspectiva de estudantes de baixa renda de escolas públicas da cidade de Ituiutaba/MG. Esta atividade também propagou as formas de ingresso, de acesso e permanência da instituição, e com isso, potencializando a perspectiva de classe que estes estudantes se encontram, a atividade propôs novas perspectivas para se pensar o ingresso de estudantes que não conseguiam enxergar a universidade como uma possibilidade de continuidade de estudos. Os desafios desta ação trouxe a problemática do não ingresso por tais estudantes da rede pública de ensino regular acerca do ensino superior público com o não conhecimento da instituição que ocorreu a atividade, e assim, pensar que para um acesso a esta política de forma a ver como uma construção de identidade individual, crescimento pessoal vem com a:

Interseccionalidade e a educação crítica parecem compartilhar três pontos: ambas se baseiam em tradições filosóficas mais amplas de democracia participativa; ambas trabalham, sobretudo, coma escolaridade e a educação formal como principal lugar institucional de sua prática; e, tanto para uma

¹¹¹ Relatório que foi feito no ano de 2022 pelo grupo numa atividade em coletivo com os outros PETs da UFU do Campus Pontal, Ituiutaba (MG), que está no site Google Drive do PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas: https://docs.google.com/document/d/1n2g7exvNXFa9c2OZb42kjrME32j_XZd6BuWtPdZrDXA/edit?usp=drive_link

¹¹² Relatório que foi feito no ano de 2023 pelo grupo numa atividade em coletivo com outros PETs da UFU do Campus Ponta, Ituiutaba (MG), que está no site Google Drive do PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas: https://docs.google.com/document/d/1HywXVvXilQnUYoTl6C57PNezs8WeZFo-5KZmuZoi74/edit?usp=drive_link

como para a outra, navegar pelas diferenças é arte importante do desenvolvimento da consciência crítica (Collins, 2021, p. 221).

Outra atividade que se encontra nesta perspectiva de classe diante da teoria da interseccionalidade foi o projeto intitulado “*UFU NA ESCOLA*” (2022), trazendo uma ótica de conhecimento sobre a UFU dentro das escolas, o projeto diante do grupo foi desenvolvido em vários momentos, ficando uma importante ação que visa trazer estes estudantes de baixa renda para a universidade, contudo, o projeto no seu relatório num momento enfatizou que “[...] através do PET que terão contato com esses jovens da escola básica, visando sanar dúvidas, informações e o “conversar de aluno para aluno” irá motivar mais a aproximação dos jovens à universidade” ((Re) conectando, 2022, p. 3). Estas duas ações que traz a questão de classe, teve como objetivo central enfatizar a inclusão de estudantes de escolas públicas, e, trazer a noção de pertencimento e reconhecimento diante do que é a Universidade, não tendo desafios ou embates diante das ações.

A teoria da interseccionalidade nas ações que o PET (Re) Conectando saberes, fazeres e práticas, pode elencar a questão de raça e gênero nas atividades que ocorreram propostas pelo grupo no evento anual intitulado “*III PET CONSCIETIZA*” (2022) onde foi feita a atividade cultural e interventiva sobre a cultura afro-brasileira, pesquisadores negros (os) e ativistas na luta antirracista. A interseccionalidade nas atividades do grupo PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas permite refletir que existem vários corpos que são territórios políticos em movimento dentro da universidade, é de se elencar que “[...] essa partilha entre os corpos-territórios é de extrema relevância ao passo que, ao permitir a alteridade, acentua-se a necessidade de trazer para a evidenciação as diversas experiências corporais” (Miranda, 2020, p. 73).

Trazendo a partir destes corpos diversos, plurais na universidade, elenca-se na intersecção na ótica do gênero a atividade “*ENCONTRO TÉCNICO-CIENTÍFICO: teoria, práxis e socialização de ideias*” (2023), trouxe no seu encerramento no dia 29 de Agosto de 2023 a mesa redonda sobre a mulher na ciência, enfatizando o corpo feminino dentro da universidade, bem como, as dificuldades, experiências e trajetórias que foram tragas pelas lideranças femininas dos PETs (RE) conectando saberes, fazeres e práticas, Mais Saúde e Matemática.

Este evento se obteve uma questão que apresentou uma dificuldade diante da representação de professoras mulheres negras dentro da universidade de execução da ação, permitindo uma reflexão potente sobre a ausência de corpos negros na universidade naquele período. Essas ações, projetos e eventos é de convite a pensar uma forma pedagógica que

interliga a tríade (ensino, pesquisa e extensão) que perpassa ao grupo PET (RE) conectando saberes, fazeres e práticas diante de todos os seus planejamentos anuais, fazendo com que “[...]a Educação é o caminho que possibilitará reflexões e elucidações que precisam ser democráticas, progressistas e que não reforcem opressões. A Educação precisa ser engajada, humana e que desperte uma consciência crítica e comprometida contra todas as formas de injustiças sociais” (Simões; Verbicaro; Dos Santos, 2022, p. 3).

Contudo, são de ciência que exista mais outras ações que o grupo em si faz nesta perspectiva de acionar a teoria da interseccionalidade nas suas ações enquanto um grupo interdisciplinar que na sua centralidade discute questões étnico-raciais.

5. Considerações Finais

Em considerações sobre o artigo em questão, fica para continuidade entender que o PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas fortalece essa ideia em correlação com a teoria para mostrar à universidade que a compõe, o tamanho da cientificidade que o grupo consegue disseminar tanto dentro da própria instituição de execução de suas ações, bem como, para fora dela, nos eventos nacionais, nos congressos, revistas, etc. Portanto, esse debate não se desgasta em apenas neste artigo confeccionado por um integrante do grupo, mas sim, por toda a coletividade que o PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas consegue disseminar a partir dos projetos, das pesquisas, das parcerias, dos integrantes e de todo o corpo em movimento para fora das portas da Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal, em Ituiutaba/MG.

Também, é de propósito entender que o PET no seu cerne que visa ensino, pesquisa e extensão dentro de uma perspectiva da interseccionalidade, permitiu entender que o grupo PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas, tende a ter esse viés de atuação nas suas atividades e ações que são as bases pilares do quando se pensar ciência dentro da universidade.

Referências

Arquivos documentais

(RE) CONECTANDO, PET saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. **A UNIVERSIDADE: Possibilidades e Desafios**. Drive Google, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, MG, 2022. Acesso em: 05/09/2024. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1QZ5BPRIvxoWM6IKiIEO5jG0mZhmUJxi06ngT3JnIWhk/edit?usp=drive_link

(RE) CONECTANDO, PET saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. **Projeto “UFU NA ESCOLA”**. Drive Google, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, MG, 2022. Acesso em: 05/09/2024. Disponível em:

https://docs.google.com/document/d/1tB9bQGEz2FmyYeqImOCnPIJ9lya_5FCU/edit?usp=drive_link&ouid=116401958783746276891&rtpof=true&sd=true

(RE) CONECTANDO, PET saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. **III PET CONSCIENTIZA**. Drive Google, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, MG, 2022. Acesso em: 05/09/2024. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1n2g7exvNXFa9c2OZb42kjrME32j_XZd6BuWtPdZrDXA/edit?usp=drive_link

(RE) CONECTANDO, PET saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. **ENCONTRO TÉCNICO-CIENTÍFICO: teoria, práxis e socialização de ideias**. Drive Google, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, MG, 2023. Acesso em: 05/09/2024. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1HywXVuXilQnUYoTl6C57PNezs8WeZFo-5KZmuZoi74/edit?usp=drive_link

Artigo em periódico

FRANCO, M. A. S. **Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos**. Educação e Pesquisa, v. 34, p. 109-126, 2008.

LINHARES, L. L. **Paulo Freire: por uma educação libertadora e humanista**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA PUCPR. 2008. p. 10.141-10.154.

SIMÕES, A. S.; VERBICARO, L. P.; DOS SANTOS, R. A. **A Teoria como prática libertadora na obra de bell hooks “Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade”:: Uma análise à luz da perspectiva decolonial**. Kalagatos: Revista de Filosofia, v. 19, n. 1, p. 12, 2022.

SOCIAL, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. **Brasília, DF, 2013b. (Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais)**, 2012.

Livro

BARBIERI, S. **Territórios da invenção: ateliê em movimento**/ Stela Barbieri. 1. Ed. – São Paulo: Jujuba, 2021.

EVARISTO, C. **A escrevivência e seus subtextos**. In. *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo* /organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes ; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade** / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

GIL, A. C., 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

MIRANDA, E. O. **Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**/ Eduardo Oliveira Miranda. – Salvador: EDUFBA, 2020.

Dissertação/Tese

TEIXEIRA, M. A. de A. **“Presença Incômoda: corpos dissidentes na cidade modernista”**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 2013.

Site

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei no 11.180 de 23 de setembro de 2005**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 23 set. 2005.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=332-leisetembro2005&category_slug=pets-programa-de-educacao-tutorial&Itemid=30192. Acesso em: 18/06/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Minuta do Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial – PET (2014)**. Disponível em:

<https://cenapet.files.wordpress.com>. Acesso em: 18/06/2024.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR E A QUALIDADE DO ENSINO DE GEOGRAFIA SOB A LENTE DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO ¹¹³

Sarah Vilela Rosa Fadel Tavares Rodrigues¹¹⁴

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil

e-mail: sarah.rodrigues@ufu.br

Adriano Rodrigues De La Fuente¹¹⁵

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Instituto de Ciências Humanas- ICH

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG, Brasil

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre as condições físicas da escola e a qualidade do processo de ensino e aprendizagem de Geografia. Através da observação participante, realizada em uma escola pública de Ituiutaba/MG, durante o primeiro semestre de 2024, buscou-se identificar as especificidades da infraestrutura escolar e suas implicações diretas no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Adicionalmente, por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, aprofundou-se a compreensão da realidade escolar, vislumbrando os desafios enfrentados pelos professores e alunos no ensino e aprendizagem da Geografia. Para tanto, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação participante, a análise documental e anotações do diário de campo. As observações realizadas durante o estágio revelaram que a infraestrutura escolar apresenta diversas deficiências que comprometem a qualidade do ensino, entre elas: a falta de espaço adequado nas salas de aula, a limitação de recursos tecnológicos e a ausência de espaços específicos para atividades práticas, que dificultam a realização de atividades que estimulem a investigação, a experimentação e a construção do conhecimento geográfico pelos alunos. Diante disso, as práticas pedagógicas, por sua vez, tendem-se ao tradicional, com impedimento à valorização das metodologias ativas. Entre outros resultados, evidencia-se a necessidade de investimentos em infraestrutura e a implementação de práticas pedagógicas mais inovadoras para garantir a qualidade do ensino, pois a falta de recursos e a inadequação das condições físicas da escola limitam as possibilidades de aprendizagem dos alunos, dificultando também o trabalho dos professores. Além disso, a utilização de metodologias apenas tradicionais são fatores que podem contribuir para desmotivar os alunos. Neste sentido, o estágio supervisionado em Geografia proporciona uma enriquecedora experiência de aprendizagem, permitindo aos estagiários identificar os principais desafios enfrentados pelas escolas, professores e alunos. Por fim, sugere-se a realização de um diagnóstico mais aprofundado da escola, com a participação de todos os atores envolvidos, para a elaboração de um plano de ação que vise à superação dos problemas identificados.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Infraestrutura escolar; Ensino; Aprendizagem.

¹¹³ Trabalho elaborado a partir da atuação como estagiária no decorrer da disciplina de Estágio Supervisionado III

¹¹⁴ Discente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

¹¹⁵ Docente do Curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Coord. do estágio em Geografia e Coord. Pibid Interdisciplinar Geografia e História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil.

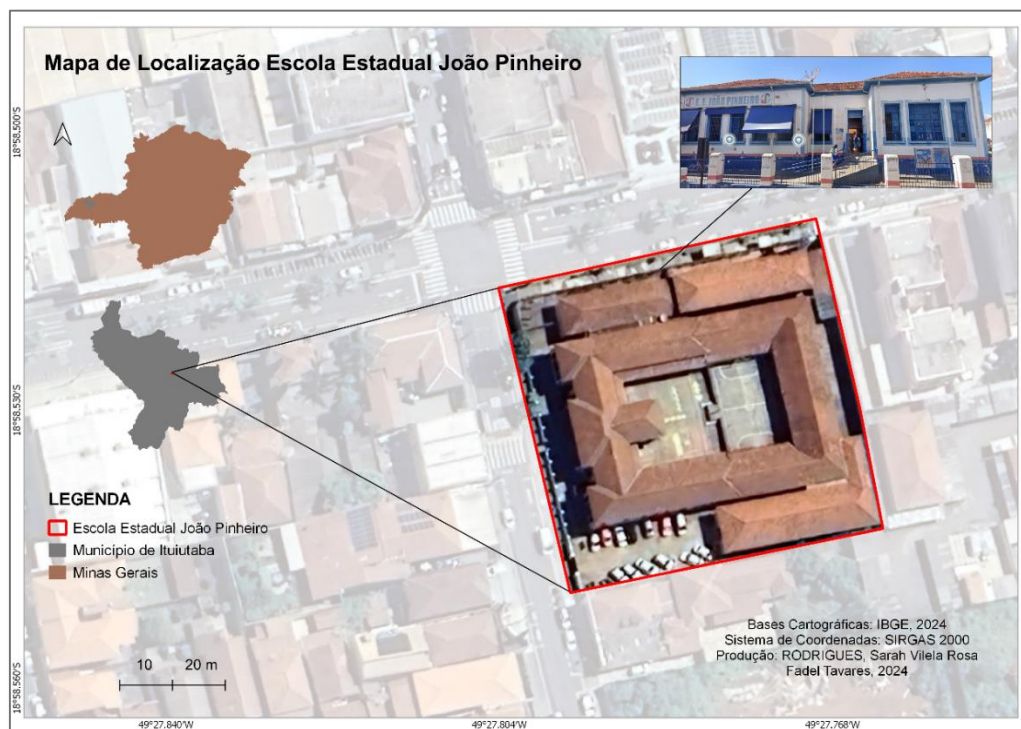
1. Introdução

Este trabalho tem origem a partir do relato das experiências vivenciadas durante a participação na disciplina Estágio Supervisionado em Geografia (ESG III), semestre letivo 2024/1 do curso de Graduação Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, Ituiutaba, MG, Brasil. Partimos do pressuposto de que o estágio em Geografia representa uma etapa fundamental na formação inicial de professores desta disciplina escolar. A imersão do estagiário no contexto escolar permite aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências didático-pedagógicas indispensáveis ao exercício da docência. Neste sentido, o estágio propicia a reflexão crítica sobre diversas questões, entre eles, pensar criticamente a função social da instituição escola e o papel do “ser professor” de Geografia no atual contexto.

Diante disso, a presente pesquisa buscou investigar a relação entre a infraestrutura física e a qualidade do processo de ensino e aprendizagem em Geografia, tomando como objeto de estudo uma escola pública localizada na área urbana do Município de Ituiutaba/MG. A partir de observações realizadas durante o estágio supervisionado no primeiro semestre de 2024, buscou-se identificar as condições da infraestrutura e as possíveis implicações para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem – especificamente da Geografia.

A instituição escolar está localizada no centro da cidade de Ituiutaba-MG conforme se observa na Fig. 1. De acordo com Ribeiro e Silva (2003) a escola iniciou sua história após a doação de um terreno no ano de 1905 pelo fazendeiro Tobias da Costa Junqueira ao então presidente de Minas Gerais, que iniciou a construção de um prédio para desenvolver atividades educacionais, a princípio, como Colégio Santo Antônio. Inicialmente, surgindo como um internato de meninos e meninas, era uma instituição de ensino “mista” que oferecia alojamento, alimentação e aulas para os alunos. Atualmente com 115 anos, a escola continua sendo uma das principais instituições de ensino na cidade.

Figura 1. Mapa de localização Escola Estadual João Pinheiro



Fonte: Rodrigues, 2024

O prédio que abriga a instituição é um patrimônio cultural da cidade desde 2006, desempenhando um papel vital na preservação da história, cultura e identidade da sociedade local conforme Ribeiro e Silva (2003). Diante disso, fica proibido descaracterizá-la, não podendo ser realizadas reformas que modifiquem a sua estrutura original de maneira drástica.

2. Procedimentos metodológicos

Pensando na articulação entre teoria e prática utilizou-se um conjunto de procedimentos metodológicos, que consistiu em: análise e pesquisa bibliográficas procurando trazer a definição de estágio, o contexto histórico do Ensino de Geografia e a função social da escola pública brasileira. Além da observação participante, que consiste na participação diária das atividades da escola com anotações sistematizadas das aulas de Geografia, da estrutura física do espaço escolar, foram realizados também registros fotográficos, visto que esses podem ser entendidos como (...) “recurso narrativo autônomo na função de convergir significações e informações a respeito de uma dada situação social” (ACHUTTI, 1997, p.13).

3. Aporte teórico

O Estágio Supervisionado em Geografia (ESG) é definido no projeto político pedagógico (PPP) do curso do Curso de Geografia como obrigatório, “[...] cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma” (BRASIL,2008). No contexto do curso de Licenciatura, assume um papel primordial, pois oferece aos estudantes a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de sua formação em situações reais de ensino no espaço escolar. Somado a isso, possibilita maior interação e diálogos entre universidade e educação básica (VALLERIUS, 2019).

O ESG desempenha um papel crucial na formação integral do estudante e no desenvolvimento de habilidades práticas essenciais para a atuação no mercado de trabalho. Ao transcender as fronteiras da sala de aula, surge como uma ponte entre a teoria e a prática, proporcionando aprendizado e oportunidades de aplicação de conhecimentos sistematizados. Além disso, por meio do estágio é possível compreender a realidade social da escola e conviver com as diferenças que ocorrem em seu cotidiano. Neste cenário, é imprescindível compreender o que o ESG tem sua contribuição para a formação profissional dos futuros professores e professoras de Geografia.

Ainda, sobre o assunto, Monteiro e Silva (2005) explica que o estágio representa:

O momento em que o estudante, futuro professor, não apenas põe em prática o que foi discutido nas aulas de formação de professores, mas um momento de aperfeiçoamento de suas técnicas. Deve ter a finalidade de integrar o processo de formação do aluno, de modo que se considere seu campo de atuação como base de análise, de investigação e interpretação crítica da realidade escolar. (MONTEIRO; SILVA 2005, p. 20)

Ao analisar a citação é possível identificar que o estágio é um momento fundamental para que o/a futuro/a professor/a integre teoria e prática, aplicando os conhecimentos adquiridos em sala de aula a situações reais considerando a realidade da escola. Essa experiência permite a reflexão crítica sobre a prática docente, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a atuação profissional.

Ao longo do desenvolvimento do estágio, diversas são as observações a serem realizadas, entre elas: A infraestrutura escolar, esta que pode ser entendida de acordo com Garcia (2014, p. 144) como “(...) instalações, equipamentos e serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e auxiliar na aprendizagem do aluno”.

Neste sentido, analisar a infraestrutura escolar torna-se essencial para entender como ela impacta o processo de aprendizagem, pois uma instituição com instalações físicas precárias pode transmitir aos alunos uma percepção de negligência ou falta de valorização da educação. (PEIXOTO, 2018). Além disso, acreditamos que a falta de recursos básicos, como salas de aula

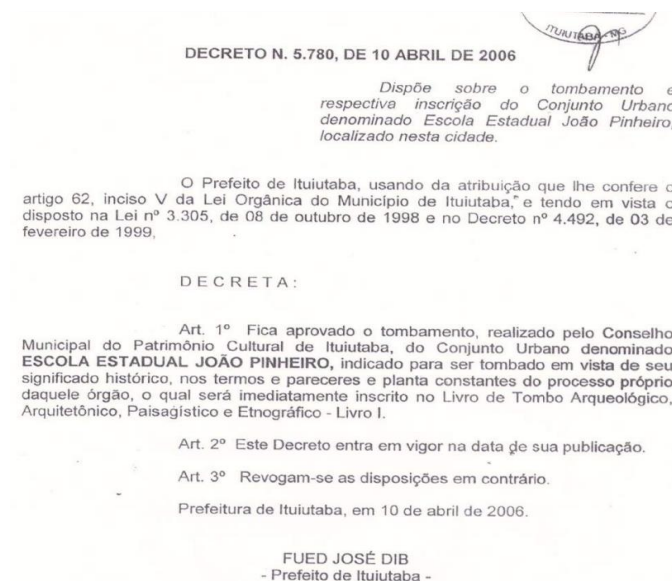
adequadas, bibliotecas e laboratórios, limita aos professores as possibilidades de desenvolver atividades pedagógicas com metodologias diversificadas, ou seja, que estimulem o aprendizado ativo e protagonismo dos alunos.

Conforme destacado por Coelho (2012), um ambiente escolar bem planejado e adequado para as interações sociais é fundamental para maximizar a aprendizagem do estudante. No entanto, como apontam Cerqueira e Sawyer (2007), a realidade das escolas brasileiras é preocupante, pois a maioria delas apresenta infraestrutura precária. Essa situação é problemática, uma vez que, para que o desenvolvimento da aprendizagem ocorra de forma eficaz, o aluno necessita de um espaço que propicie interações sociais e estimule o conhecimento. Os resultados desta pesquisa, que serão discutidos a seguir, corroboram essa afirmação, evidenciando a importância da infraestrutura escolar para a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

4. Resultados e discussão

O prédio da escola objeto desta pesquisa, por ser considerado um patrimônio cultural, possui restrições quanto às reformas e adaptações. Essa condição, embora importante para a preservação do patrimônio histórico, gera desafios para a manutenção de um ambiente escolar adequado. Ao longo dos anos, a estrutura física do prédio sofreu os impactos naturais do tempo e do uso, demandando reparos e modernizações que, muitas vezes, são inviabilizadas pelas normas de preservação. Consequentemente, a infraestrutura precária pode comprometer a qualidade do ensino, prejudicando a concentração dos alunos e a eficácia das atividades pedagógicas.

Figura 2. Decreto de tombamento da Escola Estadual João Pinheiro



Fonte: ipatrimonio.org. Acesso em: 17 de agosto de 2024.

Para realizar o diagnóstico referente a infraestrutura escolar, foi disponibilizado pela coordenação o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Trata-se de um documento essencial que orienta a gestão e o planejamento educacional de uma instituição de ensino. Ele reflete a identidade da escola, estabelecendo diretrizes que norteiam o processo educativo. Este documento geralmente é elaborado de forma coletiva pela comunidade escolar, incluindo professores, gestores, alunos e pais, e visa promover uma educação democrática, inclusiva e de qualidade.

Neste documento, encontram-se dados referentes a escola, tais como sua identificação, histórico e também dados quantitativos da instituição. O Quadro 1 apresenta informações referentes a quantidade de alunos da instituição no ano de 2022.

Quadro 1. Alunos matriculados Ensino Fundamental I e II

Quantidade total de alunos	Alunos do Ensino Fundamental – anos iniciais	Alunos do Ensino Fundamental – anos finais
722	258	464

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2022.

Org.: Rodrigues, 2024

O Quadro 1 apresenta uma visão geral da distribuição dos alunos matriculados na escola dividindo-os entre o Ensino Fundamental I (anos iniciais) e o Ensino Fundamental II (anos finais).

No que se refere à infraestrutura física, a escola conta com biblioteca, sala de recursos, sala de informática, auditório, onde oferece diversas palestras de conscientização e outros, conforme quadro 2.

Quadro 2. Espaço Físico da Instituição

Espaço Físico	Quantidade	Avaliação qualitativa no PPP
Biblioteca	1	Razoável
Sala de Informática	1	Razoável
Sala de Recursos	1	-
Auditório	1	Bom
Quadra	1	Ruim
Sala de professores	1	-
Diretoria	1	-
Sala de supervisão	1	-
Salas de aula	13	-
Banheiros	4	-
Banheiros com acessibilidade	2	-

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2022.

Org.: Rodrigues, 2024

Analisando os dados disponíveis no quadro acima, é possível observar que a escola apresenta diversos espaços físicos, ou seja, trata-se de uma escola de porte médio com enfoque no Ensino Fundamental I e II, conforme dados contidos no PPP.

Para maior detalhamento das áreas físicas da instituição, procurou-se realizar registros fotográficos. As salas de aulas são pequenas, porém precisam comportar entre 30 e 35 alunos; dessa forma, muitas vezes faltam carteiras para que os alunos se acomodem, segundo Figura 3A. Para os professores, o espaço para lecionar torna-se ainda mais restrito, conforme anunciado na Figura 3B.

Outro ponto observado foi em relação às salas, que ficam trancadas no horário do intervalo para que os alunos não permaneçam e nem entrem no local ao longo da pausa, conforme Figura 3C.

Por fim, o pátio, espaço de recreação e lazer, sofre com a superlotação e a quadra de esportes não possui cobertura; além disso, esta é ponto central do prédio. Dessa forma, as salas de aula ficam à mercê dos gritos dos alunos, como pode ser observado na Figura 3D, durante a prática de atividade física, o que dificulta para os professores explicarem o conteúdo sem alterarem a voz.

Figura 3. Ambientes da Instituição e observações

Fonte: Rodrigues, 2024.

No que diz respeito a quantidade de professores da escola, o PPP apresenta os seguintes dados (Quadro 4).

Quadro 3. Número de professores que compõe a escola

Quantidade total de professores	Professores do Fundamental - anos iniciais	Professores do Fundamental – anos finais	Professores de Geografia¹¹⁶
43	17	26	3

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2022.

Org.: Rodrigues, 2024.

O quadro apresenta o número total de professores da escola e a distribuição deles por área de atuação. Entre eles, três são professores de Geografia. Além disso, o quadro também indica os espaços utilizados pelos professores para suas atividades. A sala dos professores, conforme ilustra a Figura 4, possui infraestrutura básica, com banheiros exclusivos, armários, computadores com Wi-Fi, mesa, geladeira, bebedouro e micro-ondas. Localizada em um espaço arejado com vista para a rua, a sala apresenta limitações de espaço, especialmente em horários de maior movimento. O acesso dos alunos é restrito e a sala está estrategicamente situada ao lado da secretaria e da direção.

¹¹⁶ Os dados referentes a quantidade de professores de Geografia não estão disponíveis no PPP.

Figura 4. Sala dos professores da escola



Fonte: Rodrigues, 2024

Como apresentado nas imagens acima, a escola tem uma importante história para a comunidade de Ituiutaba, porém, como outras escolas pelo Brasil, enfrenta desafios significativos relacionados à sua infraestrutura física. No entanto, apesar dessa limitação, desempenha um papel crucial na formação de seus alunos, mantendo seu legado como uma das principais instituições de ensino da cidade, buscando oferecer uma educação de qualidade por meio de parcerias, projetos e planos de ações apresentados no Projeto Político Pedagógico, sobretudo por ações desempenhadas pelos professores das múltiplas disciplinas.

Além disso, mesmo que o espaço físico da instituição não seja o mais favorável, foi possível encontrar uma gestão que busca projetos e parcerias com o intuito de promover outros meios de ensino e aprendizagem. A título de exemplo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) por intermédio da Universidade Federal de Uberlândia, projeto Brincarte oferecido pelo Conservatório da cidade, que desenvolve o ensino de arte nas escolas de ensino regular do sistema público mineiro, entre outros, além de receber os estagiários das instituições de ensino superior da cidade para o exercício da atividade profissional docente.

5. Considerações Finais

O Estágio Supervisionado se revelou como uma experiência fundamental na formação inicial de futuros professores e professoras. Ao vivenciar a rotina escolar, o/as futuro/as

docentes têm a oportunidade de confrontar teoria e prática, refletindo criticamente sobre os desafios e as possibilidades da escola e da educação.

Neste trabalho, ao analisar a infraestrutura escolar, percebemos sua importância crucial no processo de ensino e aprendizagem. Um ambiente escolar bem estruturado, com espaços adequados, iluminados e arejados, contribui significativamente para o bem-estar dos estudantes e professores, favorecendo a concentração, o engajamento e a construção do conhecimento de maneira prazerosa.

A partir das observações realizadas durante esse breve período no estágio, concluímos que a infraestrutura escolar impacta diretamente na qualidade do ensino. Locais que oferecem condições adequadas para o trabalho pedagógico proporcionam um ambiente mais propício ao desenvolvimento de práticas inovadoras e à construção de uma escola mais democrática e inclusiva.

A presente pesquisa, embora tenha apresentado resultados relevantes, abre portas para futuras investigações. A análise aprofundada de outros aspectos, como a relação entre a infraestrutura escolar e o desempenho dos estudantes, a influência das políticas públicas na qualidade da infraestrutura e a percepção dos professores e alunos sobre o ambiente escolar, poderão contribuir para um entendimento mais completo da temática. Além disso, a comparação entre diferentes contextos escolares, como escolas urbanas e rurais, poderá revelar particularidades e desafios específicos para futuras pesquisas. Por fim, sugere-se a realização de um diagnóstico mais aprofundado da escola, com a participação de todos os atores envolvidos, para a elaboração de um plano de ação que vise à superação dos problemas identificados.

Referências

ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre. Tomo Editorial/Palmarica, 1997

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 28 jan. 2024.

CERQUEIRA, C. A.; SAWYER, D. R. O. T. Tipologia dos estabelecimentos escolares brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 53-67, jan./jun. 2007.

COELHO, L.; PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e influência na educação. **Rev. E-Ped-FACOS/CNEC**, Osório/RS, v. 2, n. 1, p.148-152, ago. 2012.

GARCIA, P. S. Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 23, p. 137-159, set./dez. 2014.

MONTEIRO, J. de S.; SILVA, D. P. da. A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, 19(3), 19–28. 2015.

PEIXOTO, F. J. B. **A infraestrutura escolar e os impactos no processo de ensino e aprendizagem**: um estudo na perspectiva de estudantes e professores de escolas da rede municipal de Cruz das Almas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Biologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas.

RIBEIRO, B. de O. L.; SILVA, Elizabeth Farias da. **Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro**. In: Congresso de pesquisa e ensino em educação em Minas Gerais, p. 689-697, 2003.

VALLERIUS, D. M. (Org.). O estágio supervisionado de professores de Geografia: notas importantes e (des)pretensiosas para o seu revelar. In D. M. Vallerius, H. G. Mota, & L. A. dos Santos (Orgs.), **O estágio supervisionado e o professor de geografia**: múltiplos olhares (1ª ed., p. 21-37). Jundiaí, SP: Paco. 2019.

O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PORQUE AFETA OS CURSINHOS POPULARES?¹¹⁷

Rosanie Aparecida Oliveira da Silva¹¹⁸

Universidade Federal de Uberlândia-UFU

Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social - FACES

Rua 20, nº 1600, Bairro Tupã, 38304-402, Ituiutaba-MG

rosanie.silva@ufu.br

Resumo: Este trabalho examina o impacto do desmonte das políticas públicas nos cursinhos populares, com foco no projeto AFIN (Ações Formativas Integradas de Apoio ao Ingresso no Ensino Superior), localizado na Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal. O estudo aborda o cenário político brasileiro desde o governo Lula (2003-2011) até o governo Bolsonaro (2019-2022), destacando como as políticas neoliberais e ultraneoliberais, intensificadas após 2016, afetam a educação pública e projetos de democratização do ensino superior. Metodologicamente, utiliza-se a análise de dados do AFIN e a revisão teórica sobre políticas públicas e neoliberalismo. Observa-se uma queda nas inscrições do projeto após a pandemia de COVID-19, evidenciando os desafios de acesso ao ensino superior para jovens em vulnerabilidade. O trabalho enfatiza a importância de manter os cursinhos populares como ferramenta de democratização educacional, apesar das adversidades impostas pelo desmonte das políticas públicas.

Palavras-chave: cursinho popular; educação; desmonte.

1. Introdução

O presente trabalho trouxe sobre como o processo de desmonte das políticas públicas afeta os cursinhos populares, dando ênfase o AFIN (Ações Formativas Integradas de Apoio ao Ingresso no Ensino Superior) localizado em todos os campos da Universidade Federal de Uberlândia, mas os dados serão analisados no campus Pontal. Assim, temos como objetivo geral identificar como o processo de fragmentação das políticas públicas desde o Governo Lula (2003-2011), Governo Dilma (2011-2016) e seu golpe, Governo Temer (2016-2018) e onde foi mais se intensificou a devastação das políticas públicas no Governo Bolsonaro (2019-2022).

2. Procedimentos Metodológicos

Para os procedimentos metodológicos, foi utilizado como o texto base "Dependência e Ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil Pós-Golpe de 2016" da autora Márcia Pereira da Silva Cassin em que ela dialoga sobre os processos do liberalismo e seus desmontes, Ricardo

¹¹⁷ Artigo elaborado para o XV Geopontal & VII Singep;

¹¹⁸ Graduanda do curso de Serviço Social da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social - FACES.

Antunes dialogando em seu livro sobre a uberização e a indústria 4.0. Usaremos também como metodologia, as análises do banco de dados pro Projeto de Extensão AFIN - Pontal, sobre a diminuição de inscitos pós pandemia. E assim, a mestra Beatriz Fernanda Carreira, que fez sua dissertação intitulada como: "JUVENTUDES E PRÉ-VESTIBULARES POPULARES COMO TERRITÓRIO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O OLHAR DE JOVENS PARTICIPANTES DO AFIN/ITUIUTABA-MG" e trouxe as análises dos ex-cursistas entre os anos de 2020 - 2022.

Nessa perspectiva, o desmonte das políticas públicas e porque afeta os cursinhos populares, devemos contextualizar como esse processo aconteceu. Nos anos entre 2003 á 2011, tivemos na presidência Luís Inácio Lula da Silva, em que tivemos o avanço dos planos Estatais para a população vulnerável do Brasil, e assim eram focados para esse público, com vários programas como o Fome Zero e depois se ramificando para o Programa Bolsa Família, Fies, Farmácia Popular, entre outros.

Contudo, nos anos de 2011 a 2015 foi realizado o primeiro mandato da primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff em que a mesma continuou os processos de viabilização para a população vulnerável. Porém, no seu segundo mandato, a presidenta sofreu, de acordo com Cassin, um golpe jurídico-parlamentar.

“(...) deve ser caracterizada como um golpe jurídico-parlamentar, uma vez que foi orquestrada por um arranjo entre diferentes setores do poder burguês: o Legislativo, o Judiciário e a Polícia Federal, com o suporte ideológico da grande imprensa(...) (Cassin, 2022, p.20).

Assim, ao analisar o governo Michel Temer, devemos enfatizar que ele iniciou o processo de desmonte das políticas públicas e toda a movimentação que foi realizada nos Governos Lula e Dilma. Um dos grandes marcos foi a Reforma da Previdência, em que trouxe a ilegitimidade e a impropriedade dessa reforma, pensando na diminuição de acordos pelo sindicato e tornando ele somente com o empregado e empregador (Arouca, 2018).

Entretanto, o Governo Temer, com a Reforma da Previdência se intensificaram a uberização, com as novas formas de trabalho, como: terceirização, motoristas de aplicativos, *home office*, trabalhos feitos por contratos, anulando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Ricardo Antunes nos traz em sua obra "Uberização, trabalho digital e indústria 4.0".

3. Aporte Teórico

Em análise, as formas de anulação promulgadas no Governo Temer, só se intensificou no (des)Governo do Jair Bolsonaro, iniciando em 2020, que em seu decorrer foi marcado pelo ultraneoliberalismo, desmonte da educação, não viabilização da ciência e entre outras coisas.

Portanto, devemos entender que a pandemia do Covid-19 foi global, e a forma em que o Brasil conduziu foi ineficaz, mas com suporte da ciência, conseguimos uma campanha vacinal em grupos para que se torne eficaz.

Quem sofreu com o impacto da Covid-19 foram estudantes de todas as faixas etárias, pois o ensino foi feito de forma remota, e muitos professores precisaram se reinventar e alguns alunos não tinham condições de ter subsídios para as aulas, diminuindo a forma de aprendizagem, aumentando sua dificuldade para ingresso nos cursinhos populares e diminuindo o acesso ao ensino superior.

O AFIN, um projeto de extensão afetuosamente chamado de cursinho popular, foi formalizado pela Resolução n.º 02/2016, em 30 de novembro de 2016 (UFU, 2016). Anteriormente, em Ituiutaba, foi desenvolvido por um técnico do curso de Pedagogia, em 2009, um projeto de pré-vestibular denominado Pré-vestibular Inclusão, que passou a ser denominado PIES (Projeto de Inclusão ao Ensino Superior) em 2010, vigorando até 2015 (DE LA FUENTE, 2019). Assim, com a referida resolução, tornou-se uma política de extensão, contribuindo para a formação dos/as discentes, tanto dos/as alunos/as do ensino médio das escolas públicas de Ituiutaba e região quanto dos/as egressos/as que têm interesse em ingressar no ensino superior por meio do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Além disso, envolve os/as graduandos/as dos cursos de licenciatura e bacharelado, fortalecendo a relação dialética entre teoria e prática, construindo um trabalho transdisciplinar (UFU, 2016).

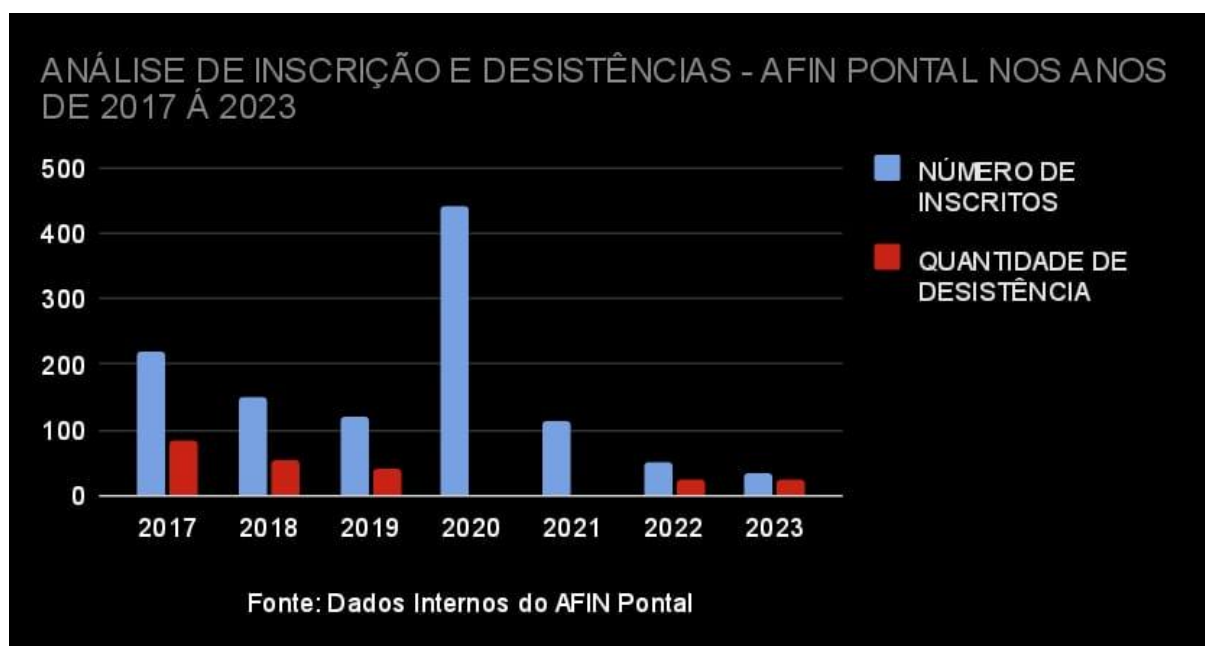
O projeto Afin/Ituiutaba é estruturado por meio de aulas de segunda a sexta-feira, nos turnos vespertino e noturno, abrangendo as áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias. Além das disciplinas, o projeto também realiza oficinas, aulas práticas e trabalhos multidisciplinares. O público-alvo atendido pelo projeto é composto especificamente por pessoas em situação de vulnerabilidade social; assim, no ato da inscrição, é necessária a apresentação de documentação comprobatória para análise socioeconômica.

Quanto aos/as professores/as, a prioridade é dada aos/as discentes do campus Pontal, que passam por processo seletivo de bolsas de extensão por meio de edital da PROEXC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura). Geralmente, é oferecida uma bolsa para cada disciplina, sendo: Língua Portuguesa, Literatura, Redação, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, História, Sociologia e Filosofia; além de duas bolsas de apoio pedagógico (secretaria) para auxiliar na elaboração dos horários de aula, organização dos formulários de frequência de bolsistas e materiais didáticos, tanto digitais quanto impressos, bem como no suporte necessário aos/as cursistas (estudantes do projeto).

Contudo, após a pandemia, houve uma diminuição significativa na inserção no projeto, assim, preocupando sobre o futuros desses jovens.

4. Resultados e Discussão

Em análise ao banco de dados do AFIN Pontal, pude perceber a diminuição na inserção do projeto em 2019, assim fazendo-se o caminho em que estávamos na Presidência e o ex-presidente Jair Bolsonaro assumiu no ano seguinte.



Como podemos analisar no gráfico apresentado, os anos que possuem mais índice de acesso ao AFIN foi 2020 e 2021 em que o projeto foi realizado remotamente (por isso não há indicação de desistências), por causa da pandemia Covid-19 e a facilidade de acesso, pois não somente alunos da cidade de Ituiutaba e região poderia participar, mas também do Brasil todo.

Mas mesmo sendo o maior índice na pandemia, Carreira relata em seu trabalho “Juventudes de pré-vestibulares populares como território de democratização da educação: o olhar de jovens participantes do AFIN/Ituiutaba-MG”, alguns relatos desses alunos:

“[...] E o que menos gostei foi ter feito virtual, por conta da situação que a gente estava passando e acho que o encontro presencial é outra coisa. Infelizmente no virtual fica mais cansativo. Eu fazia o Ensino Médio aula, o cursinho online e aulas de música online, um monte de coisa online, acabei ficando muito estressada, mas deu tudo certo (Carreira, 2024, p.93).”

Devemos também verificar, que nos anos de 2017 a 2019, o projeto começou no início do ano letivo, como as escolas de educação básica, e os anos de 2022 e 2023, foram iniciadas

meados de Julho. Isso impacta grandemente a evolução dos alunos para que eles possam realizar o ENEM e posteriormente o vestibular de sua necessidade e também o calendário fica reduzido para AFIN poder desenvolver suas atividades.

O processo inviabilização pelo qual passamos no Governo Bolsonaro dificultou o início do projeto, e assim fazendo que com a diminuição de bolsas para os discentes da universidade que são os que dão aulas pros cursistas, o que também é uma forma de subsistência, considerando que o processo de graduação exige dedicação e muitos vieram de cidades distantes para estudar.

Os cursinhos populares encontram-se em resistência, mesmo no atual Governo, ainda colhemos resquícios do desmonte em que acontece desde 2016 como relatei, porém são esses projetos que ajudam na conscientização, efetivação dos direitos e a forma de construir sua vida por base dos estudos.

Carreira, retrata isso muito bem com as entrevistas feitas em seu trabalho, de como o projeto se reinventa a cada ano.

“Eu acho que as pessoas seriam... eu vou te ser sincero, as pessoas do cursinho Afin que me incentivaram, porque em questão de apoio em casa eu não tinha. Eu sempre tive vontade de estudar fora e sempre deixei isso bem claro pros meus pais e meus avós, só que eles nunca gostaram dessa ideia de eu sair de casa, achavam que eu não daria conta de ficar sozinho, longe deles. Então, em relação a minha família eu não tive apoio, até quando eu entrei no cursinho e falei que ia tentar entrar numa universidade federal e fora, eles não me apoiaram, gerou até discussão mesmo. Aí quando entrei para o cursinho foi que senti apoio, do pessoal de cursinho mesmo como as pessoas do apoio pedagógico, da coordenadora (Carreira, 2024, p.103).”

Os cursinhos populares, como o AFIN, desempenham um papel crucial na democratização do ensino superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Como observado ao longo deste estudo, o desmonte das políticas públicas afeta diretamente a continuidade e a efetividade desses projetos, sobretudo no contexto de um país que enfrenta um cenário de neoliberalismo exacerbado desde 2016. As políticas de inclusão educacional, que vinham se consolidando nos governos de Lula e Dilma, sofreram significativos retrocessos com as administrações de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Durante o governo Lula, políticas como o Programa Bolsa Família e o FIES desempenharam um papel fundamental na promoção do acesso ao ensino e na redução da desigualdade social. A continuidade dessas políticas no governo Dilma, com foco em atender as populações mais vulneráveis, marcou uma fase de avanços sociais e educacionais. No entanto, a ruptura ocorrida em 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, desencadeou uma série de reformas que desestabilizaram essas conquistas. O governo Temer, por meio de

medidas como a Reforma da Previdência, flexibiliza direitos trabalhistas e deu início a uma nova fase de precarização das condições de vida e trabalho no Brasil.

Ricardo Antunes, em sua análise sobre a "uberização" e a indústria 4.0, revela como essas mudanças afetaram o mercado de trabalho, resultando em maior informalidade e diminuição da proteção trabalhista. Esses fatores, por sua vez, impactam diretamente a educação, uma vez que muitos estudantes precisam conciliar seus estudos com formas precárias de emprego, muitas vezes sem tempo ou recursos suficientes para se dedicar adequadamente à preparação para o ENEM e outros vestibulares. O AFIN, em particular, enfrenta o desafio de continuar sua missão de apoiar esses estudantes em um contexto de cortes de verbas e desmonte das políticas educacionais.

O governo Bolsonaro intensificou ainda mais esses retrocessos, com a implementação de políticas ultraneoliberais que afetaram drasticamente áreas como educação, ciência e cultura. A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais essa situação, expondo as fragilidades do sistema educacional brasileiro e a dificuldade de adaptação ao ensino remoto para estudantes que não possuem os recursos tecnológicos adequados. Como evidenciado pelos dados do AFIN, a participação no projeto diminuiu significativamente após 2019, destacando os obstáculos enfrentados pelos cursinhos populares nesse período.

Embora o AFIN tenha conseguido aumentar o número de inscritos durante os anos de ensino remoto, em 2020 e 2021, o retorno ao ensino presencial trouxe novos desafios. O depoimento dos alunos, que expressam a dificuldade de manter a motivação e o aprendizado durante o período de ensino remoto, reflete a exaustão que muitos enfrentaram ao equilibrar múltiplas atividades online. No entanto, o projeto continua sendo um farol de esperança para muitos estudantes, proporcionando um espaço de apoio e incentivo, especialmente para aqueles que não encontram esse suporte em suas próprias casas.

A análise dos dados também revela que, além da pandemia, a instabilidade política e o desmonte das políticas públicas foram fatores determinantes para a redução no número de alunos atendidos pelo projeto. A diminuição de bolsas de extensão e a instabilidade no calendário acadêmico, causadas pelo corte de verbas, prejudica tanto os cursistas quanto os professores envolvidos no projeto, comprometendo o desenvolvimento de atividades pedagógicas e o cumprimento das metas educacionais.

5. Considerações Finais

Mesmo diante de todas essas adversidades, os cursinhos populares continuam sendo uma ferramenta essencial para a democratização do ensino superior no Brasil. Eles não apenas

preparam os alunos para ingressar na universidade, mas também atuam como espaços de formação cidadã, onde jovens têm a oportunidade de desenvolver uma consciência crítica sobre sua realidade social e política. O relato dos alunos entrevistados por Carreira destaca a importância do AFIN como um lugar de acolhimento e incentivo, especialmente para aqueles que não têm o apoio familiar necessário para seguir em frente com seus estudos.

Por tanto, a manutenção e o fortalecimento dos cursinhos populares são fundamentais para garantir o acesso ao ensino superior de qualidade para todos, especialmente para aqueles que mais necessitam. Embora o desmonte das políticas públicas tenha dificultado o trabalho desses projetos, sua resiliência e capacidade de adaptação demonstram a importância de continuar lutando por um sistema educacional mais justo e inclusivo. O futuro da educação no Brasil depende da capacidade de resistir a esses retrocessos e de promover políticas que assegurem o direito de todos à educação.

Referências

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.

AROUCA, J. C. **Reforma trabalhista do governo Temer. Inconstitucionalidade explícita e reação**. Direito UNIFACS–Debate Virtual-Qualis A2 em Direito, n. 112, 2018.

CARREIRA, B. F. JUVENTUDES E PRÉ-VESTIBULARES POPULARES COMO TERRITÓRIO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O olhar de jovens participantes do Afin/Ituiutaba-MG / Beatriz Fernanda Carreira. - 2024.

DA SILVA CASSIN, M. P. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. *Temporalis*, v. 22, n. 43, p. 17-33, 2022.

DE LA FUENTE, A. R. de. **Pré-vestibular alternativo como território de cidadania: contribuições do Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia**. 2019. 422 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2213>. Acesso em: 29/10/2022.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia. Resolução nº 02/2016, do conselho de extensão, cultura e assuntos estudantis. Dispõe sobre a criação do Programa “Ações Formativas Integradas de Apoio ao Ingresso no Ensino Superior (AFIN)”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2016-2.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.



XV GEOPONTAL & VII SINGEP

Geotecnologias aplicadas na concepção de territórios
em conflitos: sujeitos, direitos e expressões